



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 338

Sexta-feira - 02 de outubro de 2009

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antonio Carlos.....	1
Braço do Trombudo.....	1
Catanduvas.....	2
Corupá.....	2
Erval Velho.....	86
Forquilha.....	87
Garopaba.....	88
Garuva.....	89
Gaspar.....	89
Herval D' Oeste.....	91
Imbituba.....	91
Irineópolis.....	92
Luzerna.....	94
Massaranduba.....	97
Meleiro.....	97
Paulo Lopes.....	97
Pinheiro Preto.....	99
Porto Belo.....	102
Porto União.....	104
Rio do Sul.....	107
Salto Veloso.....	108
São Lourenço do Oeste.....	109
São Pedro de Alcântara.....	109
Schroeder.....	109
Tunápolis.....	110
Videira.....	110

Antonio Carlos

Prefeitura Municipal

1º Termo Aditivo ao Contrato 91/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – SC
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 91/2009;
Origem: Licitação nº 53/2009 – Pregão Presencial;
Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC;
Contratada: Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda;
Objeto: Aquisição de peças e serviços de mão de obra, para reforma do Trator Fiat FD-9, da Secretaria de Obras;
Valor do Aditivo: R\$3.900,00. Valor Final do Contrato: R\$13.050,00.

Antônio Carlos, 28 de setembro de 2009.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 176/2008

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2008

Ref. Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço nº 176/2008.

Vistos etc.

Recebi hoje novo pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato supracitado, formulado por Isamed Materiais Médico Hospitalares Ltda. ME.

Neste pedido, novamente a requerente afirma ter aumentado o valor da matéria prima, fato este que ensejou no aumento do produto cotado no item 77.

No entanto, verifico que, mais uma vez a requerente deixa de comprovar a imprevisibilidade exigida para concessão do reequilíbrio contratual pretendido. Da mesma forma, deixa a requerente de comprovar o custo efetivo dos aludidos produtos no momento de apresentação da proposta, fato que igualmente impossibilitaria a concessão em questão, fazendo tão somente alusão à valores sem comprovação comprobatória alguma.

Ainda, atente-se ao estranho fato da divergência entre o preço requerido por ela na semana anterior para o preço agora apresentado, fato que nos causa dúvidas quanto a efetiva e necessária readequação contratual.

Assim sendo, ante a ausência de comprovação dos requisitos necessários exigidos para a readequação contratual requerida, DECIDO pelo recebimento e indeferimento do presente pedido.

Publique-se a presente decisão no Diário Oficial dos Municípios.

Intime-se a requerente da presente decisão.

Junte-se ao respectivo processo licitatório a presente decisão, bem como parecer aludido anteriormente.

Nada mais.

Antônio Carlos, 01 de Outubro de 2009.

CAMILA NEIS PEREIRA

Pregoeira

Braço do Trombudo

Prefeitura Municipal

Tomada de Preço 57/2009

EDITAL DE LIC. MODALIDADE TOMADA DE PREÇO 57/2009

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 14:00 horas do dia 22.10.2009, estará selecionando a melhor proposta para Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial na Rua Leôncio Rodrigues Machado e Fernando Gomes com extensão de 710,00 m. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinardo Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Lucas Rossi - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Braço do Trombudo, em 01 de outubro de 2009.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Catanduvas

Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório N° 068/2009 - Edital de Pregão N° 0025/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 0068/2009

Edital de Pregão nº 0025/2009

Objeto: Prestação de serviços para realização da Festa do Chimarrão compreendendo locação de tenda, palco, sonorização, iluminação para evento, camarins, grupo gerador de energia elétrica, camarotes, divulgação de rádio, divulgação de carro de som, divulgação em jornal, conforme Convênio com o Ministério do Turismo, Proposta nº058602/2009 Siconv, visando as atividades culturais deste município.

Abertura das Propostas: as 10:00 horas do dia 19 de outubro de 2009.

Maiores informações, bem como, cópia do edital poderão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 08h30min as 11h30min e das 13h30min as 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone 49 3525-1505 ramal 227.

Catanduvas – SC, 30 de setembro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Aviso de Licitação Fracassada - Processo Licitatório N° 060/2009 - Edital de Pregão N° 021/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

Processo Licitatório nº. 060/2009

Edital de Pregão nº 021/2009

Objeto: Aquisição de um (01) veículo zero quilômetro para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Infra Estrutura Urbana deste município.

Justificativa: O extrato do Edital do Processo Licitatório foi publicado na internet, na página do Diário de Publicações Oficiais do Município e o Edital na íntegra na página do município, onde, doze (12) empresas efetuaram a retirada do edital. Porém, não houve recebimento de qualquer documentação e proposta exigida necessária a participação. Nenhuma empresa compareceu para a sessão.

Informações: Maiores Informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, das 8:30 às 11:30 e das 13:30 as 17:30, de Segunda a Sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 227.

Catanduvas, SC, 30 de setembro de 2009

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório N° 069/2009 - Edital de Pregão N° 0026/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 0069/2009

Edital de Pregão nº 0026/2009

Objeto: Aquisição de um (01) veículo zero quilômetro para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Infra Estrutura Urbana deste município.

Abertura das Propostas: as 15:00 horas do dia 19 de outubro de 2009.

Maiores informações, bem como, cópia do edital poderão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 08h30min as 11h30min e das 13h30min as 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone 49 3525-1505 ramal 227.

Catanduvas – SC, 01 de outubro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Corupá

Prefeitura Municipal

Lei Complementar 009/09

LEI COMPLEMENTAR Nº 009/09

DISPÕE SOBRE O REGIME DE CONCESSÃO E PERMISSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS PREVISTO NO ART. 175 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESPECIALMENTE SOBRE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, por esta Lei Complementar, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos indispensáveis contratos.

Parágrafo único - É vedado ao Chefe do Poder Executivo executar obras e serviços públicos por meio de concessão e permissão de serviço público, sem lei que lhe autorize e fixe os termos, salvos nos casos previstos na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Orgânica do Município, observado, em qualquer caso, os termos da Lei no 8.987, de 1995 ou as que as sucederem.

Art. 2º - Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - poder concedente: o Município;

II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na

modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

IV - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

V - autorização: é o ato administrativo, discricionário e precário, pelo qual a Administração consente que o particular exerça atividade no seu próprio interesse.

Art. 3º - As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização do poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

Art. 4º - A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos desta Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação.

Parágrafo único - Prescinde a necessidade prévia de licitação a modalidade de outorga, a título precário, viabilizada por intermédio da autorização.

Art. 5º - O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

Capítulo II DO SERVIÇO ADEQUADO

Art. 6º - Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§1º - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§2º - A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§3º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

- I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,
- II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Capítulo III DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Art. 7º - Sem prejuízo do disposto na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

- I - receber serviço adequado;
- II - receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder concedente.
- IV - levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;
- VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

Capítulo IV DA POLÍTICA TARIFÁRIA

Art. 8º - A tarifa inicial do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.

§1º - A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.

§2º - Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

§3º - Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

§4º - Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

Art. 9º - Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

Art. 10 - No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.

Parágrafo único - As fontes de receita previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 11 - As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

Capítulo V DOS PRAZOS E PRORROGAÇÕES

Art. 12 - O Chefe do Poder Executivo poderá firmar permissões ou concessões de serviços públicos, desde que autorizado por lei que lhe fixará os termos, pelo prazo de até 15 (quinze) anos.

§1º - O contrato de concessão ou permissão poderá ser prorrogado, uma única vez, por novo período de, no máximo, 15 (quinze) anos, mediante prévia autorização legislativa.

§2º - A autorização de serviço público poderá ser efetivada por um período máximo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogada mediante prévia autorização legislativa e ato justificado do Chefe do Poder Executivo.

§3º - Não há direito adquirido a prorrogação contratual.

Capítulo VI DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS

Art. 13 - Compete ao Município de Corupá o provimento e organização do sistema local de transporte coletivo, nos termos do inciso V do artigo 30 da Constituição Federal.

Parágrafo único - O Sistema de Transporte Público Coletivo é composto pelos diversos serviços públicos de transporte urbano e rural de passageiros dentro do município de Corupá.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a delegar a terceiros, por meio de concessão, mediante licitação na modalidade concorrência, a prestação e a exploração do serviço de transporte coletivo de passageiros, inclusive escolar, que será outorgada à pessoa jurídica ou consórcio de empresas constituído para o procedimento licitatório.

§1º - No prazo máximo de 06 (seis) meses o Poder Executivo publicará Edital inicial da licitação a que se refere o "caput" deste artigo.

§2º - As despesas decorrentes da implantação do serviço a ser licitado conforme mencionado neste artigo correrão por conta do orçamento em vigor.

§3º - Excepcionalmente fica o Chefe do Poder Executivo autoriza a proceder a delegação do serviço de transporte coletivo mediante Autorização, observada esta lei e demais normas regulamentadoras pertinentes à matéria, por um período máximo de 06(seis) meses, podendo ser prorrogado mediante prévia autorização legislativa e ato justificado do Chefe do Poder Executivo.

Art. 15 - Compete ao poder concedente, a determinação de diretrizes gerais para o sistema municipal de transporte coletivo, as quais, serão fixadas por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16 - O sistema de transporte coletivo no município de Corupá se sujeitará aos seguintes princípios:

I - Atendimento a toda a população;

II - Qualidade do serviço prestado segundo critérios estabelecidos pelo Poder Público, em especial, quanto à comodidade, conforto, rapidez, segurança, regularidade, continuidade, confiabilidade, frequência e pontualidade;

III - Redução da poluição ambiental em todas as suas formas;

IV - Integração entre os diversos meios de transporte;

V - Complementaridade e manutenção da sustentabilidade econômica das várias modalidades de transporte;

VI - Garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência;

VII - Preços socialmente justos;

VIII - Tratamento integrado e compatível com as demais políticas urbanas.

Art. 17 - O serviço de transporte coletivo tem caráter essencial e terá tratamento prioritário no planejamento do sistema viário e na organização da circulação.

Art. 18 - Na execução dos serviços de transporte coletivo o Poder Público observará os direitos dos usuários, de acordo com o estabelecido na legislação e nos regulamentos que disciplinam a sua prestação, que consistem em:

I - Receber serviço adequado, com garantia de continuidade da prestação dos serviços;

II - Receber informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - Levar ao conhecimento do Poder Público e das operadoras irregularidades de que tenham conhecimento referentes ao serviço prestado;

IV - Manter em boas condições os bens públicos ou privados através dos quais lhes são prestados os serviços.

V - Participar do planejamento e da avaliação da prestação dos serviços.

Seção I

DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO

Art. 19 - O sistema de transporte coletivo no município de Corupá é constituído das seguintes modalidades de serviço:

I - Convencional;

II - Seletivo;

III - Fretado;

V - Especiais.

Art. 20 - O Serviço Convencional é aquele executado por pessoa jurídica, através de ônibus, microônibus, trólebus ou outro veículo de transporte de passageiros em uso ou a ser utilizado no futuro, com operação regular e à disposição permanente do cidadão, contra a única exigência de pagamento de tarifa fixada pelo Poder

Executivo Municipal.

§1º - O Serviço Convencional será operado através de linhas radiais, diametrais, perimetrais, alimentadoras e troncais.

§2º - Para organizar a operação do Serviço Convencional, o município de Corupá, estabelecerá Áreas de Operação Preferenciais, a serem definidas em regulamentação específica.

Art. 21 - O Serviço Seletivo é aquele que atenderá aos usuários com conforto e preço diferenciados, operando com as seguintes características:

I - utilização de veículos com capacidade de até 24 lugares sentados, incluídos os operadores, com corredor central;

II - tarifa superior a dos serviços convencionais;

Art. 22 - O Serviço Fretado, considerado de interesse público, é aquele prestado mediante condições previamente estabelecidas ou contratadas entre as partes interessadas, obedecidas as normas gerais fixadas em regulamentação específica.

Art. 23 - Os Serviços Especiais são aqueles que não se enquadram nas modalidades estabelecidas nos incisos I a IV do artigo 19 desta lei e serão disciplinados em regulamentos próprios a serem editados pelo Poder Executivo Municipal.

§1º - Dentre os serviços especiais, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a autorização do serviço de utilidade pública municipal de transportes de passageiros por automóvel de aluguel da categoria "Taxi".

§2º - A autorização será concedida mediante expedição de "Alvarás de Estacionamento", à serem outorgados às pessoas físicas e/ou jurídicas, devendo estas terem como objeto social, exclusivamente, a exploração do serviço de táxi.

§3º - A prestação dos serviços de "táxi" deverá ocorrer de forma adequada ao pleno atendimento dos usuários.

§4º - Os "Alvarás de Estacionamento" não poderão ser transferidos a terceiros num prazo inferior a 03 (três) anos.

§5º - Somente será possível a transferência do alvará de estacionamento mediante anuência expressa da Administração.

§6º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará as autorizações do serviço de utilidade pública municipal de transportes de passageiros por automóvel de aluguel da categoria "Táxi" no prazo máximo de 160 (cento e sessenta) dias a contar da publicação desta lei complementar.

Art. 24 - A execução de qualquer modalidade de serviço de transporte coletivo de passageiros sem autorização do poder concedente, independentemente de cobrança de tarifa, será caracterizada como serviço clandestino, sujeitando o infrator às penalidades previstas nesta lei.

Seção II

DO REGIME DE EXPLORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONVENCIONAL E SELETIVO.

Art. 25 - A exploração dos serviços de transporte coletivo, no Município de Corupá será outorgada pelo poder concedente, mediante contrato precedido de licitação nos termos da legislação vigente.

§1º - Os serviços Convencional e Seletivo serão explorados em regime de concessão ou permissão.

§2º - A exploração dos serviços discriminados no parágrafo anterior será outorgada por prazo determinado, a ser definido no ato justificativo de sua conveniência e da licitação, em função do objeto a ser contratado e do volume de investimentos previstos.

§3º - Não será permitida, salvo expressa e prévia anuência do poder concedente, a transferência dos serviços, observados, no mínimo, os seguintes aspectos:

I - O cessionário atender todos os requisitos exigidos para a

prestação do serviço, em especial, aqueles cujo atendimento possibilitou ao cedente obtê-la;

II - O cessionário assumir todas as obrigações e prestar as garantias exigidas do cedente, além de outras que forem julgadas necessárias na ocasião.

§ 4º - A transferência da concessão, da permissão ou do controle societário da contratada sem prévia anuência do poder concedente implicará na caducidade do contrato.

§5º - Poderá o Executivo utilizar-se do serviço convencional de transporte de passageiros para assegurar o fiel cumprimento da garantia constitucional de acesso à educação, mediante a concessão de subsídios aos estudantes, na forma da lei.

Art. 26 - A execução dos serviços de transporte coletivo deverá obedecer ao contido nesta lei, no contrato, autorização, edital de licitação e seus anexos e em toda a regulamentação infralegal da matéria.

Seção III

DA REMUNERAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 27 - A operação dos serviços Convencional e Seletivo de transporte coletivo será remunerada através de tarifas pagas pelos usuários, fixadas pelo Poder Executivo Municipal, respeitada a manutenção do seu equilíbrio econômico e financeiro.

§1º - Para os serviços convencionais, quando operando em linhas alimentadoras, deverão ser estabelecidos mecanismos de compensação tarifária de modo a garantir a sua justa remuneração a partir dos recursos provenientes da arrecadação tarifária do conjunto do sistema.

§2º - Sempre que forem atendidas as condições iniciais dos contratos, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

Art. 28 - O Poder Executivo Municipal deverá estabelecer a estrutura tarifária para o serviço de transporte coletivo definindo os tipos de tarifas a serem praticados e os seus respectivos valores.

§1º - A estrutura tarifária deverá abranger todas as modalidades de benefícios e gratuidades, parciais ou totais, existentes ou que venham a ser criadas.

§2º - O estabelecimento de novos benefícios ou gratuidades para o sistema de transporte coletivo somente poderá se dar através de legislação específica, com indicação da fonte de recursos para o seu financiamento, de maneira a não onerar os custos de operação.

Art. 29 - São isentos do pagamento de tarifa para uso do sistema de transporte convencional:

- I - crianças de até cinco anos, inclusive;
- II - idosos com idade igual ou superior a 60(sessenta) anos;
- III - deficientes físicos e/ou mentais;

Parágrafo único – Também será isento de passagem o servidor municipal quando utilizar-se do serviço de transporte convencional de passageiros para deslocar-se até o trabalho ou deste para sua residência.

Art. 30 - As tarifas serão estabelecidas com base em planilhas de custos elaboradas pelo poder concedente, obedecida a metodologia contratualmente estabelecida.

Art. 31 - Deverá ser mantido à disposição dos usuários um sistema de venda antecipada de passagens, através de títulos na forma de bilhetes, passes e assemelhados ou outro meio que venha a ser determinado pelo poder concedente, impondo-se a concessionária e/ou permissionária que estabeleça no mínimo um ponto de vendas no território do município de Corupá.

Art. 32 - Os recursos provenientes da venda antecipada de pas-

sagens deverão ser controlados com publicidade e transparência, com escrituração contábil específica, indicando, pelo menos:

- I - receitas das vendas antecipadas;
- II - transferências efetuadas aos operadores a título de remuneração da prestação dos serviços ou de antecipação de receita;
- III - despesas operacionais;
- IV - receitas e despesas financeiras.

§1º - Os recursos da venda antecipada de passagens poderão ser repassados aos operadores a título de antecipação de receita, desde que essas operações sejam controladas e que os operadores garantam, a qualquer momento, a validade dos bilhetes, passes ou assemelhados em poder dos usuários.

§2º - A gestão desses recursos será realizada com a participação de representantes do Poder Público, dos operadores e dos usuários, sendo definidos em regulamentação específica os critérios para sua efetivação e funcionamento.

Art. 33 - A tecnologia, os sistemas, os cartões, os equipamentos e os procedimentos a serem utilizados nos processos de venda antecipada e de controle de arrecadação, inclusive os localizados nos veículos e nas instalações dos operadores, deverão ser especificados e aprovados pelo poder concedente.

Seção IV

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DO CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO

Art. 34 - Compete ao poder concedente a gestão do Sistema de Transporte Público Coletivo, cabendo para isso, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I - formular e implementar a política global dos serviços de transporte coletivo, incluindo a sua permanente adequação às modificações e necessidades do Município e à modernização tecnológica e operacional, em consonância com as diretrizes gerais estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal;
- II - planejar, implantar, construir, gerenciar, manter e fiscalizar a operação de terminais, pontos de parada, pátios de estacionamento e outros equipamentos destinados ou associados à prestação dos serviços de transporte coletivo;
- III - articular a operação dos serviços de transporte coletivo de passageiros com as demais modalidades dos transportes urbanos, municipais ou regionais;
- IV - outorgar concessão, permissão ou autorização, para exploração dos serviços de transporte coletivo, através de licitação nos termos da legislação vigente, respeitados os direitos dos atuais permissionários;
- V - promover a elaboração das normas gerais e demais regras incidentes sobre o sistema de transporte coletivo e sobre as atividades a ele ligadas, direta ou indiretamente, bem como sobre as infrações a tais normas, dispondo sobre penalidades aplicáveis, quando necessário, para complementar os regulamentos e a legislação vigentes;
- VI - aplicar as penalidades e recolher as multas correspondentes pelo não cumprimento das normas reguladoras do sistema de transporte coletivo, em qualquer de seus serviços;
- VII - cobrar e arrecadar preços públicos e taxas referentes aos serviços associados à gestão do sistema de transporte coletivo;
- VIII - desenvolver e implementar a política tarifária para o sistema de transporte coletivo, incluindo estudos dos modelos e das estruturas tarifárias de remuneração da prestação dos serviços, estudos de custos para orientação ao Poder Executivo Municipal na fixação das tarifas, e aplicação das tarifas determinadas;
- IX - elaborar estudos, planos, programas e projetos para o sistema de transporte coletivo, bem como participar da elaboração de outros que envolvam esse sistema;
- X - planejar, organizar e operar as atividades de venda antecipada de passagens, através de bilhetes, passes e assemelhados existentes ou outros que venham a ser implantados, incluindo o

desenvolvimento, implantação e controle dos sistemas de cadastro necessários para o seu funcionamento;

XI - elaborar, desenvolver e promover o aperfeiçoamento técnico e gerencial dos agentes envolvidos direta ou indiretamente na provisão dos serviços de transporte coletivo, incluindo programas de treinamento, campanhas educativas e de esclarecimento e outros;

XII - praticar todos os atos necessários ao cumprimento de sua finalidade, observadas as disposições desta lei, dos regulamentos e das demais normas aplicáveis;

XIII - exercer todas as demais atribuições previstas nesta lei, na legislação e nos regulamentos específicos relacionados com a provisão dos serviços de transporte coletivo.

§ 1º - Para realizar as atividades previstas neste artigo o poder concedente poderá celebrar contratos, convênios, consórcios ou outros instrumentos jurídicos válidos, respeitando-se, em quaisquer casos, os direitos contratualmente estabelecidos.

§ 2º - Na finalidade de auxiliar o poder concedente, a Comissão de que trata o art. 49 desta lei fica dotada de poderes para emitir pareceres a fim de orientar e subsidiar a gestão do Sistema de Transporte Público Coletivo.

Art. 35 - A fiscalização do cumprimento das normas e diretrizes estabelecidas nesta lei ou na regulamentação complementar será exercida por fiscais devidamente credenciados, integrantes do quadro de pessoal do poder concedente.

Parágrafo único - No exercício de sua atividade, fica a fiscalização autorizada a entrar e permanecer, a qualquer hora de funcionamento e pelo tempo necessário, em qualquer das dependências ou bens vinculados ao serviço, a examinar toda e qualquer documentação, a ter acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos operacionais, técnicos econômicos e financeiros das empresas contratadas.

Seção V DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 36 - O poder concedente desenvolverá e implantará mecanismos de avaliação periódica dos operadores visando manter uma classificação permanente destes quanto ao seu desempenho, considerando, pelo menos:

I - qualidade do serviço prestado, medida através da quantidade de penalidades aplicadas aos operadores;

II - regularidade da operação, medida através do índice de cumprimento das viagens programadas;

III - estado geral da frota, medido a partir do resultado da inspeção veicular;

IV - eficiência administrativa, medida a partir do regular cumprimento das obrigações contratuais;

V - qualidade do atendimento considerando o comportamento dos operadores e seus prepostos no tratamento dispensado aos usuários;

VI - satisfação dos usuários, medida através de pesquisa de opiniões realizadas pelo poder concedente.

§1º - Os critérios a serem observados na avaliação de desempenho serão estabelecidos no Regulamento de Operação dos Serviços.

§2º - A classificação dos operadores a partir do processo de avaliação de desempenho poderá ser utilizada para implantação de mecanismos de estímulo à produtividade incorporados à política de remuneração dos serviços e deverão ser encaminhados ao Legislativo no caso de prorrogação de contratos.

Seção VI DAS PENALIDADES

Art. 37 - Pelo não cumprimento das disposições da presente lei, bem como de seus regulamentos e outras normas que venham

a ser editadas, obedecendo aos princípios do contraditório e da ampla defesa, serão aplicadas aos operadores dos serviços as seguintes penalidades:

I - Advertência escrita;

II - Multa;

III - Intervenção e Suspensão da Licença para o exercício da Concessão;

IV - Cassação da Concessão;

Parágrafo único - As sanções estabelecidas neste artigo poderão ser aplicadas separada ou cumulativamente.

Art. 38 - As infrações punidas com a penalidade de "Advertência" referem-se a que não afetem o conforto ou a segurança dos usuários;

Art. 39 - As infrações punidas com a penalidade de multa, incidem da seguinte forma:

§1º - No caso de desistência da licitante vencedora até a fase de homologação ou recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo poder concedente, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a aplicação de multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), corrigidos desde a data da homologação ou adjudicação, até a data do efetivo pagamento, nos termos do artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao poder concedente convocar as demais empresas licitantes pela ordem de classificação desde que se disponham a igualar a proposta da vencedora desistente, conforme dispõe o art. 64, § 2º da mesma lei.

§2º - Incidirá multa diária de 5.000 (cinco mil) vezes o valor da menor tarifa vigente na época do fato para a prática das seguintes infrações:

I - interromper totalmente os serviços sem motivo justificado;

II - adulteração do selo de vistoria;

III - deixar de promover cursos de treinamentos para o pessoal de operação;

IV - utilizar veículos, pessoal, equipamentos, e instalações do sistema de transporte coletivo para outras finalidades, durante o período de transporte coletivo estatuído pelo poder concedente;

§3º - Incidirá multa diária de 1.000 (mil) vezes o valor da menor tarifa vigente na época do fato, a prática das seguintes infrações:

I - não fornecer dados estatísticos;

II - não fornecer elementos contábeis ou dificultar o exame da escrita;

III - deixar de cumprir aviso, ofício ou memorandos do poder concedente;

IV - dificultar ou deixar de vender passes escolares ou especiais;

V - suprimir viagem sem motivo justificado;

VI - alteração nos pontos de parada, sem autorização prévia;

VII - interrupção injustificada de viagem por falta de elementos essenciais à operação do veículo;

VIII - colocar em operação veículo em mau estado de conservação;

IX - colocar veículo em operação com falta de limpeza interna ou externa;

X - colocar em operação veículo não aprovado na vistoria do poder concedente;

XI - manter em serviço veículo cuja retirada de tráfego tenha sido exigida;

§4º - Incidirá multa diária de 500 (quinhentos) vezes o valor da menor tarifa vigente na época do fato, a prática das seguintes infrações:

I - alterar itinerário sem prévio conhecimento do poder concedente ou sem justificativa;

II - não cumprir horário, saindo adiantado ou atrasado sem motivo justificável;

III - desobedecer a fiscalização;

IV - agredir fisicamente ou moralmente o usuário, agente fiscalizador ou companheiro de serviço;

V - conduzir o veículo de forma perigosa ou que ofereça risco para os passageiros.

§5º - Incidirá multa diária de 100 (cem) vezes o valor da menor tarifa vigente na época do fato, a prática das seguintes infrações:

I - interromper itinerário, saindo adiantado ou atrasado sem motivo justificado;

II - colocar veículo em circulação em mau estado de conservação;

III - utilizar veículo sem placa indicativa do itinerário básico, seja na frente e em local próximo à porta de entrada;

IV - fumar no interior do veículo;

V - tratar passageiro com falta de urbanidade;

VI - assumir atitudes inconvenientes;

VII - conversar com o passageiro com veículo em movimento;

VIII - falta de crachá e uniforme;

IX - deixar de executar viagem sem motivo justificado;

X - recusar-se entregar documento à fiscalização;

XI - não isentar a tarifa aos beneficiários da lei;

XII - recusar passageiros sem motivo justificado;

XIII - permitir pessoas nos degraus da porta de entrada e saída do veículo, dificultando a entrada ou saída dos passageiros;

XIV - fazer uso de rádio receptor fora das condições determinadas pelo poder concedente;

XV - deixar de atender sinal de parada para desembarque;

XVI - receber ou desembarcar passageiros fora do ponto de parada, sem motivo justificado;

XVII - iniciar o terminar operação fora do ponto determinado, sem motivo justificado;

XVIII - dirigir inadequadamente, interrompendo ou perturbando o trânsito;

XIX - abandonar o veículo sem justa causa;

XX - cobrar mais de uma tarifa do usuário que se utiliza vários veículos até seu destino final;

XXI - transitar em velocidade inadequada ou incompatível com a segurança;

XXII - deixar de manter o relógio tacógrafo com todos os seus componentes periodicamente regulados, de forma que não ofereça condições de se fazer leitura exata do disco diagrama;

XXIII - recusar acesso ao Agente Fiscalizador do poder concedente quando devidamente identificado, por quaisquer portas do ônibus;

XXIV - permanecer em terminais em tempo superior ao determinado pelo poder concedente;

XXV - efetuar desembarque fora dos locais determinados ou longe do meio fio;

XXVI - cobrar tarifa diferente da estipulada pelo poder concedente.

§6º - O não cumprimento pela concessionária ou permissionária das obrigações e condições outras que não as previstas nos parágrafo anteriores, a sujeitará ao pagamento de multa diária de 100 vezes o valor da menor tarifa do usuário estudante, vigente na época da infração, que incidirá a partir da exigibilidade até a data do seu efetivo cumprimento.

Art. 40 - O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo único - A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

Art. 41 - Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

§1º - Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

§2º - O procedimento administrativo a que se refere o caput deste artigo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

Art. 42 - Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

Art. 43 - A cassação da Concessão implica na perda do direito à exploração do Serviço de Transporte Coletivo no Município de Corupá, por falta de atendimento dos requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único - A penalidade de "Cassação" se aplica aos casos de suspensão da prestação dos serviços, sem autorização do poder concedente, ainda que de forma parcial, de recusa em manter em operação os veículos vinculados ao serviço, ou por reincidência em penalidades que impliquem em quebra dos princípios estabelecidos no art. Desta lei complementar.

Art. 44 - Além da penalidade de "Multa", os infratores estarão sujeitos às seguintes medidas administrativas:

I - Retenção do veículo;

II - Remoção do veículo;

III - Suspensão da permissão;

IV - Afastamento do pessoal de operação;

V - Afastamento do veículo.

Art. 45 - A prestação de serviço de transporte coletivo clandestino implicará, cumulativamente, nas seguintes penalidades:

I - apreensão e remoção do veículo para local apropriado;

II - aplicação de multa no valor de até 2.500 (duas mil e quinhentas) UFRM's, verificada a proporcionalidade do dano causado ao serviço de transporte coletivo e a razoabilidade da medida.

§1º - O infrator estará sujeito ao pagamento dos preços públicos referentes à remoção e estada do veículo.

§2º - Em caso de reincidência, a multa prevista no inciso II deste artigo será dobrada.

§3º - Fica a Secretaria de Obras e Serviços Públicos autorizada a reter o veículo até o pagamento de todos os valores devidos pelo infrator.

Art. 46 - Nos termos dos artigos 18, X e XI e 23, X, da Lei nº 8.987/95, caso haja rescisão ou rescisão contratual, bem como, encampação, caducidade, anulação do certame ou perecimento da concessionária ou permissionária, serão considerados bens reversíveis, em favor do poder concedente, todas as edificações realizadas pelo poder concedente, com recursos repassados pela concessionária ou permissionária, para exploração do serviço de transporte coletivo, apurado na proposta vencedora da licitação, bem como todos aqueles construídos pela concessionária ou permissionária na vigência da concessão ou permissão.

Parágrafo único - Em caso de rescisão contratual por culpa da concessionária ou permissionária, os bens reversíveis serão revertidos para o poder concedente sem qualquer indenização ou pagamento.

Art. 47 - Se o infrator for empregado da empresa Concessionária, ou seu responsável ou gerenciador, às mesmas sanções estará sujeita a concessionária ou permissionária.

Art. 48 - No instrumento de notificação para apurar a infração ou

irregularidade, far-se-á constar obrigatoriamente:

- I - O dispositivo legal ou contratual infringido;
- II - O prazo para a concessionária ou permissionária apresentar sua defesa, que será sempre de 05(cinco) dias contados do recebimento da notificação;
- III - O prazo para a sua regularização;
- IV - A penalidade a que se sujeitará o infrator no caso de persistir a infração ou desobediência.

Art. 49 - Para a análise dos recursos, o poder concedente deverá constituir a Comissão de Julgamento de Infrações e Penalidades (CIP), composta por funcionários do poder concedente e por representantes dos usuários.

§1º - Os membros da CIP serão nomeados através de Portaria do Chefe do Executivo.

§2º - O Poder Executivo estabelecerá o regimento interno da CIP através da regulamentação.

§3º - Julgado procedente o recurso, a infração será cancelada e eventuais valores recolhidos a título de pagamento de multa serão devolvidos aos recorrentes.

Seção VII DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Art. 50 - Extingue-se a concessão por:

- I - advento do termo contratual;
- II - encampação;
- III - caducidade;
- IV - rescisão;
- V - anulação; e
- VI - falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

§1º - Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

§2º - Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

§3º - A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.

§4º - Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que eventualmente será devida à concessionária, na forma desta Lei.

Art. 51 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Art. 52 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

Art. 53 - A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais.

§1º - A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

- I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- II - a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e

VII - a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

§2º - A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§3º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no §1º deste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

§4º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

§5º - A indenização de que trata o parágrafo anterior, será devida na forma prevista nesta Lei e no contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

§6º - Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

§7º - A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

Art. 54 - O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

§1º - Na hipótese prevista no caput deste artigo, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

§2º - O poder concedente poderá retomar, sem qualquer direito à indenização à delegatária, os serviços a que se refere a presente lei complementar, desde que constatado que sua execução não atende às condições estabelecidas no ato de outorga da concessão, permissão ou autorização.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 55 - Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.

§1º - Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

§2º - Os contratos celebrados entre a concessionária e os terceiros a que se refere o parágrafo anterior reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o poder concedente.

§3º - A execução das atividades contratadas com terceiros

pressupõe o cumprimento das normas regulamentares da modalidade do serviço concedido.

Art. 56 - As concessões e permissões de serviço público outorgadas anteriormente à entrada em vigor desta Lei consideram-se válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato de outorga.

Parágrafo único - Vencido o prazo da concessão, o poder concedente procederá a sua licitação, nos termos desta Lei.

Art. 57 - Independe de concessão ou permissão o transporte:

I - rodoviário de pessoas, realizado por operadoras de turismo no exercício dessa atividade;

II - de pessoas, em caráter privativo de organizações públicas ou privadas, ainda que em forma regular.

Art. 58 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 59 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei 1093/97 de 10 de abril de 1997.

Corupá, 29 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte nove dias do mês de Setembro de 2009.

Lei Complementar Nº 010/09

LEI COMPLEMENTAR Nº 010/09

INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ - CTMC

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, especialmente pelo art.46, I, faz saber, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

LIVRO PRIMEIRO

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I

DA ESTRUTURA

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, objetivando regular, com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional e na Lei Orgânica do Município, os direitos e obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal.

Art. 2º - Integram o Sistema Tributário do Município de Corupá:

I - os impostos sobre:

a) propriedade predial e territorial urbana (IPTU);

b) serviços de qualquer natureza (ISSQN), não compreendidos no artigo 155, II, da Constituição Federal e definidos em lei complementar;

c) transmissão inter vivos (ITBI), a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

II - as taxas decorrentes:

a) do exercício das atividades do poder de polícia do Município;

b) da utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

III - a contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

IV - a contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública (COSIP).

Parágrafo único - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à Administração Tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

TÍTULO II

DOS TRIBUTOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Da Conceituação

Art. 3º - Tributo é toda a prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 4º - São tributos os impostos, as taxas, a contribuição de melhoria e a contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública.

§ 1º - Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

§ 2º - Taxa é o tributo cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§ 3º - Contribuição de melhoria é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas e tem como fato gerador a valorização do imóvel decorrente da realização de obras públicas.

§ 4º - A Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP) é o tributo instituído para o custeio do serviço de iluminação pública e tem como fato gerador a prestação do serviço de iluminação pública.

Seção II

Da Competência Tributária

Art. 5º - O Município de Corupá, ressalvadas as limitações de competência tributária constitucional, da Lei Orgânica, de leis complementares e deste Código, tem competência legislativa plena quanto à incidência, ao lançamento, à arrecadação e à fiscalização dos tributos municipais.

Art. 6º - A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º - A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§ 2º - A atribuição pode ser revogada a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.

§ 3º - Não constitui delegação de competência o cometimento a pessoas jurídicas de direito privado do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Seção III

Das Limitações da Competência de Tributar

Art. 7º - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributos, sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviço federal ou estadual;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos dos parágrafos deste artigo.

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

VI - conceder qualquer anistia, remissão ou isenção que envolva matéria tributária, sem que lei municipal específica as autorize;

VII - exigir o pagamento de taxas que atem contra:

a) o direito de petição aos Poderes Executivo e Legislativo municipais em defesa de direitos ou contra a ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões, em repartições públicas municipais, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

VIII - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

IX - estabelecer limitações ao tráfego, no território municipal, de pessoas ou mercadorias por meio de tributos municipais e inter-municipais.

§ 1º - As instituições de educação e de assistência social deverão observar, para efeito do disposto na alínea "c", in fine, do inciso V do caput deste artigo, os seguintes requisitos:

I - prestarem os serviços para os quais houverem sido instituídas e colocá-las à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos;

II - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

III - não remunerarem, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;

IV - aplicarem integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais;

V - manterem escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

VI - conservarem em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

VII - recolherem tributos retidos, na forma prevista nesta Lei;

VIII - assegurarem a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.

§ 2º - Sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta Lei, a Administração Tributária do Município suspenderá o gozo da imunidade a que se refere a alínea "c" do inciso V do caput deste artigo, relativamente aos anos-calendários em que a pessoa jurídica houver praticado ou, por qualquer forma, contribuído para a prática de ato que constitua infração a dispositivo da legislação tributária, especialmente no caso de informar ou declarar falsamente, omitir ou simular o recebimento de doações, bens ou dinheiro, ou de qualquer forma cooperar para que terceiro sonegue tributos ou pratique ilícitos fiscais.

§ 3º - Considera-se, também, infração a dispositivos da legislação tributária o pagamento, pela instituição imune, em favor de seus associados ou dirigentes, ou, ainda, em favor de sócios, acionistas ou dirigentes de pessoa jurídica a ela associada por qualquer forma, de despesas consideradas indedutíveis na determinação da base de cálculo do imposto sobre a renda ou da contribuição social sobre o lucro líquido.

§ 4º - Além das demais normas aplicáveis, o disposto no inciso V do caput deste artigo é subordinado à observância e comprovação, pelas entidades nele referidas, dos requisitos aplicáveis previstos no Título II, Capítulo II, Seções I e II, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Seção I

Da Incidência e do Fato Gerador

Art. 8º - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) incide sobre:

I - imóveis sem edificação;

II - imóveis com edificação.

Art. 9º - São considerados sem edificação os imóveis:

I - baldios;

II - com edificação em demolição ou cuja obra esteja paralisada, bem como com edificações condenadas ou em ruínas;

III - cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória ou que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

IV - em que houver edificação considerada, a critério da administração, como inadequada, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma.

Art. 10 - São considerados com edificação os imóveis edificados que possam ser utilizados para o exercício de qualquer atividade seja qual for a denominação, forma ou destino, desde que não compreendidos no artigo anterior.

Art. 11 - A incidência do imposto independe da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do terreno, ou de satisfação de quaisquer exigências legais e administrativas para a utilização do imóvel.

Art. 12 - O imposto constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transferências de propriedade ou de direito real a ele relativo.

Art. 13 - O IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, construído ou não, localizado em zona urbana do Município.

§ 1º - Para efeito do imposto de que trata o caput deste artigo, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de, pelo menos, dois dos seguintes benefícios implantados ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio, pavimentação ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistemas de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º - Considera-se, também, zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, integrantes de loteamentos aprovados pela municipalidade, destinados à habitação, à indústria, ao comércio ou à prestação de serviços, e os sítios de recreio, mesmo

que localizados fora da zona definida nos termos do parágrafo anterior.

§ 3º - Para todos os efeitos legais, considera-se ocorrido o fato gerador:

I - no primeiro dia de cada ano, para os imóveis situados em loteamentos aprovados em exercícios anteriores;

II - no primeiro dia do mês seguinte ao da aprovação do loteamento, em se tratando de imóveis situados em loteamentos aprovados durante o exercício.

§ 4º - É facultado ao proprietário de imóveis rurais produtivos o direito de exercer por opção a permanência de seu imóvel como propriedade rural.

§ 5º - Para efeitos do § 4º deste artigo o Imposto continuará incidindo sobre a área edificada para efeitos de cálculo de imposto predial e sobre 300 % da área edificada para efeitos de cálculo de imposto territorial.

Seção II

Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 14 - A base de cálculo para a cobrança do IPTU é o valor venal do Imóvel, constante no cadastro imobiliário, e será correspondente ao produto de sua área, multiplicado pelo valor do metro quadrado fixados nos ANEXOS XV, XVI e o da edificação do XVII.

Art. 15 - Considera-se valor venal o valor de venda à vista obtido no mercado imobiliário dos imóveis sujeitos à incidência do IPTU, de acordo com o disposto nos artigos 9º e 10 desta Lei.

§ 1º - O valor venal dos imóveis será calculado com base nos dados registrados no cadastro imobiliário fiscal, levando-se em conta os seguintes elementos, em conjunto ou isoladamente:

I - para terrenos:

a) a ocupação, o valor do imóvel, a destinação, a forma, a situação, a topografia, a pedologia, o nível da rua, a pavimentação e a área;

b) quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições competentes.

II - para edificações:

a) tipo de construção, características, utilização, posição, conservação, esquadrias, pintura, acabamento, cobertura, cozinha, pisos, forro, instalação elétrica, instalações sanitárias e número de banheiros;

b) área construída;

c) valor unitário da construção.

§ 2º - Na determinação da base de cálculo, não será considerado o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

§ 3º - O imóvel que se limitar com mais de um logradouro será considerado como situado naquele onde for atribuído maior valor venal ao metro quadrado urbano.

§ 4º - A ocorrência de fatores depreciativos do imóvel como topografia irregular, acidentes geográficos ou a exploração agropecuária, poderão ser opostos ao valor venal obtido pelos critérios legais descritos nos incisos I e II deste artigo e reconhecidos pela Administração Fazendária, para alteração dos dados do Cadastro Imobiliário Municipal, por despacho fundamentado do Secretário de Administração e Fazenda, em recurso contra base de cálculo, a ser protocolado na forma de regulamento.

§ 5º - É lícito a Comissão de Avaliação Imobiliária - COMAVI emitir parecer que revele a depreciação imobiliária de determinadas áreas ou a deflação do período

§ 6º - O critério a ser utilizado para apuração dos valores que servirão como base de cálculo para o lançamento e recolhimento do IPTU, bem como o número de parcelas, a data de vencimento e os descontos concedidos, serão definidos em regulamento e tabelas de valores a serem baixados anualmente, através de decreto, pelo

Executivo, atendidos:

I - o interesse público;

II - a capacidade econômica do contribuinte;

III - a manutenção do poder aquisitivo da moeda.

Art. 16 - Quando da vistoria de atualização cadastral in loco das propriedades imobiliárias, ficam os proprietários contribuintes, a qualquer título, obrigados ao fornecimento de todas as informações solicitadas pelos servidores credenciados pelo Município ou empresa responsável pelo credenciamento.

Art. 17 - O IPTU será calculado mediante a aplicação sobre o valor venal dos imóveis das seguintes alíquotas:

I - imóveis edificados: 1,10% - um virgula um por cento;

II - imóveis não edificados: 1,50% - um virgula cinco por cento;

III - imóveis em construção: 1,30% - um virgula três por cento;

§ 1º - Quando se tratar de imóvel localizado em logradouro pavimentado com meio fio, a alíquota será acrescida de 50%, no caso de a propriedade não possuir muro e passeio.

§ 2º - Na definição dos valores, serão levados em consideração os fatores previstos no Anexo XVI.

Art. 18 - Fica o Executivo autorizado, através de comissão de avaliação por ele designada, com um mínimo de três membros, a atualizar o valor venal dos imóveis prediais e territoriais de acordo com a valorização do mercado imobiliário do Município, com prazo mínimo de dois meses de antecedência da ocorrência do fato gerador.

Seção III

Da Inscrição no Cadastro Imobiliário

Art. 19 - A inscrição dos imóveis urbanos no cadastro imobiliário será promovida:

I - pelo proprietário ou seu representante legal;

II - por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;

III - pelo promissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;

IV - pelo possuidor do imóvel, a qualquer título;

V - de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou, ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar;

VI - pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

Art. 20 - O lançamento do imposto será feito anualmente, em moeda corrente nacional ou em UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, com base na situação factícia e jurídica existente ao se encerrar o exercício anterior.

Parágrafo único - O lançamento em moeda corrente nacional ou indexado à UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) será obrigatoriamente corrigido no mês de janeiro de cada ano; com base de cálculo no índice acumulado do INPC do ano anterior; sempre definido por decreto do poder executivo.

Art. 21 - Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes e dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde tramita a ação.

Parágrafo único - Incluem-se, também, na situação prevista no caput deste artigo, o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Art. 22 - Em se tratando de área loteada, em loteamento licenciado pelo Município, deverá o impresso de inscrição estar acompanhado de uma planta completa em escala que permita a anotação dos desdobramentos e designar o valor da aquisição, os logradouros, as quadras e os lotes, a área total, as áreas cedidas

ao patrimônio público municipal, as áreas compromissadas e as alienadas.

Art. 23 - Os responsáveis por loteamentos deverão fornecer ao final de cada mês à Administração Tributária do Município, a relação dos lotes que tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, a fim de ser feita a anotação no cadastro imobiliário.

Parágrafo único - A anotação a que se refere o caput deste artigo, in fine, somente se efetivará após o pagamento do respectivo ITBI.

Seção IV

Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 24 - O lançamento do IPTU poderá ser feito em conjunto com os demais tributos que incidam sobre o imóvel.

Parágrafo único - O imposto a que se refere o caput deste artigo será lançado independentemente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do terreno, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para utilização do imóvel.

Art. 25 - O lançamento será efetuado em nome de quem estiver cadastrado o imóvel na repartição e à vista dos elementos constantes do cadastro imobiliário fiscal, quer declarados pelo contribuinte, quer apurados pelo fisco.

Parágrafo único - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do imóvel.

Art. 26 - Na hipótese de condomínio, o imposto será lançado em nome de um, de alguns ou de todos os condôminos.

Parágrafo único - Para a aplicação do disposto no caput deste artigo, em se tratando de condomínio com unidades autônomas, nos termos da lei civil, o imposto será lançado individualmente em nome de cada um dos respectivos titulares.

Art. 27 - O imposto que incidir sobre imóvel em processo de inventário será lançado em nome do espólio.

Parágrafo único - Feita a partilha, o lançamento será transferido para o nome dos sucessores, ficando estes sujeitos à transferência do imóvel perante a Administração Tributária Municipal no prazo de trinta dias, contados do julgamento da partilha ou da adjudicação.

Art. 28 - Para os imóveis objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento poderá ser feito indistintamente em nome do compromitente vendedor ou do compromissário comprador, ou, ainda, em nome de ambos, ficando um e outro, solidariamente, responsáveis pelo pagamento do tributo.

Art. 29 - Poderão, a qualquer tempo, ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, promovidos lançamentos aditivos, retiradas as falhas dos lançamentos existentes, bem como feitos lançamentos substitutivos.

Art. 30 - Na hipótese referida no inciso II do § 3º do artigo 13 desta Lei, o lançamento será efetuado à proporção de 1/12 avos por mês que faltar para completar o exercício.

Seção V

Do Sujeito Passivo

Art. 31 - O contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil ou seu possuidor, a qualquer título.

Parágrafo único - Respondem, solidariamente, pelo pagamento do tributo:

I - o titular do domínio útil;

II - o justo possuidor;

III - o titular de direito;

IV - o titular de usufruto, uso ou habitação;

V - os promitentes imitidos na posse;

VI - os cessionários;

VII - os posseiros;

VIII - os comodatários;

IX - os ocupantes, a qualquer título, ainda que pertencentes a qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, isento do imposto ou a ele imune.

Art. 32 - O imposto é anual e, na forma da lei civil, transmite-se aos adquirentes do respectivo imóvel.

Seção VI

Das Isenções

Art. 33 - São isentos do pagamento do IPTU, desde que cumpridas as exigências previstas nesta Lei e no Decreto que poderá regulamentar a matéria:

I - as instituições ou sociedades, sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública, desde que no efetivo exercício de suas finalidades estatutárias e que comprovem o cumprimento dos requisitos previstos nos incisos I usque VII do § 1º do artigo 7º desta Lei;

II - as autoridades eclesiásticas, para o imposto incidente sobre imóvel localizado no mesmo terreno do templo religioso;

III - os proprietários de imóveis declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, relativamente ao imposto incidente sobre estes, observando-se o seguinte:

a) em se tratando de imóveis edificados, a partir da imissão de posse ou ocupação efetiva pelo Poder desapropriante;

b) em se tratando de imóveis baldios, a partir da data da declaração.

IV - o contribuinte que preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) resida no imóvel a ser concedido a isenção,

b) não possuir outro imóvel, construído ou não, qualquer que seja sua localização;

c) tenha uma renda mensal não superior a um salário mínimo e meio;

d) ter padrão de vida compatível com a renda a que se refere a alínea anterior, mediante avaliação segundo critérios objetivos definidos em decreto.

e) declaração da Assistente Social de verificação in loco da situação das informações prestadas sejam verídicas constantes na alínea anterior.

V - o contribuinte portador de esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, doença de Parkinson, doença de Alzheimer, síndrome da imunodeficiência adquirida, nefropatia grave, cardiopatia grave, espondiloartrose anquilosante, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, fibrose cística (mucoviscidose) ou alienação mental, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) esteja aposentado por invalidez motivada por uma das moléstias previstas neste inciso;

b) esteja incapacitado para o trabalho;

c) tenha uma renda mensal não superior a um salário mínimo e meio;

d) ter padrão de vida compatível com a renda a que se refere a alínea anterior, mediante avaliação segundo critérios objetivos definidos em decreto.

e) declaração da Assistente Social de verificação in loco da situação das informações prestadas sejam verídicas constantes na alínea anterior.

§ 1º - O Município reservar-se-á o direito de buscar e averiguar todas as informações necessárias para o fim de conceder ou não a isenção requerida.

§ 2º - As isenções serão requeridas anualmente antes do



vencimento da primeira parcela do imposto, serão declarados em requerimento interposto à Administração Tributária Municipal, e sua cassação se dará uma vez verificado não mais existirem os pressupostos que autorizam sua concessão.

§ 3º - Será indeferido o pedido de isenção em casos de omissão de rendimentos ou informações inverídicas sobre seu padrão de vida ou sobre sua situação econômico-financeira, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

§ 4º - Efetuado o pagamento total do tributo, extingue-se o direito à isenção no respectivo exercício e nos casos de pagamentos parciais poderá ser deferida a isenção das parcelas ainda não pagas.

§ 5º - A moléstia a que se refere o inciso V do caput deste artigo deverá ser comprovada por laudo pericial médico atualizado anualmente, atestando a incapacidade para o trabalho.

Seção VII

Das Contestações de Valores

Art. 34 - O prazo para recebimento da reclamação contra o lançamento do IPTU e demais Tributos ou Contribuições, deverá ser feita por meio de requerimento fundamentado, até o vencimento da 1º (primeira) parcela.

Art. 35 - A Administração Tributária Municipal conceberá durante o julgamento do requerimento os benefícios estabelecidos até a data da contestação, limitando a Administração a concluir o referido parecer em até 60 dias após o protocolo.

Seção VIII

Dos Descontos no Recolhimento

Art. 36 - Fica concedido desconto adicional ao contribuinte de Imposto Predial, Territorial, Taxas e Serviços, a partir de vigência desta Lei, que mantenha a regularidade no pagamento do tributo, dentro dos prazos estabelecidos na legislação tributária municipal.

Parágrafo Único - O desconto adicional obedecerá de forma diferenciada para recolhimento do IPTU em cota única, levando em consideração a regularidade das obrigações tributárias dos contribuintes municipais, nos seguintes percentuais;

I – 10% - Para contribuintes que possuírem débitos em exercícios anteriores;

II – 12% - Para contribuintes com débitos pagos até o dia 31 de dezembro;

III – 15% - Para contribuintes optantes de forma parcelada e paga até o seu vencimento;

IV – 20% - Para contribuintes com pagamento em cota única no exercício anterior;

Art. 37 - Perderá o direito aos descontos concedidos no artigo anterior, incisos II, III e IV deste Código o contribuinte que, por fiscalização for constatado qualquer irregularidade no imóvel.

Parágrafo Único - Constatada pela Fiscalização Tributária Municipal a penalidade cometida pelo contribuinte, o Município estenderá o benefício previstos no caput deste artigo ao contribuinte somente no exercício seguinte ao ano de sua regularização.

Art. 38 - Ao contribuinte que tiver parcelamento de débitos em Programa de Recuperação Fiscal, não lhe será concedido os benefícios constantes nos incisos II, III, IV do artigo 36 deste Código Tributário.

Seção IX

Dos Pagamentos Parcelados

Art. 39 – O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do Município – IPTU e taxas correlatas, relativo a cada exercício, poderá ser pago à vista ou em até sete (07) parcelas, de acordo com a tabela abaixo, obedecido o valor mínimo estabelecido no artigo:

PARCELA	DATA DO VENCIMENTO
Cota única	15 de Março
1ª Parcela	15 de Março
2ª Parcela	15 de Abril
3ª Parcela	15 de Maio
4ª Parcela	15 de Junho
5ª Parcela	15 de Julho
6ª Parcela	15 de Agosto
7ª Parcela	15 de Setembro

Parágrafo Único: As parcelas cujo o vencimento vierem a ocorrerem em finais de semanas e feriados serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente ao vencimento.

CAPÍTULO III

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção I

Da Incidência e do Fato Gerador

Art. 40 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) tem como fato gerador a prestação de serviços constantes na lista do ANEXO I desta Lei, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação tenha se iniciado no exterior do País.

§ 2º - Ressalvadas as exceções expressas na lista do ANEXO I, os serviços nela mencionados ficam sujeitos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º - O ISSQN incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão, concessão ou delegação, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

Art. 41 - A incidência do ISSQN e sua cobrança não dependem:

I - da existência de estabelecimento fixo;

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

III - do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação dos serviços;

IV - da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 42 - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos deste artigo, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do artigo 33 desta Lei;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista do ANEXO I;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista do ANEXO I;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista do ANEXO I;

V - das edificações em geral, estradas, pontes e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista do ANEXO I;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista do ANEXO I;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista do ANEXO I;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista do ANEXO I;

IX - do controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista do ANEXO I;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista do ANEXO I;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista do ANEXO I;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista do ANEXO I;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista do ANEXO I;

XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas, vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista do ANEXO I;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista do ANEXO I;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista do ANEXO I;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista do ANEXO I;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista do ANEXO I;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista do ANEXO I;

XX - do aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário ou ferroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista do ANEXO I.

§ 1º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista do ANEXO I, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no último dia de cada mês em que haja, no território do Município de Corupá, extensão de ferrovia, rodovia, cabos, dutos, condutos de qualquer natureza e posteamento, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista do ANEXO I, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no último dia de cada mês em que haja, no território do Município de Corupá, extensão de rodovia.

§ 3º - Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Seção II

Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 43 - A base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço, sendo que o imposto será calculado mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

I - serviços previstos nos itens 6.05 12, 15, 18, 19, 21, 22, 26 e 28, e seus respectivos subitens, do ANEXO I desta Lei: 5% (cinco por cento);

II - serviços previstos nos subitens 6.01, 6.02, 10.09 e 14.04 do ANEXO I desta Lei: 2% (dois por cento);

III - outros serviços: 3% (três por cento).

§ 1º - Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de

trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, não compreendida nestes a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho, ressalvadas as hipóteses previstas no ANEXO I desta Lei.

§ 2º - A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre os serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços constante do ANEXO I desta Lei, corresponderá a quarenta por cento do valor das obras neles referidas.

§ 3º - Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista de serviços do ANEXO I desta Lei forem prestados em mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes no território do Município de Corupá.

§ 4º - Ficam excluídos da base de cálculo do ISSQN devido pelos hospitais sediados em Corupá os recursos a eles repassados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 44 - O preço dos serviços é a receita bruta a eles correspondente, sem qualquer dedução, ainda que a título de subempreitada de serviço, frete, despesa ou imposto.

§ 1º - Constituem parte integrante do preço:

I - os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;

II - os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação e serviços, sob qualquer modalidade ou título;

III - o montante do imposto transferido ao tomador do serviço, cuja indicação dos documentos fiscais será considerada simples elemento de controle;

IV - os valores despendidos direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviços, a título de participação, co-participação ou demais formas da espécie.

§ 2º - Não integram o preço do serviço os valores relativos a desconto ou abatimento total ou parcial sujeitos a condição, desde que prévia e expressamente contratados.

Art. 45 - O preço de determinados serviços poderá ser fixado pela autoridade competente, da seguinte forma:

I - em pauta que reflita o preço corrente na praça;

II - mediante estimativa, quando a base de cálculo não oferecer condições de apuração pelos critérios normais, ou quando se tratar:

a) de atividade exercida em caráter temporário;

b) de contribuinte com organização rudimentar;

c) de contribuinte que não emite documentos fiscais ou deixa de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação;

d) de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades aconselhem, a critério exclusivo da autoridade competente, tratamento fiscal específico.

III - por arbitramento, nos casos especificamente previstos.

Art. 46 - No cálculo do imposto por estimativa, serão observadas as seguintes normas:

I - o valor provável da receita tributável e o imposto a recolher serão estimados tomando-se por base pelo menos um dos aspectos seguintes;

a) as informações do contribuinte;

b) o volume de receita em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, inclusive mediante comparativo com outros contribuintes de idêntica atividade;

c) a localização do estabelecimento;

d) as despesas fixas de manutenção da atividade;

e) outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculadas à atividade.

II - o montante do imposto assim estimado será lançado e recolhido

na forma e de acordo com os prazos previstos em regulamento;
III - findo o exercício ou período de estimativa ou deixado o regime a ser aplicado, serão apurados os preços dos serviços e o montante do imposto devido pelo contribuinte;

IV - verificada qualquer diferença entre o montante do imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido, o mesmo será:
a) recolhido dentro do prazo de trinta dias, contados da data do encerramento do exercício ou do período considerado, independentemente de qualquer iniciativa da administração, quando ele for devido;

b) restituído, mediante requerimento do contribuinte, apresentada na forma e nos prazos previstos em regulamento.

§ 1º - O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa poderá, a critério da autoridade competente, ser feito individualmente, por categorias de contribuintes e grupos ou setores de atividade.

§ 2º - A aplicação do regime de estimativa independerá do fato de se encontrar o contribuinte sujeito a possuir escrita fiscal.

§ 3º - Poderá, a qualquer tempo, ser suspensa a aplicação do regime de estimativa de modo geral ou individual, bem como poderão ser revistos os valores estimados para determinado período e, se for o caso, reajustadas as prestações subsequentes à revisão.

§ 4º - Na hipótese prevista na alínea "a" do inciso II do artigo 45 desta Lei, o imposto deverá ser pago antecipadamente, não podendo o contribuinte iniciar suas atividades antes de efetuar o respectivo pagamento, sob pena de interdição do local, independentemente de qualquer formalidade.

Art. 47 - A receita bruta será arbitrada sempre que:

I - o contribuinte não possuir documentos ou livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com a escrituração em dia;

II - o contribuinte, depois de intimado, deixar de exibir os documentos ou livros fiscais de utilização obrigatória;

III - ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento, inclusive quando os elementos constantes dos documentos fiscais ou contábeis não refletirem o preço real do serviço;

IV - sejam omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito, ou quando não possibilitem a apuração das receitas;

V - o contribuinte não houver recolhido o imposto nos prazos determinados por lei ou por regulamento, no caso de recolhimento por auto lançamento;

VI - ocorrer o exercício de qualquer atividade que implique em realização de operação tributável, sem que o contribuinte esteja devidamente inscrito na repartição fiscal competente;

VII - for constatada a prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

VIII - forem prestados serviços sem a determinação do preço ou a título de cortesia.

Art. 48 - Quando não puder ser conhecido o valor efetivo da receita bruta, resultante da prestação de serviços, ou quando os registros a eles relativos não mereçam fé pelo fisco, tomar-se-á por base de cálculo a receita bruta arbitrada, a qual não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao total das seguintes parcelas:

I - valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos e aplicados durante o ano;

II - folha de salários pagos durante o ano, adicionados os honorários de diretores e as retiradas dos proprietários, sócios ou gerente;

III - dez por cento do valor venal do imóvel, ou parte dele, e dos equipamentos utilizados pela empresa ou pelo profissional autônomo;

IV - despesas com consumo de água, luz, telefone e demais encargos obrigatórios do contribuinte.

Parágrafo único - A receita bruta arbitrada poderá ter, ainda, como

base de cálculo:

I - a receita lançada para o contribuinte em anos anteriores, devidamente atualizada;

II - a receita auferida por contribuinte de uma mesma atividade.

Subseção I

Do ISSQN Fixo e dos Contribuintes

Art. 49 - A prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, que não tenha a seu serviço, empregado da mesma qualidade profissional.

Parágrafo único - Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte o serviço prestado:

I - por firmas individuais;

II - em caráter permanente sujeito a normas do tomador, ainda que por trabalhador autônomo.

Art. 50 - Para os contribuintes na forma de sociedade de profissional liberal o imposto de serviços de qualquer natureza será determinado, anualmente, pela soma dos valores atribuídos aos sócios.

§ 1º - Sociedade de profissional liberal é a reunião de pessoas físicas do mesmo grupo ocupacional, habilitadas para o exercício das atividades profissionais especificadas nos incisos a seguir:

I - quando se tratar de serviços prestados pelos profissionais de nível rudimentar;

II - quando se tratar de serviços prestados pelos profissionais de nível elementar;

III - quando se tratar de serviços prestados pelos profissionais de nível técnico;

IV - quando se tratar de serviços prestados pelos profissionais de nível superior.

a) nos termos do inciso I, tem-se por profissional de nível rudimentar o faxineiro, tintureiro, jardineiro, costureira, doceira, cozinheira, carregadores e tricoteiras.

b) nos termos do inciso II, tem-se por profissional de nível elementar aquelas atividades que não necessitem de formação técnica ou superior.

c) nos termos do inciso III, tem-se por profissional de nível técnico aquelas atividades que necessitem de formação técnica.

d) nos termos do inciso IV, tem-se por profissional de nível superior técnico aquelas atividades que necessitem de formação superior.

§ 2º - Deixa de ser de profissional liberal a sociedade em que se verifique qualquer uma das seguintes hipóteses

a) sócio não habilitado para o exercício da atividade correspondente aos serviços prestados;

b) sócio pessoa jurídica;

c) sócio participante do quadro societário mas não exercendo a atividade na sede da empresa, mas desde que comprovado o vínculo em outro local;

d) mais de 5 (cinco) empregados profissionalmente não habilitados para o exercício da atividade correspondente aos serviços prestados;

e) quando a sociedade exercer, também, atividade não prevista nas acima especificadas.

Art. 51 - Fica facultado ao Chefe do Poder Executivo mediante Decreto regulamentar questões oriundas e pertinentes da matéria da presente Subseção.

Subseção II

Da Base de Cálculo e Alíquota do ISSQN Fixo

Art. 52 - O imposto sobre os serviços de qualquer natureza prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte e de sociedade de profissional liberal será calculado, anualmente, através da aplicação da alíquota de 3% sobre as seguintes bases imponíveis diferenciadas em função da natureza da atividade, prevista no ANEXO XVIII.

Seção III**Da Inscrição no Cadastro**

Art. 53 - As pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades descritas no ANEXO I desta Lei, ficam sujeitas à inscrição no Cadastro de Contribuintes do ISSQN

§ 1º - A inscrição no cadastro a que se refere o caput deste artigo, será promovida pelo contribuinte ou responsável, na forma e nos prazos estipulados em regulamento.

§ 2º - Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - empresário: quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços;

II - profissional autônomo:

a) a pessoa física que exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa;

b) a pessoa física que fornecer o próprio trabalho, em caráter pessoal, sem relação de emprego, com o auxílio de, no máximo, duas pessoas, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

§ 3º - Salvo as exceções expressas em lei, consideram-se:

I - sociedade empresária: a que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro;

II - sociedades simples: as demais.

Art. 54 - As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável no ato da inscrição ou atualização dos dados cadastrais não implicam em aceitação pelo fisco, que poderá revê-los a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Parágrafo único - A inscrição, alteração ou retificação de ofício não eximem o infrator das multas e penalidades cabíveis.

Art. 55 - A obrigatoriedade da inscrição estende-se às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento do imposto.

Art. 56 - A inscrição deverá ser efetuada antes do início das atividades do prestador de serviço.

Art. 57 - O contribuinte deverá comunicar à Administração Tributária a cessação das atividades até o último dia do mês subsequente ao da paralisação da mesma.

§ 1º - Caso o contribuinte não seja encontrado no domicílio tributário fornecido para a tributação, a inscrição e o cadastro poderão ser desativados ou baixados de ofício.

§ 2º - A anotação de cessação ou paralisação das atividades não extingue os débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou à baixa de ofício.

Seção IV**Do Lançamento e da Arrecadação**

Art. 58 - O lançamento do imposto será efetuado na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, tomando-se por base os dados constantes do Cadastro de Prestadores de Serviços.

Art. 59 - O imposto será recolhido:

I - por meio de guia preenchida pelo fisco, quando for valor fixo;

II - por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte, sujeito ao autolancamento, de acordo com modelo, forma e prazo estabelecidos em regulamento;

III - por meio de retificação de lançamento, emitida pela repartição competente.

Art. 60 - O contribuinte que exerce mais de uma atividade constante

no ANEXO I desta Lei, em caráter permanente ou eventual, ficará sujeito ao imposto que incidir sobre cada uma delas.

§ 1º - Quando a atividade tributável for exercida em estabelecimentos distintos, o imposto será calculado e cobrado por estabelecimento.

§ 2º - Consideram-se estabelecimentos distintos, para efeito de lançamento e cobrança do imposto:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais diversos.

§ 3º - Não são considerados locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

Seção V**Do Valor Mínimo de Recolhimento**

Art. 61 - Fica estipulado o valor mínimo de 10,00 (Dez) UFRMs para emissão da guia de recolhimento

Art. 62 - Apurado valor inferior, o contribuinte ou responsável deverá somar o valor devido ao apurado no mês subsequente, de forma cumulativa, até atingir o limite estabelecido no caput.

Art. 63 - Em processo regular de fiscalização, constatado, dentro do mesmo exercício financeiro, a existência de crédito tributário de valor inferior a 10,00 (dez) UFRMs, o agente fiscal poderá dispensar o pagamento, desde que autorizado por despacho da Administração Tributária Municipal.

Art. 64 - Havendo necessidade, o Chefe do Poder Executivo baixará Decreto sobre a presente matéria, traçando diretrizes para sua adequada execução, inclusive podendo alterar o referido valor mínimo de recolhimento.

Seção VI**Do Registro Fiscal**

Art. 65 - Os prestadores dos serviços previstos na lista do ANEXO I desta Lei, ainda que imunes ou isentos, deverão:

I - manter escritos em livros próprios destinados ao registro os serviços prestados;

II - emitir notas fiscais de serviços ou outro documento exigido pela Administração Tributária, por ocasião da prestação de serviços.

§ 1º - Os livros de que trata o inciso I do caput deste artigo são os seguintes:

I - Livro de Registro de Serviços e Apuração do ISSQN: obrigatório para todos os prestadores de serviços, exceto se o prestador for profissional autônomo;

II - Livro de Registro de Serviços de Ensino: obrigatório para todas as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços de educação, ensino, instrução e treinamento de qualquer grau, de exame vestibular e congêneres;

III - Livro de Registro de Serviços de Planos de Saúde: obrigatório para todas as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços relativos a planos de medicina de grupo ou individual, convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres, e outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário;

IV - Livro de Registro de Serviços de Cartório: obrigatório para todos os prestadores de serviços de registros públicos, cartorários e notariais;

V - Livro de Registro de Serviços de Saúde: obrigatório para todas as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços de saúde, assistência médica e congêneres;

VI - Livro de Registro de Serviços de Hospedagem: obrigatório para todos os prestadores de serviços de hospedagem de qualquer natureza em hotéis, motéis e congêneres;
 VII - Livro de Registro de Entrada de Bens de Terceiros: obrigatório para todas as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços relativos a bens de terceiros;
 VIII - Livro de Registro de Serviços Veterinários: obrigatório para todas as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços de medicina veterinária e congêneres;
 IX - Livro de Registro de Serviços de "Internet": obrigatório para todas as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços relativos a "Internet" e congêneres;
 X - Livro de Registro de Administração de Consórcios e de Bens e de Negócios de Terceiros: obrigatório para todas as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços relativos à administração de consórcios, de bens e de negócios de terceiros e congêneres;
 XI - Livro de Registro de Agenciamento, de Corretagem e de Intermediação: obrigatório para todas as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços relativos a agenciamento, corretagem, intermediação e congêneres;
 XII - Livro de Registro de Serviços de Rádio e de Televisão: obrigatório para todos os prestadores de serviços relativos a rádio e televisão;
 XIII - Livro de Registro de Serviços de Mão-de-obra: obrigatório para todos os prestadores de serviços de recrutamento, agenciamento, seleção e fornecimento de mão-de-obra;
 XIV - Livro de Registro de Propaganda e de Publicidade: obrigatório para todas as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços de propaganda e publicidade;
 XV - Livro de Registro de Administração Financeira: obrigatório para todos os prestadores de serviços de administração de fundos, de consórcio, de cartão de crédito ou débito, de títulos, de contratos de franchise, factoring e leasing e congêneres.

§ 2º - No livro de que trata o inciso I do parágrafo anterior deverão ser registrados a data e valor de cada documento fiscal emitido, o respectivo valor do ISSQN, o total do ISSQN devido no mês, além de outras informações definidas em regulamento.

§ 3º - Nos livros de que tratam os incisos II, III e IV do § 1º deste artigo deverão ser registrados os dados de identificação do tomador do serviço, o respectivo valor recebido, a data do recebimento, a espécie do serviço prestado, a totalização mensal, além de outras informações definidas em regulamento.

§ 4º - Nos livros de que tratam as alíneas V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI do § 1º deste artigo deverão ser registrados os dados de identificação do tomador do serviço, a espécie e o valor do serviço prestado, além de outras informações definidas em regulamento.

§ 5º - Os livros de que tratam os incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XVI do § 1º deste artigo somente poderão ser exigidos após a sua regulamentação, através de Decreto do Executivo Municipal.

§ 6º - A Administração Tributária poderá exigir dos prestadores, tomadores e intermediários de serviços a apresentação de declaração de serviços, manual ou eletrônica, cuja periodicidade, forma e prazo de apresentação serão definidos em regulamento.

§ 7º - Na declaração a que se refere o parágrafo anterior deverão ser escriturados todos os valores referentes a serviços prestados, tomados ou intermediados, além de outros dados ou funcionalidades a serem definidos em regulamento.

Art. 66 - Os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelos prestadores de serviços serão definidos em regulamento.

§ 1º - A escrituração fiscal deverá ser mantida em cada um dos estabelecimentos sujeitos à inscrição municipal, ou, na falta deste, em seu domicílio fiscal.

§ 2º - Os livros e documentos fiscais deverão ser devidamente formalizados, nas condições e prazos regulamentares.

§ 3º - Os livros e documentos fiscais, cuja exibição à fiscalização é obrigatória, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

§ 4º - A impressão dos documentos fiscais a que se refere o inciso II do caput do artigo anterior será precedida de autorização do fisco municipal, tendo tais documentos prazo de validade não inferior a um e nem superior a três anos, contados da data da autorização para impressão, conforme dispuser o regulamento.

§ 5º - Finda a validade dos documentos fiscais, os não utilizados deverão ser apresentados ao fisco, no prazo de sessenta dias, para incineração.

§ 6º - Consideram-se vencidas as Notas Fiscais que não possuírem a impressão da data de validade.

§ 7º - Cada estabelecimento, matriz, filial, sucursal ou agência terá escrituração própria, vedada a centralização na matriz ou estabelecimento principal.

Art. 67 - A Administração Tributária, por despacho fundamentado, poderá:

I - permitir a adoção de regime especial, para a emissão de documentos e escrituração de livros fiscais, quando vise a facilitar o cumprimento, pelo contribuinte, das obrigações fiscais;

II - exigir a adoção de livros ou documentos especiais, tendo em vista a peculiaridade ou complexidade do serviço prestado.

Art. 68 - Sendo insatisfatórios para a fiscalização os meios normais de controle para apuração do imposto, poderá ser exigida dos contribuintes a apresentação de livros contábeis, bem como de instrumentos ou documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados e da receita apurada.

Seção VII

Do Sujeito Passivo

Art. 69 - O Contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN é o prestador do serviço.

§ 1º - São solidariamente responsáveis com o prestador de serviços:

I - as empresas ou profissionais autônomos, pelo pagamento do imposto relativo aos serviços a eles prestados por terceiros, se não exigirem do prestador do serviço a comprovação da respectiva inscrição no Cadastro de Contribuintes do ISSQN e a emissão do documento fiscal, quando este for pessoa jurídica, ou se aceitarem documento fiscal com prazo de validade vencido;

II - o proprietário da obra;

III - o proprietário ou seu representante, que ceder dependências ou locais para a prática de jogos ou diversões, sem que o contribuinte esteja quite com o imposto;

IV - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

V - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos itens 3.02, 3.03, 3.04, 3.05, 7.02, 7.03, 7.04, 7.05, 7.06, 7.08, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.13, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 10.01, 11.02, 11.04, 16.01, 17.04, 17.05, 7.08, 17.10, 17.11, 17.13, 28.01, 30.01, 31.01, e nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista do ANEXO I desta Lei, quando o prestador dos serviços estiver estabelecido ou domiciliado fora do território do Município de Corupá;

VI - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 11.01, 11.02, 11.04, 16.01, 17.05 e 17.10 e nos itens 12 e 20 da lista de serviços do Anexo I, desde que o local das execuções destes serviços se encontre dentro do território do município de Corupá, ainda que os prestadores sejam estabelecidos em outro município;

VII – as pessoas jurídicas de direito privado imunes ou isentas do ISSQN, as entidades sem fins lucrativos, as instituições de ensino, as cooperativas, as instituições financeiras e as sociedades anônimas que se utilizarem ou efetuarem pagamento de quaisquer dos serviços previstos no ANEXO I desta Lei;

VIII – a União, o Estado, e os seus respectivos órgãos da administração direta, bem como as respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista sob seu controle, e as fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no território do Município de Corupá, que se utilizarem ou efetuarem pagamento de quaisquer dos serviços previstos no ANEXO I desta Lei.

§ 2º - Não sendo apresentado o comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes e o documento fiscal a que se refere o inciso II do caput do artigo 65 desta Lei, ou sendo apresentado o documento fiscal com prazo de validade vencido, aquele que utilizar os serviços reterá o valor do imposto correspondente e o recolherá ao órgão municipal específico, conforme dispuser o decreto que regulamentar a matéria.

§ 3º - As pessoas jurídicas a que se referem os incisos I, III, IV, V, VI, VII e VIII do § 1º e o § 2º deste artigo, estabelecidas ou sediadas no território do Município de Corupá, deverão reter o ISSQN, com base no preço do serviço e alíquota estabelecida para a atividade exercida, independentemente do regime de tributação em que o contribuinte estiver enquadrado.

§ 4º - Os órgãos da administração direta da União, dos Estados e do Município, bem como as respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista sob seu controle, e as fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município de Corupá, que se utilizarem de serviços prestados por profissional autônomo ou empresa, inscritos ou não no Cadastro Geral de Contribuintes do Município, sujeitos à incidência do ISSQN, reterão no ato do pagamento do serviço, o valor do imposto devido.

§ 5º - Também são solidariamente responsáveis com o prestador de serviços os notários e registradores, os oficiais de escrivania ou de cartório de vara da justiça latu census, distribuidor e demais oficiais e serventuários da justiça, inclusive da Justiça Federal, pelo pagamento do ISSQN correspondente aos honorários pagos ou repassados para advogados, contadores, peritos e demais valores que forem pagos, distribuídos ou passados referente à prestação de qualquer dos serviços previstos no Anexo I desta Lei.

§ 6º - As retenções do ISSQN pelas pessoas de que tratam os incisos III a VIII do § 1º e o § 2º deste artigo, deverão ser efetuadas independentemente de estar o prestador dos serviços inscrito no Cadastro de Contribuintes do ISSQN ou da emissão do documento fiscal.

§ 7º - As retenções deverão ser efetuadas no ato do pagamento e os valores retidos deverão ser recolhidos aos cofres da Administração Tributária até o dia 15 do mês subsequente àquele em que for efetuada a retenção.

§ 8º - Os responsáveis pela retenção a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 9º - Os responsáveis pela retenção do ISSQN fornecerão ao prestador do serviço o recibo de retenção na fonte e ficam obrigados a enviar à Administração Tributária as informações objeto da retenção, de acordo com o regulamento.

§ 10 - Os contribuintes do ISSQN registrarão, no livro destinado ao registro dos serviços prestados ou equivalente e no documento fiscal, os valores que lhes foram retidos na fonte pagadora, tendo por documento hábil o recibo a que se refere o parágrafo anterior.

§ 11 - A retenção deverá ser efetuada no ato do pagamento, independentemente da data de emissão da Nota Fiscal ou Recibo.

§ 12 - Caso o responsável não efetue a retenção no ato do

pagamento e declare espontaneamente a infração, ficará obrigado a recolher o valor correspondente ao imposto não retido, acrescido de multas, juros e correção monetária.

§ 13 - A responsabilidade solidária e pela retenção previstas neste artigo não comportam benefício de ordem.

§ 14 - O Poder Público municipal poderá firmar convênio com pessoas jurídicas de direito privado, que se utilizarem de serviços prestados por profissional autônomo ou empresa, inscritos ou não no Cadastro Geral de Contribuintes do Município, sujeitos à incidência do ISSQN, para reterem no ato do pagamento do serviço o valor do imposto devido.

§ 15 - As formas, os prazos e os critérios de repasse ao Município do tributo retido na forma do parágrafo anterior serão estabelecidos no respectivo convênio.

Seção VIII

Do Vencimento

Art. 70 - Contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá recolher o Imposto sempre observando o que segue:

§ 1º - Quando ISSQN for lançado pelo regime de estimativa fixa e/ou arbitramento, deverá ser pago à vista ou em até sete (06) parcelas, de acordo com a tabela abaixo, obedecido o valor mínimo estabelecido em Lei:

PARCELA	DATA DO VENCIMENTO
Cota única	15 de Março
1ª Parcela	15 de Março
2ª Parcela	15 de Abril
3ª Parcela	15 de Maio
4ª Parcela	15 de Junho
5ª Parcela	15 de Julho
6ª Parcela	15 de Agosto

§ 2º - Os demais casos de ISSQN retido na fonte e contribuições mensais serão recolhidos mensalmente até 15 dias após o mês subsequente ao fato gerador, ou na impossibilidade no primeiro dia útil subsequente.

Art. 71 - No caso de início de atividade entre Julho e Dezembro, por quem deva pagar o imposto de acordo com o §1º do artigo anterior, o valor será proporcional ao número de meses faltantes no exercício.

Art. 72 - Havendo necessidade o Chefe do Poder Executivo poderá através de Decreto prorrogar os vencimentos do ISSQN de que trata o artigo 70.

Seção IX

Das Isenções e da Não-Incidência

Art. 73 - Ficam isentos do pagamento do ISSQN:

I - as associações comunitárias, comerciais, industriais e os clubes de serviço, cuja finalidade essencial, nos termos dos respectivos estatutos e em vista dos atos efetivamente praticados, esteja voltada para o desenvolvimento da comunidade e atendidas as exigências desta Lei.

Art. 74 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único - Não se enquadram no disposto no inciso I do caput deste artigo os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Seção X

Do ISSQN da Mão de Obra na Construção Civil

Subseção I

Do Fato Gerador e Contribuinte

Art. 75 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, devido pela mão-de-obra na construção civil, deverá ser recolhido antecipadamente à entrega do alvará de licença para construção, calculado de acordo com a tabela de valores unitários de construção, determinada no ANEXO XIX.

§ 1º - Terminada a construção, é facultado a ambas as partes, sujeito ativo e passivo da relação tributária, exigir o imposto apurado a maior do que a estimativa para a edificação ou a devolução pelo recolhimento a maior, em razão de prestação de serviços insuficientes para alcançar o imposto lançado.

§ 2º - O sujeito ativo da relação tributária, de que trata o parágrafo anterior, terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para efetuar a devolução ao sujeito passivo, do recolhimento a maior em razão de prestação de serviços insuficientes para alcançar o imposto lançado.

§ 3º - A apuração de que tratam os parágrafos anteriores serão efetuadas pela Administração Tributária do Município.

Art. 76 - A regularização tributária de mão de obra na construção civil, de responsabilidade de pessoa natural ou jurídica, será procedida em conformidade com os critérios e rotinas estabelecidas no presente Código Tributário Municipal de Corupá e demais regulamentações.

Art. 77 - O lançamento do Imposto Sobre Serviço de Construção, ampliação, reforma e demolição, será com base no tipo e metragem quadrada (m²) da obra prevista na tabela do ANEXO XIX, desta Lei.

§1º - Nas obras de reformas o valor do imposto será calculado com base na área a ser reformada, informada no respectivo alvará de licença.

§ 2º - As obras de construções mistas serão calculadas proporcionalmente ao tipo de construção.

§ 3º - As construções que não forem abrangidas na Tabela do Anexo I serão calculadas por obra equivalente, quando não possuírem o contrato do valor do serviço.

Art. 78 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, devido sobre o valor da mão-de-obra utilizada na Construção Civil, calculada por estimativa da receita, terá por base referencial o valor médio do metro quadrado do Custo Unitário Básico da Construção Civil (CUB/SC).

Subseção II

Do Lançamento

Art. 79 - Para a realização do procedimento fiscal de homologação do Imposto Sobre Serviço da construção civil deverão ser apresentados:

I - Notas Fiscais de serviço das empresas prestadoras de serviços que atuaram na obra e Notas Fiscais de Serviço Avulso quando prestado por profissional autônomo;

II - Guias de recolhimento do Imposto Sobre Serviço das Notas Fiscais de serviço das empresas prestadoras;

III - Notas fiscais de materiais e mercadorias aplicadas na obra;

IV - Contrato de prestação de serviços;

V - Outros documentos comprobatórios do montante tributável aplicado na obra.

§1º - As notas fiscais relativas aos materiais, subempreitadas e administração deverão conter, no ato da sua emissão, obrigatoriamente, nome, endereço e número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou natural (CPF) do contratado ou tomador de serviços e o número do Alvará de Construção da obra, sob pena dos valores respectivos não serem deduzidos da base de cálculo.

§2º - Fica dispensada a apresentação das notas fiscais dos materiais adquiridos por terceiros quando a Nota Fiscal de Serviço apresentar valor da mão-de-obra maior ou igual a 40% (quarenta por cento) de seu montante total.

Art. 80 - Do procedimento fiscal previsto no artigo anterior resultará relatório fiscal informando:

I - Montante do imposto devido na forma do artigo 77, desta Lei:

II - Montante do imposto já recolhido;

III - Saldo do imposto a pagar, se for o caso.

Art. 81 - Constitui condição para outorga do Habite-se ou Certificado de Conclusão da Obra o pagamento integral do imposto.

Subseção III

Do Base de Cálculo

Art. 82 - Para aferição do imposto devido pelos serviços de construção civil, a que se referem os itens 7.02, 7.04, e 7.05 da Lista de Serviços do ANEXO I, serão convertidos em UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Parágrafo único - Será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$V = A \times Q \times \text{UFRM}$$

V = Valor do ISSQN devido

A = Área de Edificação

Q = Quantidade de UFRMs

UFRM = Valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal

Art. 83 - O lançamento do Imposto Sobre Serviço de Construção, ampliação, reforma e demolição, será com base no tipo e metragem quadrada (m²) da obra prevista no ANEXO XIX, desta Lei.

§1º - Nas obras de reformas o valor do imposto será calculado com base na área a ser reformada, informada no respectivo alvará de licença.

§ 2º - As obras de construções mistas serão calculadas proporcionalmente ao tipo de construção.

§ 3º - As construções que não forem abrangidas na no Anexo XIX serão calculadas por obra equivalente, quando não possuírem o contrato do valor do serviço.

Subseção IV

Do Pagamento

Art. 84 - O lançamento do imposto estimado será efetuado através de Carnê cota única e terá vencimento em 30 (trinta) dias da data de emissão do Alvará de Construção, Ampliação, Reforma ou Demolição.

Subseção V

Da Não Incidência ou Isenção

Art. 85 - Estarão isentas do ISSQN de que trata esta Seção do Código Tributário Municipal as edificações de moradia econômicas devidamente inscritas e aprovadas dentro da Instrução Normativa do CREA/SC nº 18/93 de 08 de Março de 1993, que:

I – que sejam de 01 (um) só pavimento;

II – que sejam com área final construída de até 70,00m²;

III – que sejam unitárias, isoladas e não constituírem parte de agrupamento ou conjunto de realização simultânea.

Art. 86 - O Município elaborará e cederá gratuitamente aos

beneficiários os projetos de moradia econômica, com a respectiva responsabilidade técnica do projeto.

Parágrafo único - Os beneficiários ficam isentos do pagamento das taxas de aprovação do projeto da obra perante a municipalidade e do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a edificação.

Art. 87 - O interessado na obtenção do benefício a que se refere este Código deverá atender os seguintes requisitos:

- I - ter renda familiar de até 04 (quatro) salários mínimos;
- II - não possuir nenhuma outra moradia;
- III - ser pessoa física.

Art. 88 - O benefício será concedido ao mesmo interessado somente uma vez, salvo caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.

Parágrafo único - A municipalidade não liberará Alvará de Habite-se (conclusão) para moradia econômica que tenha sido alienada, quando em construção, a pessoa que não atenda aos requisitos do artigo anterior deste Código Tributário Municipal.

Art. 89 - Fica o Município autorizado a firmar convênios, consórcios, acordos e contratos referentes a prestação de serviços e aquisição de bens necessários a consecução desta Lei, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO IV

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS INTER-VIVOS

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 90 - O Imposto sobre a Transmissão de Bens Inter-Vivos (ITBI), mediante ato oneroso inter-vivos, tem como fato gerador: I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil;

- II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
- III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Art. 91 - A incidência do ITBI alcança as seguintes mutações patrimoniais:

- I - a compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;
- II - dação em pagamento;
- III - arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praças;
- IV - permuta;
- V - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos previstos nos incisos II e III do caput do artigo 106 desta Lei;
- VI - transferência de patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um dos seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
- VII - tornas ou reposições que, por ato oneroso, ocorram:
 - a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução de sociedade conjugal ou de morte, quando o cônjuge ou herdeiro receber, dos imóveis situados no Município, quota parte cujo valor seja maior que o da parcela que lhe caberia da totalidade desses imóveis;
 - b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino quota-parte material ou cujo valor seja maior que o de sua quota parte ideal.
- VIII - mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e à venda;
- IX - instituição de fideicomisso;
- X - rendas expressamente constituídas sobre o imóvel;
- XI - concessão real de uso;
- XII - cessão de direitos de usufruto;

- XIII - cessão de direitos de usucapião;
- XIV - cessão de direitos ao arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
- XV - cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;
- XVI - acessão física quando houver pagamento de indenização;
- XVII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;
- XVIII - qualquer ato judicial ou extrajudicial inter-vivos não especificado neste artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
- XIX - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior.

§ 1º - Será devido novo imposto:

- I - quando o vendedor exercer o direito de prelação;
- II - no pacto de melhor comprador;
- III - na retrocessão;
- IV - na retrovenda.

§ 2º - Equipara-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

- I - a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;
- II - a permuta de bens imóveis por quaisquer outros bens situados fora do território do Município;
- III - a transação em que seja reconhecido direito que implique transmissão de imóvel ou de direito a ele relativos.

Art. 92 - Consideram-se bens imóveis, para efeito do imposto:

- I - O solo, com sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo;
- II - Tudo quanto o homem incorpora permanentemente ao solo, de modo que não possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano.

Art. 93 - O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos no artigo 90, quando:

- I - Efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital subscrito;
- II - Decorrentes de incorporação ou fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra;
- III - Dos mesmos alienantes em decorrência de sua desincorporação do patrimônio de pessoa jurídica a que forem conferidos;
- IV - Se tratar de extinção do usufruto, quando o proprietário for o instituidor;
- V - Se tratar de substabelecimento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes, que se fizer para efeito de receber o mandatário a escritura definitiva do imóvel.

Parágrafo único - Não se aplica o disposto nos incisos I e II quando a pessoa jurídica adquirente tiver como atividade preponderante a venda ou a locação da propriedade imobiliária, ou a cessão de direitos relativos a sua aquisição.

Seção II

Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 94 - A base de cálculo do imposto é o valor dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos, no momento da transmissão ou cessão.

§ 1º - O valor será determinado pela Administração Fazendária através de avaliação da Comissão de Avaliação e Reavaliação de Imóveis, nomeada por ato do Chefe do Poder Executivo, ou na falta desta, com base nos seguintes critérios:

- I - se o imóvel for localizado, total ou parcialmente, no perímetro urbano ou nas áreas urbanizáveis do Município, o valor do imóvel será o mesmo valor constante do Cadastro Imobiliário, obtido pela aplicação das tabelas dos Anexos XV, XVI e XVII desta lei;
- II - se o imóvel for localizado fora do perímetro urbano ou das

áreas urbanizáveis do Município, o valor do imóvel será obtido, quanto a parte edificada, quando houver, através da aplicação da tabela do Anexo XVII desta lei e, quanto a parte não edificada, pela multiplicação da área imobiliária pelo valor de 1 UFRMs/M².

§ 2º. Se o valor declarado pelo sujeito passivo for maior do que o obtido pelo critérios acima, aplicar-se-á o valor declarado.

Art. 95 - O imposto será calculado pela aplicação da alíquota de 2,00% (dois por cento).

Seção III

Do Sujeito Passivo

Art. 96 - É contribuinte do imposto:

I - o adquirente ou cessionário do bem ou direito;

II - na permuta, cada um dos permutantes.

Art. 97 - Respondem solidariamente pelo imposto:

I - o transmitente;

II - o cedente;

III - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles praticados em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis.

Seção IV

Do Pagamento

Art. 98 - O imposto deverá ser recolhido antes de efetivar-se o ato ou contrato sobre o qual incide, se por instrumento público; e no prazo de 30 (trinta) dias de sua data, se for por instrumento particular.

Parágrafo único - O comprovante do pagamento do imposto tem validade pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão, findo o qual deverá ser reavaliado.

Art. 99 - Na arrematação, adjudicação ou remissão, o imposto será pago dentro de 60 (sessenta) dias, desses atos.

Art. 100 - Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos do seu cargo, sem a prova do pagamento do imposto.

Art. 101 - O imposto, uma vez pago, só será restituído nos casos de:

I - anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;

II - nulidade do ato jurídico;

III - rescisão de contrato e desfazimento da arrematação, com fundamento no artigo 500 do Código Civil.

Seção V

Das Obrigações dos Notários e Oficiais de Registros de Imóveis e seus Prepostos

Art. 102 - Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos e quaisquer outros serventuários da justiça, quando da prática de atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões, exigirão que os interessados apresentem comprovante original do pagamento do imposto, o qual será transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo.

Art. 103 - Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos ficam obrigados a facilitar, à fiscalização da Fazenda Pública Municipal, exame, em cartório, dos livros, registros e outros documentos e a lhe fornecer, quando solicitadas, certidões de atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

Art. 104 - O Município enviará esforços para conveniar-se com órgãos públicos do Estado e da União, para obtenção das informações relativas a incidência do tributo de que trata este capítulo.

Seção VI

Das Isenções

Art. 105 - São isentas do imposto:

I - a extinção do usufruto, quando seu instituidor tenha continuado dono da nua-propriedade;

II - a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude de comunicação decorrente do regime de bens do casamento;

III - a indenização de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a lei civil;

IV - a transmissão decorrente de execução de planos de habitação para a população de baixa renda, patrocinada ou executada por órgãos públicos ou seus agentes;

V - as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária;

VI - a regularização de imóveis por interesse social;

VII - a transmissão decorrente de investidura;

VIII - a transmissão de bem imóvel pelo Município a particular, mediante permuta realizada no interesse do Município.

Seção VII

Das Imunidades e da Não-Incidência

Art. 106 - O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos a eles relativos quando:

I - os adquirentes forem os indicados nas alíneas do inciso V do artigo 7º desta Lei;

II - efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

III - decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;

IV - nas divisões para extinção de condomínios de imóveis, quando for recebida por qualquer condômino quota-parte material igual que o de sua quota-parte ideal.

§ 1º - O disposto nos incisos II e III do caput deste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e a venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 2º - Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no parágrafo anterior quando mais de cinquenta por cento da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos dois anos anteriores e nos dois anos seguintes à aquisição, decorrer de transações mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º - Verificada a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre ele.

§ 4º - As instituições de educação e de assistência social deverão observar, ainda, para obterem a imunidade, o disposto no artigo 7º desta Lei.

§ 5º - No caso de extinção de pessoa jurídica, o disposto no inciso III do caput deste artigo não se aplica quando a transmissão não se der aos mesmos alienantes, dos bens ou direitos adquiridos na forma do inciso II deste artigo, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

§ 6º - Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 7º - O disposto nos incisos do caput deste artigo não se aplica quando ocorrer dolo, fraude ou simulação, assim considerada a transmissão de propriedade, ou cessão de direitos à aquisição de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, nos 3 (três) primeiros anos seguintes à data do começo da

existência legal da pessoa jurídica de direito privado, para sócio ou qualquer pessoa que não seja o primitivo alienante dos bens ou direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio da pessoa jurídica.

§ 8º - Além de outros casos que poderão ser apurados pela Administração Tributária, também se considera dolo, fraude ou simulação, não se aplicando o disposto nos incisos do caput deste artigo, a incorporação de bens imóveis ao patrimônio da pessoa jurídica que não possua atividades ou que não inicie suas atividades para as quais foi criada, no prazo de 2 (dois) anos após a data do começo da sua existência legal, ou que o volume de atividades apresente receita que torne a empresa inviável economicamente, ou que apresente receitas incompatíveis em relação ao valor do bens imóveis incorporados ao seu patrimônio, ou que incorpore imóveis locados a terceiros, ou que não haja necessidade, razão, motivo ou finalidade, justa e comprovada pelo requerente, para a incorporação dos imóveis ao patrimônio da pessoa jurídica, ou ainda que não seja comprovada, pelo requerente, a origem dos recursos necessários ao pagamento do valor dos bens ou direitos adquiridos.

§ 9º - Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades no prazo de até 2 (dois) anos contados da data da aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á o dolo, fraude ou simulação referida nos parágrafos anteriores, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição dos bens imóveis.

§ 10 - Se a pessoa jurídica adquirente já estava em atividade no momento da aquisição ou há mais de 2 (dois) anos antes da aquisição, apurar-se-á o dolo, fraude ou simulação referida nos parágrafos anteriores nos dois anos seguintes à aquisição.

§ 11 - Verificada a preponderância referida nos parágrafos anteriores, ou dolo, fraude, simulação ou qualquer ato ou conduta cuja finalidade ou resultado vise ou resulte apenas em suprimir ou reduzir tributo, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre ele, sem prejuízo da aplicação das penalidades, quando cabíveis.

§ 12 - Para ocorrer a não incidência prevista nos incisos do caput deste artigo faz-se necessário, ainda, comprovação de que os imóveis estejam registrados, no Ofício do Registro de Imóveis competente, em nome do transmitente ou cedente, conforme o caso.

§ 13 - O sujeito passivo deverá comunicar à Municipalidade, dentro de trinta dias do fato, para fins de atualização cadastral e recolhimento espontâneo do imposto, quando devido, qualquer das ocorrências previstas no artigo 128 desta Lei.

Seção VIII

Das Obrigações Acessórias

Art. 107 - O sujeito passivo deverá apresentar para a Administração Tributária os documentos e informações necessários ao lançamento do imposto, conforme estabelecido em regulamento.

§ 1º - A emissão da Guia de ITBI deverá ser solicitada mediante requerimento de acordo com modelo aprovado pela Administração Tributária, assinado pelo adquirente ou seu representante legal.

§ 2º - A informação prestada de forma incorreta, incompleta ou inverídica sujeitará o infrator às penalidades previstas nesta Lei, sem prejuízo da cobrança do tributo devido e da aplicação das demais sanções cabíveis.

§ 3º - No caso do inciso II do caput do artigo anterior, será realizado lançamento preventivo de decadência quando do requerimento, com vencimento futuro do imposto para três anos, para fins de futura verificação do cumprimento, ou não, dos requisitos para concessão da não incidência do imposto.

§ 4º - Comprovado pelo contribuinte o cumprimento dos requisitos, conforme mencionado no parágrafo anterior, o mesmo deverá

requerer a exclusão do lançamento preventivo de decadência.

Art. 108 - Aqueles que adquirirem bens ou direitos cuja transcrição constitua ou possa constituir fato gerador do imposto deverão apresentar à repartição fiscalizadora do tributo dentro de noventa dias, a contar da data em que for lavrado, o contrato, carta de adjudicação ou de arrematação, ou qualquer outro título representativo da transferência do bem ou direito.

Seção IX

Das Disposições Gerais

Art. 109 - Nas transações em que figurem como adquirentes ou cessionários, pessoas imunes ou isentas, ou em casos de não-incidência, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por declaração, expedida pelo órgão gestor do tributo.

Parágrafo único: Na aquisição de terreno ou fração ideal de terreno bem como na cessão dos respectivos direitos, cumulados com contrato de construção por empreitada ou administração, deverá ser comprovada a preexistência do referido contrato, inclusive através de outros documentos, a critério do Fisco Municipal, sob pena de ser exigido o imposto sobre o imóvel, incluída a construção e/ou benfeitoria, no estado em que se encontrar por ocasião do ato translativo da propriedade.

CAPÍTULO V

DAS TAXAS DECORRENTES DO PODER DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 110 - Considera-se poder de polícia a atividade da administração municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão do interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina de produção e de mercado, ao exercício da atividade econômica, dependente de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou respeito à propriedade e ao direito individual ou coletivo, no território do Município.

Art. 111 - Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular, pelo Município, de seu poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial, de serviço público municipal específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.

Parágrafo único - Nenhuma taxa terá base de cálculo idêntica a que corresponda a qualquer imposto integrante do sistema tributário nacional.

Art. 112 - Os serviços municipais a que se refere o artigo anterior, consideram-se:

I - Utilizados pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando usufruídos por ele a qualquer título;

b) potencialmente, quando sendo de utilização compulsória, sejam postos a sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II - Específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de prestação de utilidades fruíveis pelos administrados;

III - Divisíveis, quando suscetíveis, por parte de cada um de seus usuários.

Art. 113 - As taxas decorrentes das atividades do poder de polícia do Município classificam-se em:

I - Taxa de Licença para Localização;

II - Taxa de Fiscalização de Funcionamento Regular;

III - Taxa pelo Exercício de Atividade Eventual ou Ambulante;

IV - Taxa de Licença para Execução de Obras, Arruamentos e Loteamentos;

V - Taxa de Licença de "Habite-se";

VI - Taxa de Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos;

VII - Taxa de Licença para Publicidade;
VIII - Taxa de Vigilância Sanitária;
IX - Taxa de licença para Funcionamento em Horário Especial;
X - Taxa de Inspeção Animal;
XI - Taxa de Cemitério;
XVII - Taxa de Irrigação de Ruas e Serviços Singulares;

Parágrafo único - Ficam isentos das taxas a que se referem os incisos I, II e VIII do caput deste artigo:

I - as atividades das instituições de educação, de assistência e de organização social, sem fins lucrativos e sem distribuição de qualquer parcela do resultado ou do patrimônio;
II - os templos de qualquer natureza;
III - os portadores de deficiência física ou sensorial, desde que a atividade sobre a qual incida o tributo seja destinada à sua subsistência.

Art. 114 - O contribuinte das taxas de licença é a pessoa física ou jurídica que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município e o contribuinte da taxa de prestação de serviços é aquele que, efetiva ou potencialmente, for usufruir de uma unidade autônoma dos serviços prestado pelo Município.

Art. 115 - A base de cálculo das taxas pelo exercício do poder de polícia é o custo estimado das atividades despendidas pelos órgãos de fiscalização e das taxas de prestação de serviço, é o custo estimado da prestação dos serviços, se considerada a unidade autônoma utilizada, efetiva ou potencialmente, pelo contribuinte.

Art. 116 - As taxas serão arrecadadas antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município ou do serviço que as originou, mediante guia, observando-se os prazos estabelecidos neste Código.

Art. 117 - As isenções não abrangem as taxas, salvo as exceções expressamente estabelecidas.

Seção II

Da Taxa de Licença para Localização e da Taxa de Fiscalização de Funcionamento Regular

Subseção I

Da Incidência e do Fato Gerador

Art. 118 - Nenhuma pessoa física ou jurídica que opere no ramo de produção, industrialização, comercialização ou prestação de serviços, poderá iniciar suas atividades no Município, sejam elas permanentes ou não, em estabelecimentos fixos, nem mantê-las, sem prévio e periódico exame e fiscalização das condições de localização concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, aos exercícios de atividades dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública, ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como para garantir o cumprimento da legislação urbanística, de meio ambiente e demais normas de posturas.

§ 1º - A licença para localização será concedida após a vistoria prévia e terá validade por um ano.

§ 2º - A Taxa de Fiscalização de Funcionamento Regular será lançada anualmente.

§ 3º - O alvará decorrente do pagamento das taxas a que se referem os parágrafos anteriores deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização.

Art. 119 - A licença será válida pelo prazo que dispuser o competente documento que a conceder.

Parágrafo único - Será exigida renovação de licença para localização sempre que ocorrerem:

I - mudança de ramos de atividade;
II - modificações nas características do estabelecimento;
III - mudança de endereço.

Art. 120 - Consideram-se distintos, para efeitos da concessão da licença e cobrança das taxas, os contribuintes que:

I - embora sob as mesmas responsabilidades e ramos de negócios, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos;
II - embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócios, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 121 - Constitui fato gerador da:

I - Taxa de Licença para Localização: a vistoria inicial das instalações, decorrente das atividades sujeitas à fiscalização municipal nas zonas urbana, de expansão urbana e rural, a fim de verificar o cumprimento das exigências necessárias à sua concessão;
II - Taxa de Fiscalização de Funcionamento Regular: a fiscalização, o controle permanente, efetivo ou potencial, das atividades originariamente licenciadas, visando a atender o previsto no caput do artigo 118 desta Lei, em decorrência do exercício regular do poder de polícia do Município.

Art. 122 - Os serviços de vistoria de estabelecimentos cuja instalação, localização e funcionamento estejam sujeitos à aprovação do Poder Público Municipal, serão remunerados, independente do pagamento de eventual de taxa pelo exercício do poder de polícia, conforme ANEXO IV, item 6:

Subseção II

Do Cálculo da Taxa

Art. 123 - A Taxa de Licença para Localização e a Taxa de Fiscalização de Funcionamento Regular serão cobradas com base no ANEXO II, Tabelas I, II, III e V, e item 6 do ANEXO IV, desta Lei.

Art. 124 - O contribuinte das taxas é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização.

Subseção III

Do Lançamento

Art. 125 - Os estabelecimentos sujeitos à Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, deverão promover sua inscrição como contribuinte, um para cada local, com os dados, informações e esclarecimentos necessários a correta fiscalização, na forma regulamentar.

Art. 126 - A inscrição será promovida mediante o preenchimento do formulário próprio, com a exibição de documentos previstos na forma regulamentar.

Parágrafo Único: A taxa será igualmente exigida em qualquer período, nos casos de concessão de licença para localização e funcionamento de estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviço ou agremiativo de qualquer natureza, quando da alteração de endereço ou atividade, que exista a necessidade de uma nova fiscalização.

Art. 127 - A Taxa de Licença para Localização e a Taxa de Fiscalização de Funcionamento Regular serão lançadas em nome dos contribuintes com base em dados do Cadastro Municipal de Contribuintes, e levarão em conta, entre outros fatores:

I - O ramo de atividade a ser exercida;
II - A localização do estabelecimento se for o caso;
III - A área do estabelecimento;
IV - Os benefícios resultantes para a comunidade.

Parágrafo único - A Taxa de Fiscalização de Funcionamento Regular será lançada na forma e nos prazos estabelecidos em regulamentação.

Art. 128 - O sujeito passivo deverá:

I - comunicar à Administração Tributária, dentro de trinta dias do fato, para fins de atualização cadastral e lançamento do tributo, quando devido, qualquer das seguintes ocorrências;

- a) alteração da razão social, ramo de atividade ou dados do quadro social, tais como capital social, distribuição de quotas, sócios ou titulares em comum;
- b) alteração da forma societária;
- c) alteração de endereço;
- d) cessação de atividades ou paralisação temporária das mesmas;
- e) mudança nas características do estabelecimento.

II - requerer alterações no horário mínimo obrigatório de funcionamento de sua atividade.

Art. 129 - O pedido de licença para localização será promovido mediante o preenchimento de formulários próprios de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes, com exibição dos documentos previstos em regulamento.

**Subseção IV
Do Vencimento**

Art. 130 - O prazo para pagamento da Taxa de Localização e Funcionamento será até o dia 15 de março de cada exercício, ou antes, do início da atividade.

Parágrafo único - Quando ocorrer o lançamento no curso do exercício, a Taxa de Fiscalização do Funcionamento será calculada proporcionalmente ao número de meses restantes, e o seu recolhimento será efetuado no prazo de 05 (cinco) dias após deferimento da solicitação do lançamento.

Art. 131 - Quando necessário, fica autorizado por Decreto o Chefe do Poder Executivo a prorrogar o vencimento da Taxa de Localização.

**Seção III
Da Taxa pelo Exercício de Atividade Eventual ou Ambulante****Subseção I
Da Incidência e do Fato Gerador**

Art. 132 - Comércio ambulante é o exercido, individualmente, sem estabelecimento, instalação ou localização fixa é devida em decorrência da atividade da administração pública que, no exercício regular do poder de polícia do município, regula a prática do ato ou abstenção de fato em razão do interesse público, concernente ao exercício da atividade de comércio ambulante ou eventual nos limites municipais.

§ 1º - Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Municipalidade.

§ 2º - É considerado, também, comércio ambulante o exercido em instalações removíveis colocadas em vias e logradouros públicos, exceto bancas de feiras livres.

§ 3º - A quantidade de vendedores ambulantes será fixada pelo Executivo, através de regulamento próprio.

Art. 133 - Serão definidas em regulamento as atividades que podem ser exercidas em instalações removíveis nas vias e logradouros públicos.

Art. 134 - A Taxa pelo Exercício de Atividade Eventual ou Ambulante será cobrada no ato da concessão da respectiva licença, não dispensada a cobrança da Taxa de Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos, quando esta for devida.

Art. 135 - É obrigatória a inscrição, na repartição competente, dos comerciantes eventuais ou ambulantes, mediante preenchimento

de ficha própria, conforme modelo fornecido pela Municipalidade.

§ 1º - Não se incluem na exigência do caput deste artigo os comerciantes com estabelecimento fixo que, por ocasião de festejos ou comemorações, explorem o comércio eventual ou ambulante.

§ 2º - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver modificações nas características iniciais da atividade por ele exercida.

Art. 136 - O Poder Público municipal quando necessário delimitará, por decreto, os locais em que será permitido o exercício de atividades eventuais ou ambulantes com caminhões ou com outros veículos.

Art. 137 - Ao comerciante eventual ou ambulante que satisfizer as exigências regulamentares será concedido um cartão de habilitação, contendo as características de sua inscrição e as condições da incidência da taxa, destinado a fundamentar a cobrança desta.

Parágrafo único - O comerciante eventual ou ambulante deverá comprovar a origem dos produtos por ele comercializados.

Art. 138 - Respondem pela Taxa pelo Exercício de Atividade Eventual ou Ambulante as pessoas físicas ou jurídicas que exercerem tal modalidade de comércio.

Art. 139 - O pagamento desta taxa não dispensa o pagamento da Taxa de Licença para Ocupação de Áreas e Vias em Logradouros Públicos.

**Subseção II
Do Cálculo da Taxa**

Art. 140 - A taxa será calculada de acordo com o ANEXO III desta Lei.

**Subseção III
Das Isenções**

Art. 141 - São isentos da Taxa pelo Exercício de Atividade Eventual ou Ambulante, desde que seu volume de negócios anual seja inferior ao estabelecido ao regulamento para o Micro Empreendedor Individual, e:

I - os portadores de deficiência física ou sensorial que exerçam comércio em escala ínfima;

II - os engraxates ambulantes;

III - as pessoas físicas com mais de 60 (sessenta) anos de idade.

**Seção IV
Da Taxa de Licença para Execução de Obras, Arruamentos e Loteamentos****Subseção I
Da Incidência e do Fato Gerador**

Art. 142 - A Taxa de Licença para Execução de Obras, Arruamentos e Loteamentos tem como fato gerador o exame dos projetos de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, ou de qualquer outra obra realizada no Município, bem como de arruamento e de parcelamento do solo urbano, para a aprovação e o licenciamento obrigatório por parte da Municipalidade.

Art. 143 - Nenhuma das obras indicadas no artigo anterior poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Municipalidade e pagamento da taxa devida.

Art. 144 - Nenhum plano ou projeto de arruamento, loteamento e parcelamento de terreno poderá ser executado sem a aprovação, segundo o zoneamento em vigor no Município, e o pagamento prévio da respectiva taxa.

Subseção II Do Cálculo da Taxa

Art. 145 - A Taxa de Licença para Execução de Obras, Arruamentos e Loteamentos será cobrada conforme o ANEXO IV desta Lei.

Subseção III Da Não-Incidência

Art. 146 - A Taxa de Licença para Execução de Obras, Arruamentos e Loteamentos não incidirá sobre:

- I - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;
- II - a construção de passeios;
- III - a construção de abrigos destinados à guarda de materiais para obras já previamente licenciadas.

Seção V Da Taxa de Licença de "Habite-se"

Subseção I Da Incidência e do Fato Gerador

Art. 147 - A Taxa de Licença de "Habite-se" incide sobre as obras regularmente licenciadas, no território do Município de Corupá, para poderem ser ocupadas.

Art. 148 - O fato gerador da Taxa de Licença de "Habite-se" é a efetiva vistoria pelo setor competente do Município a toda obra regularmente licenciada e concluída.

Parágrafo único - A taxa será cobrada no ato em que o proprietário da obra requerer o respectivo "Habite-se".

Art. 149 - O requerimento para concessão de "Habite-se" da obra deverá ser instruído com os seguintes elementos:

- I - identificação da empresa construtora ou do construtor;
- II - valor total da obra, especificando o valor total dos materiais e dos serviços empregados na obra, devidamente comprovados com documentos fiscais;
- III - comprovante de pagamento do ISSQN incidente sobre a execução ou reforma da obra.

Subseção II Do Cálculo da Taxa

Art. 150 - A taxa será calculada de acordo com o ANEXO V desta Lei.

Art. 151 - O contribuinte da taxa é o proprietário da obra regularmente licenciada, visando à sua ocupação.

Parágrafo único - Não será cobrada a Taxa de "Habite-se" sobre a planta padrão.

Seção VI Da Taxa de Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos

Subseção I Da Incidência e do Fato Gerador

Art. 152 - A Taxa de Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos tem como fato gerador a atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica que pretenda ocupar áreas nas vias e logradouros públicos, para fins comerciais ou de prestação de serviços, nos locais permitidos.

Art. 153 - O Município exercerá fiscalização a fim de evitar que se comercialize em local não permitido, em vias e logradouros públicos ou sem pagamento da taxa de que trata o artigo anterior.

Subseção II Do Cálculo da Taxa

Art. 154 - A Taxa de Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos será cobrada, no ato da respectiva licença, de acordo com o ANEXO VI desta Lei.

Subseção III Das Isenções

Art. 155 - Ficam isentos da Taxa de Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos:

- I - as pessoas físicas ou jurídicas que promovam feiras de livros, exposições, concertos, retretas, palestras, conferências e demais atividades de caráter notoriamente cultural, científico ou religioso, relativamente a estas;
- II - candidatos e representantes de partidos políticos, durante o período de campanha, observada a legislação eleitoral vigente.

Art. 156 - Não estão sujeitos ao pagamento da taxa de licença os veículos de aluguel ou a frete, destinados ao transporte de passageiros ou de cargas e que aguardam estacionados nas vias públicas ou próprios públicos municipais, desde que em local especificamente destinado para tanto, pelo Poder Público.

Subseção IV Da Fiscalização e do Poder de Polícia

Art. 157 - A sem prejuízo de outras penalidades cabíveis, a Administração Tributária Municipal apreenderá e removerá para depósito municipal, qualquer objeto ou mercadoria deixado em local não permitido ou colocado em guias e logradouros públicos, sem a concessão da licença e pagamento da taxa de que trata esta Subseção.

Seção VII Da Taxa de Licença para Publicidade

Subseção I Da Incidência e do Fato Gerador

Art. 158 - A Taxa de Licença para Publicidade incidirá sobre:
I - os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas, quando permitido;
II - a propaganda falada por meio de amplificadores, alto-falantes ou propagandilhos.

Parágrafo único - Quanto à propaganda falada, o local e o prazo serão determinados de acordo com o Código de Posturas.

Art. 159 - A taxa é devida pelo contribuinte que tenha interesse em publicidade própria ou de terceiros.

Art. 160 - A Taxa de Licença para Publicidade tem como fato gerador a atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica que pretenda utilizar ou explorar, por qualquer meio, publicidade em geral, seja em ruas ou logradouros públicos ou em locais visíveis ou de acesso ao público.

Art. 161 - Respondem, solidariamente, pelo pagamento da taxa de que trata esta Seção o anunciante da publicidade e o proprietário do imóvel em que ela for veiculada.

Art. 162 - Respondem pela observância das disposições desta Seção as pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas, direta ou indiretamente, pela publicidade, desde que a tenham autorizado.

Art. 163 - O requerimento para a licença deverá conter as descrições das características do meio de publicidade, de acordo

com os regulamentos e instruções específicos.

Parágrafo único - Quando o local em que se colocar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a respectiva autorização do proprietário.

Art. 164 - Deverá constar dos painéis e anúncios, sujeitos à taxa, o número da autorização, fornecido pela repartição competente.

Art. 165 - Os anúncios devem ser escritos em linguagem correta e obedecer o disposto nas normas municipais quanto a costumes.

Parágrafo único - O anunciante fica obrigado a retirar o anúncio que estiver em desacordo com as disposições deste artigo e do anterior, sob pena de multa.

Subseção II

Do Cálculo da Taxa

Art. 166 - A Taxa de Licença para Publicidade será calculada de acordo com o ANEXO VII desta Lei.

Art. 167 - A taxa será arrecadada no ato da concessão da respectiva licença.

Subseção III

Da Não-Incidência

Art. 168 - A Taxa de Licença para Publicidade não incidirá sobre:
I - os cartazes ou letreiros destinados a fins políticos ou eleitorais, desde que observada a legislação pertinente;

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;

III - as tabuletas indicativas de hospitais, casas de saúde, ambulatórios e prontos-socorros;

IV - os dísticos ou denominação de estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviços, apostos em paredes e vitrinas internas de estabelecimentos e não tenham dimensões superiores a 150 cm x 60 cm;

V - os cartazes ou letreiros destinados a fins culturais ou religiosos;

VI - placas indicativas, nos locais de construção, dos nomes de firmas, engenheiros e arquitetos responsáveis pelo projeto ou execução de obras públicas ou particulares;

VII - os dísticos ou denominações de estabelecimentos comerciais ou industriais apostos nas paredes e vitrines internas estabelecimentos e não tenham dimensões superiores a 150 cm x 60 cm;

VIII - os letreiros, as placas, as faixas e as pinturas apostas nas fachadas e no interior dos estabelecimentos e não tenham dimensões superiores a 150 cm x 60 cm.

Seção VIII

Da Taxa de Vigilância Sanitária

Subseção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 169 - A Taxa de Vigilância Sanitária tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia de vigilância sanitária e de saneamento básico, efetivado pelo Município, e incide sobre os estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços e sobre as instituições financeiras, em atividade no Município de Corupá.

Art. 170 - A fiscalização sanitária será exercida nos termos da legislação pertinente.

Subseção II

Do Contribuinte e do Cálculo da Taxa

Art. 171 - A Taxa de Vigilância Sanitária será cobrada mediante a aplicação dos valores constantes do ANEXO VIII desta Lei e de acordo com os seguintes grupos de estabelecimentos, atividades

e produtos:

I - Grupo I:

1. indústrias de correlatos;
2. indústrias de medicamentos;
3. indústrias de agrotóxicos;
4. indústrias de produtos biológicos;
5. bancos de olhos;
6. bancos de sangue, serviços de hemoterapia, agências transfusionais e postos de coleta;
7. hospitais;
8. Unidade de Terapia Intensiva (UTI);
9. hemodiálise;
10. solução nutritiva parenteral;
11. indústrias de produtos dietéticos;
12. conservas de produtos de origem animal;
13. embutidos;
14. matadouros: todas as espécies;
15. produtos alimentícios infantis;
16. produtos de mar: indústrias elaboradoras de pescados congelados, defumados e similares;
17. refeições industriais;
18. subprodutos lácteos;
19. usinas pasteurizadoras e processadoras de leite;
20. vacas mecânicas;
21. indústrias de laticínios;
22. cozinhas de indústrias;
23. cozinhas e lactários de hospitais, maternidades e casas de saúde;
24. serviços de alimentação para meios de transporte: comissárias aéreas, alimentação de navios, trens, ônibus e outros;

II - Grupo II:

1. conservas de produtos de origem animal;
2. desidratadoras de carne;
3. fábricas de doces e de produtos de confeitaria;
4. massas frescas e produtos derivados semi-processados perecíveis;
5. sorvetes e similares;
6. produção, armazenamento e distribuição de ovos;
7. fábrica de aditivos: enzimas, edulcorantes e outros;
8. outras fábricas de alimentos;
9. gelatinas, pudins e pós para sobremesas e sorvetes;
10. gelo;
11. gorduras e azeites: fabricação, refinação e envasadoras;
12. marmeladas, doces e xaropes;
13. extração e comércio de mel e derivados;
14. açougues e casas de carne;
15. comércio de frios, laticínios e embutidos;
16. confeitarias;
17. cozinhas de clubes sociais, hotéis, pensões, creches e similares;
18. depósitos de produtos perecíveis;
19. feiras livres com venda de carnes, pescados e outros produtos de origem animal e mistos, comércio ambulante destes gêneros alimentícios;
20. lanchonetes, pastelarias, petiscarias e serv-car;
21. padarias;
22. peixarias: distribuidoras de pescados e mariscos;
23. quiosques e comestíveis perecíveis;
24. restaurantes e pizzarias;
25. supermercados, mercados e mercearias com venda de produtos perecíveis;
26. sorveterias;
27. entrepostos de resfriamento de leite;
28. entrepostos de distribuição de carnes;
29. indústrias de cosméticos, perfumes e produtos de higiene;
30. indústrias de insumos farmacêuticos;
31. indústrias de domissanitários;
32. indústrias de produtos veterinários;

33. dispensário de medicamentos;
 34. distribuidoras de medicamentos;
 35. farmácias e drogarias;
 36. farmácias hospitalares;
 37. postos de medicamentos;
 38. ambulatórios médicos;
 39. ambulatórios veterinários;
 40. clínicas e radiodiagnósticos médicos;
 41. clínicas veterinárias;
 42. laboratórios de análises clínicas e postos de coleta de amostras;
 43. laboratórios de patologia clínica: setor de radioimunoensaio;
 44. clínicas odontológicas e setor de radiologia oral;
 45. consultórios odontológicos e setor de radiologia oral;
 46. desinsetizadoras e desratizadoras;
 47. laboratórios de prótese dentária;
 48. clínica de medicina nuclear;
 49. clínica de radioterapia;
 50. laboratórios de radioimunoensaio;
 51. clínicas médicas;
 52. consultórios médicos;
 53. clínicas de fisioterapia ou de reabilitação;
 54. gabinetes de sauna;
 55. gabinetes de massagem;
 56. atividades de acupuntura;
 57. institutos de beleza, pedicuros, manicuros e cabeleireiros;
 58. balneários, estações de água e outros;
 59. locais de venda e depósito de cola de sapateiro;
 60. transporte de produtos perecíveis;
 61. indústrias de baterias;
 62. indústrias de sabões;
 63. indústrias químicas;
 64. outros afins.

III - Grupo III:

1. amido e derivados;
 2. bebidas alcoólicas;
 3. bebidas analcoólicas, sucos e outras;
 4. biscoitos e bolachas;
 5. cacau, chocolates e sucedâneos;
 6. condimentos, molhos e especiarias;
 7. confeitos, caramelos, bombons e similares;
 8. desidratadoras de vegetais;
 9. farinhas (moinhos) e similares;
 10. retiradoras e envasadoras de açúcar;
 11. torrefadoras de café;
 12. armazéns, supermercados e mercearias, sem venda de produtos perecíveis;
 13. casas de alimentos naturais;
 14. massas secas;
 15. indústrias de embalagens;
 16. óticas;
 17. artigos dentários;
 18. artigos ortopédicos;
 19. consultório de psicologia;
 20. consultórios de eletrólise;
 21. asilos, creches e similares.

IV - Grupo IV:

1. cerealistas, depósitos de beneficiadoras de grãos;
 2. bares e boites;
 3. depósitos de bebidas;
 4. depósitos de frutas e verduras;
 5. envasadoras de chás e cafés, condimentos e especiarias;
 6. feiras livres e comércio ambulante de alimentos não perecíveis;
 7. quiosques e comestíveis não perecíveis;
 8. quitandas, casas de frutas e verduras;
 9. veículos de transporte e distribuição de alimentos e óleos vegetais;
 10. serviços de transportes coletivos;

11. distribuidora de cosméticos, perfumes e produtos de higiene;
 12. serigrafia;
 13. consultório veterinário;
 14. sapataria;
 15. postos de combustíveis;
 16. postos de lavagem;
 17. tinturaria e lavanderia;
 18. vidraçarias;
 19. mecânica, chapeação e pintura;
 20. pintura de placas e painéis;
 21. indústria metalúrgica;
 22. indústria de artefatos de cimento;
 23. indústria de compensados e similares;
 24. indústria de madeiras;
 25. indústria de mobiliário;
 26. indústria de papel e papelão;
 27. indústria de borracha;
 28. indústria de calçados;
 29. indústria têxtil;
 30. indústria de couro, pele e produtos similares;
 31. comércio, incorporação e loteamento e administração de imóveis;
 32. academias e centros de ginástica;
 33. outros afins.

V - Grupos V e VI:

1. indústria de material elétrico e de comunicação;
 2. indústria de material de transporte;
 3. indústria de vestuário e artefatos de tecido;
 4. indústria de fumo;
 5. indústria de editorial e gráficas;
 6. indústria de utilidade pública;
 7. indústria de construção;
 8. agricultura e criação de animais;
 9. serviços de transporte, não previstos nos Grupos anteriores;
 10. serviços de comunicações;
 11. serviços de reparação, manutenção e conservação;
 12. serviços pessoais;
 13. serviços comerciais;
 14. serviços diversos;
 15. escritórios centrais e regionais de gerência e administração;
 16. entidades financeiras;
 17. comércio atacadista, exceto produtos de interesse à saúde;
 18. comércio varejista, exceto produtos de interesse à saúde;
 19. atividade não especificada ou não classificada;
 20. cooperativas;
 21. administração pública direta e autárquica.

Art. 172 - Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à vigilância sanitária.

Seção IX

Da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial

Subseção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 173 - A Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial é devida em decorrência da atividade da administração pública que, no exercício regular do poder de polícia do município, regula a prática do ato ou abstenção de fato em razão do interesse público, concernente ao funcionamento de estabelecimentos em horários especial.

Parágrafo único - O funcionamento em horário especial depende de prévia solicitação do interessado à Administração Tributária que, julgando a conveniência e oportunidade do pedido segundo as normas municipais concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem e aos costumes, a concederá ou denegará.

Art. 174 - A licença para funcionamento em horário especial não

exime a obrigatoriedade da licença referida na Seção I deste capítulo, podendo a solicitação de ambas serem englobadas em uma só petição.

Art. 175 - A concessão de licença será declarada em alvará, exigido para cada estabelecimento que funcionar fora do horário normal de abertura e fechamento.

Art. 176 - A taxa de licença e funcionamento em horário especial será paga integralmente no ato da concessão da licença.

Art. 177 - Define-se como:

I - Horário normal, o funcionamento dos estabelecimentos de segunda à sexta-feira das 8:00 às 18:00 horas e aos sábados das 8:00 às 12:00 horas;

II - Horário especial, o funcionamento dos estabelecimentos após às 18:00 horas de segunda à sexta-feira, aos sábados após às 12:00 horas e aos domingos e feriados;

III - Antecipação de horário, o funcionamento dos estabelecimentos antes do horário previsto no inciso I.

Art. 178 - A renovação da licença para funcionamento em horário especial implicará em nova petição, sujeitando-se o requerente a novo pagamento na forma prevista nesta Seção.

Subseção II

Do Contribuinte e do Cálculo da Taxa

Art. 179 - A taxa de Licença para funcionamento em horário especial será cobrada por estabelecimento e terá como base de cálculo os valores das tabelas I, II, e III do ANEXO II, aos quais se aplicará os percentuais descritos na TABELA IV do mesmo Anexo:

Subseção III

Da Não-Incidência

Art. 180 - Não se exigirá a solicitação da licença de que trata esta Seção, nem o pagamento da taxa respectiva, quando a permissão for concedida em caráter geral pelo Poder Executivo.

Art. 181 - A taxa de que trata o artigo 179 não se aplica às seguintes atividades:

I - impressão e distribuição de jornais;

II - serviços de transportes coletivos;

III - institutos de educação e de assistência social;

IV - hospitais e congêneres;

V- hotéis e similares;

VI - empresa funerárias;

VII - farmácias, drogarias e postos de medicamento;

VIII - outras atividades similares.

Seção X

Das Taxa de Inspeção Animal

Subseção I

Da Incidência e do Fato Gerador

Art. 182 - É contribuinte da Taxa de Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal toda as pessoas físicas e jurídicas e que incidirá sobre os serviços de inspeção in loco por parte do Departamento de Veterinária da municipalidade em estabelecimentos afins.

Subseção II

Do Contribuinte e do Cálculo da Taxa

Art. 183 - A taxa de Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal será cobrada por estabelecimento ou local fiscalizado, observando-se a quantidade de abatimentos.

Art. 184 - A Taxa de Inspeção Animal será devida mensalmente e

calculada de acordo com o disposto no ANEXO X desta Lei.

Subseção III

Das Disposições Gerais

Art. 185 - Havendo necessidade, o Poder Executivo baixará normas regulamentadoras da presente matéria, traçando diretrizes para sua adequada execução.

Seção XI

Das Taxa de Cemitério

Subseção I

Da Incidência

Art. 186 - A Taxa de Serviços de Cemitério é devida pela execução, por parte dos Órgãos Próprios da municipalidade, pelo ato da prestação de serviços.

Subseção II

Da Base de Calculo e Alíquotas

Art. 187 - A Taxa, diferenciada em função da natureza da atividade, é calculada por valores fixos, tendo por base a UFRMs, na forma da Tabela que constitui o ANEXO XIII desta Lei.

Subseção III

Do Lançamento e Pagamento

Art. 188 - A taxa será lançada sempre que ocorra a utilização dos serviços de Sepultamento, Sepultamento com Carneira, Utilização da Capela, Retirada e Sepultamento de Restos Mortais, Licença para Construção de Carneiras e Túmulos, Reserva de Espaço no Cemitério e Outras Situações não Especificadas.

Art. 189 - A Taxa de Manutenção e Conservação do Cemitério será lançada quando da solicitação do serviço.

Art. 190 - A Taxa de Serviços de Cemitério será paga nas instituições bancárias conveniadas, após retirada junto a Administração Tributaria.

Parágrafo único - Na impossibilidade de pagamento das Taxas referidas acima devido a finais de semana, feriados e outros; o contribuinte assinará um termo de responsabilidade, comprometendo-se a quitar o débito no prazo de até cinco dias úteis.

Seção XII

Das Taxa de Irrigação de Ruas e Serviços Singulares

Subseção I

Do Contribuinte e Fato Gerador

Art. 191 - A Taxa de Irrigação de Ruas Municipais tem como fato gerador a prestação, direta ou indiretamente, do serviço público e devido por pessoas físicas e jurídicas.

Art. 192 - A Taxa de Serviços Singulares não compulsórios tem como fato gerador a prestação, direta ou indiretamente, do serviço público e devido por pessoas físicas e jurídicas.

Subseção II

Da Base de Calculo e Alíquotas

Art. 193 - O tributo de que trata o artigo 191 incidirá, anualmente, sobre cada um dos imóveis beneficiados com o serviço, na área urbana ou rural, e será cobrado, quando isto for possível, no mesmo instrumento de arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano e calculado de acordo com o ANEXO XII.

Art. 194 - O cálculo da Taxa de Serviços Singulares não compulsórios do montante da obrigação principal é devido pelo serviço, dar-se-á segundo a solicitação do contribuinte ou pelo Poder Público diante de necessidade da população, conforme constante na tabela do ANEXO XII.

§ 1º - Utilizar-se-á para cálculo os serviços constantes na tabela e que serão devidos pelo contribuinte e pagos com antecedência ao da realização.

§ 2º - Para os serviços de necessidade da população a Administração Tributária fará a comunicação com escrito ou por edital da necessidade da realização do serviço e na omissão do contribuinte, o Poder Público fica autorizado a realizar e fazer o devido lançamento juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano.

Subseção III

Do Lançamento e Pagamento

Art. 195 - Aplicam-se no que couber, as Taxas de Irrigação de Ruas e Serviços Singulares, as disposições referentes ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, inclusive as hipóteses de suspensão e dispensa do pagamento do crédito fiscal.

CAPÍTULO VI

DAS TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO EFETIVA OU POTENCIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ESPECÍFICOS E DIVISÍVEIS, PRESTADOS AO CONTRIBUINTE OU POSTOS À SUA DISPOSIÇÃO

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 196 - As taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, compreendem:

I - Taxa de Coleta de Lixo;

II - Taxa de Serviços Escriturais.

§ 1º - As taxas a que se referem os incisos do caput deste artigo, poderão ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, devendo as notificações conter, obrigatoriamente, a indicação dos elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

§ 2º - Considera-se ocorrido o fato gerador das taxas diante da situação existente no último dia do exercício anterior ao do lançamento.

§ 3º - O pagamento das taxas será feito nas épocas e nos locais previstos em regulamento.

Seção II

Da Taxa de Coleta de Lixo

Subseção I

Da Incidência e do Fato Gerador

Art. 197 - A Taxa de Coleta de Lixo incide sobre todos os imóveis edificados, que se situam em logradouros localizados no perímetro urbano ou de expansão urbana da sede do Município, de distritos e localidades, onde a Municipalidade preste ou coloque à disposição tal serviço.

Art. 198 - A Taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos do lixo domiciliar, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Art. 199 - O tributo de que trata o artigo anterior incidirá, anualmente, sobre cada um dos imóveis beneficiados com o serviço, na área urbana ou rural, facultando ao Município optar pela forma de cobrança.

Art. 200 - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular ou o

possuidor, a qualquer título, de imóveis situados em logradouros públicos ou particulares, onde a Municipalidade mantenha, com regularidade, os serviços a que se refere o artigo anterior.

Subseção II

Do Cálculo da Taxa

Art. 201 - O cálculo do montante da obrigação principal referente à taxa devida pelo serviço, dar-se-á segundo a tabela do ANEXO IX que será devida anualmente.

Seção III

Da Taxa de Serviços Escriturais

Subseção I

Da Incidência e do Fato Gerador

Art. 202 - A Taxa de Serviços Escriturais incide sobre os serviços solicitados por usuários, onde a Municipalidade preste tal serviço.

Subseção II

Do Cálculo da Taxa

Art. 203 - A Taxa de Serviços Escriturais será devida pela utilização e calculada de acordo com o disposto no ANEXO XIV desta Lei.

CAPÍTULO VII

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 204 - A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Seção II

Da Incidência

Art. 205 - Será devida a contribuição de melhoria no caso de valorização de imóveis privados, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas:

I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgoto pluvial e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalação de redes elétricas e telefônicas e outras instalações de comodidade pública, quando realizados pelo Município;

V - proteção quanto a inundação e erosão, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação, saneamento e drenagem em geral;

VI - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriação em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Art. 206 - A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Parágrafo único - Considera-se ocorrido o fato gerador na data da publicação do Demonstrativo de Custo da obra de melhoramento, executada na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis.

Seção III**Do Sujeito Passivo**

Art. 207 - Contribuinte do tributo é o proprietário, o titular do domínio útil, o possuidor a qualquer título, do imóvel por natureza ou acessão física, valorizado em razão de obra pública, ao tempo do lançamento.

§ 1º - A responsabilidade pelo pagamento do tributo transmite-se aos adquirentes do imóvel ou aos sucessores a qualquer título.

§ 2º - Responderá pelo pagamento o incorporador ou o organizador de loteamento não-edificado ou em fase de venda, ainda que parcialmente edificado, que vier a ser valorizado em razão da execução de obra pública.

§ 3º - Os bens indivisos são considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.

Seção IV**Da Base de Cálculo**

Art. 208 - A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamentos ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento.

§ 1º - Serão incluídos, nos orçamentos de custos das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

§ 2º - A porcentagem do custo real a ser cobrada mediante a Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 209 - A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência e, levará em conta, a situação do imóvel, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada e conjuntamente.

§ 1º - A Municipalidade responderá pelas quotas relativas aos imóveis sobre os quais não haja a incidência da Contribuição de Melhoria.

§ 2º - A Contribuição de Melhoria será cobrada dos contribuintes definidos no artigo 207, situados nas áreas direta e indiretamente beneficiadas pela obra.

Art. 210 - Para o cálculo da Contribuição de Melhoria, o órgão de planejamento do Município adotará os seguintes procedimentos:

I - delimitará, em planta, a zona de influência da obra;

II - dividirá a zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefício dos imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;

III - individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa;

IV - obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados;

V - calculará a Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel mediante a aplicação das seguintes formas:

a) tratando-se de obras de pavimentação, o valor da Contribuição de Melhoria será obtido pela multiplicação do número de metros lineares de testada do imóvel lindeiro pela metade do custo de pavimentação do leito carroçável a ele relativo, incluindo esquina, quando for o caso;

b) para as demais obras:

$CMI = C \times hf \times ai \times CAM$, onde:

CMI : Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel;

C : custo da obra a ser ressarcido;

Hf : índice de hierarquização de benefício de cada faixa;

ai : área territorial de cada imóvel;

af : área territorial de cada faixa;

CAM : Coeficiente de Aproveitamento Máximo, em conformidade com o Plano Diretor.

Seção V**Da Delimitação da Zona de Influência**

Art. 211 - Para cada obra ou conjunto de obras, integrantes de um mesmo projeto, serão definidas suas zonas de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefício dos imóveis nela localizados, levando-se em conta também o zoneamento de uso do solo estabelecido pelo Plano Diretor.

Art. 212 - Tanto as zonas de influência, como os índices de hierarquização de benefício serão aprovados pelo Secretário da Fazenda, com base em proposta elaborada pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 213 - A proposta a que se refere o artigo anterior será fundamentada em estudos, análises e conclusões, tendo em vista o contexto em que se insere a obra ou o conjunto de obras nos seus aspectos sócio-econômicos e urbanísticos.

Seção VI**Da Cobrança**

Art. 214 - Para a cobrança da Contribuição de Melhoria o Executivo Municipal deverá publicar edital contendo os seguintes elementos:

I - memorial descritivo da obra e o seu custo total;

II - determinação da parcela do custo total a ser ressarcido pela Contribuição de Melhoria;

III - delimitação da zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis;

IV - relação dos imóveis localizados na zona de influência, sua área territorial e a faixa a que pertencem;

V - valor da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel;

VI - prazo para a reclamação ou impugnação.

Art. 215 - Os titulares dos imóveis relacionados na forma do inciso IV do artigo anterior terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do edital, para impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 1º - A impugnação deverá ser dirigida à Setor Jurídico do Município, através de petição fundamentada que servirá para o início do processo administrativo fiscal e não terá efeito suspensivo da cobrança da Contribuição de Melhoria.

§ 2º - Ao Setor Jurídico do Município proferirá decisão no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, contados da data da interposição do recurso.

Art. 216 - A notificação de lançamento, diretamente ou por edital, conterá:

I - identificação do contribuinte e valor da Contribuição de Melhoria cobrada;

II - prazos para pagamento de uma só vez ou parceladamente e respectivos locais de pagamento;

III - prazo para reclamação.

Parágrafo único - Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação de lançamento, não inferior a 30 (trinta) dias, o contribuinte poderá apresentar reclamação por escrito contra:

I - erro na localização ou na área territorial do imóvel;

II - valor da Contribuição de Melhoria;
III - número de prestações.

Art. 217 - Os requerimentos de impugnação, de reclamação e quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras nem terão efeitos de obstar o Município na prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da Contribuição de Melhoria.

Seção VII Do Pagamento

Art. 218 - A Contribuição de Melhoria poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, em até 120 (cento e vinte) vezes.

§ 1º - o pagamento parcelado vencerá juros compostos de 1% (um por cento) ao mês.

§ 2º - no pagamento mediante parcelamento deverá ser observado o valor mínimo por parcela de 40 UFRMs para Pessoa Física, e de 100 UFRMs para a Pessoa Jurídica.

Art. 219 - O atraso no pagamento das prestações sujeita o contribuinte à multa de 0,25% ao dia até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do valor de cada prestação em atraso.

Seção VIII Disposições Finais

Art. 220 - A Contribuição de Melhoria, incidente sobre os imóveis de propriedade da administração direta, indireta ou fundacional do Município, do Estado ou da União, será calculada de acordo com o disposto no Capítulo VII deste Título, e o seu valor deduzido do total a ser cobrado dos contribuintes.

Art. 221 - Fica o Prefeito Municipal expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar convênio com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

CAPÍTULO VIII DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Seção I Do fato gerador

Art. 222 - Fica instituída no Município de Corupá a Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP) tendo como fato gerador a prestação de serviços de iluminação pública.

Parágrafo único - Para efeitos da Contribuição de que trata o caput deste artigo, entende-se por serviços de iluminação pública a iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos e a administração, operação, instalação, manutenção, efficientização, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Art. 223 - A Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública será devida pelos proprietários, titulares do domínio útil ou ocupantes, a qualquer título, de imóveis edificadas ou não, situados no Município de Corupá, atendidos pelos serviços referidos no parágrafo único do artigo anterior.

§ 1º - Respondem solidariamente pelo pagamento da COSIP o locatário, o comodatário ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel edificado, situado no território do Município de Corupá.

§ 2º - O lançamento da contribuição poderá ser efetuado indicando como obrigado qualquer dos sujeitos passivos.

Seção II Do Cálculo

Art. 224 - A contribuição de que trata este Capítulo será variável

de acordo:

I - com o consumo de energia elétrica e a classe de consumidor, no caso de contribuintes proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a título precário ou não, de imóveis edificadas;
II - com a localização dos imóveis não-edificadas.

Parágrafo único - A determinação da classe de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ou órgão regulador que vier a substituí-la.

Seção III Da Base de Cálculo

Art. 225 - A base de cálculo mensal da COSIP será o valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora.

Parágrafo único - As alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em Kw/h, conforme a tabela do ANEXO XI.

Art. 226 - O lançamento da COSIP devida pelos proprietários, titulares do domínio útil e possuidores, a qualquer título, de imóveis que tenham ligação regular e privada de energia elétrica será mensal, devendo ser paga juntamente com a fatura mensal de energia elétrica, na forma de convênio a ser firmado entre o Município e a concessionária distribuidora de energia elétrica no território do Município.

§ 1º - O convênio de que trata o caput deste artigo deverá prever, obrigatoriamente, o repasse imediato ao Município do valor arrecadado pela concessionária, admitida, exclusivamente, a retenção dos montantes necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública.

§ 2º - O convênio referido no parágrafo anterior será firmado desde que os serviços de arrecadação da COSIP sejam executados pela concessionária sem ônus para o Município.

Art. 227 - O lançamento e a cobrança da COSIP devida pelos proprietários, titulares do domínio útil e possuidores, a qualquer título, de imóveis não ligados à rede de distribuição de energia elétrica, serão efetuados anualmente pelo Município, juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Art. 228 - O montante devido e não pago da COSIP será inscrito em dívida ativa por parte da autoridade competente no mês seguinte àquele em que se verificar a inadimplência.

§ 1º - Servirá como título hábil para a inscrição em imóveis que tenham ligação regular e privada de energia elétrica:

I - a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no artigo 202 e incisos do Código Tributário Nacional;

II - outro documento que contenha os elementos previstos no artigo 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 2º - no imóvel em que não exista ligação regular e particular de energia elétrica o montante não pago será inscrito em dívida ativa juntamente com o IPTU inadimplido.

§ 3º - Os valores da COSIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

LIVRO SEGUNDO DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

TÍTULO I DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 229 - A expressão "legislação tributária" compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e as relações jurídicas a eles pertinentes.

Art. 230 - Somente a lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos ou a sua extinção;

II - a majoração de tributos ou a sua redução;

III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;

IV - a fixação da alíquota de tributo e de sua base de cálculo;

V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos ou para outras infrações nela definidas;

VI - as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários ou de dispensa ou redução de penalidades.

Art. 231 - Não constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

Parágrafo único - A atualização a que se refere o caput deste artigo será feita anualmente por decreto do Executivo.

Art. 232 - O Executivo municipal regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município, observando:

I - as normas constitucionais vigentes;

II - as normas gerais de direito tributário, estabelecidas pelo Código Tributário Nacional e legislação federal posterior;

III - o disposto na Lei Orgânica do Município;

IV - a legislação tributária municipal.

Art. 233 - São normas complementares das leis e decretos:

I - os atos normativos expedidos pelas autoridades da Administração Tributária;

II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;

III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV - os convênios celebrados entre o Município, a União e o Estado.

Art. 234 - A concessão de isenção ou anistia não gera direito adquirido e será revogada ao se comprovar que o beneficiado:

I - não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições exigidas; ou

II - deixou de cumprir os requisitos para sua concessão.

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DA INDELEGABILIDADE DE COMPETÊNCIA

Art. 235 - Todas as funções referentes a administração de cadastros, lançamento, cobrança, recolhimentos e fiscalização de tributos municipais, a aplicação de sanções por infração de disposições deste Código, bem como as medidas de prevenção às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a ele subordinados, segundo as atribuições constantes da Lei de organização dos serviços administrativos e dos respectivos regimentos.

Parágrafo único - Não constitui delegação de competência o cometimento a pessoas de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributo ou executar serviços de cadastramento ou recadastramento.

Seção I

Da Cobrança e Recolhimento

Art. 236 - A cobrança e o recolhimento dos tributos far-se-ão na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária do Município.

Art. 237 - Aos créditos tributários do Município, aplicam-se as normas de atualização monetária estabelecidas em Lei Federal.

Art. 238 - Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade

pecuniária será efetuado, sem que se expeça a competente guia ou conhecimento.

Parágrafo único - No caso de expedição fraudulenta de guias ou conhecimentos, responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 239 - O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo somente como prova de recolhimento da importância nele referida, continuando o contribuinte a satisfazer quaisquer diferenças que venham a ser posteriormente apuradas.

Art. 240 - Na cobrança a menor de tributo ou penalidade pecuniária, respondem solidariamente, tanto o servidor responsável pelo erro, quanto o sujeito passivo, cabendo àquele, o direito regressivo de reaver deste o total do desembolso.

Art. 241 - O Município poderá firmar convênios com os estabelecimentos bancários, oficiais ou não, com sede, agência ou escritório no território do Município, visando o recebimento de tributos e penalidades pecuniárias.

Parágrafo único - O regulamento disporá sobre o sistema de arrecadação de tributos através da rede bancária, podendo autorizar, em casos especiais, a inclusão no convênio, de estabelecimentos bancários com sede agência ou escritórios em locais fora do Município, quando o número de contribuintes neles domiciliados justificar tal medida.

Seção II

Da Restituição

Art. 242 - As quantias indevidamente recolhidas em pagamento de créditos tributários, serão restituídas, no todo ou em parte, independentemente de prévio protesto do sujeito passivo e seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:

I - Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - Erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou na conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - Reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 243 - A restituição total ou parcial de tributos dá lugar à restituição, na mesma proporção, de juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais a ela relativos.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica as infrações de caráter normal, que não são afetadas pela causa assecutoria da restituição.

Art. 244 - A restituição de tributos que comporte, pela sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, somente poderá ser feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por ele expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 245 - O direito de restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados:

I - Nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 450, da data da extinção do crédito tributário;

II - Na hipótese do inciso II do artigo 450, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado, rescindido a ação condenatória.

Art. 246 - Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando seu curso por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Municipal.

Seção III

Da Alteração de Lançamento Tributário

Art. 247 - As alterações e substituições dos lançamentos originais, serão feitas através de novos lançamentos, a saber:

I - Lançamento de ofício: quando o lançamento original for efetuado ou revisto de ofício, pela autoridade administrativa, nos seguintes casos:

a) Quando não for prestada a declaração, por quem de direito, na forma e nos prazos da legislação tributária;

b) Quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos da alínea anterior, deixar de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

c) Quando se comprove a omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação;

d) Quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar aplicação de penalidade pecuniária;

e) Quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício dele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

f) Quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

g) Quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão pela mesma autoridade, de ato ou formalidade.

h) Nos demais casos expressamente designados neste Código ou em Lei subsequente.

II - Lançamento aditivo: quando o lançamento original consignar diferença menor contra o fisco, em decorrência de erro de fato em qualquer de suas fases de execução;

III - Lançamento substitutivo: quando em decorrência de erro de fato, houver necessidade de anulação do lançamento original, cujos efeitos o invalidam para todos os fins de direito.

Art. 248 - Os lançamentos e suas alterações serão comunicados ao contribuinte por qualquer uma das seguintes formas:

I - Por notificação direta;

II - Por publicação no órgão oficial do Município ou Estado;

III - Por publicação em órgão da imprensa local;

IV - Por meio de edital afixado na Prefeitura Municipal;

Parágrafo único: Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal, reputar-se-á efetuado o lançamento ou efetivadas as suas alterações:

I - Mediante comunicação publicada na imprensa em um dos seguintes órgãos indicados pela ordem de preferência:

a) No órgão oficial do Município;

b) Em qualquer órgão da imprensa local, ou de comprovada circulação no território do Município;

c) No órgão oficial do Estado.

II - Mediante afixação de Edital na Prefeitura.

Art. 249 - A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica na dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposições de recursos.

Art. 250 - É facultado à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributáveis, quando o montante do tributo não for conhecido oficialmente.

Seção IV

Dos Cadastros

Art. 251 - O Cadastro Municipal de Contribuintes, mantido pela Secretaria de Administração e Finanças, se comporá:

I - do Cadastro Imobiliário;

II - do Cadastro Mobiliário.

Parágrafo único - A Secretaria de Administração e Finanças poderá, quando necessário, instituir outras modalidades de cadastramento de contribuinte, a fim de atender a organização fazendária dos tributos municipais.

Art. 252 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a União e com o Estado, visando utilizar os dados e elementos cadastrais disponíveis, bem como o número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF, de âmbito federal e estadual, para melhor caracterização de seus registros.

Subseção I

Do Cadastro Imobiliário

Art. 253 - O Cadastro Imobiliário tem por finalidade o registro das propriedades prediais e territoriais urbanas existentes, ou que vierem a existir, no Município de Corupá, bem como dos sujeitos passivos das obrigações que as gravam e dos elementos que permitam a exata apuração do montante dessa obrigação.

Parágrafo único - Não exime a obrigatoriedade do registro, a isenção ou a imunidade.

Art. 254 - A inscrição das propriedades prediais e territoriais urbanas no Cadastro Imobiliário será promovida:

I - pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;

II - por qualquer dos condôminos;

III - pelo compromissado comprador;

IV - de ofício, em se tratando de propriedade de entidade de direito público, ou ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo e na forma legal.

§ 1º - É fixado em 30 (trinta) dias o prazo para promoção da inscrição, constados da data da conclusão das construções, reconstruções ou reformas, e, nos casos de aquisição, a qualquer título, da assinatura da escritura formal ou carta.

§ 2º - Aproveita ao requerente, para os fins deste artigo, o requerimento de "habite-se", devendo o processo, em tal caso, ser encaminhado à Secretaria de Administração e Finanças, para registro da alteração no Cadastro Imobiliário.

Art. 255 - Para efetivar a inscrição, o responsável deverá, em petição, apresentar as seguintes informações:

I - nome do proprietário, possuidor ou compromissário comprador da propriedade;

II - localização da propriedade;

III - descrição e área da propriedade territorial;

IV - área, características e tempo de vida da propriedade predial;

V - utilização dada à propriedade;

VI - existência, ou não, de passeios e muro em toda a extensão da testada.

Parágrafo único - À petição mencionada neste artigo será anexada a planta da propriedade territorial, em escala que possibilite a perfeita identificação da situação.

Art. 256 - Consideram-se prejudicadas para a inscrição, as propriedades cujas petições apresentem informações destinadas à identificação do sujeito passivo da obrigação tributária e à apuração de seu montante de maneira incorreta, incompleta ou inexata.

Art. 257 - Serão obrigatoriamente comunicadas à Secretaria de

Administração e Finanças, também em petição, as ocorrências que possam, de qualquer maneira, alterar os registros constantes do Cadastro Imobiliário.

Parágrafo único - É de 30 (trinta) dias, contados da data de ocorrência, o prazo para a comunicação referida neste artigo.

Art. 258 - Em caso de litígio o domínio da propriedade a inscrição mencionará tal circunstância, bem como o nome dos litigantes, dos possuidores da propriedade, a natureza do feito e o cartório por onde correr a ação.

Art. 259 - Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer à Secretaria de Administração e Finanças, a relação dos lotes alienados definitivamente ou mediante compromisso, 30 (trinta) dias após a celebração do negócio, mencionando o nome do comprador, endereço, a codificação dos lotes e quadras, dimensões destes e os respectivos valores dos contratos.

Subseção II Do Cadastro Mobiliário

Art. 260 - O Cadastro Mobiliário conterá as informações sobre pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica no Município, sem vinculação empregatícia e será utilizado para o cálculo e cobrança dos tributos para eles lançados.

Art. 261 - A inscrição no Cadastro Mobiliário será promovida pelo sujeito passivo da obrigação tributária, ou responsável, em petição designada à Secretaria de Administração e Finanças, acompanhada da respectiva declaração cadastral, sempre antes do início da atividade.

Parágrafo Único - O regulamento definirá a documentação necessária para efetivação do cadastramento.

Art. 262 - A inscrição, por estabelecimento ou local de atividade, precederá o início da atividade.

§ 1º - A inscrição será intransferível e obrigatoriamente renovada sempre que ocorrer qualquer modificação na identificação do contribuinte, especificamente quanto ao "nome / razão social" ou "local do estabelecimento ou mudança de atividade."

§ 2º - O cancelamento de inscrição por transferência, venda, fechamento ou baixa do estabelecimento será requerido ao Secretário de Administração e Finanças, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ocorrência.

§ 3º - Poderá a Administração Tributária proceder a baixa ex officio do estabelecimento em que for verificado a inatividade por mais de 12 meses.

Art. 263 - Constituem estabelecimentos distintos, para fins de inscrição no Cadastro de que trata este Capítulo:

I - os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de serviços, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos;

II - os que, embora no mesmo local, ainda que com o mesmo ramo de serviços, pertençam a diferentes firmas ou sociedades.

Parágrafo único - Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, ou os vários pavimentos de um imóvel.

Art. 264 - Os atuais estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços existentes no Município e ainda não cadastrados, poderão efetuar-lo no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar do início da vigência deste código, ficando dispensados do pagamento da multa e da apresentação de habite-se do prédio, desde que a construção possa ser considerada habitável pelo órgão próprio do Município.

Parágrafo único - Findo o prazo concedido no "caput" deste artigo a Administração Municipal providenciará o cadastramento,

aplicando as penalidades e demais disposições previstas em Lei.

Subseção III Documentos Fiscais

Art. 265 - Os contribuintes sujeitos ao pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza pelo preço dos serviços, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal de Serviços e/ou Nota Fiscal Fatura de Serviços, de modelo oficial, ou cupom do terminal de venda - PDV, estabelecidos pela Secretaria de Administração e Finanças.

§ 1º - A Nota Fiscal de Serviços e/ou Nota Fiscal Fatura de Serviço será emitida, no mínimo, em duas vias, sendo a primeira entregue ao usuário ou consumidor final dos serviços, ficando a segunda presa ao bloco.

§ 2º - Sempre que o contribuinte entender conveniente a emissão de documento em maior número de vias, em cada uma delas indicará, por impressão tipográfica a respectiva destinação.

§ 3º - As Notas Fiscais de Serviços e/ou Nota Fiscal Fatura de Serviço serão obrigatoriamente impressas e seus claros serão preenchidos a manuscrito ou mecanicamente.

Art. 266 - A Secretaria de Administração e Finanças poderá, a seu critério, por pedido de pessoas físicas ou jurídicas, expedir Nota Fiscal de Serviço relativamente à prestação de serviços cuja competência tributária seja do Município de Corupá, para contribuintes não cadastrados ou para os quais não haja sido autorizado a confecção de bloco notas fiscais, fazendo a retenção do valor devido à título de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 267 - A Secretaria de Administração e Finanças poderá suspender a obrigação referida nesta subseção, quando instituído o sistema de que trata o artigo 422, caso em que estabelecerá outras obrigações que acautelem os interesses do Tesouro Municipal.

Art. 268 - A impressão de blocos de notas fiscais ou notas em formulário contínuo deverá ser precedida de autorização da Secretaria de Administração e Finanças do Município, que dentre outros manterá controle sobre as numerações e exigirá o cumprimento das normas a serem expressas em regulamento.

Art. 269 - Aceitar-se-á a substituição da Nota de Serviços por qualquer outro documento emitido em função da exigência contida nas legislações referentes aos impostos sobre a produção e a circulação ou por documento fiscal de prestação de serviços emitido pela rede mundial de computadores, internet.

§ 1º - No caso da autorização de emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços pela rede mundial de computadores, caberá ao regulamento:

I - disciplinar a emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços;

II - definir os contribuintes que estarão autorizados a emití-la;

§ 2º. A Prefeitura Municipal de Corupá disponibilizará aos contribuintes usuários da Nota Fiscal Eletrônica, aplicativo/web, responsável pela emissão através da rede mundial de computadores.

Subseção IV Dos Livros Fiscais

Art. 270 - Obrigam-se os contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza à posse e escrituração de livros fiscais de modelo baixado pela Secretaria de Administração e Finanças, excetuando-se aquele sujeito ao imposto à base de alíquota fixa.

Art. 271 - Os livros fiscais serão autenticados sob numeração pela Divisão de Fiscalização da Secretaria de Administração e Finanças entendendo-se como autenticação os termos de abertura e encerramento, lavrado e assinado por servidor designado para tal fim, e a rubrica, pela mesma pessoa, de todas as folhas.

Art. 272 - Serão mantidos livros distintos para cada estabelecimento,

permitida à Secretaria de Administração e Finanças, todavia, a concessão de autorização para centralizar em um só jogo de livros, o total dos serviços prestados por vários estabelecimentos pertencentes a um mesmo contribuinte.

Art. 273 - Os livros serão escriturados sem emendas ou rasuras, não poderão ser retirados do estabelecimento, e o registro dos serviços não poderá ser efetuado com atraso superior a 8 (oito) dias.

Art. 274 - O valor dos serviços prestados serão lançados, semanalmente, nos livros fiscais, os quais serão apurados mensalmente, abatendo-se do seu total os créditos relativos a retenção tributária.

Art. 275 - A Secretaria de Administração e Finanças poderá autorizar a substituição dos livros por fichas avulsas, processamento de dados ou por outro processo de escrituração, observando-se, entretanto, as demais exigências contidas nesta subseção.

Art. 276 - A Secretaria de Administração e Finanças poderá dispensar a posse e escrituração dos livros fiscais, quando sujeito o contribuinte ao regime de estimativa, ou de pagamento antecipado, caso em que estabelecerá outras obrigações que acautelem os interesses do Tesouro Municipal.

Subseção V

Do fornecimento de informações

Art. 277 - Fica instituída a "Declaração de Informações Fiscais" – DIF, onde os contribuintes e os responsáveis por substituição tributária e retenção na fonte do ISSQN deverão informar mensalmente à Fazenda Municipal o montante relativo aos serviços prestados e tomados por meio da rede mundial de computadores, internet, em software/aplicativo a ser fornecido pela municipalidade conforme regulamento.

§1º - Os contribuintes sujeitos ao pagamento do ISSQN sob forma de seu próprio trabalho, ISSQN/Fixo, estão desobrigados ao cumprimento da obrigação acessória prevista no caput do artigo.

§2º - A partir do início do envio das informações fiscais pelo software/Aplicativo previsto no caput do artigo, ficam os livros fiscais de registro de serviços previsto no artigo 270 desta Lei, dispensados da homologação anual efetuada pela Fazenda Municipal, devendo estes somente ser apresentados quando solicitados."

CAPÍTULO II DAS CONSULTAS

Art. 278 - Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência técnica aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sobre a interpretação e fiel observância da legislação tributária.

§1º - Aos contribuintes é facultado reclamar essa assistência técnica aos órgãos competentes.

§2º - As consultas por escrito deverão ser formuladas com objetividade e clareza e somente poderão focalizar dúvidas ou circunstâncias atinentes à situação do contribuinte ou responsável;

§3º - Não se admitirá consulta que versar sobre objeto de ação fiscal já iniciada contra o consulente.

§4º - Quando a consulta for formulada por sindicato, associação, federação ou confederação de categorias econômicas ou profissionais, poderá ter como objeto assunto do interesse dos seus integrantes, caso em que o processamento da petição não impedirá o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de faltas relacionadas com a matéria consultada.

§5º - No decurso da ação fiscal, ocorrendo dúvidas relativas à interpretação e aplicação da legislação tributária, poderá o Agente

Fiscal formular consulta, interrompendo a fiscalização iniciada, se for o caso.

Art. 279 - A autoridade julgadora dará solução à consulta, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua apresentação.

§1º - A solução dada à consulta traduz, unicamente, a orientação dos órgãos, sendo que a resposta desfavorável ao contribuinte ou responsável, obriga-o, desde logo, ao pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária, se for o caso, independentemente do recurso que couber.

§2º - A formulação da consulta não terá efeito suspensivo na cobrança dos tributos e penalidades pecuniárias.

§3º - Ao contribuinte ou responsável que procedeu de conformidade com a solução dada à sua consulta, não poderão ser aplicadas penalidades que decorram de decisão divergente obrigando a agir de acordo com essa decisão, tão logo ela lhe seja comunicada.

Art. 280 - Os órgãos fazendários farão imprimir e distribuir, sempre que necessário, modelos de declarações e documentos que devem ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Art. 281 - São autoridades fiscais, para efeito deste Código, às que tem jurisdição e competência definidas em Leis e regulamentos.

CAPÍTULO III DOS PRAZOS

Art. 282 - Os prazos fixados na legislação tributária do Município serão contínuos, excluindo-se na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único - A legislação tributária poderá fixar ao invés de concessão do prazo em dias, data certa para o vencimento de tributos ou pagamento de multas.

Art. 283 - Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição em que corra o processo ou deve ser praticado o ato.

Parágrafo único - Não ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o início ou o fim do prazo será transferido ou prorrogado para o primeiro dia útil de expediente normal imediatamente seguinte ao anteriormente estabelecido.

CAPÍTULO VI DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 284 - Os débitos decorrentes de tributos, adicionais ou penalidades, que não forem efetivamente liquidados na data em que deveriam ter sido pagos, terão seu valor atualizado monetariamente até a data do pagamento, em função das variações do poder aquisitivo da moeda nacional.

Art. 285 - A atualização monetária prevista no artigo anterior aplicar-se-á inclusive, quanto aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o contribuinte tiver depositado em moeda corrente a importância questionada.

§1º - A importância do depósito que tiver de ser devolvida, por ter sido julgado procedente a reclamação, o recurso ou a medida judicial, será atualizada monetariamente na forma prevista neste capítulo.

§2º - As importâncias depositadas pelos contribuintes, em garantia de instância administrativa ou judicial, serão devolvidas, obrigatoriamente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da decisão que houver reconhecido a improcedência total ou parcial da exigência fiscal.

§3º - Se as importâncias depositadas na forma do parágrafo anterior, não forem devolvidas no prazo nele prevista, ficarão sujeitas à permanente atualização monetária, até a data da efetiva devolução, podendo ser utilizado pelos contribuintes como compensação, na forma do artigo 439 desde Código, no pagamento de tributos devidos ao Município.

Art. 286 - As multas e juros de mora previstos na legislação tributária como percentagens de débito fiscal, serão calculadas sobre o respectivo montante, corrigidos monetariamente nos termos deste Capítulo.

Art. 287 - A atualização monetária prevista neste Capítulo, aplica-se a qualquer débito tributário que deveria ter sido pago antes da vigência deste Código.

Art. 288 - Excluem-se das disposições do artigo anterior, os débitos cuja cobrança esteja suspensa, por medida administrativa ou judicial, se o devedor ou seu representante legal já tiver depositado, em moeda, a importância questionada com seus acréscimos legais.

Art. 289 - A atualização monetária é de aplicação obrigatória, só podendo ser dispensada nas hipóteses expressamente mencionadas neste capítulo.

Art. 290 - A dispensa de atualização monetária e/ou juros de incidentes sobre a obrigação tributária, constitui exercício irregular das atribuições, seja expressa ou tácita, direta ou indireta, a qualquer pessoa física ou jurídica, por parte de qualquer elemento do Governo Municipal, detentor de função ou cargo, efetivo, comissionado ou eletivo, respondendo o infrator na esfera civil, penal, administrativa e/ou política, conforme o caso e segundo a legislação específica.

TÍTULO III DO PROCESSO FISCAL

CAPÍTULO I DAS MEDIDAS PRELIMINARES

Seção I Da Apreensão de Bens e Documentos

Art. 291 - Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola, ou profissional, do contribuinte, responsável ou de terceiro, ou em outros lugares, ou em trânsito, que constituam prova material de infração à Legislação Tributária do Município.

Parágrafo único - Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontrem em residência particular ou lugar utilizado como moradia serão promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina por parte do infrator.

Art. 292 - Da apreensão, lavrar-se-á o auto de infração, observando-se, no que couber o disposto no artigo 308.

Parágrafo único - O auto de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

Art. 293 - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 294 - As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento,

mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Art. 295 - Se o autuado não provar o preenchimento dos requisitos ou o cumprimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias após a apreensão, serão os bens levados à hasta pública ou leilão observando-se a legislação em vigor.

§1º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, estes poderão ser doados, a critério da administração, às associações de caridade e demais entidades beneficentes ou de assistência social.

§2º - Apurando-se, na venda em hasta pública ou leilão, importância superior aos tributos, acréscimos legais e demais custos da modalidade de venda, será o autuado notificado para no prazo não inferior a 30 (trinta) dias, receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

Seção II Da Representação

Art. 296 - A competência para notificar preliminarmente ou multar é de membro integrante do "Grupo Fisco", nomeado pelo Secretário de Administração e Fazenda.

Parágrafo único: Além do "Grupo Fisco", qualquer pessoa pode representar a fazenda Municipal em toda ação ou omissão contrária à disposição deste código e ainda solicitar:

- I - sujeição do contribuinte a regime especial de fiscalização;
- II - cancelamento de regime ou controle especial estabelecido em benefício do contribuinte;
- III - suspensão de licença;
- IV - cancelamento ou suspensão de isenção;
- V - interdição de estabelecimento.

Art. 297 - A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço do seu autor, será acompanhada de provas, ou indicará os elementos destas, e mencionará os meios ou circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração.

Parágrafo único - Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.

Art. 298 - Recebida a representação, a Secretaria de Administração e Finanças determinará as diligências necessárias à apuração da veracidade do denunciado, para fim de notificação, situação, cominação de penalidade ou de encaminhamento ao Chefe do Poder Executivo, ou ainda, do arquivamento da representação.

Seção III Da Fiscalização

Art. 299 - A aplicação da legislação tributária municipal será fiscalizada, privativamente, pelos integrantes do "Grupo Fisco" lotados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ou por quem, pelo Prefeito Municipal, para tal fim for especialmente contratado.

Parágrafo único - A Fiscalização será extensiva às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade ou isenção tributária.

Art. 300 - Para os efeitos da legislação tributária municipal, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

Parágrafo único - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 301 - O agente do fisco que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização, lavrará os termos necessários para que se documente o início e o término do procedimento.

§ 1º - Os termos a que se refere este artigo serão lavrados no livro "Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências", ou em separado, a critério da autoridade lançadora.

§ 2º - Quando lavrados em separado, entregar-se-á cópia, contra recibo, à pessoa sujeita à fiscalização.

§ 3º - São dispensados os termos de início e de encerramento as fiscalizações motivadas por pedidos de baixa.

Art. 302 - O termo mencionado no artigo anterior expressará, claramente, a data do início da fiscalização, não podendo o prazo entre essa e a da sua conclusão ser superior a 30 (trinta) dias corridos.

Parágrafo único - O prazo referido neste artigo poderá ser dilatado por mais 30 (trinta) dias, desde que o agente fiscal faça prova, perante a Secretaria de Administração e Finanças, de necessidade da dilatação.

Art. 303 - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar aos agentes fiscais todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
- II - os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;
- III - as empresas de administração de bens;
- IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- V - os inventariantes;
- VI - os síndicos, comissários e liquidatários;
- VII - quaisquer outras entidades ou pessoas, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 304 - Além da competência para notificar, representar, autuar e apreender bens, livros e documentos, poderá a Fazenda Municipal, por seus agentes, com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e de determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários:

- I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária;
- II - fazer inspeção nos locais e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas à obrigação tributária, ou nos bens ou serviços que constituam matéria tributária;
- III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;
- IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições fazendárias;
- V - requisitar o auxílio de força pública, estadual ou federal, quando forem os agentes vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando seja necessária a efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.
- VI - lacrar móveis ou depósitos que, presumivelmente, guardem o material cuja exibição se solicitou, sendo que da ocorrência se lavrará termo.

Art. 305 - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Municipal ou de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros, e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

Parágrafo único - Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente os casos previstos no artigo 303 e os de requisição regular de autoridade judiciária no interesse da justiça.

Art. 306 - A Fazenda Municipal permutará elementos de natureza fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, na forma a ser estabelecida em convênio entre elas celebrado, ou, independente deste ato, sempre que solicitada.

Seção IV Da Notificação

Art. 307 - Constatada omissão de pagamento ou sonegação de tributos, proceder-se-á o lançamento, contra o sujeito passivo, através de Notificação Fiscal.

§ 1º - O prazo para pagamento do crédito tributário lançado e notificado é de 15 (quinze) dias, contados da data do ciente.

§ 2º - As omissões ou incorreções da notificação não acarretam sua nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para determinação do lançamento e do sujeito passivo.

Art. 308 - A notificação do contribuinte se processará através de documento, estabelecido pela Secretaria de Administração e Finanças, emitido em 3 (três) vias no mínimo, por decalque a carbono, e conterá, além de outros julgados necessários, os seguintes elementos:

- I - nome do notificado e seu número de inscrição;
- II - local e data da expedição;
- III - descrição do fato que a motivou e indicação do dispositivo legal infringido;
- IV - identificação do tributo, e seu montante;
- V - montante das multas cabíveis e dos dispositivos que as cominam;
- VI - prazo para cumprimento da exigência fiscal e repartição em que deve ser procedido o recolhimento;
- VII - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único - A recusa da assinatura no documento de notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 309 - As três vias do documento de notificação terão os seguintes destinos:

- I - a primeira, para o notificado;
- II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;
- III - a terceira, para o relatório do notificante;

Art. 310 - Sempre que por qualquer motivo, não for assinado o documento de notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal pessoalmente na presença de uma testemunha ou por edital fixado nos átrios da Prefeitura Municipal.

Art. 311 - São competentes para notificar, os integrantes do "grupo fisco", para tanto credenciados pelo Secretário de Administração e Finanças.

Art. 312 - Vencido o prazo fixado no documento de notificação sem que o contribuinte tenha cumprido a exigência fiscal, ou contra ele tenha interposto reclamação, ou sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os fins devidos.

CAPÍTULO II DOS INFRATORES

Seção I

Da Autoria, Co-autoria e Cumplicidade

Art. 313 - Autor da infração é a pessoa natural ou jurídica que, tendo ou não interesse pessoal, direto ou indireto, na prática da infração, ou em seus efeitos, praticar, pessoal e diretamente, a ação ou omissão definida na legislação tributária como infração, ou a fizer praticar em seu próprio proveito, por mandatário, representante, preposto, dependente ou terceiro, ou por pessoa jurídica de que detenha administração ou controle.

Art. 314 - Co-autor é a pessoa natural ou jurídica que:

I - tendo ou não interesse pessoal, direto ou indireto, na prática da infração ou em seus efeitos, concorre efetivamente, por ação ou omissão, para sua prática, ou maneira especial à sua existência material à sua consumação, ou à prática ou realização de seus efeitos;

II - tendo interesse pessoal, direto ou indireto, na prática da infração ou em seus efeitos, e conhecendo ou devendo conhecer a sua prática por outrem, deixa de tomar imediatamente qualquer providência razoavelmente eficaz para impedi-la ou repará-la.

Art. 315 - Cúmplice é a pessoa natural ou jurídica, que, tendo ou não interesse pessoal, direto ou indireto, na prática da infração, ou em seus efeitos:

I - concorre efetivamente, por ação ou omissão, para sua prática, de maneira útil, mas não essencial à sua existência material, à sua consumação, ou à realização de seus efeitos;

II - concorre efetivamente, por ação ou omissão, para diferir ou impedir, total ou parcialmente, a sua descoberta;

III - adquire, consome, utiliza, conserva em seu poder, aliena, em proveito próprio ou alheio, bens, valores ou mercadorias que saiba ou deva saber constituírem objeto ou produto de infração consumada ou em curso de consumação.

Seção II

Punibilidade

Art. 316 - A punibilidade decorre da imputabilidade.

Art. 317 - Excluem a punibilidade:

I - a ocorrência de hipótese mencionada no inciso II do artigo 233 deste Código;

II - com exceção da referente às penalidades moratórias:

a) a denúncia espontânea da infração, com o recolhimento dos valores devidos;

b) o erro de direito ou sua ignorância escusável.

Parágrafo único - Sem prejuízo das hipóteses em que, face às circunstâncias do caso, seja escusável o erro de direito para os efeitos previstos na alínea "b", inciso II, considera-se tal o erro a que seja induzido o infrator leigo, por advogado, contador, economista, despachante, agente fiscal municipal, ou pessoa que se ocupe, profissionalmente, de questões tributárias.

Art. 318 - São inaplicáveis as causas da exclusão da punibilidade quando a mesma decorrer de:

I - infrações de dispositivos referentes a obrigações tributárias acessórias;

II - infrações agravadas pela reincidência específica.

Art. 319 - Extingue-se a punibilidade:

I - pelo falecimento do agente em todos os casos em que a responsabilidade for de natureza pessoal;

II - pelo decurso do prazo de cinco anos, a contar da data em que tenha sido consumada ou tentada a infração.

Parágrafo único - Reputa-se consumada a infração, quando praticada o último dos atos que a constituem.

CAPÍTULO III DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 320 - Constitui infração toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte de pessoa natural ou jurídica, de obrigação tributária, positiva ou negativa, prevista na legislação.

Parágrafo único - A conceituação tributária de infração independe da intenção do agente e da efetividade, natureza e extensão do fato, mas depende do conhecimento real ou presumido da sua prática, por parte do agente ou responsável.

Art. 321 - As infrações serão apuradas mediante procedimento fiscal, na forma do disposto na legislação tributária.

Seção I

Penalidades

Art. 322 - São penalidades tributárias passíveis de aplicação cumulativa, sem prejuízo das cominadas, para o mesmo fato, em lei federal específica:

I - proibição de transacionar com repartições públicas municipais;

II - receber quantias ou créditos que tiverem junto a municipalidade;

III - celebrar contrato ou termo de qualquer natureza com o Município;

IV - sujeição a regime especial de fiscalização;

V - cancelamento de regimes ou controle especiais estabelecidos em benefício do contribuinte;

VI - suspensão ou cancelamento de isenção;

VII - multas.

Parágrafo único - O requerimento de contribuinte de que trata o caput deste artigo não terá trâmite em caso de débito em nome do requerente ou sobre o objeto do pedido.

Seção II

Aplicação e Graduação

Art. 323 - São competentes para aplicar penalidades:

I - o funcionário que constatar a infração, quanto às referidas nos incisos I e IV, do artigo anterior;

II - os integrantes do "Grupo Fisco", quanto às referidas no inciso anterior e no número V, do artigo anterior;

III - o Secretário de Administração e Finanças, quanto às referidas nos incisos II, III e V, do artigo anterior;

Parágrafo único - O Secretário de Administração e Finanças proporá ao Chefe do Poder Executivo, no próprio despacho que aplicar penalidades e quando cabível, a aplicação de penas que digam respeito à suspensão, o cancelamento de isenções e interdição de estabelecimentos.

Art. 324 - A determinação da pena ou das penas aplicáveis, bem como a fixação, dentro dos limites legais, da quantidade da pena aplicável, atenderá:

I - aos antecedentes do infrator;

II - aos motivos determinantes da infração;

III - à gravidade das consequências efetivas ou potenciais da infração;

IV - as circunstâncias atenuantes e agravantes, constantes do processo.

§ 1º - São circunstâncias agravantes, quando não constituam ou qualifiquem a infração:

I - a sonegação, a fraude e o conluio;

II - a reincidência;

III - ter o infrator recebido do contribuinte de fato, antes do procedimento fiscal, o valor do tributo sobre que versar a infração, quando esta constituir na falta de pagamento no prazo legal;

IV - o fato do tributo não lançado, ou lançado a menor, referir-se à operação cuja tributação já tenha sido objeto de decisão proferida em consulta formulada pelo contribuinte;

V - a inobservância a instruções escritas, baixadas pela Fazenda Municipal;

VI - a clandestinidade do ato, operação ou estabelecimento, a inexistência de escrita fiscal e comercial, e a falta de emissão de documentos fiscais, quando exigidos;

VII - o emprego de artifício fraudulento, como meio para impedir ou deferir o conhecimento da infração.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes:

I - o lançamento regular das operações tributárias nos livros fiscais ou comerciais, com base em documentos legalmente tidos;

II - a comprovada ignorância ou incompreensão da legislação fiscal;

III - ter o infrator, antes do procedimento fiscal, procurado, de maneira inequívoca e eficiente, anular ou reduzir os efeitos da infração, prejudiciais ao Fisco;

IV - qualquer outra atitude que faça presumir, inequivocadamente, ter o infrator agido de boa fé.

Art. 325 - Reincidência é a prática de nova infração à legislação tributária, cometida pelo mesmo infrator, ou pelos sucessores, dentro de 5 (cinco) anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Parágrafo único - Diz-se reincidência:

I - genérica, quando as infrações sejam de natureza diversa;

II - específicas, quando as infrações sejam da mesma natureza, assim compreendidas as que tenham, na legislação tributária, mesma capitulação.

Art. 326 - Sonegação é toda a ação ou omissão dolosa tendente a impedir, ou diferir, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:

I - da ocorrência do fato gerador da obrigação principal, da natureza ou circunstâncias materiais;

II - das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou o crédito tributário correspondente.

Art. 327 - Fraude é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou diferir, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do tributo devido, ou a evitar ou retardar o seu pagamento.

Art. 328 - Conluio é o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas, visando a qualquer dos efeitos referidos nos artigos 326 e 327.

Art. 329 - Apurando-se, no mesmo processo, a prática de duas ou mais infrações, pela mesma pessoa natural ou jurídica, aplicam-se, cumulativamente, no grau correspondente, as penas a elas cominadas, se as infrações não forem idênticas.

§ 1º - Se idênticas as infrações, e sujeitas à pena de multas fixas, aplica-se, no grau correspondente, a pena cominada para uma delas, aumenta de 10% (dez por cento) para cada repetição de falta, consideradas, em conjunto, as circunstâncias atenuantes e agravantes, como se de uma só infração se tratasse.

§ 2º - Se a pena cominada for proporcional ao valor do tributo, a sua aplicação incidirá sobre o total do tributo a que se referem as infrações, consideradas, em conjunto, as circunstâncias atenuantes e agravantes, como se de uma única infração se tratasse.

§ 3º - Quando se tratar de infração continuada, em relação à qual tenham sido lavradas diversas notificações, representações em autos de infração, serão eles reunidos em um só processo, para imposição da pena.

§ 4º - Não se considera infração continuada, a repetição de falta já arrolada em processo fiscal de cujo início o infrator tenha sido cientificado.

§ 5º - Para os efeitos deste artigo, considera-se como uma única

infração, sujeita à penalidade mais grave dentre as previstas para ela, as faltas cometidas na prestação positiva ou negativa, de uma mesma obrigação acessória, não podendo as consistentes em omissão, salvo quando praticadas com artifício doloso, importar em pena mais elevada que a cominada para a não execução da obrigação.

Art. 330 - Sujeitam-se às mesmas penalidades que o infrator, os co-autores e cúmplices.

Seção III

Proibição de transacionar com repartições públicas municipais

Art. 331 - Os contribuintes que estiverem em débito para com a Fazenda Municipal são proibidos de transacionar, a qualquer título, com as repartições públicas municipais.

Parágrafo único - A proibição de transacionar compreende o recebimento de quaisquer quantias ou créditos que os devedores tiverem com o Município; a participação em concorrência, coleta ou tomada de preços, a celebração de contratos de qualquer natureza, e quaisquer outros atos que importem em transação.

Seção IV

Sujeição a regime especial de fiscalização

Art. 332 - O contribuinte que houver cometido infração punida com multa elevada ao grau máximo, ou que tiver sido suspensa ou cancelada a isenção ou a licença, ou ainda quando se recusar a fornecer ao Fisco os esclarecimentos, por ele solicitados, poderá ser submetido ao regime especial de fiscalização.

Art. 333 - O regime especial consistirá no acompanhamento de suas atividades por agentes do Fisco, por prazo não inferior a 10 (dez) dias, nem superior a 60 (sessenta) dias.

§ 1º - Será permitida a manutenção do regime especial por prazo superior ao fixado neste artigo, desde que persistam os motivos que o determinaram.

§ 2º - O regime especial poderá consistir inclusive na não autorização de confecção de blocos de notas fiscais e na exigência de solicitação de emissão de notas diretamente pela Secretaria de Administração e Finanças, com a retenção na fonte.

Art. 334 - A Administração Fazendária, no próprio ato que impuser a penalidade prevista nesta Seção, estabelecerá as obrigações acessórias a serem observadas durante a vigência do regime especial.

Seção V

Cancelamento de Regimes ou Controles Especiais Estabelecidos em Benefício do Contribuinte

Art. 335 - Os regimes ou controles especiais, estabelecidos com fundamento da legislação tributária, em benefício do contribuinte, serão cancelados sempre que por eles cometida infração revestida de circunstâncias agravantes, ou recusada a prestação de esclarecimento solicitados pelo Fisco, ou ainda, embaraçada, iludida, dificultada ou impedida a ação dos agentes do fisco.

Parágrafo único - O ato que cancelar o benefício fixará prazo para o cumprimento normal das obrigações cuja prestação for dispensada.

Seção VI

Suspensão de licença

Art. 336 - As licenças concedidas pelo Município, no exercício de atividade de seu poder de polícia, poderão ser suspensas:

I - pela falta de pagamento da respectiva taxa de fiscalização;

II - pela recusa em fornecer ao fisco os esclarecimentos por ele solicitados, ou pelo impedimento à ação dos agentes do fisco;

III - pela prática de ato que configure infração à legislação

tributária, revestida de qualquer das circunstâncias agravantes previstas neste Código.

Art. 337 - Considerar-se-ão como clandestinos os atos praticados por contribuinte cuja licença tenha sido suspensa ou cassada, assim como os veículos e objetos cujo tráfego e posse dependam de licenciamento.

Art. 338 - No caso de suspensão de licença aplicada com fundamento no inciso I do artigo 336, a penalidade vigora a partir da mora quanto ao taxa de fiscalização devida.

Seção VII

Suspensão ou cancelamento de isenção

Art. 339 - Suspender-se-á, pelo prazo de um ano, a isenção concedida a contribuinte que infringir qualquer das disposições contidas na Legislação Tributária.

Art. 340 - Será definitivamente cancelado o favor:

I - quando a infração se revestir de circunstâncias agravantes;
II - quando verificada a inobservância das condições e requisitos para a concessão, ou o desaparecimento dos mesmos.

Art. 341 - Nenhuma isenção será suspensa ou cancelada, sem que se ofereça ampla oportunidade ao contribuinte, de contraditório e ampla defesa.

Seção VIII

Interdição de Estabelecimento

Art. 342 - Sempre que, a critério do chefe do Poder Executivo e após o exercício do contraditório e da ampla defesa na esfera administrativa, for considerada ineficaz a aplicação das demais penalidades previstas na legislação tributária, poderá ser interdito o estabelecimento do infrator.

Art. 343 - A interdição, sempre temporária, será comunicada ao infrator, fixando-se-lhe prazo não inferior a 15 (quinze) dias, para cumprimento da obrigação.

Art. 344 - A aplicação da penalidade prevista nesta Seção não exclui as demais cabíveis.

Seção IX

Multas

Subseção I

Classificação

Art. 345 - As multas se classificam em moratórias, variáveis e fixas.

Subseção II

Multa Moratória

Art. 346 - Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator, para ressarcir o Município pelo retardamento verificado na execução da obrigação tributária principal.

Parágrafo único - As multas de mora serão computadas sobre créditos fiscais já lançados pela Fazenda Municipal, a partir do termo final do prazo concedido para pagamento, ou quando verificado o recolhimento espontâneo decorrente do auto lançamento.

Art. 347 - A multa de mora será aplicada sobre o crédito fiscal atualizado, à razão de 2,00 % (dois por cento) ao mês até o limite de 20,00 % (vinte por cento), considerando-se sempre como data base a do vencimento do débito.

Parágrafo único - Na hipótese de tributo lançado para pagamento em parcelas, a multa será calculada considerando-se como data base a do vencimento da cota única ou da primeira parcela, prevalecendo a que primeiro ocorrer.

Subseção III

Multas Variáveis

Art. 348 - As multas variáveis serão aplicadas quando a infração configurar não pagamento do tributo devido ao Tesouro Municipal.

Parágrafo único - No cálculo do valor das multas variáveis será atualizado monetariamente o valor do tributo devido.

Art. 349 - A multa variável decorrente da ação fiscal será aplicada sobre o crédito fiscal atualizado, de acordo com os percentuais seguintes:

- a) Por falta de recolhimento do Tributo regularmente lançado - 50,0%
- b) Falta de recolhimento do imposto lançado por homologação fiscal - 50,0%
- c) Quando não for observada a retenção na fonte pelo responsável - 100%
- d) Quanto for efetuada a retenção na fonte e não for repassado ao município - 150,0%
- e) Nos de fraudes e sonegação fiscal - 200,0%
- f) Nos demais casos 100,0%.

Parágrafo único - Os recolhimentos efetuados dentro de 30 dias, contados da data do lançamento da multa, gozarão de um desconto de 50,0%.

Art. 350 - Não se sujeitam às penalidades previstas nesta Subseção, os infratores que, espontaneamente, antes de iniciado o procedimento fiscal, promovam o recolhimento dos tributos corrigidos, acrescidos dos juros e das multas moratórias previstas no artigo 429.

Parágrafo único - O pagamento espontâneo de tributos, sem o pagamento concomitante das multas moratórias, sujeita o infrator ao pagamento de multas variáveis equivalentes às fixadas no artigo anterior.

Subseção IV

Multas Fixas

Art. 351 - Multas fixas são as aplicadas por infração a dispositivos da legislação tributária referentes à obrigações tributárias acessórias.

Art. 352 - As multas fixas obedecerão à seguinte graduação, nos casos em que o infrator:

I - de 120,00 UFRM:

- a) iniciar atividades ou praticar ato sujeito à taxa de licença, antes da concessão desta;
 - b) deixar de promover inscrição no Cadastro de Contribuintes, ou o recadastramento quando exigido;
 - c) deixar de comunicar, no prazo previsto, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;
 - d) manter em atraso a escrituração dos livros fiscais;
 - e) não possuir Livro de Registro e Controle de Pagamento do ISS-QN, quando exigido;
- II - de 160,00 UFRM:

- a) deixar de remeter às repartições municipais, em sendo obrigado a fazê-lo, documento exigido pela legislação tributária;
 - b) deixar de apresentar, no prazo para tanto concedido, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou de bases impositivas de tributos municipais;
- III - de 300,00 UFRM:

- a) apresentar documentos, livros ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitas a tributação, com omissões, ou dados inverídicos, com evidente intuito de evitar ou diferir imposição tributária;
 - b) deixar de emitir nota fiscal de serviço nas operações de prestação de serviços com valor superior a 10,00 UFRM;
- IV - de 350,00 UFRM:

a) negar-se a prestar informações, ou, por qualquer outro modo, tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do Fisco.

b) deixar de cumprir qualquer outra obrigação principal ou acessória estabelecida no código tributário.

c) deixar de apresentar as informações para a Secretaria de Administração e Finanças em meio magnético, conforme exigido através do artigo 277 deste Código.

d) ao tomador ou o prestador do serviço que deixar de enviar a Declaração de Informações Fiscais conforme previsão do artigo 277 deste Código.

e) ao tomador do serviço que deixar de emitir o recibo de retenção na fonte ao prestador do serviço, conforme exigido na Declaração instituída pelo artigo 256 deste Código.

V - de 500,00 UFRM, para cada conjunto de 50 (cinquenta) jogos de notas:

a) emitir documentos fiscais de prestação de serviços, regulamentado ou não pela legislação tributária municipal, sem a devida autorização ou homologação;

b) imprimir nota fiscal de serviço sem a devida autorização;

Parágrafo único: Nos casos de reincidência específica, as multas fixas mencionadas nesta Subseção serão elevadas ao dobro.

TÍTULO IV DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 353 - A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

I - obrigação tributária principal;

II - obrigação tributária acessória.

§ 1º - A obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objetivo o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º - Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objetivo a prática ou a abstenção de atos nela previstos, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º - A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal, relativamente à penalidade pecuniária.

CAPÍTULO II DO FATO GERADOR

Art. 354 - Fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida neste Código como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Art. 355 - Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

CAPÍTULO III DO SUJEITO ATIVO

Art. 356 - Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município de Corupá é pessoa de direito público, titular de competência plena para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e na legislação tributária municipal, observado o disposto no artigo 6º desta Lei.

CAPÍTULO IV DO SUJEITO PASSIVO

Seção I Disposições Preliminares

Art. 357 - Sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa física ou jurídica obrigada, nos termos deste Código, pelo pagamento de tributos de competência do Município.

Parágrafo único - O sujeito passivo da obrigação principal será considerado:

I - contribuinte: quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável: quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposições expressas neste Código.

Art. 358 - Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa sujeita à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal.

Art. 359 - Salvo os casos expressamente previstos em lei, as convenções e contratos relativos à responsabilidade pelo pagamento de tributos não podem ser opostos à Administração Tributária, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

Seção II Da Solidariedade

Art. 360 - São solidariamente obrigadas:

I - as pessoas expressamente mencionadas neste Código;

II - as pessoas que, ainda não expressamente mencionadas neste Código, tenham interesse comum na situação que constitua fato gerador da obrigação tributária principal.

Parágrafo único - A solidariedade não comporta benefício de ordem.

Art. 361 - Salvo os casos expressamente previstos em lei, a solidariedade produz os seguintes efeitos:

I - o pagamento efetuado por um dos obrigados beneficia os demais;

II - a isenção ou remissão do crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais, pelo saldo;

III - a interrupção da prescrição, em favor de um ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

Seção III Da Capacidade Tributária

Art. 362 - A capacidade tributária passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;

II - de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou de administração direta de seus bens ou negócios;

III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Seção IV Do Domicílio Tributário

Art. 363 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

§ 1º - Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer um dos incisos do caput deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram a origem à obrigação.

§ 2º - A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou fiscalização do tributo, aplicando-se, então, o disposto no parágrafo anterior.

Art. 364 - O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, requerimentos, consultas, reclamações, recursos, declarações, guias e quaisquer outros documentos dirigidos ou apresentados ao fisco municipal.

CAPÍTULO V

DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Seção I

Da Responsabilidade dos Sucessores

Art. 365 - Os créditos tributários referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano, ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, às taxas pela prestação de serviços que gravem os bens imóveis, à Contribuição de Melhoria, à Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública, e demais taxas e contribuições prevista no presente Código Tributário, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único - No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo prego.

Art. 366 - São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos, sem que tenha havido prova de sua quitação;

II - o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

III - o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.

Art. 367 - A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único - O disposto no caput deste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual.

Art. 368 - A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, a qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração sob a mesma ou outra razão social ou sob a firma ou nome individual, responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Seção II

Da Responsabilidade de Terceiros

Art. 369 - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem ou nas omissões pelas quais forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados e curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou, perante eles, em razão do seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único - O disposto no caput deste artigo só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

Art. 370 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração da lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas nos incisos do caput do artigo anterior;

II - os mandatários, prepostos e empregados;

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Seção III

Da Responsabilidade por Infrações

Art. 371 - Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas neste Código e nas leis a ele subsequentes.

Parágrafo único - A responsabilidade por infrações à legislação tributária, salvo exceções, independe da intenção do agente ou terceiro e da efetividade, natureza e extensão das consequências do ato.

Art. 372 - Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que, de qualquer forma, concorram para sua prática ou dela se beneficiem.

Parágrafo único - A responsabilidade é pessoal do agente:

I - quanto às obrigações conceituadas por lei como contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular da administração, mandato, função, cargo ou emprego ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

a) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

b) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

Art. 373 - A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela Administração Tributária, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.



TÍTULO V DO PROCESSO CONTENCIOSO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 374 - Considera-se processo contencioso, todo aquele que versar sobre a aplicação da legislação tributária municipal.

§ 1º - As falhas do processo não constituirão de nulidade sempre que existam elementos que permitam supri-las, sem cerceamento do direito de defesa do interessado.

§ 2º - A apresentação de processo à autoridade incompetente não induzirá caducidade ou perempção, devendo a petição ser encaminhada, de ofício, à autoridade competente.

Art. 375 - Os processos contenciosos serão organizados na forma de autos forenses e sob essa forma serão instruídos e julgados, atendidas, principalmente, as seguintes normas:

I - qualquer referência a elementos constantes do processo deverá ser feita com indicação precisa do número da folha em que se encontrem registrados;

II - em caso de referências a elementos constantes de processo anexado ao que estiver em estudo, far-se-á, também, a menção do número do processo em que estiver a folha citada;

III - renuneração e rubrica a tinta, nos casos de organização do processo, cancelando-se a paginação anterior e consignando-se expressamente esta providência;

IV- nas informações ou despachos será observado o seguinte:

a) clareza, sobriedade, precisão e linguagem isenta de parcialidade;

b) concisão na elucidação do assunto;

c) legibilidade, adotando-se, preferencialmente, o uso da datilografia;

d) transcrição das disposições legais citadas;

e) ressalva ao final de entrelinhas, emendas e rasuras.

V - O fecho das informações ou despachos conterá:

a) a denominação do órgão em que tem exercício o funcionário, permitida a abreviatura;

b) a data;

c) a assinatura;

d) o nome do funcionário por extenso e o cargo ou função.

VI - o processo em andamento conterá, após cada escrito, a declaração da data do recebimento ou encaminhamento, feita pelo funcionário que o recebeu e ou encaminhou.

Art. 376 - Nenhum processo ficará em poder de funcionário por mais de 10 (dez) dias, sob pena de responsabilidade. Quando à natureza do assunto exigir maior prazo para exame e elucidação, o retardamento deverá ser convenientemente justificado.

Art. 377 - Os processos com a nota "URGÊNCIA" terão preferência sobre todos os demais, de forma que sua instrução e julgamento se faça com a maior brevidade possível.

Parágrafo único - A nota de "urgência" será aposta na capa do processo, à direita, no alto, e só será considerada, se rubricada pelo Secretário de Administração e Finanças.

Art. 378 - Formam processo contencioso:

I - as contestações;

II - as reclamações;

III - as defesas;

IV - os recursos;

V - as consultas;

VI - os pedidos de reconsideração.

Art. 379 - O processo contencioso se constituirá, obrigatoriamente, na repartição do domicílio tributário do seu autor.

Parágrafo único - Serão canceladas do processo, por qualquer funcionário que participar de sua instrução, as expressões por ele consideradas descorteses e injuriosas.

Seção I Das Contestações

Art. 380 - É facultado ao denunciado contestar representação pela qual se solicite aplicação de qualquer das penalidades referidas no artigo 296.

Art. 381 - A contestação será interposta à autoridade a quem competir a aplicação da penalidade, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

Seção II Das Reclamações

Art. 382 - É lícito ao sujeito passivo da obrigação tributária principal reclamar de lançamento contra ele expedido.

§ 1º - A reclamação será dirigida, em petição, à autoridade julgadora de primeira instância, facultada a juntada de provas.

§ 2º - A petição assinada por procurador somente produzirá efeitos, se estiver acompanhada do respectivo instrumento de mandato.

§ 3º - Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento.

Art. 383 - É vedado ao contribuinte reunir, numa única petição, reclamações contra mais de um lançamento, exceto, quando constituírem prova de fatos conexos.

Art. 384 - Não cabe reclamação contra lançamento referente a créditos tributários registrados nos livros fiscais próprios do sujeito passivo, ressalvadas as hipóteses de:

I - depósito prévio, em dinheiro, de seu montante integral;

II - apresentação, juntamente com a petição, do documento de arrecadação relativo ao tributo exigido na Notificação Fiscal.

Art. 385 - É cabível a reclamação por parte de qualquer pessoa contra a omissão ou exclusão de lançamento.

Art. 386 - As reclamações terão efeito suspensivo quanto à cobrança dos tributos e multas lançadas e emitidas desde que preenchidas as formalidades legais.

Seção III Das Defesas

Art. 387 - É lícito ao autuado apresentar defesa ao auto de infração contra ele lavrado.

§ 1º - A defesa será dirigida, em petição, à autoridade julgadora de primeira instância.

§ 2º - Não se conhecerá de defesa apresentada fora do prazo legalmente concedido para tanto.

Art. 388 - Na defesa, o autuado alegará toda a matéria que entender útil, anexando se necessário, provas documentais.

Seção IV Dos Recursos

Art. 389 - Das decisões de primeira instância, quando contrárias ao sujeito passivo da obrigação tributária, caberá recurso voluntário ao Prefeito Municipal.

Art. 390 - O prazo para apresentação de recurso voluntário será de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da comunicação da decisão de primeira instância.

Art. 391 - O recurso voluntário será entregue à repartição em que se constituiu o processo fiscal original, e por ela encaminhado à destinação.

Art. 392 - É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versando sobre assunto da mesma natureza, ou referindo-se ao mesmo contribuinte.

Art. 393 - Os recursos voluntários interpostos depois de esgotado o prazo previsto no artigo 390, serão encaminhados ao Prefeito Municipal, sem efeito suspensivo, que deles poderá tomar conhecimento, excepcionalmente, determinando o levantamento de preempção, nos casos em que esta tenha ocorrido por motivo alheio à vontade dos interessados.

Seção V Dos Recursos de Ofício

Art. 394 - Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação de infração, será obrigatoriamente interposto recurso de ofício ao Prefeito Municipal, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder a 500,00 UFRM.

Parágrafo único - Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando cabível a medida, cumpre ao funcionário que subscreveu a inicial do processo, ou que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição, encaminhada por intermédio daquela autoridade.

Art. 395 - Será facultado o recurso de ofício independentemente do valor fixado no artigo anterior, quando a autoridade julgadora de primeira instância, justificadamente, considerar decorrer do mérito do feito, maior interesse para a Fazenda Municipal.

Art. 396 - Da decisão proferida pelo Poder Executivo Municipal, não caberá pedido de reconsideração.

CAPÍTULO II DO JULGAMENTO DE PROCESSOS CONTENCIOSOS

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 397 - Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, ambas singulares.

§ 1º - Em primeira instância, decide o Secretário de Administração e Finanças, e em segunda, o Prefeito Municipal.

§ 2º - Ao sujeito passivo, acusado ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa e de prova.

Art. 398 - Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos já apreciados, sob esses aspectos, por decisão judicial definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 399 - As autoridades julgadoras administrativas são incompetentes para:

- I - declarar a inconstitucionalidade da legislação tributária;
- II - dispensar, por equidade, o cumprimento da obrigação tributária.

Seção II Do Julgamento de Primeira Instância

Art. 400 - O Secretário de Administração e Finanças proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada, e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º - A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data do recebimento do processo conclusivo.

§ 2º - Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior, sempre que determinada a baixa do processo em diligência.

Art. 401 - o interessado se comunicará a decisão proferida em primeira instância:

- I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;
- II - pelo correio, com aviso de recebimento;
- III - no diário eletrônico oficial do município;
- IV - por edital, afixado no local próprio do Paço Municipal ou publicado no "Órgão Oficial do Município" ou em jornal de circulação no Município.

Parágrafo único - A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário a instância superior.

Art. 402 - O Secretário de Administração e Finanças é impedido de julgar:

- I - quando tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;
- II - quando for sócio, quotista ou acionista do notificado ou autuado;
- III - quando estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até o terceiro grau.

Parágrafo único - Impedido ao Secretário de Administração substituí-lo no feito para decidir, competirá o Secretário de Turismo, Desenvolvimento Municipal e Planejamento.

Art. 403 - Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem baixado o processo em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se julgada procedente a ação fiscal ou improcedente a reclamação ou defesa, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

Art. 404 - São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instâncias após passadas em julgado.

TÍTULO VI DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 405 - O crédito tributário decorre da obrigação tributária principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 406 - As circunstâncias que modifiquem o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 407 - O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica, se extingue ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos expressamente previstos neste Código.

CAPÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 408 - Compete privativamente à Administração Tributária, constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo, que tem por objetivo:

- I - verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;
- II - determinar a matéria tributável;
- III - calcular o montante do tributo devido;
- IV - identificar o sujeito passivo;
- V - propor, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único - A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 409 - O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo único - Aplica-se ao lançamento a legislação que,

posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação da Administração Tributária ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Art. 410 - O lançamento compreende as seguintes modalidades:
I - direto: quando for feito unilateralmente pela Administração Tributária, sem intervenção do contribuinte;
II - lançamento por homologação, quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem o prévio exame da Administração Tributária, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida administração, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo contribuinte, expressamente o homologue;
III - lançamento por declaração: quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à Administração Tributária informações sobre matéria de fato, indispensável à sua efetivação.

§ 1º - A omissão ou erro do lançamento, qualquer que seja a sua modalidade, não exime o contribuinte da obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe beneficia.

§ 2º - O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos do inciso II do caput deste artigo, extingue o crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento.

§ 3º - Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 4º - É de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação do lançamento a que se refere o inciso II do caput deste artigo.

§ 5º - Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior, sem que a Administração Tributária se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

§ 6º - Na hipótese do disposto no inciso III do caput deste artigo, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só será admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de modificado o lançamento.

§ 7º - Os erros contidos na declaração a que se refere o inciso III do caput deste artigo, apurados quando do seu exame, serão retificados de ofício pela Administração Tributária à qual competir a revisão.

Art. 411 - As alterações e substituições dos lançamentos originais serão feitas através de novos lançamentos, a saber:

I - lançamento de ofício: quando o lançamento original for efetuado ou revisto de ofício pela Administração Tributária, nos seguintes casos:

- a) quando não for prestada declaração, por quem de direito, na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária;
- b) quando a pessoa legalmente responsável, embora tenha prestado declaração nos termos da alínea anterior, deixe de esclarecer, no prazo e na forma da legislação tributária, pedido de esclarecimento formulado pela Administração Tributária, se recuse a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo da administração;
- c) quando se comprovar falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- d) quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte de pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação;
- e) quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de

terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

f) quando se comprove que o sujeito passivo ou terceiro, em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

g) quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;

h) quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou omissão de ato ou formalidade essencial pela Administração Tributária.

I - nos demais casos expressos neste Código ou em leis subsequentes.

II - lançamento aditivo: quando o lançamento original consignar diferença a menor contra o fisco, em decorrência de erro de fato em qualquer de suas fases de execução;

III - lançamento substitutivo: quando, em decorrência de erro de fato, houver necessidade de anulação do lançamento original, cujos defeitos o invalidam para todos os fins de direito.

Art. 412 - O lançamento e suas alterações serão comunicadas ao contribuinte por qualquer das formas estabelecidas no artigo 401 desta Lei.

Art. 413 - É facultado à Administração Tributária o arbitramento das bases tributárias, quando o montante do tributo não for conhecido com exatidão.

§ 1º - O arbitramento determinará, justificadamente, a base tributária presuntiva.

§ 2º - O arbitramento a que se refere o caput deste artigo não prejudica a liquidez do crédito tributário.

CAPÍTULO III DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Das Modalidades de Suspensão

Art. 414 - Suspendem a exigibilidade do crédito tributário, salvo disposição em contrário:

- I - a moratória;
- II - o depósito do seu montante integral;
- III - as reclamações e os recursos, nos termos definidos na legislação tributária;
- IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Parágrafo único - A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

Seção II Da Moratória

Art. 415 - Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º - A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º - A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

Art. 416 - A moratória poderá ser concedida:

- I - em caráter geral, por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território do Município ou a determinada classe ou categorias de sujeitos passivos;
- II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, a requerimento do sujeito passivo.

Art. 417 - A lei que conceder a moratória em caráter geral ou o

despacho que a conceder em caráter individual obedecerá aos seguintes requisitos:

- I - na concessão em caráter geral, a lei especificará o prazo de sua duração, os tributos a que se aplica e o número de prestações;
- II - na concessão em caráter individual, o regulamento especificará as formas e as garantias para a sua concessão.
- III - salvo disposição em contrário, o número de prestações não excederá a 36 (trinta e seis) e o seu vencimento será mensal e consecutivo, vencendo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração;
- IV - o não-pagamento de três prestações consecutivas implicará no cancelamento automático do parcelamento, independente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se, de imediato, a inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa, para cobrança executiva.

Art. 418 - A concessão de moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a sua concessão, cobrando-se o crédito, acrescido de juros de mora:

- I - com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;
- II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 1º - No caso do inciso I do caput deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e a sua revogação não é computado para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º - No caso do inciso II do caput deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Seção III

Do Depósito

Art. 419 - O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral da obrigação tributária:

- I - quando preferir o depósito à consignação judicial prevista no artigo 454 deste Código;
- II - para atribuir efeito suspensivo:

- a) à consulta formulada na forma dos artigos 514 e 515 deste Código;
- b) à reclamação e à impugnação referentes à Contribuição de Melhoria;
- c) a qualquer outro ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão, total ou parcial, da obrigação tributária.

Art. 420 - A legislação tributária poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:

- I - para garantia de instância, na forma prevista nas normas processuais deste Código;
- II - como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;
- III - como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;
- IV - em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 421 - A importância a ser depositada corresponde ao valor integral do crédito tributário apurado:

- I - pelo fisco, nos casos de:
 - a) lançamento direto;
 - b) lançamento por declaração;
 - c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido sua modalidade;
 - d) aplicação de penalidades pecuniárias.
- II - pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:
 - a) lançamento por homologação;
 - b) retificação da declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;

c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal.

- III - na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;
- IV - mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Art. 422 - Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário a partir da data da efetivação do depósito na Tesouraria da Municipalidade, observado o disposto no artigo seguinte e em seus incisos.

Art. 423 - O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

- I - em moeda corrente no País;
- II - por cheque.

§ 1º - O depósito por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o resgate deste pelo sacado.

§ 2º - A legislação tributária poderá exigir, nas condições que estabelecer, que os cheques entregues para depósito, visando à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sejam previamente vistoriados pelos estabelecimentos bancários sacados, ou por ordem de pagamento ou equivalentes.

Art. 424 - Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação de depósito, especificar qual o crédito tributário ou parcela do crédito tributário, quando este for exigido em prestações, abrangido pelo depósito.

Parágrafo único - A efetivação do depósito não importa em suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- I - quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;
- II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Seção IV

Da Cessação do Efeito Suspensivo

Art. 425 - Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

- I - pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no artigo 426 deste Código;
- II - pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no artigo 455 deste Código;
- III - pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;
- IV - pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

CAPÍTULO IV

DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

Das Modalidades de Extinção

Art. 426 - Extinguem o crédito tributário:

- I - o pagamento;
- II - a compensação;
- III - a transação;
- IV - a remissão;
- V - a prescrição e decadência;
- VI - a conversão de depósito em renda;
- VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do inciso II do artigo 410 desta Lei e de seus §§ 2º e 4º;
- VIII - a consignação em pagamento, quando julgada procedente, nos termos do disposto nesta Lei;
- IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a

definitiva na seara administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

X - a decisão judicial transitada em julgado.

Seção II

Da Arrecadação

Art. 427 - O pagamento do tributo será efetuado pelo contribuinte, pelo responsável ou por terceiros, em moeda corrente ou cheque, na forma e nos prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º - O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste.

§ 2º - Considera-se pagamento do respectivo tributo, por parte do contribuinte, o recolhimento por retenção na fonte pagadora nos casos previstos em lei, desde que o sujeito passivo apresente o comprovante do fato, sem prejuízo da responsabilidade da fonte pagadora quanto à liquidação do crédito tributário.

§ 3º - O Poder Público municipal poderá conceder desconto sobre os tributos aos contribuintes que efetuarem recolhimento do total do lançamento anual, conforme dispuser o regulamento, atendidos os preceitos deste Código.

Art. 428 - O regulamento poderá fixar formas alternativas de pagamento dos tributos de competência do Município.

Art. 429 - O crédito não integralmente pago no vencimento, será acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo:

I - Da imposição das penalidades cabíveis;

II - Da atualização monetária do débito, na forma estabelecida neste Código;

III - Da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas na Legislação Tributária do Município.

Art. 430 - O recolhimento de tributo deverá ser efetuado nas Instituições Bancárias conveniadas com a Municipalidade, em estabelecimentos de crédito autorizados, sob pena de nulidade.

Art. 431 - Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidades pecuniárias ou juros de mora, o agente tributário, para receber o pagamento, determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras e na respectiva ordem:

I - em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e, em segundo lugar, aos decorrentes de responsabilidade tributária;

II - primeiramente, à Contribuição de Melhoria, depois, às taxas, e, por fim, aos impostos;

III - na ordem crescente dos prazos de prescrição;

IV - na ordem decrescente dos montantes.

Art. 432 - O pagamento de créditos tributários não importa em presunção:

I - de pagamentos das outras prestações em que se decompõem;

II - de pagamento de créditos, referentes ao mesmo ou a outros tributos, decorrentes de lançamento de ofício, aditivos, complementares ou substitutivos.

Art. 433 - A aplicação de penalidade não importa na extinção da obrigação tributária principal ou acessória.

Art. 434 - O crédito do lançamento não recolhido no seu vencimento será inscrito como Dívida Ativa, para efeito de cobrança judicial.

§ 1º - Nos lançamentos emitidos em parcelas, poderão as mesmas ser inscritas em Dívida Ativa após o vencimento de cada uma.

§ 2º - Os lançamentos de ofício, aditivos e substitutivos, serão

inscritos em Dívida Ativa, após a efetiva constituição do crédito tributário.

Art. 435 - Nenhum recolhimento de tributo será efetuado sem que se expeça a competente guia de recolhimento.

Art. 436 - No caso de expedição fraudulenta de guia de recolhimento, responderão, civil, criminal e administrativamente, os servidores que a houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Parágrafo único - Na cobrança a menor de tributo ou penalidade pecuniária, respondem solidariamente tanto o servidor responsável pelo erro quanto o sujeito passivo, cabendo àquele o direito regressivo de reaver deste o total do desembolso.

Art. 437 - Não se procederá à cobrança do tributo contra o contribuinte que tenha agido ou pago o crédito tributário de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado.

Art. 438 - O Executivo municipal poderá contratar com estabelecimentos de crédito, com agência no Município, ou firmar convênio com os Governos estadual e federal, para recebimento de tributos, segundo normas especiais baixadas ou convênios firmados.

Seção III

Da Compensação

Art. 439 - A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

Parágrafo único - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, o seu montante será apurado com redução correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, pelo tempo que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

Seção IV

Da Restituição

Art. 440 - As quantias indevidamente recolhidas em pagamento de créditos tributários serão restituídas, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação ou revogação de decisão condenatória.

Art. 441 - O pedido de restituição somente será conhecido quando acompanhado de prova original de pagamento indevido do tributo e apresentadas as razões da irregularidade do recolhimento.

Art. 442 - A restituição do tributo que, por sua natureza, comporte transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiros, estarem estes expressamente autorizados a recebê-lo.

Art. 443 - A restituição total ou parcial de tributos dá direito à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais a eles relativos.

§ 1º - Será aplicada a atualização monetária relativamente à importância a ser restituída.

§ 2º - O disposto no caput deste artigo não se aplica às infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Art. 444 - O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 440 desta Lei, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III do artigo 440 desta Lei, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformada, anulada ou revogada a decisão condenatória.

Art. 445 - Prescreve em dois anos, a ação anulatória da decisão administrativa de denegar a restituição.

Parágrafo único - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Municipal.

Art. 446 - O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou de documentos, quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juízo da administração.

Art. 447 - Os processos de restituição serão obrigatoriamente informados, antes de receberem os despachos, pela repartição que houver arrecadado os tributos e as multas reclamadas total ou parcialmente.

Seção V Da Transação

Art. 448 - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária transação que, mediante concessões mútuas, importe em prevenir ou terminar litígio e, consequentemente, em extinguir o crédito tributário a ele referente.

Parágrafo único - O regulamento estipulará as condições e as garantias sob as quais se dará a transação.

Seção VI Da Remissão

Art. 449 - Lei municipal específica poderá conceder remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I - a situação econômica do sujeito passivo;

II - o erro ou à ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III - a diminuta importância do crédito tributário;

IV - as considerações de equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso;

V - as condições peculiares a determinada região do território do Município.

Parágrafo único - A concessão da remissão não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 418 deste Código.

Seção VII Da Prescrição

Art. 450 - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, a contar da data de sua constituição definitiva.

Parágrafo único - A prescrição se interrompe:

I - pelo protocolo judicial de ação de execução fiscal;

II - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;

III - pelo protesto judicial ou extrajudicial;

IV - por qualquer ato judicial que constitua em mora do devedor;

V - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 451 - Ocorrendo a prescrição e não sendo ela interrompida na forma do parágrafo único do artigo anterior, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da Lei.

§1º - Constitui falta de exação no cumprimento do dever, deixar o servidor Municipal prescrever débito tributário sob sua responsabilidade.

§2º - O servidor Municipal, qualquer que seja o seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional com o Governo Municipal, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributários sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município no valor dos débitos prescritos.

Seção VIII Da Decadência

Art. 452 - O direito de a Administração Tributária constituir o crédito tributário extingue-se em cinco anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único - O direito a que se refere o caput deste artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Seção IX Da Conversão do Depósito em Renda

Art. 453 - Extingue o crédito tributário a conversão em renda do depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:

I - para garantia de instância;

II - em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.

§ 1º - Convertido o depósito em renda, o saldo apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

I - a diferença contra a Administração Tributária será exigida através de notificação direta, publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária;

II - o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

§ 2º - Aplicam-se à conversão de depósito em renda as regras de imputação do pagamento, estabelecidas neste Código.

Seção X Da Homologação do Lançamento

Art. 454 - Extingue o crédito tributário a homologação do lançamento, na forma do inciso II do artigo 410 deste Código, observadas as disposições de seus §§ 2º, 3º e 4º.

Seção XI Da Consignação em Pagamento

Art. 455 - Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do crédito tributário, nos casos de:

I - recusa de recebimento ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II - subordinação do recebimento ao cumprimento de exigência administrativa sem fundamento legal;

III - exigência, por mais de uma pessoa de direito público, de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador.

§ 1º - A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se disponha a pagar.

§ 2º - Julgada procedente a consignação, o pagamento considera-se efetuado e a importância consignada convertida em renda.

§ 3º - Julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito acrescido de juros de mora de um por cento ao mês ou fração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 4º - Na conversão da importância consignada em renda aplicam-se as normas dos parágrafos do artigo 453 deste código.

Seção XII

Das Demais Modalidades de Extinção

Art. 456 - Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que, expressamente:

I - declare a irregularidade de sua constituição;

II - reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;

III - exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;

IV - declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º - Somente extingue o crédito tributário a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva, na seara administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como a decisão judicial transitada em julgado.

§ 2º - Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou transitada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado, nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão de exigibilidade do tributo previstas neste Código.

CAPÍTULO V

DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

Das Modalidades de Extinção

Art. 457 - Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo único - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído ou dela consequente.

Seção II

Da Isenção

Art. 458 - Isenção é a dispensa do pagamento de um tributo, em virtude de disposições expressas neste Código ou em Lei Municipal específica, e da Lei Orgânica do Município.

§ 1º - A isenção concedida expressamente para determinado tributo, não aproveita aos demais, não sendo, também, extensiva a outros instituídos posteriormente à sua concessão.

§ 2º - As isenções não abrangem as taxas e a Contribuição de Melhoria, salvo exceções legalmente previstas.

Art. 459 - A isenção pode ser:

I - em caráter geral, concedida por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território do Município;

II - em caráter individual, efetivada por despacho do responsável pela Administração Tributária, em requerimento no qual o interessado comprove o preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei.

§ 1º - Tratando-se de tributo lançado por período de tempo, o despacho a que se refere o inciso II do caput deste artigo deverá ser renovado antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixou de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§ 2º - O despacho a que se refere o inciso II do caput deste artigo, bem como as renovações de que trata o parágrafo anterior não geram direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 267 deste Código.

§ 3º - A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, entrando em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra sua publicação.

Art. 460 - A concessão de isenção por lei específica fundamentar-se-á sempre em fortes razões de relevante interesse do Município e não poderá ter caráter pessoal.

Parágrafo único - Entende-se como caráter pessoal, não permitida a concessão, em lei, a isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

Seção III

Da Anistia

Art. 461 - A anistia, assim entendido o perdão das infrações cometidas e a consequente dispensa de pagamento das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

I - aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele;

II - aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos termos da lei;

III - às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 462 - A lei específica que conceder anistia poderá fazê-lo:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidade pecuniária até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares;

d) sob condição de pagamento do tributo no prazo fixado em lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§ 1º - A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e de cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão.

§ 2º - O despacho referido no parágrafo anterior não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, a regra do artigo 417 deste Código.

TÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 463 - As funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a eles hierárquica ou funcionalmente subordinadas, segundo as atribuições constantes da lei de organização administrativa e dos respectivos regulamentos.

Parágrafo único - Aos órgãos referidos no caput deste artigo reserva-se a denominação de "Fisco" ou "Administração Tributária".

Art. 464 - Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam

verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários ou outras obrigações previstas, a Administração Tributária poderá:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam ou possam vir a constituir fato gerador de obrigação tributária;

II - fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributável;

III - exigir informações escritas;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição da Administração Tributária;

V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como bens e documentos dos contribuintes e responsáveis;

VI - notificar o contribuinte ou responsável para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na legislação tributária.

§ 1º - O disposto nos incisos do caput deste artigo aplica-se, inclusive, às pessoas naturais ou jurídicas que gozem de imunidades ou sejam beneficiadas por isenções ou quaisquer outras formas de suspensão ou exclusão do crédito tributário.

§ 2º - Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos contribuintes, comerciantes, industriais, produtores ou prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exibí-los.

Art. 465 - Mediante intimação escrita, deverão prestar à Administração Tributária as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - os inquilinos e os titulares do direito de usufruto, uso ou habitação;

VIII - os síndicos ou qualquer um dos condôminos, nos casos de propriedades em condomínio;

IX - os responsáveis por repartições do Governo federal, estadual ou municipal, da administração direta ou indireta;

X - os responsáveis por cooperativas, associações desportivas e entidades de classe;

XI - quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título, informações sobre bens, negócios ou atividades de terceiros.

Parágrafo único - A obrigação prevista no caput deste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente sujeito a observar segredo em razão do cargo, ofício, função, ministério, atividades ou profissão.

Art. 466 - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Administração Tributária ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 1º - Excetua-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no § 4º deste artigo, os seguintes:

I - requisição de autoridade judiciária, no interesse da justiça;

II - solicitações de autoridade administrativa, no interesse da administração pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo no órgão ou na entidade

respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º - O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da administração pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º - Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - representações fiscais para fins penais;

II - inscrição na dívida ativa da Fazenda Pública municipal;

III - parcelamento ou moratória.

§ 4º - A Administração Tributária do Município prestará mútua assistência com órgãos federais, estaduais e municipais para fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, podendo seus agentes remeter ou solicitar informações e documentos que constituam ou possam constituir indício ou prova de redução ou supressão de tributo ou contribuição, ou na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

Art. 467 - O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de bens, serviços e operações tributáveis, a fim de apurar os elementos necessários ao seu lançamento e fiscalização.

Parágrafo único - O regulamento disporá sobre a natureza e as características dos livros e registros de que trata o caput deste artigo.

Art. 468 - A autoridade administrativa tributária que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento fiscal, na forma da legislação aplicável.

Parágrafo único - Os termos a que se refere o caput deste artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos e, quando lavrados em separado, entregar-se-á uma cópia à pessoa sujeita à fiscalização, devidamente autenticada pela autoridade que proceder à diligência.

CAPÍTULO II DA DÍVIDA ATIVA

Art. 469 - Constitui Dívida Ativa tributária do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuições e multas de qualquer natureza, decorrente de quaisquer infrações à legislação tributária, regularmente inscrita na repartição administrativa tributária, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela legislação tributária ou por decisão proferida em processo regular.

Art. 470 - A Dívida Ativa tributária regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.

§ 1º - A presunção a que se refere o caput deste artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro que a aproveite.

§ 2º - A fluência de juros de mora e a aplicação dos índices de atualização monetária não excluem a liquidez do crédito.

Art. 471 - O registro de inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade fazendária, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo o caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos e a atualização monetária;

III - a origem e a natureza do crédito, mencionando especificamente o dispositivo legal em que seja fundado;

IV - a data da inscrição;

V - o número do processo administrativo de que se originar o crédito, se for o caso.

§ 1º - A Certidão de Dívida Ativa (CDA) conterà, além dos requisitos previstos nos incisos do caput deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

§ 2º - As dívidas relativas ao mesmo devedor, desde que conexas ou conseqüentes, poderão ser englobadas na mesma certidão.

§ 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, a ocorrência de qualquer forma de suspensão, extinção ou exclusão do crédito tributário não invalida a certidão nem prejudica os demais débitos da cobrança.

§ 4º - O registro da Dívida Ativa e a expedição das certidões poderão ser feitos, a critério da Administração Tributária, através de sistemas de processamento de dados, com a utilização de fichas e róis em folhas soltas, desde que atendam os requisitos estabelecidos neste Código.

Art. 472 - A cobrança da Dívida Ativa tributária do Município será procedida:

I - por via administrativa, quando processada pelos órgãos competentes da Administração Tributária;

II - por via judicial, quando processada pelos órgãos judiciários.

§ 1º - Na cobrança da Dívida Ativa a autoridade poderá, mediante solicitação da parte, autorizar o recebimento em parcelas mensais e consecutivas, nos casos de manifesta dificuldade do contribuinte, continuando a fluir os acréscimos legais, observado o disposto no inciso III do § 6º do artigo 15 deste Código.

§ 2º - Durante a vigência do parcelamento, somente será expedida certidão negativa, pelo prazo de trinta dias, se não houver prestação vencida.

§ 3º - O não recolhimento de qualquer das parcelas referidas no § 1º deste artigo, tornará sem efeito o parcelamento concedido.

§ 4º - As duas modalidades de cobrança a que se referem os incisos do caput deste artigo são independentes uma da outra.

§ 5º - O encaminhamento da certidão para cobrança executiva deverá ser feito, sob pena de responsabilidade, pelo menos um ano antes que ocorra a prescrição do crédito tributário respectivo.

§ 6º - Dentro de noventa dias do encaminhamento a que se refere o parágrafo anterior, deverá, obrigatoriamente, ser promovida a cobrança judicial.

§ 7º - Os créditos inscritos em dívida ativa que, somados por contribuinte, forem inferiores a 100 UFRM, serão cobrados exclusivamente na via administrativa, até o efetivo pagamento ou até a prescrição, não se caracterizando, neste caso, o ilícito descrito no artigo 451 desta Lei.

Art. 473 - Os débitos tributários de exercícios anteriores, poderão ser parcelados, à pedido formulado pelo contribuinte inadimplente, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais sucessivas expressas em indexador.

§ 1º - O número de parcelas poderá ser variável, de forma que nenhum pagamento tenha valor inferior à 20,00 UFRM, sendo permitido ao contribuinte inadimplente solicitar o englobamento de diversos débitos.

§ 2º - Ao ser concedido o parcelamento acrescer-se-á ao débito juros de mora simples computados à razão de 1,00 % ao mês.

§ 3º - Na hipótese de atraso no pagamento por mais de 60 (sessenta) dias de qualquer parcela de dívida ativa, considerar-se-á vencida todo o débito ao valor original inscrito, com os acréscimos previstos na legislação então vigente.

Art. 474 - Encaminhada a Certidão de Dívida Ativa para a cobrança executiva, cessará a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.

CAPÍTULO III DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 475 - A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

§ 1º - A certidão será fornecida no prazo de dez dias, a contar da data da entrada do requerimento na repartição.

§ 2º - O Município poderá disponibilizar a certidão através da Rede Mundial de Computadores (Internet).

Art. 476 - Havendo débito em aberto relativamente ao tributo do qual se deseja a expedição de certidão negativa, o pedido será indeferido e arquivado, no prazo estabelecido no § 1º do artigo anterior.

Art. 477 - A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o servidor que a expedir, pelo pagamento do crédito tributário e acréscimos legais.

Parágrafo único - O disposto no caput deste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que couber.

Art. 478 - Para fins de aprovação de projetos de arruamento, loteamento, construção, concessão de serviços e apresentação de proposta de licitação, será exigida do interessado a certidão negativa.

Art. 479 - Sem prova, por Certidão Negativa ou por declaração de isenção ou de reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou a qualquer outros ônus relativos ao imóvel, até o ano da operação, inclusive os escritões, tabeliães, oficiais de registro, não podem lavrar, inscrever, transcrever, ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos a imóveis.

Art. 480 - A Certidão Negativa poderá ser emitida, a critério do Secretário de Administração e Finanças, para contribuinte que estiver sob os benefícios do artigo 473 desta Lei, desde que assegurado ao Município garantia real para a cobrança do débito.

Art. 481 - A expedição de certidão negativa não exclui o direito de a Administração Tributária exigir, a qualquer tempo, os créditos a vencer e os que venham a ser apurados posteriormente à sua emissão.

Parágrafo único - A certidão negativa será expedida com prazo de validade máximo de 60 (sessenta) dias, exceto os do previsto no disposto do artigo 473 desta Lei que será de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO IV DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 482 - O procedimento tributário terá início com:

I - a notificação de lançamento, nas formas previstas neste Código;

II - a lavratura do auto de infração;

III - a lavratura do termo de apreensão de livros ou documentos fiscais;

IV - notificação para a apresentação de documentos e livros;

V - notificação para regularização de situação cadastral junto ao fisco.

Parágrafo único - A impugnação instaura a fase contraditória do procedimento.

Seção II**Do Auto de Infração**

Art. 483 - Verificando-se a infração de dispositivo da legislação tributária, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á o auto de infração correspondente, que deverá conter os seguintes elementos:

I - o local, a data e a hora da lavratura;

II - o nome e o endereço do infrator, com o número da respectiva inscrição, quando houver;

III - a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes;

IV - a capitulação do fato, com a citação expressa do dispositivo legal infringido e do que lhe comine a penalidade;

V - a intimação para a apresentação de defesa ou pagamento do tributo,

com os acréscimos legais ou penalidades, dentro do prazo de trinta dias;

VI - a assinatura do agente autuante e a indicação do seu cargo ou função;

VII - a assinatura do próprio autuado ou infrator ou do seu representante, mandatário ou preposto, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pôde ou se recusou a assinar.

§ 1º - A assinatura do autuado não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto ou agravamento da infração.

§ 2º - As omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam quando do processo constem elementos suficientes para determinação da infração e a identificação do infrator.

Art. 484 - O autuado será intimado da lavratura do auto de infração:

I - pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia do auto de infração ao próprio autuado, seu representante, mandatário ou preposto, contra assinatura de recebimento no original ou menção da circunstância de que o mesmo não pôde ou se recusou a assinar;

II - por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;

III - por edital, no termo do prazo contado da data da publicação;

IV - por publicação, no órgão oficial do Município, na sua íntegra ou de forma resumida, quando improficuos os meios previstos nos incisos anteriores.

Parágrafo único - Conformando-se o autuado com o auto de infração e desde que efetue o pagamento das importâncias da respectiva intimação, o valor das multas, exceto a moratória, poderá ser reduzido em até cinquenta por cento e o procedimento tributário arquivado, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude, simulação ou qualquer das infrações previstas nos incisos IV, V, VIII e IX do artigo 352 desta Lei.

Art. 485 - Nenhum auto de infração será arquivado nem cancelada a multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa tributária.

Seção III**Do Termo de Apreensão de Bens Móveis, Livros e Documentos**

Art. 486 - Poderão ser apreendidos os bens móveis, inclusive mercadorias, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou profissional do contribuinte, responsável ou de terceiros, ou em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração à legislação tributária do Município.

Parágrafo único - A apreensão a que se refere o caput deste artigo pode compreender livros ou documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

Art. 487 - A apreensão será objeto de lavratura do termo

respectivo, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos livros ou documentos apreendidos, a indicação do local onde ficarão depositados e do nome do depositário, se for o caso, a descrição clara e precisa do fato e a menção das disposições legais, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte.

Parágrafo único - O autuado será intimado da lavratura do termo de apreensão, na forma do artigo 483 deste Código.

Art. 488 - A restituição de documentos e livros apreendidos será feita mediante recibo, na forma do regulamento.

Seção IV**Da Impugnação**

Art. 489 - Na hipótese da impugnação e dos recursos serem julgados improcedentes, os tributos e penalidades impugnados ou recorridos ficam sujeitos a multa, juros de mora e atualização monetária, a partir das datas dos respectivos vencimentos.

§ 1º - O sujeito passivo ou o autuado poderá cessar, no todo ou em parte, a aplicação dos acréscimos, na forma do disposto no caput deste artigo, desde que efetue o depósito do valor correspondente ao débito.

§ 2º - Julgados procedentes a impugnação ou o recurso, serão restituídas ao sujeito passivo ou autuado, dentro do prazo de trinta dias, contados do despacho da decisão, as importâncias referidas no parágrafo anterior.

§ 3º - No caso de impugnação ou recurso apresentado sem o respectivo depósito, julgado improcedente, será concedido novo prazo para o pagamento, de trinta dias contados do despacho da decisão.

Art. 490 - São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recursos, salvo se sujeitas a recurso de ofício.

Parágrafo único - É vedado pedido de reconsideração de qualquer despacho ou decisão.

Seção V**Da Primeira Instância Administrativa Tributária**

Art. 491 - O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independente de prévio depósito, dentro do prazo de trinta dias, contados da notificação do lançamento, da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa escrita, alegando, de uma só vez, matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

§ 1º - A impugnação da exigência fiscal mencionará:

I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - a qualificação do interessado, número do contribuinte no respectivo Cadastro e o endereço para intimação;

III - os dados do imóvel ou a descrição das atividades exercidas e o período a que se refere o tributo impugnado;

IV - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

V - as diligências que o sujeito passivo pretenda que sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;

VI - o objetivo visado.

§ 2º - A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.

§ 3º - Na hipótese do auto de infração, se o autuado conformar-se com o despacho da autoridade administrativa, denegatório da impugnação, e efetuar o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para nova interposição de recursos, o valor das multas, exceto a moratória, poderá ser reduzido em até cinquenta por cento e o procedimento tributário arquivado, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude, simulação ou qualquer das infrações previstas nos incisos IV, V, VIII e IX do artigo 352 desta Lei.

Art. 492 - A autoridade administrativa tributária determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências necessárias, fixando-lhe prazo e indeferirá as consideradas prescindíveis, impraticáveis e protelatórias.

Parágrafo único - Se a diligência resultar em oneração para o sujeito passivo, relativa ao valor impugnado, será reaberto o prazo para oferecimento de novas provas em aditamento à primeira.

Art. 493 - Preparado o processo para a decisão, a autoridade administrativa tributária de primeira instância proferirá despacho no prazo máximo de trinta dias, resolvendo as questões debatidas, pronunciando a procedência ou improcedência da impugnação.

Parágrafo único - O impugnador será notificado do despacho decisório no prazo de trinta dias, mediante assinatura no processo ou na ordem, pelas formas previstas neste Código.

Art. 494 - É autoridade administrativa tributária para decisão de recurso em primeira instância o Diretor do Departamento de Receita ou equivalente.

Parágrafo único - A decisão favorável ao contribuinte ou infrator, desde que a importância questionada ou reduzida seja superior a dez vezes o salário mínimo, obriga se a recurso de ofício para Segunda Instância Administrativa Tributária.

Seção VI

Da Segunda Instância Administrativa Tributária

Art. 495 - Do despacho da autoridade administrativa tributária de primeira instância caberá recurso voluntário, no prazo de dez dias, a Junta de Recursos Fiscais, que funcionará como Órgão de Segunda Instância Administrativa Tributária.

§ 1º - A decisão favorável ao contribuinte ou infrator, desde que a importância questionada seja superior a dez vezes o salário mínimo regional, obriga-se a recurso de ofício no, prazo de trinta dias, para o Prefeito Municipal.

§ 2º - O recurso de que trata o parágrafo anterior será interposto pelo presidente da Junta de Recursos Fiscais, independentemente de novas alegações e provas.

§ 3º - O recurso de ofício devolve à instância superior o exame de toda a matéria em discussão.

§ 4º - Não haverá recursos nos casos em que a decisão apenas procure corrigir erro manifesto.

§ 5º - Na hipótese de recurso administrativo, se o autuado conformar-se com a decisão da Junta de Recursos Fiscais, que julgar improcedente o recurso, desde que esta considerar que não houve dolo, fraude, simulação ou qualquer das infrações previstas nos incisos IV, V, VIII e IX do artigo 352 desta Lei, por parte do sujeito passivo, e este efetuar o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir do trânsito em julgado da decisão na esfera administrativa, o valor das multas, exceto a moratória, poderá ser reduzido em até vinte e cinco por cento e o procedimento tributário arquivado.

Art. 496 - A Junta de Recursos Fiscais será composta de seis membros, com seus respectivos suplentes, para mandato de dois anos, sendo:

I - três representantes do Município de Corupá:

- a) o Secretário da Fazenda;
- b) um advogado da Assessoria Jurídica do Município;
- c) um Chefe de Divisão Tributária.

II - três representantes dos contribuintes, indicados pelas seguintes entidades:

- a) Associação Comercial e Industrial de Corupá - ACIAC;
- b) Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Subseção Jaraguá do Sul;
- c) Sindicato dos Contabilistas de Jaraguá do Sul e Região.

§ 1º - Os suplentes dos membros a que se referem as alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo deverão ser da mesma carreira do titular.

§ 2º - Os representantes dos contribuintes serão escolhidos pelo Prefeito Municipal, dentre nomes integrantes de listas tríplices fornecidas pelas entidades previstas no inciso II deste artigo, nos termos do regulamento.

§ 3º - Os representantes do Município de Corupá serão escolhidos pelo Prefeito Municipal, dentre nomes integrantes do quadro funcional previsto no inciso I deste artigo.

§ 4º - Os membros da Junta de Recursos Fiscais, constantes do inciso II deste artigo, poderão ser remunerados mediante pagamento de jetons, limitados a, no máximo, seis por ano, cujos critérios de concessão serão estabelecidos em regulamento, não podendo cada jeton ser de valor superior a sete por cento do subsídio pago a secretário municipal.

Art. 497 - A posse dos membros da Junta de Recursos Fiscais realizar-se-á mediante termo lavrado em livro de atas da Junta, ao instalar esta, ou, posteriormente, quando ocorrer a substituição de algum deles, perante o seu Presidente.

Art. 498 - Perde o mandato o membro que deixar de comparecer às sessões por três vezes consecutivas, sem motivo justificado.

Parágrafo único - Em se tratando de representante do Município, a perda do mandato por esta razão constituirá falta no cumprimento de dever e será anotada na ficha funcional.

Art. 499 - O local e o horário das reuniões da Junta de Recursos Fiscais, bem como o funcionamento e a ordem dos trabalhos, serão estabelecidos em regulamento próprio, a ser baixado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único - O Chefe do Executivo Municipal designará um servidor da Administração Tributária para secretariar os trabalhos da Junta de Recursos Fiscais, bem como destinará um local adequado para o seu perfeito funcionamento.

Art. 500 - À Junta de Recursos Fiscais cabe tomar conhecimento e decidir apenas dos recursos que versem sobre atos e decisões da Primeira Instância Administrativa Tributária, observados os prazos e demais normas previstas.

Art. 501 - A Junta de Recursos Fiscais poderá deliberar quando reunida com a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único - As decisões serão tomadas por maioria de votos e, em caso de empate, a decisão caberá ao Presidente.

Art. 502 - Os processos serão distribuídos aos membros da Junta mediante sorteio, garantida a igualdade numérica na distribuição.

§ 1º - O relator deverá devolver, no prazo de trinta dias, os processos que lhe forem distribuídos, com o relatório ou parecer.

§ 2º - Quando for realizada qualquer diligência, a requerimento do relator, terá este novo prazo de cinco dias para completar o estudo, contados da data em que receber o processo, com a diligência cumprida.

§ 3º - Ficará destituído da função de membro da Junta de Recursos Fiscais o relator que reter processo além dos prazos previstos nos parágrafos anteriores, salvo por motivo justificado ou deferimento de dilação de prazo por tempo não superior a trinta dias, em se tratando de processo complexo, quando o relator o alegue em requerimento dirigido tempestivamente ao Presidente da Junta.

§ 4º - O Presidente da Junta de Recursos Fiscais comunicará a destituição à autoridade competente, a fim de ser providenciada a nomeação de novo membro ou suplente.

§ 5º - Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, em

cada sessão, o Secretário fornecerá ao Presidente a lista dos processos em atraso, a qual constará em ata.

Art. 503 - A Junta de Recursos Fiscais poderá converter em diligência qualquer julgamento e, neste caso, o relator lançará a decisão no processo, com o visto do Presidente.

Art. 504 - Enquanto o processo estiver em diligência ou em estudo com o relator, poderá o recorrente requerer ao Presidente da Junta de Recursos Fiscais juntada de documentos, a bem de seus interesses, desde que isso não protele o andamento do processo.

Art. 505 - Facultar-se-á a sustentação oral do recurso, durante o período de quinze minutos, se requerida na petição de recurso.

Art. 506 - A decisão, sob forma de acórdão, será redigida pelo relator até oito dias após o julgamento e, se ele for vencido, o Presidente designará, para redigi-la, dentro do mesmo prazo, um dos membros da Junta de Recursos Fiscais, cujo voto tenha sido vencedor.

§ 1º - Os votos vencidos, quando fundamentados, serão lançados em seguida à decisão.

§ 2º - Das conclusões constantes do acórdão, será intimado o recorrente para os efeitos legais.

Art. 507 - Da decisão da Junta de Recursos Fiscais que ao interessado se afigure omissa, contraditória ou obscura, cabe pedido de esclarecimento, interposto no prazo de até cinco dias após o conhecimento do acórdão.

Parágrafo único - Não será conhecido o pedido se, a juízo da Junta de Recursos Fiscais for manifestamente protelatório ou visar, indiretamente, à reforma de decisão.

Art. 508 - O pedido de esclarecimento será distribuído ao relator e julgado preferencialmente na primeira sessão seguinte à data do recebimento pela Junta.

Art. 509 - O Presidente da Junta de Recursos Fiscais mandará organizar, pela Secretaria, até a véspera do dia da reunião, a pauta dos processos, de acordo com os seguintes critérios preferenciais:

I - data de entrada no protocolo da Junta;

II - data do julgamento em Primeira Instância;

III - maior valor, se coincidirem os elementos a que se referem os incisos anteriores.

Parágrafo único - Terão preferência absoluta, para inclusão em pauta e para julgamento, os processos de que constar a apreensão de mercadorias.

Art. 510 - Transitadas em julgado as decisões, a Secretaria da Junta encaminhará o processo à repartição competente, para as providências de execução.

Parágrafo único - Ficarão arquivadas na Junta a petição de recursos e as peças que lhe disserem respeito.

Art. 511 - Os membros da Junta de Recursos Fiscais deverão declarar-se impedidos nos processos de seu interesse pessoal ou das sociedades de que façam parte, como sócios, acionistas, interessados ou como membro da Diretoria ou Conselho Fiscal.

Parágrafo único - Subsiste o impedimento quando, nos mesmos termos, estiver interessado parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau.

Art. 512 - A Junta de Recursos Fiscais poderá representar ao Chefe do órgão fazendário para:

I - comunicar irregularidades ou falta funcional, verificadas no processo, na instância anterior;

II - propor as medidas que julgar necessárias à melhor organização

dos processos;

III - sugerir providências de interesse público, em assuntos submetidos à sua deliberação.

CAPÍTULO V

DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES FISCAIS

Art. 513 - O agente fiscal que, em função do cargo exercido, tendo conhecimento de infração da legislação tributária, deixar de lavrar e encaminhar o auto competente ou o servidor que, da mesma forma, deixar de lavrar a representação, será responsável pecuniariamente pelo prejuízo causado à Fazenda Municipal, desde que a omissão e a responsabilidade sejam apuradas enquanto não extinto o direito do fisco.

§ 1º - Será responsável, igualmente, a autoridade ou servidor que deixar de dar andamento aos processos administrativos tributários, que sejam contenciosos ou que versem sobre consultas ou reclamações contra lançamento, inclusive quando o fizer fora dos prazos estabelecidos ou mandar arquivá-los antes de findos, sem causa justificada, e não fundamentado o despacho na legislação vigente à época da determinação do arquivamento.

§ 2º - A responsabilidade, no caso deste artigo, é pessoal e independente do cargo ou função exercidos, sem prejuízo de outras sanções administrativas e penais cabíveis à espécie.

§ 3º - Os agentes fiscais e as demais autoridades administrativas comunicarão o Ministério Público caso tiverem conhecimento de crime descrito na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, ou na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, fornecendo-lhe por escrito informações sobre o fato e autoria, bem como indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção e remetendo-lhe os elementos comprobatórios da infração.

Art. 514 - Nos casos do artigo anterior, aos responsáveis será aplicada multa de valor igual à metade da aplicável ao contribuinte, responsável ou infrator, sem prejuízo da obrigatoriedade de recolhimento do tributo, se este já não tiver sido recolhido.

§ 1º - A pena prevista no caput deste artigo será imposta pelo responsável pela Administração Tributária por despacho no processo administrativo que apurar as responsabilidades do servidor, a quem serão assegurados amplos direitos de defesa.

§ 2º - Na hipótese de o valor da multa e dos tributos, deixados de arrecadar por culpa do servidor, ser superior a dez por cento de sua remuneração mensal, o responsável pela Administração Tributária determinará o recolhimento parcelado, de modo que não seja recolhida, de uma só vez, importância excedente àquele limite.

Art. 515 - Não será de responsabilidade do servidor a omissão que resultar em não pagamento do tributo em razão de ordem superior, devidamente provada, ou quando não apurar a infração em face das limitações das tarefas que lhe tenham sido atribuídas pelo seu chefe imediato.

Parágrafo único - Não será, também, da responsabilidade do servidor, não tendo cabimento aplicação de pena pecuniária ou de outra, quando se verificar que a infração consta de livro ou documentos fiscais a ele não exibidos e, por isto, já tenha lavrado auto de infração por embaraço à fiscalização.

Art. 516 - Consideradas as circunstâncias especiais em que foi praticada a omissão do agente fiscal, ou os motivos por que deixou de promover a arrecadação de tributos, nos termos do regulamento, o responsável pela Administração Tributária, após a aplicação da multa, poderá dispensá-lo do pagamento desta.

CAPÍTULO VI

DA CONSULTA

Art. 517 - Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito

de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária desde que protocolada antes a ação fiscal e em obediência às normas estabelecidas.

Art. 518 - A consulta será dirigida ao responsável pela Administração Tributária Municipal, o qual designará um relator, e este, em conjunto com o corpo técnico do setor, elaborará a resposta.

§ 1º - A consulta deverá ser apresentada com a redação clara e precisa do caso concreto e dos elementos indispensáveis ao atendimento da situação de fato, indicando os dispositivos legais aplicáveis, e instruída, se necessário, com documentos.

§ 2º - Não será recebida consulta:

I - sobre norma tributária em tese;

II - referente a fato definido pela lei como crime ou contravenção penal;

III - sobre matéria que tiver sido objeto de decisão proferida em processo judicial ou administrativo fiscal em que haja vinculação do consulente;

IV - que importe em repetição de consulta idêntica, anteriormente formulada, ressalvados os fatos de renovação solicitada em consequência de alteração na legislação tributária.

§ 3º - Não terá eficácia a resposta obtida em desacordo com o disposto neste artigo.

§ 4º - Antes do responsável pela Administração Tributária homologar a resposta da consulta, a Assessoria Jurídica deverá manifestar-se a seu respeito.

Art. 519 - Nenhum procedimento ou ação fiscal serão iniciados contra o sujeito passivo, em relação à matéria consultada, durante a tramitação da consulta.

Art. 517 - O disposto no artigo anterior não se aplica a consultas: I - meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado;

II - que não descrevam completa e exatamente a situação do fato;

III - formuladas por contribuintes que, à data de sua apresentação, estejam sob ação fiscal, notificados de lançamentos, intimados de auto de infração ou termo de apreensão ou citados por ação judicial de natureza tributária, relativa à matéria consultada.

Art. 520 - Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova regra atingirá todos os casos, ressalvado o direito daqueles que procederem de acordo com a regra vigente, até a data da alteração ocorrida.

Art. 521 - A autoridade administrativa tributária dará solução à consulta no prazo de trinta dias, contados da data de sua apresentação.

Art. 522 - O responsável pela Administração Tributária, ao homologar a solução da consulta, fixará ao sujeito passivo prazo não inferior a trinta dias nem superior a sessenta dias, para o cumprimento da eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo único - O consulente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do eventual débito, efetuando o respectivo depósito, cuja importância, se indevida, será restituída dentro do prazo de trinta dias, contados da notificação do consulente.

Art. 523 - A resposta à consulta é de responsabilidade da Administração Tributária, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 524 - Para os serviços municipais cuja natureza não comporte a cobrança de taxas, serão estabelecidos pelo Executivo preços públicos, não submetidos à disciplina jurídica dos tributos.

§ 1º - O preço deve representar a retribuição a um serviço ou ao fornecimento de material pela Municipalidade, em caráter concorrente com o particular, constituindo-se receita originária.

§ 2º - O Executivo municipal regulamentará e publicará relação dos preços fixados para os serviços a que se refere o caput deste artigo.

Art. 525 - O responsável pela Administração Tributária, por despacho fundamentado, poderá autorizar a transação que, mediante concessões mútuas, importe em terminação de litígio e consequente extinção de crédito tributário, quando discutido judicialmente, nos seguintes casos:

I - o montante do tributo tenha sido fixado por arbitramento ou estimativa;

II - a incidência ou a forma de cálculo do tributo for matéria eminentemente controvertida;

III - o tributo, sob alegação de competência de outra pessoa jurídica de direito público interno, seja decidido favoravelmente à Administração Tributária pelo Poder Judiciário.

Parágrafo único - A transação limitar-se-á à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos referentes a multas e juros monetários.

Art. 526 - O contribuinte que houver cometido reincidência em infrações referidas no artigo 325 deste Código, que instruir pedidos de isenção ou redução com documento falso ou que contenha falsidade, ou, ainda, que violar as normas estabelecidas neste Código ou em outras leis e regulamentos municipais, poderá ser submetido ao regime especial de fiscalização.

Art. 527 - O lançamento dos tributos de que trata esta Lei será efetuado em moeda corrente do País e/ou em Unidade Fiscal de Referência Municipal de Corupá (UFRM).

Art. 528 - Fica mantida a UFRM, que servirá como indexadora para o cálculo e a cobrança de tributos e como unidade monetária de conta fiscal municipal.

Art. 529 - O Valor da UFRM será reajustado anualmente pelo Executivo Municipal, tomando por base a atualização monetária, mediante a aplicação do INPC/IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou outro que venha a o substituir.

§ 1º - A UFRM está fixada em R\$ 1,7026 (um inteiros e sete mil vinte seis décimos de milésimos de real), a preço do mês de janeiro a dezembro de 2009.

§ 2º - O valor da UFRM será reajustado no mês de janeiro, após a divulgação do percentual acumulado nos doze meses anteriores.

Art. 530 - Ficam revogadas as isenções fiscais concedidas anteriormente à vigência deste Código, respeitadas as que, mediante condições, foram concedidas por prazo determinado.

Art. 531 - Aplicam-se às relações entre a Administração Tributária e os contribuintes as normas gerais de direito tributário constantes na legislação municipal e no Código Tributário Nacional.

Art. 532 - O Executivo municipal expedirá decretos regulamentando a aplicação deste Código e disciplinando as incidências tributárias que se tornarem necessárias.

§ 1º - O regulamento ditará as medidas necessárias ao fiel e pleno cumprimento da legislação tributária, estabelecendo normas de organização e funcionamento da Administração Tributária.

§ 2º - O regulamento não poderá dispor sobre matéria não tratada em lei, criar tributo, estabelecer ou alterar base de cálculo ou alíquota, nem fixar formas de extinção de obrigações.

§ 3º - O regulamento não poderá estabelecer agravações ou isenções, nem criar deveres acessórios, nem ampliar as faculdades do fisco.

§ 4º - Toda e qualquer disposição regulamentar em matéria tributária será veiculada por decreto, para fiel cumprimento da lei.

Art. 533 - Os serviços não compulsórios prestados pelo Município em caráter eventual e por solicitação do contribuinte, serão remunerados por preço público fixado com base nos custos dos serviços e baixados por decreto do Poder Executivo.

Art. 534 - São auto-aplicáveis os dispositivos deste Código, que exigem regulamentação, enquanto não for baixado o respectivo regulamento, salvo para os casos em que esta Lei dispuser em contrário.

Art. 535 - Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2010, momento em que estarão revogadas as Leis Complementares n.ºs 002/01 de 21 de dezembro 2001, 005/02 de 30 de dezembro 2002, 006/03 de 19 de dezembro de 2003, 010/06 de 10 de março de 2006, 018/06 de 22 de dezembro de 2006, 001/09 de 18 de Março de 2009, 002/09 de 24 de Março de 2009, 003/09 de 08 de abril de 2009, e Leis Ordinárias nº 1897/09 de 01 de Abril de 2009, e demais disposições em contrário.

Corupá, 29 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte nove dias do mês de Setembro de 2009.

ANEXO I – LISTA DE SERVIÇOS

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS

1 – Serviços de informática e congêneres.

- 1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.
- 1.02 – Programação.
- 1.03 – Processamento de dados e congêneres.
- 1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
- 1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
- 1.06 – Assessoria e consultoria em informática.
- 1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
- 1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

- 2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

- 3.01 – (VETADO)
- 3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
- 3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
- 3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
- 3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

3%

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

- 4.01 – Medicina e biomedicina.
- 4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
- 4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
- 4.04 – Instrumentação cirúrgica.
- 4.05 – Acupuntura.
- 4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
- 4.07 – Serviços farmacêuticos.
- 4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
- 4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
- 4.10 – Nutrição.
- 4.11 – Obstetrícia.
- 4.12 – Odontologia.
- 4.13 – Ortopédia.
- 4.14 – Próteses sob encomenda.
- 4.15 – Psicanálise.
- 4.16 – Psicologia.
- 4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
- 4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
- 4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
- 4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

3%

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

- 5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.
- 5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
- 5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.
- 5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
- 5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
- 5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

- 6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
- 6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres
- 6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
- 6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
- 6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

2%

3%

5%

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

- 7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
- 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos.

3%

<p>7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.</p> <p>7.04 – Demolição.</p> <p>7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres.</p> <p>7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.</p> <p>7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.</p> <p>7.08 – Calafetação.</p> <p>7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.</p> <p>7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.</p> <p>7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.</p> <p>7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.</p> <p>7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.</p> <p>7.14 – (VETADO)</p> <p>7.15 – (VETADO)</p> <p>7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.</p> <p>7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.</p> <p>7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.</p> <p>7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.</p> <p>7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.</p> <p>7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.</p> <p>7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.</p> <p>8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.</p> <p>8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.</p> <p>8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.</p> <p>9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.</p> <p>9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).</p> <p>9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.</p> <p>9.03 – Guias de turismo.</p> <p>10 – Serviços de intermediação e congêneres.</p> <p>10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.</p> <p>10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.</p> <p>10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.</p>	3%	<p>10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).</p> <p>10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.</p> <p>10.06 – Agenciamento marítimo.</p> <p>10.07 – Agenciamento de notícias.</p> <p>10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.</p> <p>10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.</p> <p>10.10 – Distribuição de bens de terceiros.</p> <p>11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.</p> <p>11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.</p> <p>11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.</p> <p>11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.</p> <p>11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.</p> <p>12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.</p> <p>12.01 – Espetáculos teatrais.</p> <p>12.02 – Exibições cinematográficas.</p> <p>12.03 – Espetáculos circenses.</p> <p>12.04 – Programas de auditório.</p> <p>12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.</p> <p>12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.</p> <p>12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.</p> <p>12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.</p> <p>12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.</p> <p>12.10 – Corridas e competições de animais.</p> <p>12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.</p> <p>12.12 – Execução de música.</p> <p>12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.</p> <p>12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.</p> <p>12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.</p> <p>12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.</p> <p>12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.</p> <p>13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.</p> <p>13.01 – (VETADO)</p> <p>13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.</p> <p>13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.</p> <p>13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.</p> <p>13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia, fotolitografia.</p> <p>14 – Serviços relativos a bens de terceiros.</p> <p>14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).</p> <p>14.02 – Assistência técnica.</p> <p>14.03 – Reconhecimento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).</p> <p>14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus</p>	3%	2%	3%	5%	5%	3%	2%
--	----	---	----	----	----	----	----	----	----

<p>14.05 – Restauração, condicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.</p> <p>14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.</p> <p>14.07 – Colocação de molduras e congêneres.</p> <p>14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.</p> <p>14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.</p> <p>14.10 – Tinturaria e lavanderia.</p> <p>14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.</p> <p>14.12 – Funilaria e lanternagem.</p> <p>14.13 – Carpintaria e serralheria</p>	3%	<p>15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.</p> <p>15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.</p> <p>15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.</p> <p>15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.</p> <p>15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.</p> <p>15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.</p>	5%
<p>15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.</p> <p>15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.</p> <p>15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.</p> <p>15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.</p> <p>15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.</p> <p>15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.</p> <p>15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.</p> <p>15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.</p> <p>15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.</p> <p>15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).</p> <p>15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.</p> <p>15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.</p> <p>15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.</p>	5%	<p>16 – Serviços de transporte de natureza municipal.</p> <p>16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.</p> <p>17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.</p> <p>17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.</p> <p>17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.</p> <p>17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.</p> <p>17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.</p> <p>17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.</p> <p>17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.</p> <p>17.07 – (VETADO)</p> <p>17.08 – Franquia (franchising).</p> <p>17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.</p> <p>17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.</p> <p>17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).</p> <p>17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.</p> <p>17.13 – Leilão e congêneres.</p> <p>17.14 – Advocacia.</p> <p>17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.</p> <p>17.16 – Auditoria.</p> <p>17.17 – Análise de Organização e Métodos.</p> <p>17.18 – Atuação e cálculos técnicos de qualquer natureza.</p> <p>17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.</p> <p>17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.</p> <p>17.21 – Estatística.</p> <p>17.22 – Cobrança em geral.</p> <p>17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).</p> <p>17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.</p>	3%

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

5%

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços ferroportuários, movimentação de passageiros, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de armadores, conferência, logística e congêneres.

3%

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

3%

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

5%

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 – Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

3%

25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

5%

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

3%

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

5%

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 – Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

3%

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

3%

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 – Obras de arte sob encomenda.

ANEXO II

TABELA I

TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

COMÉRCIO E INDÚSTRIA

ITEM	ÁREA DO ESTABELECIMENTO	Nº DE UFRMs
1	Até 20 m²	60
2	de 21 a 50 m²	75
3	de 51 a 100 m²	90
4	de 101 a 150 m²	105
5	de 151 a 200 m²	115
6	de 201 a 250 m²	130
7	de 251 a 300 m²	145
8	de 301 a 350 m²	160
9	de 351 a 400 m²	170
10	de 401 a 450 m²	190
11	de 451 a 500 m²	210
12	de 501 a 600 m²	240
13	de 601 a 700 m²	265
14	de 701 a 800 m²	290
15	de 801 a 900 m²	320
16	de 901 a 1.000 m²	350
17	de 1.001 a 1.500 m²	390
18	de 1.501 a 2.000 m²	510
19	de 2.001 a 2.500 m²	660
20	acima de 2.500 m²	860

ANEXO II
TABELA II
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO
PROFISSIONAIS LIBERAIS E PRESTADORES DE SERVIÇO

ITEM	ÁREA DO ESTABELECIMENTO	Nº DE UFRMs
1	Até 20 m ²	50
2	de 21 a 50 m ²	65
3	de 51 a 100 m ²	80
4	de 101 a 150 m ²	95
5	de 151 a 200 m ²	105
6	de 201 a 250 m ²	115
7	de 251 a 300 m ²	130
8	de 301 a 350 m ²	145
9	de 351 a 400 m ²	150
10	de 401 a 450 m ²	170
11	de 451 a 500 m ²	190
12	de 501 a 600 m ²	220
13	de 601 a 700 m ²	240
14	de 701 a 800 m ²	260
15	de 801 a 900 m ²	290
16	de 901 a 1.000 m ²	351
17	de 1.001 a 1.500 m ²	350
18	de 1.501 a 2.000 m ²	460
19	de 2.001 a 2.500 m ²	600
20	acima de 2.500 m ²	790

ANEXO II
TABELA III
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

ITEM	ÁREA DO ESTABELECIMENTO	Nº DE UFRMs
1	Até 100 m ²	250
2	de 101 a 200 m ²	275
3	de 201 a 300 m ²	300
4	de 301 a 400 m ²	330
5	de 401 a 500 m ²	360
6	de 501 a 600 m ²	400
7	de 601 a 700 m ²	440
8	de 701 a 800 m ²	490
9	de 801 a 900 m ²	540
10	de 901 a 1000 m ²	600
11	de 1001 a 1500 m ²	660
12	de 1.501 a 2.000 m ²	730
13	acima de 2.000 m ²	800

ANEXO II
TABELA IV
TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO
ESPECIAL

FORMA	% de acréscimo
I - Antecipação do Horário	
a) por mês ou fração	5,00
b) por ano	50,00

II – Prorrogação de Horário	
a) das 18:00 até 24:00 hs	5,00
1) por mês ou fração	50,00
2) por ano	
b) além das 24:00 hs	
1) por mês ou fração	10,00
2) por ano	100,00

ANEXO II
TABELA V
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO REGULAR

NÚMERO DE EMPREGADOS ATIVOS	QUANTIDADE DE UFRM
De 0 a 1	55,00
De 2 a 5	100,00
De 6 a 10	140,00
De 11 a 25	180,00
De 26 a 75	220,00
De 76 a 150	260,00
De 151 a 300	315,00
De 301 a 400	400,00
De 401 a 500	550,00
Acima de 500	700,00

ANEXO III
TAXA PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE
DOMICILIADO NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ:

FATOR	VALOR EM UFRMs		
	COM CAMINHÃO	OUTRO VEÍCULO	SEM VEÍCULO
Por dia	30	20	15
Por mês	100	70	60
Por ano	400	300	250

DOMICILIADO FORA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ:

FATOR	VALOR EM UFRMs		
	COM CAMINHÃO	OUTRO VEÍCULO	SEM VEÍCULO
Por dia	40	30	20
Por mês	140	105	75
Por ano	500	400	300

ANEXO IV
TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, ARRUAMENTOS
E LOTEAMENTOS

1. EXECUÇÃO DE OBRAS:

- Construção em geral:

Até 60 m ²	10 UFRMs
De 61 a 100 m ²	40 UFRMs
De 101 a 200 m ²	100 UFRMs
De 201 a 300 m ²	160 UFRMs
De 301 a 400 m ²	190 UFRMs
De 401 a 500 m ²	250 UFRMs
Acima de 500 m ²	320 UFRMs

- Construção de barracões, galpões, reconstrução, reforma:

Até 60 m ²	10 UFRMs
De 61 a 150 m ²	30 UFRMs

De 151 a 300 m ²	60 UFRMs
De 301 a 450 m ²	130 UFRMs
De 451 a 600 m ²	160 UFRMs
De 601 a 800 m ²	220 UFRMs
De 801 a 1.000 m ²	300 UFRMs
Acima de 1.000 m ²	380 UFRMs

2. ARRUAMENTOS

- Aprovação de arruamento, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos:

Até 2.000 m ²	10 UFRMs
De 2.001 a 5.000 m ²	15 UFRMs
De 5.001 a 10.000 m ²	25 UFRMs
Acima de 10.000 m ²	40 UFRMs

3. LOTEAMENTOS

- Aprovação de loteamentos, ocupação e parcelamento do solo:

Por Lote Criado	12 UFRMs
Por Lote Remembrado	12 UFRMs
Por Lote Desmembrado	12 UFRMs
Por Lote Desmembrado com oficialização de via pública	15 UFRMs

4. DEMOLIÇÃO

Por expedição de Licença	50 UFRMs
--------------------------	----------

5. SERVIÇOS E LICENÇAS ESPECIAIS

Certidões com qualquer finalidade	12 UFRMs
Serviço de alinhamento e nivelamento	01 UFRMs
Serviço de vistoria em consulta prévia para uso, ocupação ou parcelamento do solo	50 UFRMs
Serviço de análise para atualização de confrontações, medidas e localização	12 UFRMs
Serviços de análise de ato, fatos ou negócios para emissão de certidões	12 UFRMs
Serviços de numeração de Identificação e numeração de propriedades imobiliárias	12 UFRMs

6. TAXA DE CONSULTA PRÉVIA DE ESTABELECIMENTOS

Até 200 m ²	30 UFRMs
De 201 a 500 m ²	60 UFRMs
De 501 a 1.000 m ²	100 UFRMs
Acima de 1.001 m ²	150 UFRMs

ANEXO V**TAXA DE LICENÇA DE "HABITE-SE"**

TIPO DÔ IMÓVEL	VALOR UFRMs P/M ²
Residencial	0,30 *
Comercial	0,50 *
Industrial	0,90 *

* A taxa não poderá ser inferior a 12 UFRMs.

ANEXO VI**TAXA DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS****1. FEIRANTES, FRUTEIROS E VERDUREIROS:**

Por dia	10 UFRMs
Por mês	25 UFRMs
Por ano	100,0 UFRMs

2. BARRACAS E QUIOSQUES:

Por dia	10 UFRMs
Por mês	25 UFRMs
Por ano	100,0 UFRMs

3. CARRINHOS DE PIPOCA, DOCES, CACHORRO QUENTE E OUTROS:

Por dia	20 UFRMs
Por mês	75 UFRMs
Por ano	300,0 UFRMs

4. OUTRAS ATIVIDADES:

Por dia	20 UFRMs
Por mês	75 UFRMs
Por ano	300,0 UFRMs

5. CIRCOS, PARQUES DE DIVERSÕES E CONGÊNERES:

Por dia	20 UFRMs
Por mês	75 UFRMs
Por ano	300,0 UFRMs

ANEXO VII**TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE**

TIPO DE PUBLICIDADE	PERÍODO DE INCIDÊNCIA	FORMA DA INCIDÊNCIA	URFMs
1. Placas ou pinturas no exterior de estabelecimentos, por placa:			
Luminosa	ANO	Por unidade	25
Simples	ANO	Por unidade	10
DEMAIS PUBLICIDADES	PERÍODO DE INCIDÊNCIA	FORMA DA INCIDÊNCIA	URFMs
2. Out-door, até o tamanho de 3,00 m altura por 9,00m de comprimento, área útil de 27 m ²	ANO	Por unidade	675
3. Painéis de publicidade giratórios, construídos em engenhos fixos	ANO	Por unidade	500
4. Publicidade no exterior de veículos	ANO	Por unidade	100
5. Publicidade sonora em veículos	DIA		20
6. Publicidade em circos	DIA	Por anunciante	10
7. Publicidade colocada em terrenos, pinturas em muro, visível de ruas e logradouros públicos, inclusive rodovias, estradas ou caminhos	ANO	Por anúncio	200
8. Publicidade sonora em qualquer estabelecimento	DIA	Por estabelecimento	20

ANEXO VIII

TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GRUPO DO ESTABELECIMENTO	ÁREA	Nº DE UFRMs
I	Até 20 m²	75,00
	de 21 a 50 m²	87,50
	de 51 a 100 m²	100,00
	de 101 a 150 m²	125,00
	de 151 a 200 m²	150,00
	de 201 a 300 m²	187,50
	de 301 a 400 m²	250,00
	de 401 a 500 m²	300,00
	de 501 a 1.000 m²	375,00
	acima de 1.000 m²	500,00
II	Até 20 m²	37,50
	de 21 a 50 m²	50,00
	de 51 a 100 m²	62,50
	de 101 a 150 m²	68,75
	de 151 a 200 m²	75,00
	de 201 a 300 m²	81,25
	de 301 a 400 m²	87,50
	de 401 a 500 m²	93,75
	de 501 a 1.000 m²	100,00
	acima de 1.000 m²	125,00
III e IV	Até 20 m²	25,00
	de 21 a 50 m²	31,25
	de 51 a 100 m²	37,50
	de 101 a 150 m²	43,75
	de 151 a 200 m²	50,00
	de 201 a 300 m²	56,25
	de 301 a 400 m²	62,50
	de 401 a 500 m²	68,75
	de 501 a 1.000 m²	87,50
	acima de 1.000 m²	112,50
V e VI	Até 20 m²	10,00
	de 21 a 50 m²	12,50
	de 51 a 100 m²	18,75
	de 101 a 150 m²	25,00
	de 151 a 200 m²	31,25
	de 201 a 300 m²	37,50
	de 301 a 400 m²	50,00
	de 401 a 500 m²	62,50
	de 501 a 1.000 m²	75,00
	acima de 1.000 m²	87,50

ANEXO IX

TAXA DE COLETA DE LIXO

TIPO	UFRMs
RESIDENCIAL – RURAL	40
RESIDENCIAL – URBANO	82
COMERCIAL	90
INDUSTRIAL	100

ANEXO X

TAXA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

TIPO	UFRMs
Bovino	3
Suíno, Ovino e Caprinos	1
Aves (a cada 100 aves)	1

ANEXO XI

CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP)

1 – CONSUMIDORES RESIDENCIAIS:

CONSUMO KWH MENSAL	ALÍQUOTA
0 a 30 kwh	Isento
31 a 70 kwh	Isento
71 a 100 kwh	4,80%
101 a 200 kwh	5,40%
201 a 500 kwh	5,70%
501 a 1000 kwh	6,00%
Acima de 1001 kwh	7,20%

2 – CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPR. PREST SERV. :

CONSUMO KWH MENSAL	ALÍQUOTA
0 a 30 kwh	4,50%
31 a 70 kwh	4,80%
71 a 100 kwh	5,40%
101 a 200 kwh	5,70%
201 a 500 kwh	6,00%
501 a 1000 kwh	6,30%
Acima de 1001 kwh	7,20%

3 – CONSUMIDORES DO PODER PÚBLICO:

CONSUMO KWH MENSAL	ALÍQUOTA
0 a 30 kwh	Isento
31 a 70 kwh	Isento
71 a 100 kwh	4,80%
101 a 200 kwh	5,40%
201 a 500 kwh	5,70%
501 a 1000 kwh	6,00%
Acima de 1001 kwh	7,20%

4 – CONSUMIDORES RURAIS:

CONSUMO KWH MENSAL	ALÍQUOTA
0 a 30 kwh	Isento
31 a 70 kwh	Isento
71 a 100 kwh	4,80%
101 a 200 kwh	5,40%
201 a 500 kwh	5,70%
501 a 1000 kwh	6,00%
Acima de 1001 kwh	7,20%

ANEXO XII

TAXA PARA CÁLCULO DA IRRIGAÇÃO DE RUAS E SERVIÇOS SINGULARES

SERVIÇO	UFRMs
I – irrigação de vias públicas, por metro linear	1,5
II – construção de muro e passeio: valor da obra contratada acrescida de 10%	
III – limpeza de terreno baldio, por m²:	1,5
VI – coleta de entulho, por caçamba com 4 m³:	
para caçamba com 4 m³	30
para caçamba com 10 m³	50
VII – hospedagem de animais apreendidos:	6,5

VIII – remoção e destinação e carcaças de animais	
a) pequeno e médio porte:	9
b) grande porte:	18
IX – Fornecimento de Água Fluvial em Carga caminhão com 6 m ³	30
caminhão com 12 m ²	50

ANEXO XIII

TAXA DE CEMITÉRIOS

DA TAXA DE CEMITÉRIO	UFRMs
I – Sepultamento	11
II – Carneira	100
III – Tampa de Carneira – Jogo	20
IV - Retirada e Sepultamento de Restos Mortais	22
V – Serviço de Rebaixamento em Sepultura	22
VI – Concessão de Autorização para Construção de Jazigo	80
VII – Concessão de Perpetuidade por lote	
a) lote individual	65
b) lote duplo	85
c) lote infantil	43
VIII – Alteração no título de perpetuidade: 10% sobre a perpetuidade concedida	

ANEXO XIV

TAXA DE SERVIÇOS ESCRITURAIS

TIPO DE SERVIÇO	UFRMs *
I – Cópia de Documentos	
a) xerográfica, por folha	0,20
b) Plotter, por m ² ou fração	8,00
II – Autenticação de Documentos	1,00
III – Baixa de Cadastro Imobiliário	10,00
IV – Pesquisa de dados no Cadastro de Propriedades Rurais	20,00

* Respeitado o valor mínimo de 10 UFRMs para o recolhimento

ANEXO XV

TABELA DE VALORES VENAI O METRO QUADRADO URBANO

Os imóveis localizados nos logradouros abaixo serão denominados como imóveis em suas respectivas Classes e terão o valor básico do metro quadrado urbano fixado em conformidade com o ano em exercício

Classe	Nº	Tipo	Denominação do Logradouro	Valor em UFRMs
1ª	01	AVENIDA	GETÚLIO VARGAS	7,94
1ª	02	RUA	NEREU RAMOS	7,94
1ª	03	RUA	DUQUE DE CAXIAS	7,94
1ª	04	RUA	ROBERTO SEIDEL (até n.º 2.318)	7,94
1ª	05	RUA	JORGE LACERDA	7,94
1ª	06	RUA	MIGUEL LENNERT	7,94
1ª	07	RUA	JARAGUÁ	7,94
1ª	08	RUA	INTENDENTE ERNESTO BLUNK	7,94
1ª	09	RUA	ALMIRANTE BARROSO	7,94
1ª	10	RUA	PE. VICENTE (até n.º 139)	7,94

1ª	11	RUA	VICENTE BRUGNETTI	7,94
1ª	12	RUA	HERCÍLIO LUZ	7,94
1ª	13	RUA	VIDAL RAMOS	7,94
1ª	14	RUA	ALBERTO BOSSE	7,94
1ª	15	RUA	XV DE NOVEMBRO	7,94
1ª	16	RUA	GERMANO MAHNKE	7,94
1ª	17	RUA	JOÃO TOZINI (até n.º 1548)	7,94
1ª	18	RUA	FRANCISCO MEES (até n.º 625)	7,94
1ª	20	RUA	ANO BOM (até n.º 1.097)	7,94
1ª	21	RUA	RICARDO JARK	7,94
1ª	22	RUA	D. PEDRO II	7,94
1ª	23	RUA	TOBIAS CARDOSO	7,94
1ª	34	RUA	PE. GABRIEL LUX	7,94
1ª	38	RUA	OTTO HILLBRECHT (até n.º 637)	7,94
1ª	39	RUA	ALBERTO DARIUS (até n.º 57)	7,94
1ª	45	RUA	SÃO BENTO	7,94
1ª	68	RUA	ADA CHILOMER	7,94
1ª	82	RUA	EGÍDIO VOLTOLINI	7,94
2ª	17	RUA	JOÃO TOZINI	4,63
2ª	18	RUA	RUA FRANCISCO MEES (do n.º 626 até n.º 1.845)	4,63
2ª	20	RUA	ANO BOM (do n.º 1.098 até n.º 2.100)	4,63
2ª	24	RUA	RUA DA SAUDADE	4,63
2ª	25	RUA	25 DE JULHO	4,63
2ª	26	RUA	1º DE MAIO	4,63
2ª	27	RUA	KLARA HERRMANN	4,63
2ª	38	RUA	OTTO HILLBRECHT (do n.º 638 até n.º 2.200)	4,63
2ª	39	RUA	ALBERTO DARIUS (a partir do n.º 58)	4,63
2ª	53	RUA	EMMA SCHMIDT	4,63
2ª	57	RUA	07 DE JULHO	4,63
2ª	61	RUA	LUDOVICO WEILLER	4,63
2ª	74	RUA	JOSÉ PASQUALINI	4,63
2ª	84	RUA	RUDOLFO AUGUSTO GERMANO QUOST	4,63
2ª	90	RUA	FRANÇA VOSGRAU	4,63
3ª	04	RUA	ROBERTO SEIDEL (do n.º 2.319 até n.º 5.276)	3,30
3ª	18	RUA	FRANCISCO MEES (do n.º 1.846 até o n.º 4.855)	3,30
3ª	19	RUA	PREF. WILLY GERMANO GESSNER	3,30
3ª	20	RUA	ANO BOM (do n.º 2.101 até o n.º 3.162)	3,30
3ª	28	RUA	VEREADOR ERVINO EMILIO MOREIRA	3,30
3ª	29	RUA	WALTER JARK	3,30
3ª	30	RUA	CARLOS LACERDA	3,30
3ª	31	RUA	ERNESTO LARSEN	3,30
3ª	32	RUA	EDUARDO KRIESCH	3,30
3ª	33	RUA	HELMUTH ROBERTO RAEDER	3,30
3ª	35	RUA	HENRIQUE FUCK	3,30
3ª	36	RUA	PAULINE SEIDEL	3,30
3ª	37	RUA	GUILHERME MELCHERT	3,30
3ª	40	RUA	HERMANN GUNTHER	3,30
3ª	41	RUA	ANTENOR DIAS	3,30
3ª	42	RUA	ALBERTO MAFFEZZOLLI	3,30
3ª	43	RUA	JORGE WILLE	3,30

3ª	44	RUA	LUIZ BOSSE	3,30
3ª	46	RUA	ALBERTO BAEUMLE	3,30
3ª	47	RUA	RICARDO MARQUARDT	3,30
3ª	48	RUA	LODOWICO LUDWINSKI	3,30
3ª	49	RUA	ALVINO PFUTZENREUTER	3,30
3ª	50	RUA	RODOLFO FRITSCHÉ	3,30
3ª	51	RUA	FRANCISCO HENRIQUE HOCH	3,30
3ª	52	RUA	FREDERICO SEVERIEN	3,30
3ª	54	RUA	JORGE PINTER	3,30
3ª	55	RUA	DOMINGOS SALVADOR	3,30
3ª	56	RUA	HERMAMM BUTTGEN	3,30
3ª	58	RUA	JOSÉ BONIFÁCIO	3,30
3ª	59	RUA	ALVIN LINZMEYER	3,30
3ª	60	RUA	PE. ANSELMO SCHMITTER	3,30
3ª	62	RUA	PASTOR LOTZ	3,30
3ª	63	RUA	MARECHAL CASTELO BRANCO	3,30
3ª	64	RUA	EUGENIO MORETTI	3,30
3ª	65	RUA	WERNER WEBER	3,30
3ª	67	RUA	ERNEST RUCKER	3,30
3ª	69	RUA	FRANZ K. KLOTSCH	3,30
3ª	70	RUA	RICARDO WULFF	3,30
3ª	71	RUA	ORQUÍDEA	3,30
3ª	72	RUA	FRANCISCO ANTONIO PICCIONE	3,30
3ª	73	RUA	AGOSTINHO OLIARI	3,30
3ª	75	RUA	FÉLIX WERNER	3,30
3ª	76	RUA	21 DE ABRIL	3,30
3ª	77	RUA	CARLOS EDUARDO WEBER	3,30
3ª	78	RUA	EXPEDICIONÁRIO	3,30
3ª	79	RUA	JOINVILLE	3,30
3ª	80	RUA	ARTUR NEUMANN	3,30
3ª	83	RUA	HUMBERTO VOIGT	3,30
3ª	85	RUA	NELSON SEVERIEN	3,30
3ª	86	RUA	KURT HILLBRECHT	3,30
3ª	87	RUA	FRANCISCO BORGES	3,30
3ª	88	RUA	LAUDELINO TREIS	3,30
3ª	89	RUA	FRANCISCO BERTOLDI	3,30
3ª	91	RUA	FRANCISCO KOCH	3,30
3ª	93	RUA	FREDERICO SCHAUERTE	3,30
3ª	94	RUA	PEDRO ALTAMIR HOFFMANN	3,30
3ª	95	RUA	EXPEDICIONÁRIO BRUNO SCHEIBEL	3,30
3ª	96	RUA	EXPEDICIONÁRIO BRUNO BODDENBERG	3,30
3ª	97	RUA	LEOPOLDO VIEIRA	3,30
3ª	98	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	3,30
3ª	99	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	3,30
3ª	100	RUA	WALDEMAR WERNER	3,30
3ª	101	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	3,30
3ª	102	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	3,30
3ª	103	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	3,30
3ª	104	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	3,30
3ª	105	RUA	ELSE GABLER	3,30
3ª	106	RUA	LINO WEIDNER	3,30
3ª	113	RUA	FELIPE SCHMIDT	3,30
3ª	114	RUA	ALFREDO ADOLFO MILLNITZ	3,30

3ª	116	RUA	MAX QUENTIN	3,30
3ª	117	RUA	ADOLPHO MILLNITZ	3,30
3ª	118	RUA	JOÃO HENRIQUE	3,30
3ª	119	RUA	JOÃO BERNARDINO DE SOUZA	3,30
3ª	120	RUA	AFONSO ALBERTO MAHNKE	3,30
3ª	121	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	3,30
3ª	123	RUA	PROGRESSO	3,30
3ª	129	RUA	CARLOS FREDERICO FRANKOVIK	3,30
3ª	130	RUA	ADELE HERRMANN	3,30
3ª	131	RUA	HUMBERTO GALIZZI	3,30
3ª	132	RUA	ALCIDA MARIA SOARES	3,30
3ª	139	RUA	ALBERTO BORCHARDT	3,30
3ª	140	RUA	JOÃO BANKHARDT	3,30
3ª	142	RUA	CURT RADUENZ	3,30
3ª	144	RUA	ARTURO MENISTRINA	3,30
3ª	145	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	3,30
3ª	146	RUA	FRIDE ALBERTO ANDREGHETONI	3,30
3ª	147	RUA	VICTOR SCHUTZE	3,30
3ª	150	RUA	ADELAIDE WASCHER	3,30
3ª	151	RUA	MANFREDO SCHALDACH	3,30
4ª	66	RUA	PEDRA DE AMOLAR	2,64
4ª	81	RUA	HANSA HUMBOLD	2,64
4ª	92	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	2,64
4ª	107	RUA	ERNESTO POERNER	2,64
4ª	108	RUA	QUIRINO SCHIOCHET	2,64
4ª	109	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	2,64
4ª	110	RUA	AUGUSTO BORCHARDT	2,64
4ª	111	RUA	ISABEL	2,64
4ª	112	RUA	ABÍLIO LUNELLI	2,64
4ª	115	RUA	JOSÉ LINK	2,64
4ª	122	RODOVIA	BR-280 PREF. ENGELBERT OECHSLER	2,64
4ª	124	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	2,64
4ª	125	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	2,64
4ª	127	RUA	ONDA PAREY	2,64
4ª	133	RUA	CARLOS RUTZEN	2,64
4ª	134	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	2,64
4ª	135	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	2,64
4ª	136	RUA	MARTI JOSÉ HAUCK	2,64
4ª	137	RUA	WILLY JANTSCH	2,64
4ª	138	RUA	GUSTAVO WEBER	2,64
4ª	141	RUA	CARLOS KREUTZFELD	2,64
4ª	143	RUA	ARTHUR LANGE	2,64
4ª	148	RUA	WALTER HOFFMANN	2,64
4ª	149	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	2,64
5ª	126	RUA	JOACHIM PEREY	1,32
5ª	128	RUA	VLADISLAU CIEPLY	1,32

ANEXO XVI

I - Pedologia:

- a) normal - 100%
- b) arenoso/piçarra - 80%
- c) rochoso - 70%
- d) inundável - 50%
- e) alagado - 40%
- f) combinação dos demais - 60%

II - Topografia:

- a) plano - 100%
- b) alicie - 80%
- c) declive - 70%
- d) irregular - 40%

ANEXO XVII

TABELA DE VALORES DE ÁREA CONSTRUÍDA

O valor básico do metro quadrado de construção, segundo o tipo de edificação, observado o exercício, será o seguinte:

Tipo de Construção	Idade	Valor em UFRMs
Construção de alvenaria com laje construída	Até 3 Anos	74,12
Construção de alvenaria com laje construída	3 a 10 anos	45,00
Construção de alvenaria com laje construída	Acima 10 anos	31,76
Construção de alvenaria sem laje construída	Até 3 Anos	45,00
Construção de alvenaria sem laje construída	3 a 10 anos	34,41
Construção de alvenaria sem laje construída	Acima 10 anos	21,17
Construção pré-fabricada construída	Até 3 Anos	74,12
Construção pré-fabricada construída	3 a 10 anos	45,00
Construção pré-fabricada construída	Acima 10 anos	31,76
Construção de alvenaria e de madeira construída	Até 3 Anos	27,79
Construção de alvenaria e de madeira construída	3 a 10 anos	18,53
Construção de alvenaria e de madeira construída	Acima 10 anos	11,91

ANEXO XVIII

TAXA DE ISSQN FIXO

TIPO DE SERVIÇO	UFRMs
I - Serviços prestados pelos profissionais de nível rudimentar	500
II - Serviços prestados pelos profissionais de nível elementar	5.000
III - Serviços prestados pelos profissionais de nível técnico	8.000
IV - Serviços prestados pelos profissionais de nível superior	15.000

ANEXO XIX

TAXA PARA CÁLCULO DO ISSQN NA CONSTRUÇÃO CIVIL

1. Residencial e Comercial

1.1 Alvenaria

Quant. UFRMs

Até 70 m²	0,84
70,01 a 120 m²	1,45
120,01 a 180 m²	1,70
180,01 a 300 m²	1,93
Acima de 300 m²	2,00

1.2 Madeira

Quant. UFRMs

Qualquer área	0,55
---------------	------

2. Galpão

Quant. UFRMs

2.1 Somente estrutura, sem paredes	0,55
2.2 Estrutura + paredes externas	0,12
2.3 C/ paredes externas e divisórias internas	1,70
2.4 Madeira	0,55

3. Demolições

Quant. UFRMs

Alvenaria e Madeira	0,50
---------------------	------

4. Reformas

Quant. UFRMs

Alvenaria e Madeira	0,84
---------------------	------

FORMULA DE CÁLCULO:

$$V = A \times Q \times UFRM$$

V = Valor do ISSQN devido

A = Área de Edificação

Q = Quantidade de UFRMs

UFRM = Valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal

Lei Complementar N° 011/2009

LEI COMPLEMENTAR N° 011/09

INSTITUI PREÇO PÚBLICO CONSISTENTE EM TARIFA PELA UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DA INSTITUIÇÃO DA TARIFA

Art.1º - Como contraprestação pelos serviços prestados fica instituída tarifa de utilização dos serviços de transporte coletivo na modalidade de transporte convencional, no município de Corupá.

Parágrafo único – No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.

Art.2º - As tarifas dos serviços deverão ser fixadas pelo Poder Executivo, através de Decreto, tendo-se em vista a justa remuneração da concessionária.

Art.3º - A tarifa de que trata a presente lei complementar é regida pelas disposições constantes do Código de Defesa do Consumidor.

Art.4º - As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

DO DESTINATÁRIO DO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DA TARIFA E DO RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DO PREÇO PÚBLICO

Art.5º - Destinatário do produto da arrecadação da tarifa pela utilização do serviço de transporte público na modalidade convencional é a empresa delegatária dos serviços públicos constituindo o preço público a sua justa remuneração, observado o disposto no parágrafo único do artigo 1º desta lei complementar.

Art.6º - O Consumidor é responsável pelo pagamento da tarifa.

§1º - Consumidor é o destinatário final dos serviços públicos de transporte coletivo na modalidade convencional prestados pela empresa delegatária.

§2º - Também será responsável pelo pagamento da tarifa a pessoa física ou jurídica que, mesmo não se enquadrando como consumidor, utilize os serviços públicos de transporte convencional prestados pela empresa delegatária.

DOS ENCARGOS E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Art.7º - Além da legislação municipal, estadual e federal que rege a política tarifária das delegações de serviços públicos, aplicar-se-á à relação jurídica material envolvendo empresa prestadora e consumidor, as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

Art.8º - O não pagamento da tarifa pelo usuário implicará na incidência de correção monetária pelo INPC/IBGE, juros moratórios no importe de 1%(um por cento) ao mês e multa de 2%(dois por cento).

Art.9º - O pagamento a destempo efetuado pelo responsável não o eximirá de eventuais implicações na esfera civil, administrativa e penal.

DAS ISENÇÕES

Art.10 - São isentos do pagamento de tarifa para uso do sistema de transporte público convencional:

I - crianças de até cinco anos, inclusive;

II - idosos com idade igual ou superior a 60(sessenta) anos;

III - deficientes físicos e/ou mentais;

Parágrafo único – Também será isento de passagem o servidor municipal quando utilizar-se do serviço de transporte convencional de passageiros para deslocar-se até o trabalho ou deste para sua residência.

Art.11 – Para usufruir do benefício de isenção que trata o artigo anterior, nos casos especificados nos incisos II, III e no parágrafo único, o usuário do transporte coletivo deverá comprovar sua condição.

Parágrafo único - a comprovação das condições mencionadas neste artigo far-se-á através de carteira específica a qual deverá ser apresentada pelo usuário sempre que for solicitada, sob pena de perda do privilégio.

DOS VALORES

Art.12 – O decreto que fixar o valor da tarifa pela utilização dos serviços de transporte coletivo na modalidade convencional deverá prever valores idênticos tanto para ida como para volta.

§1º. O valor da tarifa diz respeito a viagem realizada pelo usuário, sendo ida ou sendo volta.

§2º. Na forma do parágrafo anterior o valor da tarifa não abrangerá cumulativamente os trajetos de ida e de volta que o usuário pretende realizar.

Art.13 – Observado o que dispõe o artigo 4º, as tarifas poderão ser diferenciadas em razão de trajeto, percurso e segmento de usuário.

§1º. O Decreto que fixar tarifa poderá, dentro do segmento de usuários, estabelecer tarifa única, independentemente de trajeto.

§2º. O Decreto que fixar a tarifa poderá prever, dentro do sistema de integração de terminais, a cobrança de uma tarifa única quando o usuário faça a migração de um para outro veículo dentro dos terminais respectivos.

Art.14 – No caso de diferenciação de tarifas por segmento, o Decreto deverá consignar disposições voltadas à comprovação da condição a fim de viabilizar e garantir celeridade e eficiência no funcionamento dos serviços de transporte público.

DA ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA

Art.15 - A atualização tarifária pelo Poder Concedente levará em consideração os parâmetros definidos na planilha constante do Anexo I que impliquem em modificação do coeficiente apurado nesta data.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.16 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art.17 - Revogam-se as disposições em contrário, convalidados os atos até então praticados.

Corupá, 29 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte nove dias do mês de Setembro de 2009.

Lei Complementar Nº 012/2009

LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2009

INSTITUI SUPLETIVAMENTE NORMAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ESTABELECE PENALIDADES, CRIA A TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ, LUIZ CARLOS TAMANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - Os assuntos concernentes à saúde da população do Município de Corupá regem-se pela presente Lei, atendida a legislação estadual e federal pertinente.

Art. 2º - Toda pessoa que tenha domicílio, residência ou realize atividades no Município de Corupá, está sujeita às determinações da presente Lei, bem como às dos regulamentos, normas e instruções dela advindas.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, o termo pessoa refere-se à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

§ 2º - A pessoa deve colaborar com a autoridade de saúde, empenhando-se, ao máximo, no cumprimento das instruções, ordens e avisos emanados com o objetivo de proteger e conservar a saúde da população e manter ou recuperar as melhores condições do ambiente.

§ 3º - A pessoa deve prestar, a tempo e veridicamente, as informações de saúde solicitadas pela autoridade de saúde, a fim de permitir a realização de estudos e pesquisas que, propiciando o conhecimento da realidade a respeito da saúde da população e

das condições do ambiente, possibilitem a programação de ações para a solução dos problemas existentes.

§ 4º - A pessoa tem a obrigação de facilitar e acatar as inspeções de saúde e as coletas de amostras ou apreensões realizadas pela autoridade de saúde, bem como outras providências definidas pela mesma autoridade, com fundamento na legislação em vigor.

§ 5º - Todo estabelecimento deverá cumprir as normas técnicas de acessibilidade ao público.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com os demais órgãos especializados, desenvolverá programas de educação sanitária.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Água bruta: Água de mananciais antes de receber qualquer tratamento.

II - Água pluvial (água de chuva): Proveniente de precipitações atmosféricas que poderão ser captadas (canalizada ou não), para o sistema público de água pluvial (galeria ou sarjeta).

III - Água potável: Água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereçam riscos à saúde.

IV - Caixa de gordura: Dispositivo projetado e instalado para separar e reter a gordura proveniente das instalações coletoras de esgoto das edificações, a fim de evitar o seu encaminhamento à rede de esgotos sanitários.

V - Caixa de inspeção: Caixa destinada a permitir a inspeção e desobstrução de canalizações.

VI - Consumo de água: É todo volume de água fornecido, utilizado em um imóvel, num determinado período.

VII - Despejo: Refugo líquido dos prédios, excluídas as águas pluviais, que deve ser conduzido a um destino final.

VIII - Despejo industrial: Efluente líquido proveniente do uso de água para fins industriais ou serviços diversos, com características diversas das águas residuárias domésticas.

IX - Esgoto ou despejo: Efluente líquido dos prédios, excluídas as águas pluviais, que deve ser conduzido a um destino adequado.

X - Esgoto pluvial: Resíduo líquido proveniente de precipitações atmosféricas ("água de chuva"), que não se enquadra como esgoto industrial ou sanitário.

XI - Esgoto sanitário: Efluente líquido proveniente do uso de água para fins de higiene.

XII - Esgoto tratado: Esgoto submetido a tratamento parcial ou completo, para a remoção de substâncias indesejáveis e a mineralização de matéria orgânica.

XIII - Fossa séptica ou tanque séptico: Tanque de sedimentação e digestão, no qual se deposita o lodo constituído pelas matérias insolúveis das águas residuárias que por ele passam e se decompõem pela ação de bactérias anaeróbicas.

XIV - Fossa absorvente ou sumidouro: Unidade de absorção dos líquidos de efluentes dos tanques sépticos.

XV - Instalação predial de água: Conjunto de canalizações, aparelhos, equipamentos e dispositivos localizados a partir do cavalete, de responsabilidade do usuário, destinado ao abastecimento de água, quando conectado ao ponto de fornecimento de água.

XVI - Instalação predial de esgoto: Conjunto de tubulações, conexões, caixas, equipamentos e acessórios, localizados no prédio até o ponto de ligação com o poço de inspeção e limpeza (TIL), de responsabilidade do usuário, destinado ao seu esgotamento sanitário, quando conectado ao ponto de coleta de esgoto.

XVII - Ligação: Derivação para abastecimento de água e/ou coleta de esgoto de um imóvel desde a rede geral até a conexão com a instalação predial, registrada em nome do usuário.

XVIII - Manancial: Corpo de água utilizado para captação de água para abastecimento público, para consumo humano.

XIX - Padrão de potabilidade: Conjunto de valores máximos permitíveis das características da qualidade da água destinada ao consumo humano.

XX - Rede de coleta de esgoto: conjunto de tubulações e peças que compõem os sub-sistemas de coleta de esgotos.

XXI - Rede de distribuição de água: conjunto de tubulações e peças que compõem os sub-sistemas de distribuição de água.

XXII - Reservatório domiciliar (caixa d'água): Depósito destinado ao armazenamento de água potável, com o objetivo de suprir a demanda da edificação por um período mínimo de vinte e quatro horas quando da supressão do abastecimento de água.

XXIII - Saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

XXIV - Sistema de abastecimento de água: Conjunto de obras, instalações e equipamentos, que têm por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água.

XXV - Sistema de esgoto: Conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade coletar, transportar, tratar e dar destino final adequado às águas residuárias ou servidas.

XXVI - Universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados aos serviços objeto do presente Regulamento.

TÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 5º - Compete à Secretaria Municipal de Saúde formular a política municipal de saúde, manter o controle de sua execução, pesquisar, planejar, orientar, fiscalizar, coordenar e executar as medidas que visem à promoção, prevenção, preservação e recuperação da saúde, bem como promover e incentivar na esfera pública ou privada, estudos e programas sobre problemas médico-sanitários do Município.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Saúde estimulará, orientará e fiscalizará a ação da iniciativa privada na promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Saúde, como órgão sanitário no Município de Corupá, através da vigilância sanitária, manterá:

I) a concessão de licenciamento e respectivos alvarás sanitários para estabelecimento industrial, comercial (de qualquer espécie), funcionamento de laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos e correlatos; de quaisquer estabelecimentos que fabriquem ou comercializem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública; de estabelecimentos de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual; de hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde; de consultórios médicos, odontológicos, de psicologia, e de quaisquer atividades paramédicas, laboratórios de análise e de

pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite humano, de olhos e de estabelecimentos de atividades afins; institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação; estabelecimentos de ensino público ou privado; estabelecimento veterinário; estabelecimento agropecuário; de veículos que transportam produtos de interesse da saúde.

II) O registro de antecedentes relativos, às intimações, infrações e notificações sanitárias.

Art. 7º - Os servidores de provimento efetivo lotados na Secretaria Municipal de Saúde, ou outro profissional eventualmente designado pelo órgão e credenciado para vigilância sanitária têm competência, no âmbito de suas atribuições, para exercer as funções de vigilância, orientação e fiscalização sanitárias, em caráter permanente, no Município de Corupá, de conformidade com as Leis, Decretos e Regulamentos sanitários federais, estaduais e municipais, podendo expedir para tanto, autos de infração, de intimação e aplicação de penalidades cabíveis, além da prática dos atos intrínsecos à função de vigilância e fiscalização sanitárias.

Art. 8º - O Diretor de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde é competente para processar e julgar a defesa ou impugnação do auto de infração, expedido pela autoridade de fiscalização sanitária.

Art. 9º - O Secretário Municipal de Saúde é a autoridade competente para julgar os recursos interpostos contra as decisões do Diretor de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10º - O Prefeito Municipal é a autoridade competente para julgar os recursos interpostos contra as decisões do Secretário Municipal de Saúde na forma do disposto no artigo 90, §1º, desta Lei.

Art. 11 - A autoridade de saúde cientificará o órgão do Ministério Público local, através de expediente circunstanciado, sempre que:

I) Constar que a infração sanitária cometida constitui crime ou contravenção.

II) Ocorrer desacato à autoridade de saúde ou resistência às determinações e atos emanados da mesma.

TÍTULO III

DA SAÚDE, SUA PROMOÇÃO E DEFESA

CAPÍTULO I

DA SAÚDE DA PESSOA DA FAMÍLIA E DE TERCEIROS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 - Toda pessoa tem direito à proteção da saúde e é responsável pela promoção e conservação de sua saúde e a de seus dependentes, devendo, para tanto, cumprir, cuidadosamente, as instruções, normas, ordens, avisos e medidas, prescritos por profissional em ciência da saúde, autoridade de saúde e/ou serviço de saúde de que se utilize.

Art. 13 - Toda pessoa tem o direito de obter do serviço de saúde competente, a informação e/ou a orientação indispensáveis à promoção e defesa da saúde, principalmente a respeito de doenças transmissíveis e evitáveis do bem-estar físico, mental e social, da dependência de drogas e dos perigos da poluição e contaminação do ambiente.

Art. 14 - Toda pessoa tem o dever de prevenir acidentes que atentem contra a própria saúde, e de sua família e de terceiros, devendo, consequentemente, cumprir as exigências da autoridade de saúde competente, seguir as advertências que acompanham os produtos ou objetos considerados perigosos, e cumprir as normas de segurança.

Art. 15 - Toda pessoa deve zelar no sentido de por ação ou omissão, não causar dano à saúde de terceiros, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de saúde.

SEÇÃO II

ATIVIDADES DIRETAMENTE RELACIONADAS COM A SAÚDE DE TERCEIROS

SUBSEÇÃO I

DOS PROFISSIONAIS DE CIÊNCIA DA SAÚDE

Art. 16 - A pessoa, no exercício de profissão de ciência da saúde, atuará de conformidade com as normas legais regulamentares, e as de ética.

§ 1º - A pessoa, para exercer profissão de ciência da saúde deve possuir diploma, título, grau, certificado ou equivalente válido, devidamente registrado no órgão competente, e em conformidade com as disposições legais e regulamentares correspondentes.

§ 2º - Presumir-se-á no exercício ilegal da profissão a pessoa que, sem ter a respectiva habilitação, anunciar e/ou executar serviços por qualquer meio, ou fizer uso de instrumentos relacionados com a ciência da saúde.

Art. 17 - O profissional de ciência da saúde deve:

I) Colaborar com os serviços de saúde ou com a autoridade de saúde, quando solicitado e, especialmente, nos casos considerados de emergência ou de calamidade pública;

II) Cientificar sempre à autoridade de saúde as doenças que, através de regulamentos, sejam declarados de notificação compulsória.

III) Comunicar a Vigilância Sanitária a ocorrência de doenças de interesse sanitário.

Art. 18 - O profissional de ciência da saúde que realize transplante de órgão humano, só pode fazê-lo em estabelecimento devidamente autorizado para esse fim, cumprindo as obrigações pertinentes.

Art. 19 - A pessoa, no exercício pleno de profissão de ciência da saúde, somente pode proceder a pesquisa ou experiências clínicas no ser humano sob patrocínio de instituição pública ou privada de cunho científico, legalmente reconhecida.

SUBSEÇÃO II

DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

Art. 20 - Toda pessoa poderá instalar ou alterar a destinação e/ou local de estabelecimento de saúde, no Município de Corupá, devendo solicitar prévia autorização e registro junto aos Órgãos Sanitários Municipais competentes, nos termos da Lei e dos regulamentos.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por estabelecimento de saúde: hospital, laboratório, unidade de hemoterapia, farmácia, drogaria, posto de medicamentos e unidades volantes, dispensário de medicamentos, distribuidor, representantes, importador e exportador, ambulatório, pronto-socorro, policlínica, unidade de emergência, consultório médico, odontológico, veterinário e demais locais onde se realizem diagnóstico e/ou tratamento e atividades de prevenção, sem regime de internação, com ou sem o emprego de meios físicos, mecânicos, químicos e psicológicos.

§ 2º - A pessoa deve, para autorização, registro e funcionamento de estabelecimento de saúde, cumprir as normas regulamentares sobre o projeto de construção, saneamento, instalação, material permanente, instrumentos, pessoal e procedimentos técnicos, conforme a natureza e importância das atividades, assim como sobre meios de proteção da saúde da comunidade.

§ 3º - Os estabelecimentos de saúde que envolvam exercício de atividade profissional, deverão submeter os contratos de



constituição, alterações e rescisões, à apreciação prévia dos respectivos Conselhos Regionais, com a aposição do seu visto.

Art. 21 - Toda pessoa, ao encerrar atividade de estabelecimento de saúde, deve requerer cancelamento do respectivo registro junto aos Órgãos Sanitários Municipais, de acordo com as normas regulamentares.

SEÇÃO III DAS DOENÇAS

SUBSEÇÃO I DOS MÉTODOS DE CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Art. 22 - Toda pessoa tem direito à proteção contra as doenças transmissíveis, sendo-lhe assegurado o direito à vacinação preventiva e outros meios de controle.

Art. 23 - Toda pessoa deve cumprir as ordens, instruções, normas e medidas que a autoridade de saúde prescrever, com o objetivo de evitar e/ou controlar a ocorrência, difusão ou agravamento das doenças transmissíveis.

§ 1º - Os pais ou responsáveis são obrigados a providenciar vacinação de menores a seu encargo.

§ 2º - A pessoa apresentará atestado de vacina nas circunstâncias especiais previstas em regulamento.

§ 3º - Atestado de vacina e a carteira de saúde não serão retidos, em qualquer hipótese, por instituição pública ou privada ou por pessoa física.

Art. 24 - Toda pessoa portadora de doença transmissível ou suspeita desta condição e seus contatos devem cumprir as ordens e medidas profiláticas e terapêuticas que os serviços de saúde prescreverem, submetendo-se ao isolamento ou quarentena, quando necessário, no lugar, forma e pelo tempo determinados pela autoridade de saúde, de acordo com os regulamentos.

Parágrafo Único - A pessoa deve permitir o acesso à habitação ou estabelecimento, de autoridade de saúde legalmente identificado, para comprovação e controle dos casos de doenças transmissíveis.

Art. 25 - Toda pessoa criadora ou proprietária de animais deve cumprir os métodos prescritos pelos serviços de saúde, entre os quais se inclui a requisição de animais, visando à prevenção e ao controle das zoonoses, assegurado ao proprietário o conhecimento dos resultados das análises, e na hipótese de inexistência de doença, a indenização pelos prejuízos.

§ 1º - A pessoa é responsável pelos danos à saúde humana causados por doenças de seus animais ou por mantê-los acessíveis a terceiros, ou ainda por não haver cumprido, oportunamente, os métodos prescritos em regulamento.

§ 2º - A pessoa, criadora, proprietária ou que comercializa animais, deve adotar os métodos higiênicos dispostos em regulamento, inclusive quanto ao sepultamento de animais.

SUBSEÇÃO II DAS DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Art. 26 - Secretaria Municipal de Saúde compete planejar, coordenar, executar e orientar as providências destinadas ao controle das doenças não transmissíveis de importância sanitária, especialmente o câncer, as afecções cardíco-vasculares, as doenças da nutrição e abiotróficas, as intoxicações e outras.

Parágrafo Único - As doenças não transmissíveis, quando conveniente, poderão ser consideradas de notificação compulsória.

SEÇÃO IV ATIVIDADES INDIRETAMENTE RELACIONADAS COM A SAÚDE DE TERCEIROS

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 - Toda pessoa cujas ações ou atividades possam prejudicar, indiretamente, a saúde de terceiros quer pela natureza das ações ou atividades, quer pelas condições ou natureza de seu produto ou resultado deste, quer pelas condições do local onde habita, trabalha ou freqüenta, deve cumprir as exigências legais e regulamentares correspondentes e as restrições ou medidas que a autoridade de saúde fixar.

§ 1º - A pessoa, para construir ou reformar edifício urbano ou parte deste, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deve obter a aprovação do respectivo projeto por parte da autoridade de saúde competente, dependendo, para fins de ocupação, de vistoria sanitária, a qual será repetida periodicamente, conforme disposto em regulamento.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se também a qualquer utilização diferente daquela para a qual o edifício ou parte deste foi construído ou reformado.

SUBSEÇÃO II HABITAÇÃO URBANA E RURAL

Art. 28 - Toda pessoa proprietária ou usuária de construção destinada à habitação deve obedecer às prescrições regulamentares relacionadas com a salubridade.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por construção destinada à habitação o edifício já construído, toda espécie de obras em execução, e ainda as obras tendentes a ampliá-lo, modificá-lo ou melhorá-lo, com o fim de servir para moradia ou residência própria ou de terceiros.

§ 2º - A pessoa proprietária tem obrigação de entregar a casa em condições higiênicas e a usuária tem a obrigação de assim conservá-la.

§ 3º - A pessoa proprietária ou usuária de habitação ou responsável por ela deve acatar a intimação da autoridade de saúde e executar, dentro do prazo concedido, as obras julgadas necessárias.

§ 4º - As disposições deste artigo aplicam-se, também, a hotéis, motéis, albergues, dormitórios, pensões, pensionatos, internatos, creches, asilos, cárceres, quartéis, conventos e similares.

§ 5º - A pessoa proprietária de/ou responsável por edifícios de apartamentos deverá provê-los de compartimento para o depósito de lixo com acesso para o logradouro e com capacidade suficiente para 72 horas no mínimo, atendendo o código de obras.

a) O compartimento destinado ao depósito de lixo terá paredes revestidas por material liso, resistente, impermeável e lavável.

b) No compartimento destinado ao depósito do lixo é obrigatória a existência de uma torneira, para a lavagem do compartimento e de um ralo para o escoamento das águas oriundas da lavagem.

c) As pessoas que habitam prédio de apartamentos, conjuntos residenciais ou residências unifamiliares, não será permitido depositar materiais ou exercer atividades, que pela sua natureza constituam perigo ou sejam prejudiciais à saúde e ao bem-estar dos moradores vizinhos.

§ 6º - A pessoa proprietária de/ou responsável por edifícios de apartamentos deverá provê-los de reservatório de água potável com capacidade suficiente para o abastecimento de 24 horas no mínimo, atendendo o código de obras.

SEÇÃO V ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGROPECUÁRIO

Art. 29 - Toda pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário, de qualquer natureza, deve cumprir as exigências regulamentares para que, por sua localização, condição, estado, tecnologia empregada ou pelos produtos de sua atividade, não ponha em risco a saúde e a vida dos que nele trabalhem ou o utilizem.

§ 1º - O estabelecimento industrial obedecerá às exigências sanitárias regulamentares no que concerne a:

I - projeto de construção;

II - localização, mediante os seguintes critérios:

a) distância do perímetro urbano, para a instalação de indústrias insalubres, ruidosas ou perigosas;

b) preferência em zona industrial;

c) acessibilidade de vias de tráfego e trânsito;

d) ocupação de área disponível;

e) drenagem natural;

f) lançamento ou destino final de despejos industriais;

g) disponibilidade de abastecimento d'água, sistema de esgoto sanitário, remoção e destino final de lixo, e ventilação de matérias-primas;

h) urbanismo e áreas verdes;

i) segurança do trabalho;

j) aprovação pelo órgão de controle ambiental do Município.

III - Outros critérios estabelecidos pela autoridade competente, inclusive atendendo a peculiaridades locais e regionais.

§ 2º - O estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário que utiliza substância radioativa, deve obter permissão prévia e especial do serviço competente para seu funcionamento e reunir condições de segurança adequada à proteção de seu pessoal, de terceiros e do ambiente.

SEÇÃO VI

ESTABELECIMENTO DE ENSINO - ESTABELECIMENTO E LOCAL PARA LAZER

SUBSEÇÃO I

ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Art. 30 - Toda pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimento de ensino de qualquer natureza, deve cumprir as exigências regulamentares para que não haja risco à saúde dos que neles estudem ou trabalhem, nem poluição ou contaminação do ambiente.

Parágrafo Único - A pessoa deve, para a construção ou funcionamento do estabelecimento, cumprir as normas sobre projeto de construção, zoneamento, localização, orientação, acesso, saneamento, acústica, iluminação, relação espaço/aluno e outras especificadas em regulamento.

Art. 31 - Os estabelecimentos de ensino deverão ter compartimentos sanitários devidamente separados por sexo.

§ 1º - É obrigatória a existência de instalações sanitárias nas áreas de recreação.

§ 2º - Em todos os estabelecimentos de ensino é obrigatória a existência de bebedouros higiênicos nos corredores e nas áreas de recreação.

Art. 32 - Nos estabelecimentos de ensino, as cozinhas e copas, quando houver, deverão satisfazer as exigências mínimas estabelecidas para tais compartimentos, concernentes a restaurantes, porém, atendidas as peculiaridades escolares.

Art. 33 - Nos internatos serão observadas as disposições referentes às habitações em geral e às de fins especiais, no que lhes forem aplicáveis.

SUBSEÇÃO II

ESTABELECIMENTO E LOCAL PARA LAZER

Art. 34 - Toda pessoa, proprietária de/ou responsável por estabelecimento ou local para lazer, deve contar, para construção, instalação, funcionamento ou utilização dele, com a aprovação do serviço de saúde competente, a fim de que não ponha em perigo a saúde e a vida dos que nele trabalhem ou dele se utilizem, nem polua ou contamine o ambiente.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, a expressão lugar ou estabelecimento para lazer, inclui, entre outros: aeródromo, autódromo, balneário, boate, camping, campo e centro esportivo, cinema, circo, clube, colônia de férias, estádio, ginásio de esportes, hipódromo, jardim público, jardim zoológico, locais de amostras, kartódromo, museu, parque, piscina, pista de corridas, pista de patinação, praça, praia, sauna, teatro e termas.

§ 2º - A pessoa usuária de piscina, sauna e termas deve submeter-se a exame médico periódico na forma regulamentar, cujo atestado deve ser exigido pelo respectivo proprietário ou responsável.

§ 3º - As águas das piscinas públicas e privadas, exceto as residenciais deverão sofrer controle físico-químico e bacteriológico, com a periodicidade estabelecida pela autoridade sanitária, obedecendo às exigências estabelecidas em regulamento no que diz respeito à sua qualidade.

SEÇÃO VII

ALIMENTOS E BEBIDAS

Art. 35 - Toda pessoa que produza, fabrique, transforme, comercialize, transporte, manipule, armazene ou coloque à disposição do público, inclusive ao ar livre, alimentos e/ou bebidas, deve obedecer aos padrões de higiene e salubridade estabelecidos em lei e regulamento.

§ 1º - A pessoa que manipule alimentos ou bebidas, na forma deste artigo, independente de sua categoria profissional, é obrigada para efeito de admissão e permanência no trabalho, a possuir carteira de saúde, fornecida gratuitamente pela rede de serviço básico de saúde a qual deve ser exigida pelo respectivo proprietário ou responsável.

§ 2º - As carteira de saúde devem ser mantidas atualizadas anualmente, o tipo de exames a serem realizados obedecerão a critérios estabelecidos em normas técnicas.

§ 3º - A obrigatoriedade de que trata o parágrafo primeiro é extensiva aos proprietários de/ou responsáveis que intervenham diretamente em seus estabelecimentos, quaisquer que sejam as atividades que desenvolvam nos mesmos.

§ 4º - Somente poderá ser comercializado o alimento que preencher os requisitos dispostos em lei, regulamentos, portarias e/ou normas técnicas.

Art. 36 - Toda pessoa, poderá construir, instalar ou pôr em funcionamento estabelecimento que produza, fabrique, transforme, comercie, manipule, armazene ou coloque à disposição do público alimento e/ou bebida, desde que obtenha a autorização e registro junto ao serviço público competente, cumprindo, para isto, normas regulamentares, entre outras, as referentes a projeto de construção, localização, saneamento, pessoal, tecnologia empregada, reutilização de embalagens, instalações, materiais e instrumentos, conforme a natureza e a importância das atividades, assim como dos meios de que dispõe para proteger a saúde da comunidade e evitar a poluição e/ou contaminação do ambiente.

SEÇÃO VIII

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Art. 37 - Toda pessoa proprietária de/ou responsável por sistema de abastecimento de água deve obter a aprovação do serviço de saúde competente, para a sua instalação e utilização, submetendo-se às normas técnicas e regulamentares, entre as quais as referentes à tomada de amostras para análise, fiscalização técnica de aparelhos e instrumentos e ainda garantir a segurança e potabilidade da água.

Art. 38 - Toda pessoa está proibida de poluir e/ou contaminar os mananciais naturais ou qualquer outra unidade de sistema de abastecimento de água, como adutora, reservatório e rede de distribuição.

Art. 39 - Toda pessoa responsável por sistema de abastecimento de água deve proceder conforme as normas técnicas relativas ao tratamento, desinfecção, floração e outros procedimentos.

Art. 40 - Toda pessoa proprietária de/ou responsável por sistema de abastecimento de água, deve conservá-lo de forma que não polua ou contamine o ambiente.

§ 1º - A pessoa deverá utilizar a rede pública de abastecimento de água, salvo se comprovar que sua fonte própria se apresenta de conformidade com os padrões de potabilidade, não comprometendo a sua saúde ou de terceiros.

§ 2º - É vedado o emprego de qualquer dispositivo que provoque sucção na ligação ou no ramal predial de água, que implique em variação na pressão de serviço da rede de distribuição.

§ 3º - Nos imóveis onde haja instalação própria de abastecimento de água alimentada por fonte alternativa, e ligação de água da rede pública, ficam proibidos quaisquer recursos hidráulicos que possibilitem a intercomunicação entre as instalações.

§ 4º - É vedado o despejo de águas pluviais tanto nas instalações prediais, quanto nos ramais prediais de esgoto.

SEÇÃO IX SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS PERIGOSOS

Art. 41 - Toda pessoa que elabore, fabrique, armazene, comercie ou transporte substância ou produto perigoso ou agrotóxico deve solicitar permissão ao serviço de saúde competente e cumprir as exigências regulamentares, em defesa da saúde pública.

§ 1º - Considera-se substância ou produto perigoso, para os efeitos desta Lei, o que é capaz de, por seu grau de combustão, explosividade, emissão radioativa, carga elétrica, propriedade tóxica ou venenosa, pôr em risco a saúde ou a vida da pessoa, ou de terceiros em qualquer fase de sua preparação, armazenagem, transporte ou utilização.

§ 2º - Considera-se agrotóxico as substâncias ou misturas de substâncias e/ou, processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao setor de produção, armazenamento e beneficiamento de alimentos e à proteção de florestas nativas ou implantadas, bem como a outros ecossistemas e ambientes doméstico, urbano, hídrico e industrial, cuja finalidade seja alterar a constituição faunística e florística dos mesmos, a fim de preservá-los da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.

§ 3º - A pessoa está proibida de entregar ao público substâncias e produtos mencionados neste artigo sem indicação precisa e clara de sua periculosidade, sem a utilização de receituário agrônomo prescrito por profissional devidamente habilitado, bem como das instruções para seu uso correto e correspondente tratamento de urgência, quando puser em risco a saúde e a vida da pessoa ou de terceiros.

SEÇÃO X DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E PROPAGANDA

Art. 42 - Toda pessoa fica proibida de apresentar conotações enganosas, sensacionalistas ou alarmantes, ao divulgar tema ou mensagens relativos à saúde, bem como ao promover ou propagar exercício de profissão, estabelecimento de saúde, alimentos, medicamentos e outros bens ou serviços de saúde.

Parágrafo Único - O profissional em comunicação deverá solicitar à autoridade de saúde a orientação necessária, para evitar a divulgação de mensagem ou tema relacionado com saúde que possa causar atitudes enganosas ou reações de pânico na população.

SEÇÃO XI DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 43 - É estabelecida a obrigatoriedade da prévia fiscalização sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos os produtos de

origem animal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito.

Art. 44 - A concessão de fiscalização por parte do Governo Federal ou Estadual isenta o estabelecimento ou entreposto da fiscalização municipal, ficando, porém obrigado ao prévio licenciamento no que tange as instalações físico-sanitária e pessoal junto ao serviço de vigilância sanitária municipal.

Parágrafo único - A fiscalização de abate de animais e da industrialização produtos de origem animal é de competência dos órgãos de agricultura, na esfera federal, estadual ou municipal, cabendo à Vigilância Sanitária a fiscalização da comercialização e transporte dos produtos de origem animal.

CAPÍTULO II DEVERES DA PESSOA COM RELAÇÃO AO AMBIENTE

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 45 - Toda pessoa deve preservar o ambiente evitando por meio de suas ações ou omissões, que ele se polua e/ou contamine, que se agrave a poluição ou a contaminação existente.

Art. 46 - Toda pessoa está proibida de descarregar, lançar ou dispor de quaisquer resíduos, industriais ou não, sólidos, líquidos ou gasosos, que não tenham recebido adequado tratamento, determinado pela autoridade de saúde, em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

Art. 47 - Toda pessoa deve preservar a natureza, protegendo a flora e a fauna benéficas ou inócuas, em relação à saúde individual ou coletiva e evitando a destruição indiscriminada e/ou a extinção das espécies.

SEÇÃO II POLUIÇÃO E/OU CONTAMINAÇÃO DO SOLO E/OU DA ÁGUA

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS E DEJETOS

Art. 48 - Toda pessoa deve dispor higienicamente de dejetos, resíduos e detritos provenientes de sua atividade doméstica, comercial, industrial ou pública, de acordo com o prescrito em regulamentos, normas, avisos ou instruções da autoridade de saúde em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

Parágrafo Único - A pessoa é proibida de lançar despejos e resíduos industriais nos mananciais de água e sistemas de esgotos sanitários, sem a autorização e sem o cumprimento de regulamentos, normas e instruções baixadas pela autoridade de saúde, e demais órgãos competentes.

Art. 49 - A pessoa é obrigada a utilizar o serviço de coleta, remoção e destino de resíduos sólidos urbanos mantido pela municipalidade, conforme as exigências estabelecidas nos regulamentos, normas e instruções legais.

§ 1º - Enquanto não for implantado o serviço público, a pessoa deve dispor os resíduos sólidos conforme regulamentos, normas ou instruções da autoridade de saúde.

§ 2º - O serviço público urbano de coleta e remoção do lixo, onde não houver incineração ou tratamento adequado, depositá-lo-á em aterros sanitários, ou utilizará outros processos, a critério da autoridade de saúde.

SUBSEÇÃO II ÁGUAS RESIDUÁRIAS E PLUVIAIS

Art. 50 - Toda pessoa é obrigada a dar escoamento das águas servidas ou residuárias, oriundas de qualquer atividade, e

as pluviais, em sua propriedade, conforme as disposições regulamentares, normas e instruções da autoridade de saúde.

§ 1º - A pessoa é proibida de lançar as águas servidas ou residuais, sem prévio tratamento em mananciais de superfície ou subterrâneos, como em qualquer outra unidade de sistema de abastecimento de água, assim como em lagoas, sarjetas e valas, provocando ou contribuindo para a poluição e/ou contaminação destes.

§ 2º - Pessoa alguma pode estancar ou represar as águas correntes ou pluviais em área urbana.

§ 3º - A pessoa proprietária de habitações construídas em locais servidos por coletores públicos de esgotos, é obrigada a usá-lo, não sendo permitido nesses casos, o uso de fossas sépticas e complementares.

§ 4º - É obrigatória a construção de caixa de gordura sifonada na instalação predial de esgoto, para águas servidas provenientes de cozinha e tanque.

§ 5º - A pessoa que instalar sistema de esgoto sanitário implantado através de fossas sépticas e complementares deverá deixar os mesmos abertos para a vistoria pela autoridade de saúde quando da concessão do alvará de habite-se, e seguir determinações das normas da ABNT para o dimensionamento e localização.

§ 6º - A autoridade de saúde negará a licença de habite-se se não for cumprido o disposto neste artigo e intimará o proprietário da habitação a fazê-lo imediatamente.

SUBSEÇÃO III SERVIÇOS DE LIMPA FOSSA

Art. 51 - Município de Corupá fiscalizará, através da Vigilância Sanitária Municipal, a atividade da prestação do serviço privado de limpa-fossa no âmbito de seu território, notificando todos os prestadores do serviço para exigir o devido licenciamento do(s) prestador(es) do serviço perante o órgão ambiental competente, aplicando, quando pertinente, as sanções administrativas.

Art. 52 - O prestador do serviço privado de limpa-fossa deverá apresentar mensalmente à Vigilância Sanitária Municipal, as Notas Fiscais de prestação de serviço, das quais deverá constar o volume em metros cúbicos, recolhido de cada cliente.

Art. 53 - O prestador do serviço privado de limpa-fossa deverá apresentar relatórios mensais à Vigilância Sanitária Municipal, demonstrando o volume tratado e a destinação dos efluentes coletados, a qual deverá obrigatoriamente seguir as determinações contidas na legislação.

CAPÍTULO III CEMITÉRIOS, DISPOSIÇÃO E TRANSLADO DE CADÁVERES, NECROTÉRIO

Art. 54 - Toda pessoa proprietária de/ou responsável por cemitério, deve solicitar prévia aprovação do serviço de saúde, cumprindo as normas regulamentares, entre as quais as referentes ao projeto de implantação, localização, topografia e natureza do solo, orientação, condições gerais de saneamento, vias de acesso e urbanismo.

§ 1º - Para efeitos desta Lei, cemitério é o local onde se guardam restos humanos, compreendendo-se, nesta expressão, corpo de pessoas falecidas ou parte em qualquer estado de decomposição.

§ 2º - Os sepultamentos de pessoas somente serão efetuados após apresentação de declaração de óbito, outorgado em formulário oficial devidamente registrado.

Art. 55 - Toda pessoa responsável por sepultamento, embalsamento, exumação e cremação deve cumprir normas regulamentares, entre as quais as referentes a prazo do enterro, traslado e transporte de cadáveres, técnicas, substâncias e

métodos empregados.

Parágrafo Único - Na suspeita de óbito ocorrido por doença transmissível, à autoridade de saúde poderá exigir a necropsia e/ou exumação para verificar a causa básica de óbito.

Art. 56 - Toda pessoa, para construir, instalar ou fazer funcionar necrotério ou similar, deverá cumprir as normas regulamentares, entre as quais as que dispõem sobre localização, projeto de construção e saneamento.

CAPÍTULO IV HIGIENE OCUPACIONAL

Art. 57 - Antes de iniciada a construção, reforma ou instalação de qualquer estabelecimento de trabalho, deverá ser ouvida a autoridade de saúde quanto ao local e projeto.

Parágrafo Único - Quanto à aprovação de local, a autoridade de saúde levará em conta a natureza dos trabalhos a serem executados no estabelecimento, tendo em vista assegurar a saúde dos funcionários e da população.

Art. 58 - Nos estabelecimentos de trabalho que venham oferecer perigo à saúde dos funcionários e da população, a juízo da autoridade de saúde, os proprietários serão obrigados a executar os melhoramentos necessários, a remover ou fechar estabelecimentos, quando não forem saneáveis.

§ 1º - Na hipótese de remoção ou fechamento será concedido o prazo máximo de 06 (seis) meses.

§ 2º - Os estabelecimentos deverão ter instalações sanitárias separadas por sexo e proporcionais ao número de trabalhadores.

Art. 59 - Os responsáveis pelos locais de trabalho deverão auxiliar a educação higiênica do trabalhador, facilitar a realização de conferências, fazer campanha intensiva de propaganda e educação contra os infortúnios do trabalho e afixar, em locais apropriados, cartazes e boletins fornecidos pelas autoridades de saúde.

Art. 60 - Todos os locais de trabalho, inclusive corredores, passagens, escadas e demais dependências devem ter iluminação e ventilação adequada, conforme disposto em Lei, regulamentos e normas técnicas.

Art. 61 - A autoridade de saúde, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho poderá tornar obrigatório o uso de protetores, sistema de revezamento, pequenas pausas para descanso, a redução do tempo de trabalho e a realização de exames médicos periódicos para os trabalhadores.

CAPÍTULO V DOS LOCAIS PARA ABRIGO OU CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Art. 62 - É admitida a guarda ou abrigo de animais domésticos como cachorros, gatos, aves e outros em zona urbana e residencial, desde que os canis, terrenos ou áreas utilizadas sejam mantidas limpas e desinfetadas.

Art. 63 - Não será permitida a criação ou conservação de animais que por sua espécie ou quantidade possam ser causa de insalubridade, risco à saúde de terceiros ou incômodo em zona urbana e residencial, sendo proibida também a utilização de quaisquer compartimentos de uma habitação, inclusive porões ou sótãos para criação ou conservação de animais.

§ 1º - Nos casos previstos no presente artigo, a criação ou conservação de animais será proibida, interrompida, transferida ou interditada.

§ 2º - Se houver resistência por parte da pessoa proprietária de/ou responsável por guarda ou abrigo de animal previsto neste artigo, a autoridade de saúde solicitará o auxílio da autoridade

policial para a adoção das medidas cabíveis, correndo as despesas à conta da pessoa que deu causa à diligência.

Art. 64 - A pessoa poderá ter criação de suínos, bovinos, ovinos, aves e equinos, desde que as pocilgas, estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres sejam situados em zona rural, obedeçam as exigências de normas regulamentares específicas sobre estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários e ainda as seguintes:

I - as pocilgas deverão estar localizadas a uma distância de 50 metros no mínimo, das habitações, dos limites dos terrenos vizinhos e das margens das estradas;

II - os estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres deverão estar localizadas a uma distância de 20 metros no mínimo, das habitações, dos limites dos terrenos vizinhos e das margens das estradas;

III - nos estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres será permitido compartimento habitável destinado aos tratadores dos animais, desde que fiquem completamente isolados.

Art. 65 - Os estabelecimentos de que trata o presente capítulo, não beneficiados pelos sistemas públicos de água e esgoto, ficam obrigados a adotar medidas indicadas pela autoridade sanitária, no que concerne à provisão suficiente de água e à disposição dos resíduos sólidos e líquidos.

TÍTULO IV DA TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 66 - Fica instituída a taxa dos atos de vigilância sanitária municipal que serão pagas na repartição fazendária municipal competente ou na rede bancária autorizada, através de documento hábil.

Art. 67 - É fato gerador da taxa dos atos de vigilância sanitária municipal a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, ou o exercício regular de atividades inerentes ao poder de polícia.

Art. 68 - Os serviços e atividades sujeitos à taxa dos atos de vigilância sanitária municipal são:

I - Vistoria Sanitária: a pedido da pessoa proprietária ou responsável por empresa, imóvel, bens, produtos ou serviços que por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização, transporte, armazenamento, divulgação, que possa interessar a saúde pública;

II - Vistoria Prévia: vistoria realizada, sempre para instruir o processo para a concessão de Alvará Sanitário;

III - Concessão de Alvará Sanitário: entendido como autorização sanitária para funcionamento de estabelecimentos, serviços e atividades de interesse da vigilância sanitária municipal, a ser renovado anualmente, por determinação da Vigilância Sanitária, ou solicitação do cadastrado.

IV - Concessão de Licença Especial: entendida como autorização sanitária para a realização de atividades não enquadradas no inciso anterior;

V - Concessão de Licença Provisória: entendida como autorização sanitária para a realização de atividades por prazo pré-determinado inferior a um ano;

VI - Fornecimento de Certidão, Declaração ou Atestado: relativos a assentos atribuíveis à Secretaria Municipal de Saúde;

VII - Análise e Aprovação Sanitária de Projetos de Construção, Reconstrução, Reforma e ou Ampliação;

VIII - Concessão de Alvará Sanitário: para construção, reconstrução, reforma e ou ampliação;

IX - Vistos, licenças, liberações e autenticações, baixas e alterações: relativos a receitas, notificações, produtos sujeitos a controle ou de interesse da saúde e livros de controle.

Parágrafo único: Para efeito do inciso III aos estabelecimentos com mais de uma atividade, o valor da taxa será a soma em UFRMs das atividades exercidas.

Art. 69 - As taxas são estabelecidas com base na UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal nos termos da Lei Federal Nº 8383, de 30 de dezembro de 1991, como medida de valor e parâmetro de atualização monetária da taxa, bem como das penalidades de multa previstas nesta Lei, a época que se der o recolhimento.

Parágrafo Único - Com exceção da taxa de Concessão de Alvará Sanitário com previsão no artigo 68, III cujo valor será determinado no Código Tributário Municipal, os valores das taxas são os expressos e codificados na tabela anexa, parte integrante desta Lei.

Art. 70 - Contribuinte da taxa é o usuário efetivo ou potencial, de serviço sujeito à sua incidência, ou o destinatário de atividade inerente ao exercício do poder de polícia.

Art. 71 - A arrecadação e fiscalização da taxa compete à repartição fazendária municipal e a Secretaria Municipal de Saúde e será recolhida:

I - até a data em que deva ser requerido o serviço ou atividade, quando este ou aquele estiver sujeito a prazo certo;

II - até a data do requerimento do serviço ou atividade, nos demais casos.

III - até a data de vencimento do alvará sanitário, renovado anualmente.

TÍTULO V DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 72 - Para os efeitos desta Lei, considera-se a infração, a desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais, regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinam à promoção, preservação e recuperação da saúde.

§ 1º - Responde pela infração quem de qualquer modo, cometer ou concorrer para a sua prática, ou dela se beneficiar.

§ 2º - Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deteriorações ou alteração de produtos ou bens do interesse da saúde pública.

Art. 73 - Autoridade de Saúde, para os efeitos da Lei, é todo agente público designado para exercer funções referentes à prevenção e repressão de tudo quanto possa comprometer a saúde pública, nos termos desta Lei, seus regulamentos e normas técnicas.

Parágrafo Único - Regulamento específico ocupar-se-á da ordem hierárquica em que exercita a autoridade de saúde no Município.

CAPÍTULO II GRADUAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Art. 74 - As infrações de natureza sanitária serão apuradas em processo administrativo próprio, e classificam-se em:

I - leves: aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;

II - graves: aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;

III - gravíssimas: aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 75 - Para a graduação e imposição de pena, a autoridade de saúde levará em conta:

- I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;
- III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 76 - São circunstâncias atenuantes:

- I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;
- II - a errada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável, quando patente à incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;
- III - o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado;
- IV - ter o infrator sofrido coação, a que podia resistir, para a prática do ato;
- V - ser o infrator primário, e a falta cometida, de natureza leve.

Art. 77 - São circunstâncias agravantes:

- I - ser o infrator reincidente;
- II - ter o infrator cometido à infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo pelo público do produto elaborado em contrário ao disposto na legislação sanitária;
- III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração;
- IV - ter a infração consequências calamitosas à saúde pública;
- V - se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo;
- VI - ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má fé.

Art. 78 - Havendo o concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

CAPÍTULO III ESPECIFICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 79 - Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - apreensão do produto;
- IV - inutilização de produto;
- V - interdição de produto;
- VI - suspensão de vendas e/ou de fabricação de produto;
- VII - cancelamento de registro de produto;
- VIII - interdição parcial, ou total do estabelecimento;
- IX - proibição de propaganda;
- X - cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;
- XI - cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento.

Art. 80 - A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

- I - nas infrações leves, de 100 a 1000 UFRMs;
- II - nas infrações graves, de 1001 a 3000 UFRMs;
- III - nas infrações gravíssimas, de 3001 a 5000 UFRMs.

§ 1º - Sem prejuízo do disposto nos artigos 83 e 84 desta Lei, na aplicação da penalidade de multa, a autoridade de saúde levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

§ 2º - Quando aplicada a pena de multa, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de trinta dias, contados da data da notificação, recolhendo-a a repartição fazendária municipal competente ou na rede bancária autorizada, através de documento hábil, sob pena de cobrança judicial.

Art. 81 - A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da

infração como gravíssima.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei e de seus regulamentos e normas técnicas ficará caracterizada a reincidência específica quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa do processo que lhe houver imposto à penalidade, cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada.

CAPÍTULO IV CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES E SUAS PENALIDADES

Art. 82 - A pessoa comete infração de natureza sanitária e está incurso nas penas discriminadas a seguir, quando:

I - constrói, instala, ou faz funcionar laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização dos órgãos sanitários competentes ou contrariando as normas legais pertinentes:

pena - advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença e/ou multa;

II - constrói, instala ou faz funcionar estabelecimento de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente, ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

pena - advertência, interdição e/ou multa;

III - constrói, instala ou faz funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção, e recuperação da saúde, estabelecimentos de ensino, público ou privado, de qualquer fim, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes:

pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

IV - instala consultórios médicos, odontológicos e de quaisquer atividades paramédicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite humano, de olhos e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termas, climáticas, de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raio-X, substâncias radioativas ou radiações ionizantes e outras; estabelecimentos, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, ou explora atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas normas legais e regulamentares pertinentes:

pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

V - extrai, produz, fabrica, transforma, prepara, manipula, purifica, fraciona, embala ou reembala, importa, exporta, armazena, expede, transporta, compra, vende, cede, ou usa alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

VI - faz propaganda de produtos sob vigilância sanitária, alimentos

ou outros, contrariando a legislação sanitária:

pena - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda e/ou multa;

VII - aquele que tiver o dever legal de fazê-lo deixa de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes:

pena - advertência e/ou multa;

VIII - impede ou dificulta a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias:

pena - advertência e/ou multa;

IX - retém atestado de vacinação obrigatória, deixa de executar, dificulta ou opõe-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde:

pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa;

X - opõe-se à exigência de provas imunológicas ou à sua execução pelas autoridades sanitárias:

pena - advertência e/ou multa;

XI - obsta ou dificulta a ação fiscalizadora das autoridades de saúde no exercício de suas funções:

pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

XII - avia receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa em Lei e normas regulamentares:

pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

XIII - fornece, vende ou pratica atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos, cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância e contrariando as normas legais e regulamentares:

pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

XIV - retira ou aplica sangue, procede a operações de plasmáfere-se, ou desenvolve outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares:

pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e registro e/ou multa;

XV - exporta sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano, ou utiliza-os contrariando as disposições legais e regulamentares:

pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e registro e/ou multa;

XVI - rotula alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, de correção estética, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares:

pena - advertência, inutilização, interdição e/ou multa;

XVII - altera o processo de fabricação dos produtos sujeitos a controle sanitário, modifica os seus componentes básicos, nome e demais elementos objeto do registro, sem a devida autorização do órgão sanitário competente:

pena - advertência, interdição, cancelamento do registro, da licença e autorização e/ou multa;

XVIII - reaproveita vasilhames de saneantes, seus congêneres, e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos e perfumes:

pena - apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XIX - expõe à venda ou entrega ao consumo, produtos de interesse

à saúde, cujo prazo de validade tenha expirado, ou apõe-lhe novas datas de validade, posteriores ao prazo expirado:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da licença e da autorização e/ou multa;

XX - industrializa produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XXI - utiliza, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da autorização e da licença e/ou multa;

XXII - comercializa produtos biológicos, imunoterápicos e outros que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem a observância das condições necessárias à sua preservação:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XXIII - aplica raticidas cuja ação se produza por gás ou vapor, em geladeiras, bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou frequentados por pessoas e animais:

pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e de autorização e/ou multa;

XXIV - não cumpre normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias relativas a empresas de transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres nacionais e estrangeiros:

pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXV - Não cumpre as exigências sanitárias relativas a imóveis, quer seja proprietário, ou detenha legalmente a sua posse:

pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXVI - exerça profissões e ocupações relacionadas com a saúde das pessoas sem a necessária habilitação legal:

pena - interdição e/ou multa;

XXVII - comete o exercício de encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal:

pena - interdição e/ou multa;

XXVIII - procede à cremação de cadáveres, ou utiliza-os contrariando as normas sanitárias pertinentes:

pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXIX - fraudula, falsifica ou adultera alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública:

pena - apreensão, inutilização e/ou interdição do produto; suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e multa;

XXX - transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde:

pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação de produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa;

XXXI - expõe, ou entrega ao consumo humano, sal, refinado ou moído, que não contenha iodo na proporção de dez mil miligramas de iodo metalóide por quilograma de produto:

pena - advertência, apreensão e/ou interdição do produto, suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa,

cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento;

XXXII - descumprir atos emanados das autoridades de saúde visando à aplicação da legislação pertinente:

pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou de fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento; cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento; proibição de propaganda e/ou multa;

XXXIII - transgredir normas legais e regulamentares, pertinentes ao controle da poluição das águas, do ar, do solo e das radiações:

pena - advertência, interdição temporária ou definitiva e/ou multa;

XXXIV - inobservar as exigências de normas legais pertinentes a construções, reconstruções, reformas, loteamento, abastecimento domiciliário de água, esgoto domiciliar, habitações em geral, coletivas ou isoladas, hortas, jardins e terrenos baldios, escolas, locais de trabalho em geral, locais de divertimentos coletivos e de reuniões, necrotérios, velórios e cemitérios, estábulos e cocheiras, saneamento urbano e rural em todas as suas formas, controle dos ruídos e seus incômodos, bem como tudo que contrarie a legislação sanitária referente a imóveis em geral e sua utilização:

pena - advertência e/ou multa, interdição parcial ou total, temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade;

XXXV - atribuir a alimento e medicamento ou qualquer produto que interesse à saúde, através de alguma forma de divulgação, qualidade nutricional, medicamentosa, terapêutica ou de favorecimento à saúde, superior a que realmente possuir, assim, como, divulgar informação que possa induzir o consumidor a erro, quanto à qualidade, natureza, espécie, origem, qualidade e identidade do produto:

pena - advertência e/ou multa, apreensão dos produtos, interdição temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade;

XXXVI - entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir total ou parcialmente, alimento interditado ou apreendido por autoridade de saúde:

pena - multa, interdição temporária ou definitiva do estabelecimento ou a cassação da licença para funcionamento;

XXXVII - expor à venda em estabelecimento de gêneros alimentícios, ou em situação que induza a venda para consumo humano, tubérculos, bulbos, rizomas, sementes e grãos em estado de germinação com exceção dos produtos destinados ao plantio, sendo que para isso, deverá constar no invólucro esta indicação:

pena - advertência, apreensão dos produtos, e/ou multa;

XXXVIII - contrariar, omitir e/ou negligenciar no cumprimento das normas pertinentes à proteção da flora e da fauna:

pena - advertência e/ou multa;

XXXIX - transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender ou ceder, produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis sem a devida inspeção sanitária do órgão sanitário competente:

pena - advertência e/ou multa; interdição, apreensão e/ou inutilização do produto, cancelamento de autorização para funcionamento do estabelecimento.

§ 1º - Independem de licença para funcionamento, os estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos, ficando sujeitos, porém, às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e às aparelhagens adequados, e à assistência e responsabilidade técnicas.

§ 2º - O desrespeito ou desacato ao servidor competente, em razão de suas atribuições legais, sujeitará o infrator à penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

CAPÍTULO V CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DO PROCESSO

Art. 83 - O processo administrativo próprio para apuração das infrações sanitárias, inicia-se com a lavratura de auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei e seus regulamentos.

Art. 84 - O auto de infração será lavrado na sede da repartição competente ou no local em que for verificada a infração, pela autoridade de saúde que a houver constatado, e conterá:

I - nome do infrator, bem como os demais elementos conhecidos à sua qualificação e identificação civil ou caracterização da entidade autuada;

II - o ato ou fato constitutivo da infração e o local, à hora e a data respectivos;

III - a disposição legal ou regulamentar transgredida;

IV - indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina penalidade a que fica sujeito o infrator;

V - prazo para interposição do recurso, quando cabível;

VI - nome e cargo legíveis da autoridade autuante e sua assinatura;

VII - a assinatura do autuado, ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação dessa circunstância pela autoridade autuante e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Parágrafo Único - Os servidores são responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos de infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em casos de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 85 - O infrator será notificado para ciência do auto de infração:

I - pessoalmente;

II - pelo correio ou via postal;

III - por edital, se estiver em lugar incerto ou não-sabido.

§ 1º - Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a exarar a ciência, procede-se na forma prevista no inciso VII do artigo 84.

§ 2º - O Edital referido no inciso III deste artigo será publicado uma única vez, na Imprensa Oficial, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

§ 3º - Quando, apesar da lavratura do auto de infração subsistir, ainda, para o infrator, obrigação a cumprir, será expedido edital fixando o prazo de trinta dias para o seu cumprimento, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º - O prazo para o cumprimento da obrigação subsistente poderá ser reduzido ou aumentado, em casos excepcionais, por motivos de interesse público, mediante despacho fundamentado.

§ 5º - A desobediência à determinação contida no Edital a que se alude no

§ 3º deste artigo, além de sua execução forçada acarretará a imposição de multa diária, arbitrada de acordo com os valores correspondentes à classificação da infração, até o exato cumprimento da obrigação, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 86 - As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de vinte por cento, caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Art. 87 - O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação.

§ 1º - Antes do julgamento da defesa ou da impugnação a que se refere este artigo, deverá a autoridade julgadora ouvir o servidor autuante, que terá prazo de dez dias para se pronunciar a respeito.

§ 2º - Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o auto de infração será julgado pelo dirigente do órgão sanitário competente.

Art. 88 - A apuração do ilícito em se tratando de produto ou substância referidos no inciso V do artigo 92 far-se-á mediante a apreensão de amostras para a realização de análise fiscal e de interdição, se for o caso.

Parágrafo Único - Regulamento próprio disciplinará os procedimentos específicos, atentando-se à legislação federal e estadual, para a execução do previsto no presente artigo.

Art. 89 - Nas transgressões que independam de análise ou perícias, inclusive por desacato à autoridade de saúde, o processo obedecerá rito especial e será considerado concluso caso o infrator não apresente recurso no prazo de quinze dias.

Art. 90 - Das decisões condenatórias poderá o infrator recorrer, dentro de igual prazo ao fixado para a defesa, inclusive quando se tratar de multa.

§ 1º - Mantida a decisão condenatória, caberá recurso para a autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias de sua ciência ou publicação nas penalidades pecuniárias que ultrapassem o valor de 500 (quinhentos) URFMs.

§ 2º - Não caberá recurso na hipótese de condenação definitiva do produto em razão de laudo laboratorial confirmado em perícia de contraprova, ou nos casos de fraude, falsificação ou adulteração.

§ 3º - Os recursos interpostos das decisões não-definitivas somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do artigo 85.

Art. 91 - Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para recurso sem apresentação de defesa ou apreciados os recursos, a autoridade de saúde proferirá a decisão final, dando o processo por concluso.

Art. 92 - As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária, prescrevem em cinco anos.

§ 1º - A prescrição interrompe-se pela notificação, ou outro ato da autoridade competente, que objetive a sua apuração e consequente imposição da pena.

§ 2º - Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 93 - A autoridade sanitária terá livre ingresso, em qualquer dia e hora mediante identificação e uso das formalidades legais, em todas as habitações particulares ou coletivas, prédios ou estabelecimentos de qualquer espécie, terrenos, lugares e logradouros públicos, neles fazendo observar o cumprimento das normas sanitárias em vigor.

§ 1º - Nos casos de oposição à visita ou inspeção, a autoridade de saúde lavrará auto de infração e intimará o proprietário, locatário, morador, administrador ou seus procuradores a facilitar a visita, imediatamente ou dentro de 24 horas, conforme a urgência.

§ 2º - Persistindo o embarço, a autoridade sanitária poderá solicitar a intervenção da autoridade policial civil, militar e ou judicial, esgotadas as medidas de conciliação, sem prejuízo das penalidades previstas.

Art. 94 - Os recursos provenientes da receita de taxas decorrentes do exercício do poder de polícia oriundos da tabela - atos de vigilância sanitária municipal e das penalidades de multas previstas nesta Lei serão depositados e centralizados em conta especial do Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - Os recursos financeiros previstos neste artigo têm por finalidade a obtenção supletiva de recursos destinados à melhoria dos serviços relacionados com a vigilância sanitária municipal.

Art. 95 - Os pedidos de restituição de taxas indevidamente pagas ou recolhidas a maior só serão aceitos quando instruídos com as vias destinadas ao contribuinte e cópia da via destinada ao órgão prestador do serviço.

Art. 96 - O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à execução desta Lei.

Art. 97 - Os termos técnicos que se empregam nesta Lei e nela não se encontram definidos explicitamente, serão entendidos no sentido que lhes consagra a legislação federal e estadual, e na ausência desta, o constante nas regulamentações decorrentes da presente Lei.

Art. 98 - Toda pessoa, física ou jurídica, ao encerrar ou suspender as atividades de qualquer estabelecimento ou prestador de serviço deverá requerer cancelamento do respectivo registro junto ao órgão fazendário municipal. Caso contrário, continuará a incorrer as taxas devidas anualmente a Vigilância Sanitária, até a efetiva baixa de sua inscrição.

Art. 99 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 29 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte nove dias do mês de Setembro de 2009.

Lei Nº 1936/09

LEI Nº 1936/09

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORUPÁ A ALIENAR, MEDIANTE LICITAÇÃO, BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE SUA PROPRIEDADE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º – Fica o Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante o devido procedimento licitatório, os seguintes bens móveis e imóveis de propriedade do Município:

MÁQUINAS E VEÍCULOS

LOTE	PEÇAS	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR MÍNIMO R\$
1	01	Escavadeira Hidráulica, Marca CASE, modelo 9020B, ano 1999, em pleno funcionamento	88.000,00
2	01	Carregadeira de Rodas, usada, marca FIATALLIS, Modelo FR10M, ano 1984, em pleno funcionamento	85.000,00
3	01	Trator de Esteiras, usado, marca CATERPILLAR, modelo D4E, ano 1986, em pleno funcionamento	43.000,00

IMÓVEIS URBANOS

LOTE	PEÇAS	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR MÍNIMO R\$
4	01	Terreno em formato irregular, situado no lado ímpar da Rua Padre Vicente, em Corupá/SC, fazendo frente com duas linhas em planos diferentes: uma com a Rua Padre Vicente em 11,50 mts e outra com a prefeitura Municipal de Corupá com 12,00 mts e estrema no lado direito com linhas em planos diferentes: uma com a Prefeitura Municipal de Corupá em 56,50 mts e outra com uma valeta em 37,50 mts, com as seguintes benfeitorias, as quais estão pendentes de averbação: 01 Galpão pré-moldado, de 2 pavimentos, totalizando 221,00 m²; 01 galpão pré-moldado, com área de 129,00 m²; 01 galpão pré-moldado, com 650,00 m². Registro R.2 – 9.168	350.000,00
5	01	Terreno em formato irregular, situado no lado par da Rua Nereu Ramos, em Corupá/SC, fazendo frente com 62,80 metros numa curva, coincidindo com o alinhamento predial da referida rua, estremando do lado direito com 39,90 metros com terras de Walfrido Albano Schultz, e no lado esquerdo com duas linhas, sendo uma com 34,70 mts em terras de Onildo Romão, e a outra de 12,00 mts em terras de Elizabeth e Erica Adam, contendo uma área de 1.029,63 m², sem benfeitorias. Registro na matrícula nº R.1 – 25.608	150.000,00

Art. 2º – Em relação ao bem imóvel descrito no lote 4, fica assegurado ao Poder Executivo Municipal a posse, sem ônus, até 30 de junho de 2010, contado a partir da efetivação da alienação.

Art. 3º - Para efeito patrimonial e contábil, verificada a concretização da venda de cada um dos lotes, fica o Departamento de Controle Interno e Contábil autorizado a proceder a baixa do patrimônio municipal dos bens alienados.

Art. 4º – Havendo necessidade, o Poder Executivo baixará normas regulamentadoras da presente Lei, traçando diretrizes para sua adequada execução.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 29 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte nove dias do mês de Setembro de 2009.

Lei Nº 1937/09

LEI Nº 1937/09

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ PARA O QUADRIÊNIO 2010/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2010/2013 serão financiadas com os recursos previstos nos Anexos desta Lei.

Art. 2º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de

Corupá para o quadriênio 2010/2013, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nas planilhas dos ANEXOS desta Lei.

Art. 3º - As metas da Administração para o quadriênio 2010/2013, consolidadas por programas, são aquelas constantes no Anexo desta Lei.

Art. 4º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no Anexo desta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º - As metas físicas e fiscais por ações em cada programa, serão demonstradas na forma do Anexo desta Lei.

§ 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

- I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;
- II – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;
- III – Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;
- IV – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;
- V – Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;
- VI - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;
- VII – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º - Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes com projeção de inflação de 5% ao ano.

Art. 6º - As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 9º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Corupá, 29 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte nove dias do mês de Setembro de 2009.

Lei Nº 1938/09

LEI Nº 1938/09

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para a elaboração dos Orçamentos do Município, relativo ao exercício financeiro de 2010, as diretrizes gerais de que trata este capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, em consonância com o Plano Plurianual 2010/2013;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do município e suas respectivas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida e ao endividamento público municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- VII - as disposições sobre política tarifária; e
- VIII - as disposições finais.

Art. 2º - A proposta orçamentária, não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, e compreenderá:

- a) a estimativa da receita será a preços de julho de 2009 e serão consideradas as tendências de arrecadação e os efeitos das modificações na legislação tributária, que serão objeto de Projeto de Lei específico, a ser encaminhado à apreciação e aprovação da Câmara Municipal de Vereadores de Corupá, até 60 (sessenta) dias do encerramento do exercício legislativo;
- b) as unidades orçamentárias projetarão suas despesas a preços de julho de 2009, considerando as competências estabelecidas em Lei;
- c) o pagamento do serviço da dívida, de pessoal e de encargos, incluídas as contribuições ao INSS Instituto Nacional de Seguridade Social, terão prioridade sobre as demais despesas;
- d) os projetos em execução não poderão ser paralisados e terão prioridade sobre os novos projetos.

Art. 3º - O Poder Executivo, no exercício de 2010, poderá realizar:

- a) operações de crédito em longo prazo, com destinação específica e vinculada;
- b) operações de crédito por antecipação da receita, nos limites e parâmetros estabelecidos pela legislação pertinente.

I - A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo orientando a contratação de operações de crédito por antecipação da receita.

Art. 4º - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2010 são as estabelecidas no Plano Plurianual relativo ao período 2010-2013, devendo observar os eixos e objetivos estratégicos estabelecidos pela administração municipal, os quais terão precedência na alocação de recursos no Orçamento de 2010, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Os eixos estratégicos que nortearão a formulação de programas são os seguintes:

- I - desenvolvimento sustentável, com inclusão social;
- II - democratização da gestão pública; e
- III - defesa da vida e respeito aos direitos humanos.

§ 2º - Os objetivos estratégicos que orientarão a definição de prioridades e metas são os seguintes:

- I - contribuir para a formação de uma cultura de cidadania e valorização dos direitos humanos no município, bem como promover a igualdade racial e de gênero, mantendo e procurando ampliar o apoio às ações que visem preservar as tradições, em todas as suas formas de manifestação;
- II - promover a universalização do acesso à educação infantil e ao ensino fundamental com qualidade;
- III - ampliar o acesso da população aos serviços de saúde de forma equânime, resolutiva e humanizada;
- IV - promover ações preventivas de segurança e de incentivo à cultura da paz, integrando-se às demais esferas de governo nas ações de segurança pública;
- V - estimular o desenvolvimento cultural e o acesso da população aos produtos e equipamentos culturais do município;
- VI - estimular a prática esportiva pela população e a formação e desenvolvimento de atletas;
- VII - viabilizar, no que for possível, o acesso da população aos benefícios da tecnologia da informação e ao mundo digital;
- VIII - promover o desenvolvimento do potencial econômico do município de Corupá, a partir da identificação de atos e ações que visem a melhoria de suas potencialidades, para o desenvolvimento da sua vocação econômica e do fomento ao turismo;
- IX - promover a articulação e estimular a integração de políticas públicas municipais no âmbito das macro regiões estaduais, bem como em associações municipais;
- X - promover a educação e a responsabilidade ambiental, visando a formação de uma cultura para o desenvolvimento sustentável no município;
- XI - fomentar o desenvolvimento econômico e cultural e a preservação das tradições e ao patrimônio histórico do município;
- XII - estimular as empresas, em especial a micro e pequena empresa, o empreendedorismo, a formação e desenvolvimento profissional, a economia solidária e o associativismo como formas de geração de trabalho e renda no município;
- XIII - promover a qualidade ambiental e urbanística do município, a partir de ações de saneamento, gestão e controle do espaço urbano;
- XIV - promover a regularização fundiária e a melhoria das condições de vida da população moradora das áreas de ocupação espontânea;
- XV - promover ações de manutenção urbana que garantam a limpeza e a conservação das vias e equipamentos públicos;
- XVI - propiciar condições favoráveis à circulação e deslocamento de pessoas, priorizando o pedestre, o ciclista e o usuário de transporte coletivo;
- XVII - promover a participação da população na gestão pública e estimular o controle social a partir da transparência das ações da administração municipal;
- XVIII - promover a valorização dos servidores municipais oportunizando a estes melhores condições de vida e de trabalho;
- XIX - garantir a melhoria dos níveis de eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados à população; e
- XX - fortalecer as finanças públicas municipais e expandir a capacidade de financiamento e investimento público.

§ 3º - Os orçamentos serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Os Orçamentos discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional e a programática, explicitando para cada projeto, atividade ou operação especial, respectivas metas e valores da despesa por grupo e modalidade de aplicação.

§ 1º - A classificação funcional-programática seguirá o disposto na Portaria nº 42, do Ministério de Orçamento e Gestão, de 14/04/1999.

§ 2º - Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, serão aqueles constantes da do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2010-2013.

§ 3º - Na indicação do grupo de natureza de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações:

- 1 - pessoal e encargos sociais;
- 2 - juros e encargos da dívida;
- 3 - outras despesas correntes;
- 4 - investimentos;
- 5 - inversões financeiras; e
- 6 - amortização da dívida.

§ 4º - A reserva de contingência, prevista no art. 20 desta Lei, será identificada pelo dígito 9, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

Art. 6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e
- V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 7º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 8º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, a subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário, aos quais se vinculam.

Art. 9º - As categorias de programação, de que trata esta Lei, serão identificadas no Projeto de Lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 10 - As metas físicas serão indicadas em nível de projetos e atividades.

Art. 11 - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreendem a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, que recebam recursos do Tesouro Municipal.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 12 - O Orçamento do Município para o exercício de 2010 será elaborado visando garantir a gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos e a viabilização da capacidade própria de investimento.

§ 1º - Os processos de elaboração e definição do Projeto de Lei Orçamentária para 2010 e sua respectiva execução, deverão ser

realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, inclusive por meio eletrônico, observando-se o princípio da publicidade, permitindo-se dessa forma, o acesso da sociedade às informações relativas a essas etapas.

§ 2º - A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

§ 3º - As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo governo federal, na conformidade dos Anexos que dispõem sobre as Metas Fiscais.

§ 4º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a adição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a expansão do número de contribuintes;
- IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal; e
- V - a atualização do cadastro mobiliário fiscal.

§ 5º - As taxas administrativas, do poder de polícia e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 6º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal municipal, sendo a mesma indexada pelo IGP-M, Índice Geral de Preços - Mercado, da Fundação Getúlio Vargas.

§ 7º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação do desembolso, e a inscrição de restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

§ 8º - A liberação das dotações às unidades orçamentárias será efetuada pela Secretaria de Finanças, obedecendo ao comportamento da receita arrecadada pelo Município.

§ 9º - A receita poderá ser acrescida mediante atualização da base de cálculo e revisão das alíquotas dos tributos municipais.

§ 10 - No caso de ocorrer queda ou insuficiência na arrecadação, em relação à orçada, a Secretaria de Finanças informará às unidades orçamentárias, compreendendo os Poderes Executivo e Legislativo, às entidades da Administração Direta, Indireta, Fundacional e os Fundos instituídos pelo Município, para que promovam a adequação em seus orçamentos, visando manter o princípio do equilíbrio financeiro.

Art. 13 - No projeto de lei orçamentário anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2010.

Art. 14 - Na programação da despesa, serão observadas as seguintes restrições:

- I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;
- II - não serão destinados recursos para atender despesas com pagamento, a qualquer título, a servidor da administração municipal direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 15 - A Lei Orçamentária não destinará recursos para custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação.

§ 1º - A vedação disposta no caput deste artigo não se aplica às ações decorrentes dos processos de municipalização, desde que observados os critérios legais.

§ 2º - Igualmente não se inclui nessa vedação a cessão para outros entes federados, mediante convênio, de servidores do quadro efetivo do município.

Art. 16 - A transferência de recursos a qualquer título por parte do Tesouro Municipal, quando destinados a entidades públicas ou privadas obedecerá ao seguinte:

- a) quando públicas, dependerá de convênio autorizado por Lei específica;
- b) quando associativas, federativas, confederativas, ou congêneres, somente após a propositura e aprovação de lei específica; e
- c) quando entidades privadas, somente será possível quando estas sejam de caráter educativo, assistencial, cultural, desportiva ou de cooperação técnica e que sejam obrigatoriamente sem fins lucrativos, declaradas por Lei de Utilidade Pública e que comprovadamente existam, tenham sede, administração e atividade regular.

Parágrafo Único - São excetuadas do disposto no presente artigo, as transferências financeiras realizadas à administração do Poder Legislativo já reguladas por legislação específica.

Art. 17 - Fica autorizada a concessão de ajuda financeira, aos seguintes entes integrantes da administração municipal:

I – Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer;

Art. 18 - O município, de acordo com a Lei 4.320/64, poderá repassar recursos ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por ato próprio e específico as suplementações orçamentárias, quando houver:

I - insuficiências nas dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes:

- a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por Lei orçamentária, desde que limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total de cada unidade orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- b) do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; e
- c) da reserva de contingência, até o limite total de 50% (cinquenta por cento), do seu valor fixado, e o seu saldo ficando reservado para contingenciamentos derivados de situações configuradas como risco fiscal, de emergência ou calamidade pública.

II - insuficiência de recursos relativos aos grupos de natureza de despesa: "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", objetos da suplementação, desde que os recursos para esse fim sejam oriundos de anulação de dotações dos mencionados grupos de natureza de despesa;

III - do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, desde que limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor de cada projeto ou atividade; e

IV - para incorporar aos Orçamentos do Município os créditos suplementares e as transferências concedidas pela União ou pelo Estado, bem como os recursos oriundos de convênios e operações de crédito, durante o exercício financeiro, respeitado os valores e a destinação programática.

Art. 20 - Durante a execução orçamentária do exercício de 2010, o Executivo Municipal, poderá incluir novos projetos ou atividades

no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício.

Art. 21 - Somente serão incluídas, na Lei Orçamentária Anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas por Lei específica.

Art. 22 - Na programação de investimentos, serão observados os seguintes princípios:

I - novos projetos somente serão incluídos na Lei Orçamentária depois de atendidos os em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de crédito;

II - somente serão incluídos, na Lei Orçamentária, os investimentos para os quais tenham sido previstas, na Lei do Plano Plurianual (2010-2013), ações que assegurem sua manutenção; e

III - os investimentos deverão, quando for o caso, apresentar sucessivamente, meios, formas ou métodos que comprovem sua viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

Art. 23 - O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual (2010-2013), que tenham sido objeto de Projetos de Lei.

Art. 24 - A estimativa de receita de operações de crédito, para o exercício de 2010, terá como limite máximo, a folga resultante da combinação das Resoluções 40/01 e 43/01, do Senado Federal e, ainda, da Medida Provisória nº 2.185-35/01.

Art. 25 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 26 - A Reserva de Contingência será fixada em valor equivalente a até 5% (cinco por cento), da receita corrente líquida estimada.

Art. 27 - As alterações do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD, em nível de elemento de despesa, observados os mesmos grupos de natureza de despesa, categoria econômica, modalidade de aplicação, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser realizadas para atender às necessidades de execução, mediante publicação de Portaria pelo Secretário Municipal de Finanças.

Parágrafo Único - As alterações, para os efeitos do caput deste artigo, compreendem exclusivamente, a transferências de saldos orçamentários.

Art. 28 - As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

Parágrafo Único - As dotações insuficientemente dotadas, ou as com excesso de previsão, somente poderão ser alteradas ou transferidas de uma unidade orçamentária para outra, por ato específico e exclusivo do Chefe do Poder Executivo, cuja publicação na imprensa oficial é obrigatória.

Art. 29 - A destinação de recursos do Município a qualquer título, para atender necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, observará o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 2000.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 30 - No caso de necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, a serem efetivadas nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II, § 1º, do art. 31, da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, essa limitação será aplicada aos Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional à participação de seus orçamentos, excluídas as duplicidades, na Lei Orçamentária anual, no conjunto de "outras despesas correntes", de "investimentos e de inversões financeiras".

Parágrafo Único - O repasse financeiro a que se refere o art. 168, da Constituição Federal/88 fica incluído na limitação prevista no caput deste artigo.

Art. 31 - Fica excluída da proibição prevista no inciso V, parágrafo único, do art. 22, da Lei Complementar 101, a contratação de hora-extra para pessoal, quando se tratar de relevante interesse público.

Art. 32 - A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas em anexo, deverá ainda, manter a receita corrente superavitária frente às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 33 - No exercício financeiro de 2010, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19, 20 e 71, da Lei Complementar 101/00.

Art. 34 - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/00, aplicar-se-á a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 35 - Se a despesa com pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/00, a contratação de hora-extra fica restrita às necessidades emergenciais das áreas de educação, saúde, assistência social e de saneamento.

Art. 36 - No exercício de 2010, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no art. 33, desta Lei, somente poderão ser nomeados servidores se houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 37 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto nos artigos 15, 16, 17 e 71 da Lei Complementar no 101/00.

Art. 38 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2009, acrescida de até 10% (dez pontos percentuais), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um inteiros e trinta centésimos de pontos percentuais) e 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos de pontos percentuais), da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 39 - Nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas-extras pelos servidores, quando as despesas

com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento), do limite estabelecido no art. 20, III da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme previsão do art. 22, § único, V, do mesmo diploma legal.

Art. 40 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - dispensa de funcionários de outras pessoas de direito público cedidos com ônus para o município;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - eliminação das despesas com horas-extras;
- IV - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- V - demissão de servidores admitidos em caráter temporário; e
- VI - rescisão dos contratos de terceirização de mão-de-obra de que trata o artigo 42.

Art. 41 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "Pessoal e Encargos Sociais", elemento do elemento de despesa - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no art. 20 da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, deduzidos os valores inerentes à utilização de materiais e equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, desde que especificados em contrato.

Art. 42 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 43 - O Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício fiscal contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 44 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - atualização da planta genérica de valores do Município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos e de Bens Móveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

Art. 45 - O Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101/00.
Parágrafo Único - Aplica-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput.

Art. 46 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de Projeto de Lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 47 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança, sejam muito próximos ou superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 48 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, a qualquer título, somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação, se for o caso, e inclusive:

I - indiquem a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas;

II - definam os limites de prazo e valor; e

III - tenham período de vigência igual ao da Lei que aprovar o Plano Plurianual.

Art. 49 - A política tarifária dos serviços públicos, de responsabilidade exclusiva do Município, compatibilizará os princípios de:

I - cobertura dos custos de operação e manutenção, com justa remuneração do capital investido;

II - capacidade de pagamento em relação a cada segmento sócio-econômico de usuários; e

III - concentração de esforços no aumento da eficiência com redução de custos.

Parágrafo Único - Quaisquer subsídios tarifários incluídos no orçamento ficarão expressamente vinculados às categorias específicas de usuários de baixa renda, ressalvados os casos previstos em Lei específica.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50 - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 51 - São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que impliquem na execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sem adequação com as cotas financeiras de desembolso.

Parágrafo Único - A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 52 - Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2010 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2009, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva Lei não for sancionada.

§ 1º - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º - Eventuais saldos negativos, apurados em consequência de emendas apresentadas ao Projeto de Lei na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados após a

sancão da Lei Orçamentária Anual, através da abertura de créditos adicionais.

§ 3º - Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:

I - pessoal e encargos sociais;

II - benefícios previdenciários a cargo do Instituto de Previdência do município;

III - serviço da dívida;

IV - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação, assistência social e prestação de serviços essenciais;

V - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências da União e do Estado;

VI - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aos recursos previstos no inciso anterior;

VII - conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores a 2009 e cujo cronograma físico, estabelecido em instrumento contratual, não se estenda além do 1º semestre de 2010; e

VIII - pagamento de contratos que versem sobre serviços de natureza continuada.

Art. 53 - O Poder Executivo disponibilizará no site www.corupa.sc.gov.br, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o quadro de detalhamento da Despesa - QDD, discriminando a despesa por elementos, conforme a unidade orçamentária e respectivas categorias de programação.

Art. 54 - Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício financeiro de 2009 poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2010 conforme o disposto no § 2º, do art. 167, da Constituição Federal.

Art. 55 - O Poder Executivo promoverá o desenvolvimento de estudos visando à definição e implantação de sistemas de custos e avaliação de resultados de ações de governo.

Art. 56 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/00, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 57 - Cabe à Secretaria Municipal de Finanças a responsabilidade pela coordenação do processo de elaboração dos orçamentos municipais.

Art. 58 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, por grupo de despesa, bem como as metas bimestrais de arrecadação, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 59 - O Executivo Municipal enviará no prazo definido pela Lei Orgânica do Município, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2009.

Parágrafo Único - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 60 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com os Governos Federal, Estadual e ou Municipal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de sua competência, ou de competência transferida.

Art. 61 - O Poder Executivo no exercício de 2010 poderá realizar:

I - operações de Crédito de longo prazo, com destinação específica e vinculação ao projeto;
II - operações de Crédito por antecipação de receita, respeitada a legislação específica;
III - celebrar convênios, ajustes ou contratos, com outras pessoas de direito público ou privado com o objetivo de desenvolver programas prioritários, que atendam interesses da população do município, nas áreas de ação da administração pública municipal; e
IV - os recursos recebidos de operações de crédito de longo prazo e de convênios, contratos ou ajustes com qualquer outra esfera de governo, ou particulares, servirão de fonte de receita para a abertura de créditos adicionais, podendo sua formalização ser feita por decreto, e deverão ser integralmente aplicados no programa específico.

Art. 62 - O Poder Executivo, através da administração direta e indireta, poderá conceder contribuição, subvenção, auxílio ou ajuda financeira a outras pessoas de direito público e privado, estas sem fins lucrativos e declaradas por Lei de Utilidade Pública, para a manutenção, prestação de serviços ou execução de obras com o objetivo de atender as necessidades comunitárias, de acordo com o projeto de aplicação dos recursos apresentados por cada beneficiário, que deverá obrigatoriamente participar, a suas expensas com no mínimo 20% (vinte por cento), do valor de cada projeto específico.

Parágrafo Único - Somente está desobrigado da participação mínima de 20% (vinte por cento), àquela entidade ou pessoa que for declarada isenta em Lei específica.

Art. 63 - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar por Decreto as dotações de pessoal civil e obrigações patronais até o limite dos reajustes concedidos por Lei, utilizando-se para tanto de recursos de eventual excesso de arrecadação, do superávit financeiro do exercício anterior, ou de saldos de programas ou projetos que serão postergados ou que não tiveram mais utilização prevista.

Art. 64 - Os Secretários Municipais, Gestores de Fundos Municipais e Fundações, ficam autorizados e obrigados a ordenarem as despesas de suas unidades orçamentárias respectivas, passando a ter as prerrogativas e responsabilidades de ordenadores primários destas.

Art. 65 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 29 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte nove dias do mês de Setembro de 2009.

Lei Nº 1939/09

LEI Nº 1939/09

REGULAMENTA O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS MICROEMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em conformidade com o disposto nos arts. 146, III, "d", 170, IX, e 179 da Constituição Federal e as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta lei, aplicam-se as definições de microempresa, de empresa de pequeno porte e de microempreendedor individual contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA

Seção I Das Diretrizes

Art. 2º - Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Art. 3º - Deverão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade da inscrição.

Art. 4º - Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado - REGIN.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para completa integração dos referidos sistemas.

Art. 5º - O Município adotará, para fins de cadastramento, a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a forma de atualização cadastral das empresas já inscritas no Município e respectiva vinculação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Seção II Da Consulta de Viabilidade e Da Inscrição

Art. 6º - É obrigatória a realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempresário individual, a qual será efetivada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado - REGIN, disponível no sítio oficial do Município, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º - A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 2º - Os órgãos competentes disporão do prazo de 60 (sessenta dias) dias, a contar da data da realização da consulta no REGIN, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I - Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente;

II - Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente.

§ 3º - Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, ou consulta prévia.

§ 4º - O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do artigo 18, § 22-B, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 5º - Ao microempreendedor individual será facultada a realização de consulta de viabilidade tão-somente para o exercício de atividades econômicas constantes na regulamentação específica aprovada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

§ 6º - A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 7º O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 1º - A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, após a realização e deferimento da consulta de viabilidade previsto no artigo 6º desta lei.

§ 2º - A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade resultará no indeferimento da inscrição municipal e revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do CNPJ e do NIRE.

§ 3º - O microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à primeira inscrição exceto consulta prévia.

§ 4º - A partir do segundo ano da inscrição municipal, aplicar-se-ão ao microempreendedor individual as disposições legais relativas às taxas aplicáveis às demais empresas.

Art. 8º - A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte deverá ser realizada no sítio oficial do Município, após o deferimento da consulta de viabilidade.

CAPÍTULO II DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 9º - As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviços - ISS, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expe-

tidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 10 - O valor devido mensalmente a título de ISS pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que auferiram receita bruta, no ano-calendário anterior, igual ou inferior ao valor definido no § 18, do art. 18, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será por estimativa, no valor mensal de R\$ 100,00 (cem reais).

§ 1º - O valor estimado mensal, nos termos do caput, será aplicado a partir do exercício seguinte ao da publicação desta lei.

§ 2º - As microempresas que possuam mais de um estabelecimento ou que estejam no ano-calendário de início de atividades ficam impedidas de utilizar o disposto neste artigo.

§ 3º - O valor estimado apurado na forma deste artigo será devido ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária.

§ 4º O valor estimado apurado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor devido pela microempresa relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Art. 11 - A retenção na fonte de ISS devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123/2006;

III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente ao percentual de ISS prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Art. 12 - Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISS em de acordo o Código Tributário Vigente.

Art. 13 - Aplicam-se para efeitos desta lei as obrigações acessórias prevista no Código Tributário Municipal.

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO

Art. 14 - Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal

exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte;

Parágrafo único. Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação com prazo de 30 (trinta) dias para solucionar a irregularidade.

Art. 15 - Fica autorizado o Município de Corupá a firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar esta lei no prazo de 120 dias e promover ampla divulgação do tratamento diferenciado e favorecido previsto nesta lei.

Art. 17 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

Art. 18 - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Corupá, 29 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos vinte nove dias do mês de Setembro de 2009.

Erval Velho

Prefeitura Municipal

Decreto 1337/2009

DECRETO 1337, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1172, de 29 de dezembro de 2008 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais) para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV. 2.045 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE E CONTRIBUIÇÕES

7 - 319000.00.00.0014 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

8 - 319000.00.00.0014 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir às presentes suplementações, correrão à conta do superávit financeiro apurado no

exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2008 (Anexo). (Fonte de recursos 114).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 28 de setembro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 1337/2009, de 28 de setembro de 2009 DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2008

Ativo Financeiro	1.073.060,68
(-) Passivo Financeiro	(229.405,33)
Superávit Financeiro	843.655,35

Deduções:

Decreto n.º 1282/2009 – 08/01/2009.....	60.000,00
Decreto n.º 1294/2009 – 17/02/2009.....	241.000,00
Decreto n.º 1295/2009 – 03/03/2009.....	1.000,00
Decreto n.º 1298/2009 – 20/03/2009.....	20.000,00
Decreto n.º 1302/2009 – 14/04/2009.....	9.911,44
Decreto n.º 1317/2009 – 22/06/2009.....	30.000,00
Decreto n.º 1318/2009 – 26/06/2009.....	13.000,00
Decreto n.º 1325/2009 – 22/07/2009.....	110.000,00
Decreto n.º 1326/2009 – 29/07/2009.....	35.000,00
Decreto n.º 1332/2009 – 25/08/2009.....	15.000,00
Decreto n.º 1337/2009 – 28/09/2009.....	50.000,00
Saldo	258.743,91

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2008– Anexo 14

Decreto 1338/2009

DECRETO 1338, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1172, de 29 de dezembro de 2008 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais) para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV. 2.016 – MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

54 - 339000.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 12.200,00

PROJ/ATIV. 2.017 – MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL E CONTRIBUIÇÕES

56 - 339000.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir às presentes suplementações, correrão à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2008 (Anexo). Fonte recurso 100.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 29 de setembro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 1338/2009, de 29 de setembro de 2009

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Exercício de 2008

Ativo Financeiro 1.073.060,68

(-) Passivo Financeiro (229.405,33)

Superávit Financeiro 843.655,35

Deduções:

Decreto n.º 1282/2009 – 08/01/2009..... 60.000,00

Decreto n.º 1294/2009 – 17/02/2009.....241.000,00

Decreto n.º 1295/2009 – 03/03/2009..... 1.000,00

Decreto n.º 1298/2009 – 20/03/2009..... 20.000,00

Decreto n.º 1302/2009 – 14/04/2009..... 9.911,44

Decreto n.º 1317/2009 – 22/06/2009..... 30.000,00

Decreto n.º 1318/2009 – 26/06/2009..... 13.000,00

Decreto n.º 1325/2009 – 22/07/2009.....110.000,00

Decreto n.º 1326/2009 – 29/07/2009..... 35.000,00

Decreto n.º 1332/2009 – 25/08/2009..... 15.000,00

Decreto n.º 1337/2009 – 29/09/2009..... 50.000,00

Decreto n.º 1338/2009 – 29/09/2009..... 22.200,00

Saldo 236.543,91

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2008– Anexo 14

Forquilha

Prefeitura Municipal

Lei Nº 1483

LEI Nº 1483, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR OS BENS IMÓVEIS QUE RELACIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha/SC, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alienar, mediante licitação, os seguintes bens imóveis:

I – um terreno urbano com 364,50 m² de área de terra nua, Lote nº. 4, Quadra C, localizado na Rua Apolônia Back, Loteamento Steiner, Centro, Forquilha/SC, matriculado sob o nº. 24306, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, avaliado em R\$ 95.025,15 (noventa e cinco mil vinte e cinco reais e quinze centavos);

II – um terreno urbano com 962,60 m² de área de terra nua, localizado na Rua 181, esquina com a Rua 185, Loteamento Casagrande, Bairro Clarissas, Forquilha/SC, matriculado sob o nº. 3.117, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, avaliado em R\$ 80.088,32 (oitenta mil oitenta e oito reais e trinta e dois centavos);

III – um terreno urbano com 1149,13 m² de área de terra nua, localizado na Rua Hilda Ricken Martins, Bairro Santa Ana, Forquilha/SC, matriculado sob o nº. 4.664, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, avaliado em R\$ 120.084,08 (cento e vinte mil oitenta e quatro reais e oito centavos);

IV – um terreno urbano com 409,20 m² de área de terra nua,

localizado na Rua Monteiro Lobato, Bairro Santa Ana, Forquilha/SC, matriculado sob o nº. 63.457, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, avaliado em R\$ 40.019,76 (quarenta mil dezenove reais e setenta e seis centavos);

Parágrafo único. Os bens referidos no caput deste artigo foram avaliados pela Comissão Municipal de Avaliação.

Art. 2º. Concretizadas as alienações, serão procedidas as devidas baixas no Inventário dos bens patrimoniais do Município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha, 29 de setembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 29 de setembro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de administração e Finanças

Extrato do Termo Aditivo FMS 002/2009

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS 002/2009

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 001/2009

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

DO OBJETO - execução das obras de Construção da Unidade de Saúde Central, localizada na Rua Ivo Manoel Mezari do Bairro Santa Ana Forquilha – SC, com fornecimento de material e mão de obra.

DO VALOR: O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 8.533,12 (oito mil quinhentos e trinta e três reais e doze centavos) do Contrato FMS nº 001/2009 para maior, haja vista que, devido a serviços adicionais por modificação do projeto e necessidade de obras, se faz necessário o acréscimo de alguns serviços, conforme laudo do Engenheiro Civil Ademar João Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 22/09/2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 157/2009

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 157/2009.

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRATADO – SAFRABON PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

DO OBJETO – contratação de empresa para construção da sede própria do CRAS – Centro de Referência e Assistência Social, com área de 169,19 m², na Rua João Pedro Saturno, Bairro Saturno, no município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 145.103,66 (cento e quarenta e cinco mil cento e três reais e sessenta e seis centavos).

VIGÊNCIA – 240 (duzentos e quarenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta Convite 92/PMF/2009.

DATA DA ASSINATURA – 24 de setembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Errata - Contratos Provenientes do Pregão Nº 16/ FMS/2009

ERRATA

CONTRATOS PROVENIENTES DO PREGÃO Nº. 16/FMS/2009

Nos extratos de contratos nº. 56, 57, 58, 59, 60, 61 e 62, provenientes do Processo Licitatório, Pregão Presencial 16/FMS/2009, do Município de Forquilha, publicados no Diário Oficial dos Municípios na internet em 10 de setembro de 2009, onde "se lê": OBJETO – aquisição de medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC... "leia-se": OBJETO – aquisição de materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

Feita a retificação acima, ficam todos os interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei vigente.

Forquilha, 01 de outubro de 2009.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

Errata - Contratos Provenientes do Convite Nº 17/ FMS/2009

ERRATA

CONTRATOS PROVENIENTES DO CONVITE Nº. 17/FMS/2009

Nos extratos de contratos nº. 52, 53, 54 e 55, provenientes do Processo Licitatório, Carta Convite 17/FMS/2009, do Município de Forquilha, publicados no Diário Oficial dos Municípios na internet em 14 de agosto de 2009, onde "se lê": OBJETO – aquisição de medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC... "leia-se": OBJETO – aquisição de materiais de limpeza, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.

Feita a retificação acima, ficam todos os interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei vigente.

Forquilha, 01 de outubro de 2009.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

Garopaba

Prefeitura Municipal

Lei Municipal Nº 1.344/2009

LEI N.º 1.344, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 60.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	60.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	60.000,00
10301252.045 - Funcionamento e Manutenção do Setor Saúde	60.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ \$ 60.000,00 (sessenta mil reais), correrão por conta da

anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL	60.000,00
013112.001 - Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal	60.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Setembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Decreto do Executivo Nº 105/2009

DECRETO Nº 105, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 60.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.344, de 30 de setembro de 2009 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	60.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	60.000,00
10301252.045 - Funcionamento e Manutenção do Setor Saúde	60.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ \$ 60.000,00 (sessenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL	60.000,00
013112.001 - Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal	60.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Setembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Decreto do Executivo Nº 106/2009

DECRETO N.º 106, DE 01 DE OUTUBRO DE 2009.

DEFINE AUDIÊNCIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n.º 717/ 2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica definida a realização de Audiência Pública com objetivo de discutir o processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA para o Exercício de 2010, no dia 13 de outubro de 2009, às 09:30 horas, no Auditório da Escola Municipal Pinguirito, à Rua Vice-Prefeito João Nicomedes Lentz, n.º 1.353, Pinguirito, Garopaba, Santa Catarina.

Art. 2º. A Audiência será coordenada pelo Senhor Huribi Alexandrina, Secretário Municipal de Finanças, juntamente com

comissão formada por 02 (dois) representantes designados pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º. Ficam as entidades civis organizadas do Município de Garopaba, NOTIFICADAS a indicar seus delegados representantes de 02/10 à 13/10/2009, por escrito, com entrega no Protocolo da Prefeitura Municipal ou no local da Audiência, conforme Comunicado anexo ao presente Decreto.

Art. 4º. A Audiência será aberta a qualquer munícipe interessado.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Outubro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 02/10/2009, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária de Administração em Exercício

ANEXO ÚNICO - DECRETO Nº 106/2009

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, em cumprimento ao disposto no artigo 48, parágrafo único da Lei Complementar n.º 101/2001 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e Lei Municipal n.º 717/2001, COMUNICA a realização, e CONVIDA as entidades civis organizadas e a população em geral, a comparecerem a AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 09:30 horas, do dia 13 de Outubro de 2009, no Auditório da Escola Municipal Pinguirito, à Rua Vice-Pref. João N. Lentz, 1353 - Pinguirito, com o objetivo de discutir o processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o Exercício de 2010.

Por este ato, ficam as entidades civis organizadas do Município de Garopaba NOTIFICADAS, a indicar seus delegados representantes de 02/10 à 13/10/2009, por escrito, com entrega na Protocolo da Prefeitura Municipal, à Praça Governador Ivo Silveira, 296, de segunda a sexta-feira, no horário de 13:00 às 19:00 horas, ou no local e data da Audiência.

Garopaba, 01 de outubro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Aviso de Dispensa de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 104/2009; DP nº. 46/2009; Contrato nº. 62/2009; Contratada: Betha Sistemas Ltda; Objeto: Locação, em caráter emergencial, da licença de uso dos sistemas de Compras e Licitações, Folha de Pagamento e Contabilidade para Câmara Municipal, Contabilidade e Folha para Instituto de Previdência Social, Tributos e Web, Contabilidade, Tesouraria, Tributação, Compras e Licitações, Folha, Patrimônio, Ponto eletrônico e Frotas para a Prefeitura Municipal, Contabilidade para Fundação Cultural e Contabilidade, Compras e Licitações e Tesouraria para

o Fundo Municipal de Saúde, bem como suporte técnico na operacionalização destes sistemas;

Valor: R\$ 15.601,35 (Quinze mil seiscentos e um reais e trinta e cinco centavos);

Prazo: 90 (noventa) dias;

Data da Assinatura: 28/09/2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em exercício

Garuva

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 010/2009

CÂMARA DE VEREADORES DE GARUVA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 010/2009

PROCESSO nº 003/2009

MODALIDADE: Dispensa de Licitação

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Garuva

CONTRATADO: Euclides Felippi

OBJETO: Um terreno situado no quadro urbano de Garuva-SC, fazendo frente ao norte com a Rua Castro Alves, em 13,57 metros; tendo de fundos em ambos os lados 29,00 metros, confrontando pelo lado direito e tanto pelo lado esquerdo com terras de Odete Cidral Ferrazza, travessão dos fundos ao sul, em 13,57 metros, confrontando com terras de Margarida Severiano, perfazendo área total de 393,53 metros quadrados. Localizado a uma distância de 30,00 metros da esquina com a Avenida Celso Ramos, pelo lado direito. Edificado com um sobrado de dois pavimentos, com área construída de 295 metros quadrados. O imóvel está matriculado sob o n. 75.547, da 1ª Circunscrição Imobiliária de Joinville-SC; e Um terreno situado no quadro urbano do município de Garuva, fazendo frente ao sul com a Rua Papa João XXIII, com 13,57 metros de extensão de frente e 29 metros de extensão dos lados, contendo área total de 393,53 m². O imóvel está matriculado sob o n. 75.689, da 1ª Circunscrição Imobiliária de Joinville-SC.

VALOR: R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 22/09/2009

LOURIVAL SCHMIDT

Presidente da Câmara de Vereadores de Garuva

Gaspar

Prefeitura Municipal

Lei Nº 3.142/09

LEI Nº. 3.142, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 3.047, DE 3 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DENOMINA VIAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE GASPAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I, do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº. 3.047, de 3 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - extensão de 120,00m (cento e vinte metros). (NR)"

Art. 2º O parágrafo único, do artigo 7º, da Lei nº. 3.047, de 3 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. [...]:

I - extensão de 200,00m (duzentos metros);

II - largura de 6,00m (seis metros); e

III - caixa de rolamento de 6,00m (seis metros). (NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 1º de outubro de 2009
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº 3.143/09

LEI Nº. 3.143, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.

DENOMINA VIAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Alberto Block a via que tem início na Rua Pedro José Bergamo, lado direito, distante 500,00m (quinhentos metros) da Rua Itália, Bairro Alto Gasparinho.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I – extensão de 130,00m (cento e trinta metros);

II – largura de 12,00m (doze metros);

III – caixa de rolamento de 8,00m (oito metros); e

IV – passeio de 2,00m (dois metros) de cada lado da via.

Art. 2º Fica denominada de Rua Antônio Sansão a via que inicia no final da Rua 1º de Janeiro, lado direito, distante 300,00m (trezentos metros) da Rua 7 de Setembro, sendo a Rua "B" do Loteamento Alfredo Bernz, Bairro Sete de Setembro.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I – extensão de 105,30m (cento e cinco metros e trinta centímetros);

II – largura de 12,00m (doze metros);

III – caixa de rolamento de 8,00m (oito metros); e

IV – passeio de 2,00m (dois metros) de cada lado da via.

Art. 3º Fica denominada de Rua Cezar Blank a via que tem início na Rua Artur Poffo, lado esquerdo, distante 290,00m (duzentos e noventa metros) da Rua Álvaro Fernando Wandalen, Bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I – extensão de 153,00m (cento e cinquenta e três metros);

II – largura de 8,00m (oito metros);

III – caixa de rolamento de 6,00m (seis metros); e

IV – passeio de 1,00m (um metro) de cada lado da via.

Art. 4º Fica denominada de Rua Daniel Alves a via que tem início na Rua Geral Poço Grande, lado direito, após 310,00m (trezentos e dez metros) da Capela São Braz, Bairro Lagoa.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I – extensão de 175,00m (cento e setenta e cinco metros);

II – largura de 12,00m (doze metros);

III – caixa de rolamento de 8,00m (oito metros); e

IV – passeio de 2,00m (dois metros) de cada lado da via.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 1º de outubro de 2009
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº 3.144/09

LEI Nº. 3.144, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE DENOMINADA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO MÁRIO PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada Centro de Desenvolvimento Comunitário Mário Pedro dos Santos Júnior, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 07.034.642/0001-50.

Art. 2º À entidade beneficiada com a presente Lei são conferidos os benefícios previstos na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 1º de outubro de 2009
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Portaria Nº 1.985/09

PORTARIA Nº. 1.985, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 01/2009, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO RELATIVAS A VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO SAMUSA – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE GASPAR, QUE, À ÉPOCA DA AUTUAÇÃO, ESTAVA CEDIDO À SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, a partir de 1º de outubro de 2009, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº. 01/2009, instaurada para apurar a responsabilidade por infrações de trânsito relativas a veículo de propriedade do SAMUSA – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar, que, à época da autuação, estava cedido à Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 1º de outubro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Herval D'Oeste

Prefeitura Municipal

Portaria Nº 739/2009

PORTARIA Nº 739/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 0124/2001, e demais legislações pertinentes.

RESOLVE:

Contratar em Caráter Emergencial, o Senhor VAGNER DE OLIVEIRA, (Matr. 3069), a partir de 30 de setembro de 2009,

para exercer as funções do Cargo de Professor, Nível/Referência 2/A, anexo III da LC 189/2005, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para atuar junto ao GEM Prof. Adolfo Becker, disciplina de Educação Física, Ensino Fundamental, em substituição à Servidora Fernanda Marquenze Mott, enquanto perdurar o afastamento da mesma, sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), 30 de setembro de 2009
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Imbituba

Câmara de Vereadores

Ato da Presidência Nº 39/09

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 39/09

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 33ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 05 de outubro de 2009 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
	PDL nº 010/09	10/09/09	Poder Legislativo	Mesa Diretora	Dispõe sobre a homologação do pronunciamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento, expressado através do Ofício CMD nº 018/2008, objeto do processo administrativo nº 15.536/2008, na forma do art. 1º da Lei nº 3.265, de 20 de dezembro de 2007, alterada pela Lei nº 3.416, de 18 de dezembro de 2008.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
101	PL nº 3.803/09	17/09/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Altera a redação do Art. 3º, da Lei nº 3.023, de 11 de janeiro de 2007 e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
104	PL nº 3.804/09	21/09/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Autoriza o Município, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a firmar termo de convênio com a Confederação Brasileira de Handebol e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 3.805/09	21/09/09	Poder Legislativo	Elísio Sgrott	Declara de Utilidade Pública à Liga das Escolas de Samba de Imbituba – LESI, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 3.807/09	28/09/09	Poder Legislativo	Jesiel Oliveira Antulino	Declara de Utilidade Pública à Associação de Pais e Professores (APP) da Creche Municipal Clara Heitich Soares.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
105	PL nº 3.808/09	29/09/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COM-DEC) do município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PDL nº 11/09	30/09/09	Poder Legislativo	Mesa Diretora	Dispõe sobre o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 3.793, de 17 de agosto de 2009, que visa instituir o Programa Participativo de Pavimentação Viária Municipal – PRO-PAV e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
043	PLC nº 156/09	04/05/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre o Serviço de Táxi no município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Simples	1ª	1ª
	PLC nº 162/09	31/08/09	Poder Legislativo	Christiano Lopes de Oliveira	Altera a Lei Complementar nº 377 que Institui o Código de Obras do Município de Imbituba/SC.	Ordinário	1ª	1ª
98	PL nº 3.798/09	09/09/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Cria o Conselho Municipal da Juventude - COMJUV e dá outras providências.	Ordinário	1ª	1ª
99	PL nº 3.799/09	09/09/09	Poder Executivo	José Roberto Martins	Institui o Conselho Municipal de Segurança Pública de Imbituba – COMUSEPI e dá outras providências.	Ordinário	1ª	1ª



	Moção nº 10/09	15/09/09	Poder Legislativo	Zeli Pires	Moção de Congratulação à Fanfarra da Escola de Educação Básica Prof. André Antonio de Souza, do bairro Roça Grande.	Ordinário	Única	Única
	Moção nº 11/09	21/09/09	Poder Legislativo	Elísio Sgrott	Moção de Congratulação ao Senhor Adelino José da Matta.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005)

Gabinete da Presidência, 01 de outubro de 2009.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente

LUIZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA
Vice-Presidente

ELÍSIO SGROTT
Primeiro-Secretário

ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Segundo-Secretário

Irineópolis

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 1948

DECRETO Nº 1948, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.

CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, Estado de Santa Catarina, WANDERLEI LEZAN, no uso de suas atribuições e com amparo na LEI ORGÂNICA MUNICIPAL e considerando o disposto na Portaria Ministerial nº.46, de 10 de Julho de 2009, que convoca a II Conferência Nacional de Cultura e torna público seu Regimento Interno,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica convocada a I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis, a realizar-se no dia 22 de outubro de 2009, sob a coordenação da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º - A I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis é etapa integrante da II Conferência Estadual de Cultura do estado de Santa Catarina e da II Conferência Nacional de Cultura e realizará seus trabalhos a partir do tema central: "Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento".

Art. 3º - A I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis, tem por objetivos:

- I - Discutir a cultura e o turismo do município nos seus aspectos da memória, de produção simbólica, da gestão, da participação social e da plena cidadania;
- II - Propor estratégias para o fortalecimento da cultura e turismo como centro dinâmico do desenvolvimento sustentável;
- III - Promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e demais protagonistas da cultura e do turismo, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;
- IV - Propor estratégias para universalizar o acesso dos habitantes de Irineópolis à produção e à fruição dos bens e serviços culturais e turísticos;
- V - Propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura e turismo;

VI - Aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;

VII - Fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e ativistas culturais e turísticos;

VIII - Propor estratégias para a implantação dos Sistemas Nacional, Estadual e Municipal de Cultura e Turismo e dos Sistemas de Informações e Indicadores Culturais e Turísticos;

IX - Coletar subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Cultura e Turismo;

X - Eleger os delegados municipais para a etapa territorial da III Conferência Estadual de Cultura a ser realizada em data e local definidos pela Secretaria de Cultura do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: a eleição dos delegados aludidos no inciso X deste artigo será realizada em plenária, conforme critérios definidos no regulamento da I Conferência Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 4º - A I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis será presidida pelo Prefeito Municipal e, na sua ausência ou impedimento, pelo Secretário Municipal da Educação.

Art. 5º - As despesas para realização da I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis, bem como as de participação dos delegados municipais, nas etapas estadual da Conferência Estadual de Cultura, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no Orçamento Anual do Município para o corrente exercício, ou serão custeadas através de colaborações provenientes de pessoas, instituições e órgãos parceiros.

Art. 6º - Fica o Secretário Municipal da Educação autorizado a:

- I – aprovar e fazer publicar o Regulamento da I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis, após apreciação pelo Conselho Municipal de Cultura e Turismo, quando houver;
- II – exercer a coordenação executiva da I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis; e,
- III - dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Irineópolis (SC), 30 de setembro de 2009.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Portaria N° 223/2009

PORTARIA N° 223/2009, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.

APROVA O REGULAMENTO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal da Educação do Município de Irineópolis, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto n° 1948 de 30 de setembro de 2009, que convoca a I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis e o Regulamento da III Conferência Estadual de Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regulamento da I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º - A I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis, será realizada em 22 de outubro de 2009.

Art. 3º - Fica a Secretaria Municipal da Educação responsável pelas providências operacionais para a realização da I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis.

Art. 4º Os casos omissos e conflitantes do Regulamento da I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis serão decididos pelo Secretário Municipal da Educação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 30 de setembro de 2009.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação

Coordenadora Executiva da I Conferência Municipal de cultura e Turismo de Irineópolis.

ANEXO ÚNICO**REGULAMENTO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA e TURISMO DE IRINEÓPOLIS****CAPÍTULO I****DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - A I Conferência Municipal de Cultura E Turismo de Irineópolis, convocada através do Decreto nº. 1948, de 30 de setembro de 2009, é parte integrante da Conferência Estadual de Cultura do Estado de Santa Catarina e da II Conferência Nacional de Cultura, e tem por objetivos:

I - Discutir a cultura e turismo do município nos seus aspectos da memória, de produção simbólica, da gestão, da participação social e da plena cidadania;

II - Propor estratégias para o fortalecimento da cultura e do turismo como centro dinâmico do desenvolvimento sustentável;

III - Promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e demais protagonistas da cultura e do turismo, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

IV - Propor estratégias para universalizar o acesso dos habitantes de Irineópolis à produção e à fruição dos bens e serviços culturais e turísticos;

V - Propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura e turismo;

VI - Aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;

VII - Fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e

redes de artistas, agentes, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e atividades culturais e turísticos;

VIII - Propor estratégias para a implantação dos Sistemas Nacional, Estadual e Municipais de Cultura e Turismo e dos Sistemas de Informações e Indicadores Culturais e Turísticos;

IX - Coletar subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Cultura e do Turismo;

X - Eleger os delegados municipais para a etapa territorial da III Conferência Estadual de Cultura a ser realizada em data e local definidos pela Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: a eleição dos delegados aludidos no inciso X deste artigo será realizada em plenária, conforme critérios definidos no regulamento da I Conferência Municipal de Cultura e do Turismo.

CAPÍTULO II**DO TEMÁRIO**

Art. 2º - A I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis, realizará seus trabalhos a partir do tema geral da II Conferência Nacional de Cultura: "Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento".

§ 1º - O diálogo sobre o tema deverá ser desenvolvido de modo a articular as políticas de cultura e turismo e suas diretrizes em todos os níveis federativos de maneira transversal.

§ 2º - O temário será subsidiado por textos-base, elaborados pelo Ministério da Cultura ou pelo Município, a partir de eixos e sub-eixos temáticos.

§ 3º - As proposições de âmbito municipal constituirão subsídio para a elaboração do Plano Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis.

Art. 3º - Constituirão eixos e sub-eixos temáticos da I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis:

I – PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL

Foco: produção de arte e de bens simbólicos, promoção de diálogos inte-culturais, formação no campo da cultura e turismo e democratização da informação.

- Produção de Arte e Bens Simbólicos
- Convenção da Diversidade e Diálogos Interculturais
- Cultura, Turismo, Educação e Criatividade
- Cultura, Turismo, Comunicação e Democracia.

II - CULTURA, CIDADE E CIDADANIA

Foco: cidade como espaço de produção, intervenção e trocas culturais, garantia de direitos e acesso a bens culturais e turísticos.

- Cidade como Fenômeno Cultural
- Memória e Transformação Social
- Acesso, Acessibilidade e Direitos Culturais

III - CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Foco: a importância estratégica da cultura e do turismo no processo de desenvolvimento.

- Centralidade e Transversalidade da Cultura
- Cultura e Turismo, Território e Desenvolvimento Local
- Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Turismo

IV - CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Foco: economia criativa como estratégia de desenvolvimento.

- Financiamento da Cultura
- Sustentabilidade das Cadeias Produtivas da Cultura e do Turismo
- Geração de Trabalho e Renda

V - GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA

Foco: fortalecimento da ação do Estado e da participação social no campo da cultura e do turismo.

- Sistemas Nacional, Estaduais e Municipais de Cultura e Turismo
- Planos Nacional, Estaduais, Municipais, Regionais e Setoriais de

Cultura e Turismo

- Sistemas de Informações e Indicadores Culturais e Turísticos.

CAPÍTULO III**DA REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Art. 4º - A I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis será realizada no dia 22 de outubro de 2009 e terá caráter mobilizador, propositivo e eletivo.

Art. 5º - A I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis, será presidida pelo Prefeito Municipal e, na sua ausência ou impedimento, pelo Secretário Municipal da Educação.

Art. 6º - Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis) contará com a Comissão Organizadora Municipal que será composta por 20 (vinte) membros, entre representantes do poder público municipal e entidades não governamentais, assim definidos:

I – Representantes da Área Governamental

- a) 03 (quatro) representantes das Escolas da Rede Municipal da Ensino;
- b) 02 (dois) representantes das Escolas da Rede Estadual de Ensino;
- c) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal da Educação;
- d) 02 (dois) representantes do Departamento Municipal da Cultura e do Turismo.
- e) 01 (um) representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

II – Representantes de Instituições Convidadas:

- a) 03 (três) representantes das Associações de Turismo do Município;
- b) 02 (dois) representantes dos Grupos de Terceira Idade;
- c) 02 (dois) representantes das Associações de Moradores do Município;
- d) 01 (um) representante da Igreja Católica no Município;
- e) 01 (um) representante da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Município.

Parágrafo único. A Coordenação Geral da Comissão Organizadora Municipal será exercida pelo titular da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 7º - Compete à Comissão Organizadora Municipal, respeitadas as definições deste Regulamento e do Regulamento da II Conferência Nacional de Cultura:

- I – propor critérios de participação da sociedade civil,
- II - definir, local, pauta e programação da Conferência; e
- III - estabelecer as regras adicionais, realizar as articulações necessárias e programar as condições de organização da Conferência Municipal.

§ 1º - A Comissão Organizadora Municipal enviará ao Comitê Executivo Nacional e ao Comitê Executivo Estadual as informações relacionadas aos incisos I e II deste artigo, até o dia 12 de outubro de 2009.

§ 2º - Os Eixos Temáticos da Conferência Municipal irão contemplar o temário nacional, sem prejuízo das questões locais.

§ 3º - A Comissão Organizadora Municipal enviará à Comissão Organizadora Estadual o Relatório Final, bem como a relação dos delegados que serão inscritos para etapa Territorial, em formulário definido pela Secretaria de Cultura, obedecendo ao prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a realização da conferência Municipal.

Art. 8º - As despesas para realização da I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis, bem como as de participação dos delegados municipais nas etapas territorial e estadual da III Conferência Estadual de Cultura, correrão por conta de dotações

próprias, consignadas no Orçamento Anual do Município para o corrente exercício, ou serão custeadas através de colaborações provenientes de pessoas, instituições e órgãos parceiros.

CAPÍTULO IV**DOS PARTICIPANTES**

Art. 9º - A I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis, será integrada por artistas, agentes e produtores, grupos e entidades culturais e turísticas, pontos de cultura e turismo, professores e estudantes, representações de movimentos relacionados à promoção da cultura, da paz, da juventude, do meio ambiente, do turismo, do desenvolvimento social, comunidade indígenas e quilombolas, bem como pessoas interessadas em contribuir com o processo de formulação e implementação de políticas culturais.

Art. 10. - A I Conferência Municipal de Cultura e Turismo de Irineópolis, terá direito ao número de delegados para a etapa estadual conforme o disposto do Regulamento da II Conferência Nacional.

Art. 11. - A escolha de delegados municipais para a etapa da Conferência Estadual de Cultura levará em consideração a proporção de 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público.

Art. 12. - O número de delegados a serem eleitos deve corresponder a percentual do número de participantes na Conferência Municipal, conforme previsto no Regimento Interno da II Conferência Nacional de Cultura, assim definido:

Quantitativo de Participantes N° de Delegados para a Conferência Estadual

De 25 a 500 5% do número de participantes

Acima de 500 25 Delegados

§ 1º - Para cada delegado titular selecionado deverá ser indicado um suplente correspondente, que será credenciado perante comprovada ausência do titular.

§ 2º - A eleição de representações da sociedade civil deverá recair preferencialmente dentre pessoas com efetiva participação e contribuição para a cultura no município, no território ou no estado, devendo pertencer a segmentos diversos.

§ 3º - As indicações de representação dos Poderes Públicos deverão recair, preferencialmente, em pessoas que atuem em órgãos ou comissões municipais relacionados à cultura.

Art. 13. - Para que a Conferência Municipal seja válida para a etapa Estadual e perante a II Conferência Nacional de Cultura será necessária a comprovação de quorum mínimo de 25 (vinte e cinco) participantes, com representação da sociedade civil e da área governamental.

Luzerna**Prefeitura Municipal****Lei 858**

LEI Nº 858 DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir

financeiramente com a ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade o desenvolvimento cultural, através das mais diversas manifestações, como, danças, teatro, canto coral, língua alemã e toda e qualquer atividade voltada ao resgate da tradição germânica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.590.552/0001-05, com sede neste Município de Luzerna(SC), para o desempenho das atividades culturais inerentes à entidade.

§1º- O auxílio financeiro será da ordem de R\$ 3.000,00 (três mil reais), correndo as despesas por conta da dotação orçamentária vigente nº 08.0802.13.392.0046.2037 - Apoio para Difusão Cultural - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

§2º- A entidade deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos.

Art.2º- O valor do auxílio financeiro será liberado segundo a disponibilidade financeira do Município, cabendo a entidade efetuar a prestação de contas dos recursos recebidos em até 60 (sessenta) dias da sua liberação, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2009.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de setembro de 2009.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei 859

LEI Nº 859 DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com a ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a integração do Brasil com a Itália, bem como outros países nos quais se destacam as colônias italianas sob as suas modalidades, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.221.986/0001-55, com sede neste Município de Luzerna(SC), para o desempenho das atividades culturais inerentes à entidade.

§1º- O auxílio financeiro será da ordem de R\$ 3.000,00 (três mil reais), correndo as despesas por conta da dotação orçamentária vigente nº 08.0802.13.392.0046.2037 - Apoio para Difusão Cultural - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

§2º- A entidade deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos.

Art.2º- O valor do auxílio financeiro será liberado segundo a disponibilidade financeira do Município, cabendo a entidade efetuar a prestação de contas dos recursos recebidos em até 60 (sessenta) dias da sua liberação, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2009.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de setembro de 2009.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei 860

LEI Nº 860 DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com o CIRCOLO TRENTINO DI LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade geral manter vivas as tradições e os costumes da região de Trento, Itália, mediante o intercâmbio cultural, artístico, reuniões, festejos e comemorações folclóricas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.504.313/0001-26, com sede neste Município de Luzerna(SC), para o desempenho das atividades culturais inerentes à entidade.

§1º- O auxílio financeiro será da ordem de R\$ 3.000,00 (três mil reais), correndo as despesas por conta da dotação orçamentária vigente nº 08.0802.13.392.0046.2037 - Apoio para Difusão Cultural - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

§2º- A entidade deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos.

Art.2º- O valor do auxílio financeiro será liberado segundo a disponibilidade financeira do Município, cabendo a entidade efetuar a prestação de contas dos recursos recebidos em até 60 (sessenta) dias da sua liberação, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2009.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de setembro de 2009.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei 861

LEI Nº 861 DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com o CORAL SÃO MATEUS, entidade cultural, artística e recreativa, sem fins lucrativos, que objetiva criar, apoiar e promover todas as iniciativas para desenvolver e difundir a cultura e a arte na comunidade de Luzerna e nas comunidades vizinhas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.462.517/0001-76, com sede neste Município de Luzerna(SC), para o desempenho das atividades culturais inerentes à entidade.

§1º- O auxílio financeiro será da ordem de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), correndo as despesas por conta da dotação orçamentária vigente nº 08.0802.13.392.0046.2037 - Apoio para Difusão Cultural - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

§2º- A entidade deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos.

Art.2º- O valor do auxílio financeiro será liberado segundo a

disponibilidade financeira do Município, cabendo a entidade efetuar a prestação de contas dos recursos recebidos em até 60 (sessenta) dias da sua liberação, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2009.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de setembro de 2009.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei 862

LEI Nº 862 DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com o CORAL UNIDOS EM CRISTO, sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva o cultivo da música e do canto e proporcionar aos sócios atividades culturais e artísticas de forma amadorista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.635.204/0001-38, com sede na Linha do Salto, neste Município de Luzerna(SC), para o desempenho das atividades culturais inerentes à entidade.

§1º- O auxílio financeiro será da ordem de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), correndo as despesas por conta da dotação orçamentária vigente nº 08.0802.13.392.0046.2037 - Apoio para Difusão Cultural - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

§2º- A entidade deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos.

Art.2º- O valor do auxílio financeiro será liberado segundo a disponibilidade financeira do Município, cabendo a entidade efetuar a prestação de contas dos recursos recebidos em até 60 (sessenta) dias da sua liberação, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2009.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de setembro de 2009.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei 863

LEI Nº 863 DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com o CORAL VOZES DE LUZERNA, sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva o cultivo da música e do canto e proporcionar aos sócios atividades culturais e artísticas de forma amadorista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.315.341/0001-55, com sede neste Município de Luzerna(SC), para o desempenho das atividades culturais inerentes à entidade.

§1º- O auxílio financeiro será da ordem de R\$ 3.000,00 (três mil reais), correndo as despesas por conta da dotação orçamentária vigente nº 08.0802.13.392.0046.2037 - Apoio para Difusão Cultural - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

§2º- A entidade deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos.

Art.2º- O valor do auxílio financeiro será liberado segundo a disponibilidade financeira do Município, cabendo a entidade efetuar a prestação de contas dos recursos recebidos em até 60 (sessenta) dias da sua liberação, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2009.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de setembro de 2009.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1127

DECRETO Nº 1127 DE 28 DE SETEMBRO DE 2009.

"DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), AFETADA POR VENDAVAL E CHUVAS INTENSAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o art. 9º, inciso XXXII, da Lei Orgânica do Município de Luzerna, pelo art.17 do Decreto Federal nº 5.376 de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925 de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924 de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil, e;

CONSIDERANDO QUE:

- o vendaval acompanhado de chuva intensa com elevada precipitação pluviométrica, ocorridos nos dias 26 a 28 de setembro de 2009, atingindo todo o Município, área urbana e rural, conforme Mapas das áreas afetadas, anexos ao presente Decreto;

- como consequências deste desastre resultaram os danos materiais e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo grau de vulnerabilidade socioeconômico do município e pelo despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art.1º.Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo Único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área afetada, anexos a este Decreto.

Art.2º. Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art.3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as

ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo Único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único - O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Luzerna(SC), 28 de setembro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Massaranduba

Prefeitura Municipal

Pregão N° 17/2009 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 22/2009
PREGÃO PRESENCIAL N°. 17/2009-FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de diversos medicamentos para distribuição pelo Programa Estratégia da Saúde da Família nos Postos de Saúde do Interior do Município de Massaranduba (SC). ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:15 hs do dia 16/10/2009 CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30 hs do dia 16/10/2009.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 7:30 as 11:30 hs e das 13:00 as 17:00 hs ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 30 de Setembro de 2009.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Pregão N° 18/2009 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 23/2009
PREGÃO PRESENCIAL N°. 18/2009-FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de diversos medicamentos para Farmácia Básica dos Postos de Saúde Municipais do Município de Massaranduba (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 10:00 hs do dia 16/10/2009 CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10:15 hs do dia 16/10/2009.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 7:30 as 11:30 hs e das 13:00 as 17:00 hs ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 30 de Setembro de 2009.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Meleiro

Prefeitura Municipal

Portaria N° 243/2009

PORTARIA N.º 243/2009

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, a servidora SANDRA SIMON PEREIRA, ocupante do cargo de Tesoureira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto a Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Setembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Paulo Lopes

Prefeitura Municipal

Lei N° 1348/2009

LEI N°1348 DE 01 DE OUTUBRO DE 2009.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL ANTI-DROGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município de que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal Anti-drogas, ao qual compete:

I. Formular, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a política municipal anti-drogas, harmonizando-a com o sistema nacional e estadual de prevenção, tratamento, recuperação de dependentes, fiscalização e repressão ao uso de substâncias psicoativas, lícitas e ilícitas;

II. Coordenar as ações dos setores relacionados à prevenção, tratamento, fiscalização e repressão ao uso e abuso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, que atuam no município, sempre em consonância com as ações e determinações do Conselho Estadual e Conselho Nacional Anti-drogas;

III. Propor procedimentos da administração pública nas áreas de

prevenção, tratamento e fiscalização do uso e abuso de substâncias psicoativas lícitas, ilícitas e fazer o acompanhamento das atividades do sistema de repressão voltadas para o controle destas substâncias;

IV. Estimular pesquisas, promover palestras e eventos visando o combate e a repressão ao tráfico, bem como a prevenção e o tratamento do uso e abuso de substância física ou psíquica;

V. Incentivar e promover, em nível municipal, a inclusão de ensinamentos referentes à substância psicoativas em cursos de formação de professores, bem como dos temas referentes às drogas em disciplinas curriculares dos ensinos fundamental e médio;

VI. Requerer e analisar informações e estatísticas disponíveis sobre ocorrências de encaminhamento de usuários e de traficantes aos diversos órgãos e as soluções dadas aquelas;

VII. Apoiar os trabalhos de Vigilância Sanitária em nível municipal, referente à produção, venda compra, manutenção em estoque, consumo e fornecimento de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica ou especializada farmacêuticas que a contenham, incluindo o controle e fiscalização de talonário de prescrição medica dessas substâncias;

VIII. Apresentar propostas para criação de leis municipais que atendam as carências detectadas por estudos específicos.

Art. 2º - O Conselho Municipal Anti-Drogas será composto pelos seguintes membros:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social;

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes;

IV – 01 (um) representante do Conselho Tutelar;

V – 01 (um) representante da Câmara de Vereadores;

VI – 01 (um) representante da Polícia Civil;

VII – 01 (um) representante da Polícia Militar;

VIII – 01 (um) representante da CDL de Paulo Lopes;

IX – 01 (um) representante da sociedade civil, indicado pelas Associações de Moradores e Conselhos Comunitários.

Parágrafo Único – A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada em nenhuma hipótese.

Art. 3º - Os membros do Conselho serão indicados pelo órgão que representam e nomeados pelo Prefeito Municipal, através de portaria, para mandato de 2 (dois) anos.

Art. 4º - O Conselho Municipal Anti-Drogas será presidido por um de seus membros, eleito pelo voto dos demais.

Art. 5º - Caberá ao Conselho elaborar seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado pelo Prefeito Municipal através de decreto.

Art. 6º - O suporte técnico e administrativo, bem como a cessão de sala para reunião do Conselho Municipal Anti-Drogas será disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, através de requerimento de seu presidente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 01 de outubro de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios e na Secretaria Municipal de Administração no dia 02/10/09.

ZENON BERTO BORGES

Secretaria M. de Administração

Lei Nº 1349/2009

LEI Nº1349 DE 01 DE OUTUBRO DE 2009

“PROÍBE O CONSUMO DE CIGARROS, CIGARRILHAS, CHARUTOS, CACHIMBOS OU DE QUALQUER OUTRO PRODUTO FUMÍGENO, DERIVADO OU NÃO DO TABACO, NA FORMA QUE ESPECIFICA”.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o projeto de Lei nº. 47/2009 e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor, nos termos do artigo 24, incisos V, VIII e XII, da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos.

Art. 2º - Fica proibido no município de Paulo Lopes, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco.

§ 1º - Aplica-se o disposto no “caput” deste artigo aos recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§ 2º - Para os fins desta lei, a expressão “recintos de uso coletivo” compreende, dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, centros comerciais, bancos e similares, supermercados, açougues, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposições, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis.

§ 3º - Nos locais previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo deverá ser afixado aviso da proibição, em pontos de ampla visibilidade, com indicação de telefone e endereço dos órgãos municipais responsáveis pela vigilância sanitária e pela defesa do consumidor.

Art. 3º - O responsável pelos recintos de que trata esta lei deverá advertir os eventuais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade, caso persista na conduta coibida, de imediata retirada do local, se necessário mediante o auxílio de força policial.

Art.4º - Tratando-se de fornecimento de produtos e serviços, o empresário deverá cuidar, proteger e vigiar para que no local de funcionamento de sua empresa não seja praticada infração ao disposto nesta lei.

Parágrafo único - O empresário omissor ficará sujeito às sanções previstas no artigo 7 desta Lei, bem como o artigo 56 da Lei federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60, sem prejuízo das sanções previstas na legislação sanitária.

Art.5º - Qualquer pessoa poderá relatar ao órgão de vigilância sanitária ou de defesa do consumidor da respectiva área de atuação, fato que tenha presenciado em desacordo com o disposto nesta lei.

§ 1º - O relato de que trata o “caput” deste artigo conterá:

1 - a exposição do fato e suas circunstâncias;

2 - a declaração, sob as penas da lei, de que o relato corresponde à verdade;

3 - a identificação do autor, com nome, prenome, número da cédula de identidade, seu endereço e assinatura.

§ 2º - A critério do interessado, o relato poderá ser apresentado por meio eletrônico, no sítio de rede mundial de computadores - “internet” dos órgãos referidos no “caput” deste artigo, devendo ser ratificado, para atendimento de todos os requisitos previstos

nesta lei.

§ 3º - O relato feito nos termos deste artigo constitui prova idônea para o procedimento sancionatório.

Art. 6º - Esta lei não se aplica:

I - aos locais de culto religioso em que o uso de produto fumígeno faça parte do ritual;

II - às instituições de tratamento da saúde que tenham pacientes autorizados a fumar pelo médico que os assista;

III - às vias públicas e aos espaços ao ar livre;

IV - às residências;

V - aos estabelecimentos específica e exclusivamente destinados ao consumo no próprio local de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, desde que essa condição esteja anunciada, de forma clara, na respectiva entrada.

Parágrafo único - Nos locais indicados nos incisos I, II e V deste artigo deverão ser adotadas condições de isolamento, ventilação ou exaustão do ar que impeçam a contaminação de ambientes protegidos por esta lei.

Art. 7º - O não-cumprimento desta Lei sujeitará o estabelecimento comercial infrator às seguintes penalidades:

I - advertência escrita, na primeira atuação;

II - multa no valor de 05 (cinco) salários mínimos, na segunda atuação;

III - multa no valor de 25 (vinte e cinco) salários mínimos, na terceira atuação; e

IV - suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento comercial, na quarta atuação.

§1º O dispositivo nos incisos do "caput" deste artigo será aplicado pelo órgão competente do Município à administração geral do estabelecimento comercial infrator.

§2º Sujeitado o estabelecimento à suspensão do alvará de funcionamento, essa será mantida enquanto persista no não-cumprimento do disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei.

§3º O início da aplicação das penalidades será precedido de ampla campanha educativa, realizada pelo Município de Paulo Lopes nos meios de comunicação, como jornais, revistas, rádio e televisão, para esclarecimento sobre os deveres, proibições e sanções impostos por esta lei, além da nocividade do fumo à saúde.

Art. 8º - Caberá ao Poder Executivo disponibilizar em toda a rede de saúde pública do município de Paulo Lopes, assistência terapêutica e medicamentos antitabagismo para os fumantes que queiram parar de fumar.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor no prazo de 120 (cento vinte) dias após a data de sua publicação.

Paulo Lopes, 01 de outubro de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios e na Secretaria Municipal de Administração no dia 02/10/09.

ZENON BERTO BORGES

Secretaria M. de Administração

Lei Nº 1350/2009

LEI Nº 1350 DE 01 DE OUTUBRO DE 2009

DISPÕE SOBRE O DIA DE COMBATE AO "CRACK", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara

aprovou o projeto de Lei e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído o dia 01 de outubro como dia de combate às drogas, especialmente o "CRACK", no Município de Paulo Lopes.

Artigo 2º - O dia ora instituído passará a constar no calendário oficial de eventos do Município.

Artigo 3º - O Poder Público promoverá nesta data, com a participação da sociedade e do Conselho Municipal de Saúde, eventos para o combate ao "CRACK", como debates, palestras de conscientização nas escolas e em locais públicos.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 01 de outubro de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios e na Secretaria Municipal de Administração no dia 02/10/09.

ZENON BERTO BORGES

Secretaria M. de Administração

Pinheiro Preto

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 3.126

DECRETO Nº 3.126, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009

APROVA LANÇAMENTO DE TRIBUTO E DETERMINA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DE OBRA DE ASFALTAMENTO DE RUAS DA CIDADE DE PINHEIRO PRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito em exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 69 e ss. do Código Tributário Municipal, nos arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, no art. 5º do Decreto-Lei n. 195/67,

DECRETA:

Art. 1º É determinado o lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, que tem como fato gerador o acréscimo dos valores dos imóveis localizados nas Ruas Pedro José Rabuske, Walmor Bogoni, João Fredolino Boesing e Beira Rio, beneficiados com a obra de asfaltamento referente Edital de Licitação nº 006/2008, modalidade Tomada de Preços, num total de área pavimentada de 4.068,11 (quatro mil e sessenta e oito metros e onze centímetros quadrados).

§ 1º O custo total da obra montou a quantia de R\$ 185.785,01 (cento e oitenta e cinco mil setecentos e oitenta e cinco reais e um centavo).

§ 2º O valor a ser pago pelos contribuintes - fator de absorção do benefício - será de R\$ 6.282,90 (seis mil duzentos e oitenta e dois reais e noventa centavos), que restou rateado entre os proprietários, levando-se em consideração a testada de cada imóvel, cujo pagamento dar-se-á em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescido de atualização monetária e juros de 1 % ao mês.

§ 3º O pagamento parcelado da Contribuição deverá ser requerido dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da

publicação deste edital.

§ 4º Decorridos 60 (sessenta) dias contados da data da publicação do Edital e não requerido o parcelamento, o débito será considerado líquido, certo e exigível na forma da lei.

§ 5º Em casos excepcionais e atendendo razões de relevante interesse público e social, devidamente comprovados, poderá ser autorizado, mediante requerimento, o parcelamento da contribuição em maior número de parcelas que o previsto neste edital, atendidos os seguintes requisitos:

- I – Apresentação de declaração de bens e rendas;
- II – Apresentação de certidão do cartório de registro de Imóveis de que o requerente não possui outro imóvel.

Art. 2º Os imóveis beneficiados, com a área equivalente pavimentada e o custo da pavimentação por imóvel, são os constantes do Anexo I ao presente Decreto.

Art. 3º O fator de absorção do benefício da valorização de cada imóvel são os constantes do Anexo II ao presente Decreto.

Art. 4º Os proprietários dos imóveis situados na zona beneficiada pela obra pública têm o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, para impugnar qualquer dos elementos nele contido, especialmente:

- I - o erro na localização e dimensões do imóvel;
- II - o cálculo dos índices atribuídos;
- III - o valor da contribuição;
- IV - o número de prestações.

Parágrafo único. A falta de Manifestação dos interessados será interpretada como aceitação tácita das condições apresentadas pelo Município.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 24 de setembro de 2009
OSIRES PEDRO RANDON
Vice-Prefeito em exercício

ANEXO I (DECRETO Nº 3.126, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009)

a) Rua PEDRO JOSÉ RABUSKE

Inscrição	Proprietário	Área Lote	Valor (R\$)	Valor Total	Valorização	Valor Total	Custo Pav
Imobiliária		(M2)	Terreno/ m2	Lote (R\$)	%	Valorização (R\$)	Do Imóvel
1.2.13.286.001	AGUSTINHO PANCERI	328,00	30,00	9.840,00	1,00	98,40	1.576,08
1.2.13.306.001	ANTONINHO ANGELO BEE	800,00	30,00	24.000,00	1,00	240,00	4.553,12
1.2.13.326.000	MARIA, ANTONHINHO, ARLINDO, MAIRA, MARCOS BEE ILVA EINSWEILER	530,00	30,00	15.900,00	1,00	159,00	2.451,68
1.2.13.346.000	MARIA, ANTONHINHO, ARLINDO, MAIRA, MARCOS BEE ILVA EINSWEILER	800,00	30,00	24.000,00	1,00	240,00	3.502,40
1.2.13.274.001	NILSON ZANELLA	1.000,00	30,00	30.000,00	1,00	300,00	9.281,36
	MECANICA HOCHIOVE	800,00	30,00	24.000,00	1,00	240,00	13.571,80
	MARIA ESTELA OLIVO BEE	1.153,00	30,00	34.590,00	1,00	345,90	19.508,37
						1.623,30	54.444,80

b) Rua WALMOR BOGONI

Inscrição	Proprietário	Área Lote	Valor (R\$)	Valor Total	Valorização	Valor Total	Custo Pav
Imobiliária		(M2)	Terreno/m2	Lote (R\$)	%	Valorização (R\$)	Do Imóvel
1.2.2.24.000	LIDIA MAZURECK BOGONI	1.740,00	30,00	52.200,00	1,00	522,00	7.880,40
1.2.264.001	PLINIO BOESING	750,00	30,00	22.500,00	1,00	225,00	3.940,20
1.2.2.103.001	PLINIO BOESING	383,00	30,00	11.490,00	1,00	114,90	3.940,20
1.2.120.000	ITACIR LUIZ BOESING	424,00	30,00	12.720,00	1,00	127,20	4.137,21
1.2.12.140.001	CICERO CAVAZZINI	2.000,00	30,00	60.000,00	1,00	600,00	8.274,42
1.2.12.200.000	ANTONINHO ANGELO BEE	800,00	30,00	24.000,00	1,00	240,00	3.940,20
1.2.13.406.001	MARIA, ANTONINHO, MAIRA MARCOS BEE ILVA EINSWEILER	800,00	30,00	24.000,00	1,00	240,00	3.940,20
1.2.13.426.001	ARLINDO BEE	800,00	30,00	24.000,00	1,00	240,00	3.940,20
1.2.13.466.001	ILVA BEE	800,00	30,00	24.000,00	1,00	240,00	7.880,40
1.2.3.98.001	IVALDO LUIZ BOESING	376,00	30,00	11.280,00	1,00	112,80	3.546,18
1.2.12.98.001	CRISTIANO CARMINATTI	463,00	30,00	13.890,00	1,00	138,90	3.546,18
1.2.3.162.001	ARLINDO BOESING	440,00	30,00	13.200,00	1,00	132,00	3.940,20
						2.932,80	58.905,99

c) Rua JOÃO FREDOLINO BOESING

Inscrição	Proprietário	Área Lote	Valor (R\$)	Valor Total	Valorização	Valor Total	Custo Pav
Imobiliária		(M2)	Terreno/ m2	Lote (R\$)	%	Valorização (R\$)	Do Imóvel
1.2.3.20.001	INDÚSTRIA DE MASSAS BOGONI LTDA	800,00	30,00	24.000,00	1,00	240,00	6.698,33
1.2.4.103.001	AMABILE OLIVO E OUTROS	1.380,00	30,00	41.400,00	1,00	414,00	10.638,52
1.2.3.240.001	CLAUDINO OLIVO	800,00	30,00	24.000,00	1,00	240,00	3.940,19
						894,00	21.277,04

d) Rua BEIRA RIO

Inscrição	Proprietário	Área Lote	Valor (R\$)	Valor Total	Valorização	Valor Total	Custo Pav
Imobiliária		(M2)	Terreno/ m2	Lote (R\$)	%	Valorização (R\$)	Do Imóvel
1.2.3.24.001	LEOCIR LUIZ ANDREONI	800,00	30,00	24.000,00	1,00	240,00	837,48
1.2.3.60.001	DELCIR BOESING	800,00	30,00	24.000,00	1,00	240,00	4.187,41
1.2.3.98.001	IVALDO BOESING	376,00	30,00	11.280,00	1,00	112,80	4.187,41
1.2.3.20.001	INDÚSTRIA DE MASSAS BOGONI LTDA	800,00	30,00	24.000,00	1,00	240,00	4.187,41
						832,80	13.399,70

ANEXO II

(DECRETO Nº 3.126, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009)

a) Rua PEDRO JOSÉ RABUSKE

Proprietário	Testada	Largura da	Largura	Área Eqiv.	Custo	Custo Pav	Valor Total
	(pavimentada)	Rua	Equivalente	Pavimentada	Pav / m2	Do Imóvel	Valorização (R\$)
AGUSTINHO PANCERI	9,00	8,00	4,00	36,00	43,78	1.576,08	98,40
ANTONINHO ANGELO BEE	26,00	8,00	4,00	104,00	43,78	4.553,12	240,00
MARIA, ANTONHINHO, ARLINDO, MAIRA, MARCOS BEE ILVA EINSWEILER	14,00	8,00	4,00	56,00	43,78	2.451,68	159,00
MARIA, ANTONHINHO, ARLINDO, MAIRA, MARCOS BEE ILVA EINSWEILER	20,00	8,00	4,00	80,00	43,78	3.502,40	240,00
NILSON ZANELLA	53,00	8,00	4,00	212,00	43,78	9.281,36	300,00
MECANICA HOCHIOVE	77,50	8,00	4,00	310,00	43,78	13.571,80	240,00
MARIA ESTELA OLIVO BEE	111,40	8,00	4,00	445,60	43,78	19.508,37	345,90
						54.444,80	1.623,30

b) Rua WALMOR BOGONI

Proprietário	Testada	Largura da	Largura	Área Eqiv.	Custo	Custo Pav	Valor Total
	(pavimentada)	Rua	Equivalente	Pavimentada	Pav / m2	Do Imóvel	Valorização (R\$)
LIDIA MAZURECK BOGONI	40,00	9,00	4,50	180,00	43,78	7.880,40	522,00
PLINIO BOESING	20,00	9,00	4,50	90,00	43,78	3.940,20	225,00
PLINIO BOESING	20,00	9,00	4,50	90,00	43,78	3.940,20	114,90
ITACIR LUIZ BOESING	21,00	9,00	4,50	94,50	43,78	4.137,21	127,20
CICERO CAVAZZINI	42,00	9,00	4,50	189,00	43,78	8.274,42	600,00
ANTONINHO ANGELO BEE	20,00	9,00	4,50	90,00	43,78	3.940,20	240,00
MARIA, ANTONINHO, MAIRA MARCOS BEE ILVA EINSWEILER	20,00	9,00	4,50	90,00	43,78	3.940,20	240,00
ARLINDO BEE	20,00	9,00	4,50	90,00	43,78	3.940,20	240,00
ILVA BEE	40,00	9,00	4,50	180,00	43,78	7.880,40	240,00
IVALDO LUIZ BOESING	18,00	9,00	4,50	81,00	43,78	3.546,18	112,80
CRISTIANO CARMINATTI	18,00	9,00	4,50	81,00	43,78	3.546,18	138,90
ARLINDO BOESING	20,00	9,00	4,50	90,00	43,78	3.940,20	132,00
						58.905,99	2.932,80

c) Rua JOÃO FREDOLINO BOESING

Proprietário	Testada	Largura da	Largura	Área Equiv.	Custo	Custo Pav	Valor Total
	(pavimentada)	Rua	Equivalente	Pavimentada	Pav / m2	Do Imóvel	Valorização (R\$)
INDÚSTRIA DE MASSAS BOGONI LTDA	34,00	9,00	4,50	153,00	43,78	6.698,33	240,00
AMABILE OLIVO E OUTROS	54,00	9,00	4,50	243,00	43,78	10.638,52	414,00
CLAUDINO OLIVO	20,00	9,00	4,50	90,00	43,78	3.940,19	240,00
						21.277,04	894,00

d) Rua BEIRA RIO

Proprietário	Testada	Largura da	Largura	Área Equiv.	Custo	Custo Pav	Valor Total
	(pavimentada)	Rua	Equivalente	Pavimentada	Pav / m2	Do Imóvel	Valorização (R\$)
LEOCIR LUIZ ANDREONI	4,00	7,50	3,75	15,00	55,83	837,48	240,00
DELCIR BOESING	20,00	7,50	3,75	75,00	55,83	4.187,41	240,00
IVALDO BOESING	20,00	7,50	3,75	75,00	55,83	4.187,41	112,80
INDÚSTRIA DE MASSAS BOGONI LTDA	20,00	7,50	3,75	75,00	55,83	4.187,41	240,00
						13.399,70	832,80

Aviso de Licitação Nº 045/2009

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 045/2009
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 19 de outubro de 2.009, licitação modalidade Pregão Presencial n. 045/2009, visando à aquisição dos seguintes equipamentos agrícolas:

- Um distribuidor de adubo orgânico líquido c/ capacidade de 6.000 lts;
- Uma semeadora de pastagens e adubadora;
- Uma grade de arrastão c/ controle remoto 14x26 discos

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 19/10/2009, até as 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 30 de Setembro de 2009.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo

Prefeitura Municipal

Lei Municipal Nº 1.739/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.739/2009

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso

de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a ceder retro-escavadeira, caçamba, bem como servidores para auxiliarem no serviço prestado, para a limpeza e manutenção dos lotes 15 e 17, quadra B, do Loteamento Jardim Catarini, localizado na Rua Iara Araújo Miranda, Bairro Perequê, Município de Porto Belo.

Art. 2º A área referida do artigo 1º é objeto da Concessão de Uso para a Associação Ki-Shin-Tai de Karatê-Do Shotokan Tradicional de Porto Belo.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo – SC, aos 29 dias do mês de setembro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito Municipal

Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2009

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2009

CONTRATANTE: Município de Porto Belo – SC.

CONTRATADO: METROMIX LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.905.549/0001-49, com sede na Rua José Jacques, nº 35, Centro, Florianópolis - SC.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: a prestação de serviços de shows artísticos no dia 13/10/2009, durante as comemorações de aniversário de emancipação política do Município de Porto Belo, com a apresentação da Banda: "Os Nativos".

VALOR GLOBAL: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

Porto Belo (SC), 30 de setembro de 2009.

AOILTO MOTTA PORTO

Secretário de Administração

Dispensa Licitatória Nº 025/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DISPENSALICITATÓRIA 025/2009

Objeto: imóvel para instalação da sede do Programa Sentinela.

Contratado: Paulo Heitor Rebelo.

Valor global: R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais).

Porto Belo, 21 de setembro de 2009.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 008/2009

Extrato de Contrato Nº 008/2009

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dispensa de Licitação nº 025/2009

Objeto: locação de uma casa de alvenaria, com 133m² (cento e trinta e três metros quadrados), localizada na Rua Lúcio José Airoso, nº 144, Bairro Vila Nova, neste Município, para a instalação do Programa Sentinela do Município de Porto Belo.

Contratado(a): PAULO HEITOR REBELO.

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência de 03 (três) meses, de 01/10/2009 até 31/12/2009.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 1.950,00 (Um mil novecentos e cinquenta reais).

Data e assinatura do contrato: 21 de setembro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato de Contrato Nº 065/2009

Extrato de Contrato Nº 065/2009

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Objeto: aquisição de areia média para manutenção dos serviços da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Contratado(a): EXTRAÇÃO DE AREIA ARGILA E TRANSPORTE SANTA HELENA LTDA EPP.

Prazo de vigência: a partir da assinatura até 31/12/2009.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 7.695,00 (Sete mil seiscentos e noventa e cinco reais).

Data e assinatura do contrato: 21 de setembro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato de Contrato Nº 066/2009

Extrato de Contrato Nº 066/2009

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Convite nº 052/2009

Objeto: Serviços gráficos para confecção de carimbos, cartão visita, envelopes, blocos de intimação, autuação, embargo, consulta de viabilidade, banners e faixas, para uso nas atividades do paço municipal, conforme especificado na Autorização de Fornecimento nº 981.

Contratado(a): MICHELLI GONZAGA SILVA ME.

Prazo de vigência: 30 (trinta) dias.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 4.522,00 (Quatro mil quinhentos e vinte e dois reais).

Data e assinatura do contrato: 24 de setembro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato de Contrato Nº 067/2009

Extrato de Contrato Nº 067/2009

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Convite nº 052/2009

Objeto: Serviços gráficos para confecção de carimbos, cartão visita, envelopes, blocos de intimação, autuação, embargo, consulta de viabilidade, banners e faixas, para uso nas atividades do paço municipal, conforme especificado na Autorização de Fornecimento nº 980.

Contratado(a): MARLICE TERESINHA PONATH ME.

Prazo de vigência: 30 (trinta) dias.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 6.471,00 (Seis mil quatrocentos e setenta e um reais).

Data e assinatura do contrato: 24 de setembro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito

Câmara de Vereadores**Decreto Legislativo Nº 007-09**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/09

"HOMOLOGA CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO DO SISTEMA ESTADUAL DE INCENTIVO À CULTURA, AO TURISMO E AO ESPORTE-SEITEC, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITAJAI E A PREFEITURA DE PORTO BELO".

EMERSON LUCIANO STEIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Belo, pelo presente instrumento e de conformidade com o Regimento Interno, após deliberação do Plenário, promulgo o presente DECRETO:

Art. 1º - Fica Homologado o Contrato de Apoio Financeiro do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – Seitec, Que Entre Si Celebram o Estado de Santa Catarina, Através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Itajaí e a Prefeitura de Porto Belo, com Contrato de Apoio Financeiro nº 07682/2009-1 e nº 07683/2009-0.

Art. 2º - O objeto dos presentes Contratos de Apoio Financeiros é o repasse de recursos para execução do Projeto denominado "DOCUMENTÁRIO ETNOGRÁFICO COMUNIDADE QUILOMBOLA VALONGO" e o repasse de recursos para execução do Projeto denominado "ARTEIRO-OFICINAS DE ARTE".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2009.

EMERSON LUCIANO STEIN

Ver/Presidente

" Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

Decreto Legislativo Nº 008-09

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/09

" HOMOLOGA CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ITAJAI E A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/SC, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DO TRECHO ESTRADA GERAL ALTO PEREQUÊ - SANTA LUZIA".

EMERSON LUCIANO STEIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Belo, pelo presente instrumento e de conformidade com

o Regimento Interno, após deliberação do Plenário, promulga o presente DECRETO:

Art. 1º - Fica homologado o Convênio Que Entre Si Celebram a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – Itajaí e a Prefeitura Municipal de Porto Belo/SC, para Pavimentação Asfáltica do Trecho Estrada Geral de Alto Perequê – Santa Luzia/Porto Belo/SC, conforme convênio nº 11.933/2009-4.

Art. 2º - O presente Convênio tem por objeto a pavimentação asfáltica do Trecho Estrada Geral de Alto Perequê/Santa Luzia, tudo em conformidade com o Projeto e plano de trabalho e cronograma físico-financeiro, anexo, que são parte integrante do presente Convênio.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2009.

EMERSON LUCIANO STEIN

Ver/Presidente

Decreto Legislativo Nº 009-09

DECRETO LEGISLATIVO nº 009/09

HOMOLOGA DE APOIO FINANCEIRO DO SISTEMA ESTADUAL DE INCENTIVO À CULTURA, AO TURISMO E AO ESPORTE-SEITEC, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITAJAÍ E A PREFEITURA DE PORTO BELO.

EMERSON LUCIANO STEIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Belo, pelo presente instrumento e de conformidade com o Regimento Interno, após deliberação do Plenário, promulga o presente DECRETO:

Art. 1º - Fica Homologado o Contrato de Apoio Financeiro do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – Seitec, que entre si Celebram o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Itajaí e a Prefeitura de Porto Belo, com contrato de Apoio Financeiro nº 07681/2009-3.

Art. 2º - O objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro é o repasse de recursos para execução do Projeto denominado "ESCOLINHA DE KARATÊ NOS BAIRROS".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2009.

EMERSON LUCIANO STEIN

Presidente

Resolução Nº 019/09

RESOLUÇÃO Nº 019/09

" DÁ DENOMINAÇÃO À GALERIA DOS PRESIDENTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL " VEREADOR AMADEU SERAFIM RAULINO".

EMERSON LUCIANO STEIN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, após deliberação do Plenário, promulga a presente RESOLUÇÃO:

Art. 1º - A galeria dos Presidentes do Poder Legislativo do Município de Porto Belo, localizada na Rua: Capitão Gualberto Leal Nunes, nº 330, Inscrição Imobiliária nº 2.01.040.0115.001, fica denominada " Vereador Mauro João Jaques".

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2009.

EMERSON LUCIANO STEIN

Ver/Presidente

" Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

Porto União

Prefeitura Municipal

Lei Nº 3.653/09

LEI Nº 3.653, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009.

CONCEDE ABONO PECUNIÁRIO NAS CONDIÇÕES E TERMOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono pecuniário especial aos servidores públicos municipais efetivos e em atividade.

Art. 2º O abono de que trata esta Lei não se estende aos servidores inativos, pensionistas, nomeados exclusivamente para cargos em comissão e aos contratados por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os quais possuem contratos específicos com a Administração.

Art. 3º O abono de que trata esta Lei:

I- não constituirá parte integrante da remuneração;

II- não será incorporado ao vencimento, remuneração ou provento;

III- não gerará qualquer direito trabalhista;

IV- não fará parte de nenhuma base de cálculo para fins de férias e 13º Terceiro Salário, não se configurando como rendimento tributável e nem sofrendo a incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público ou Imposto de Renda;

V- não será caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial "in natura".

Art. 4º O abono de que trata esta Lei será pago em (02) duas parcelas mensais e sucessivas, nos meses de outubro e novembro de 2009, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) cada.

Parágrafo único. Perderá o direito ao abono o servidor que possuir faltas injustificadas ou decorrentes de aplicação de penalidades no período.

Art. 5º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 221/09

DECRETO Nº 221, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.

CONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO "PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Municipal de Avaliação e Acompanhamento do "PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA", que terá a função de acompanhar a elaboração dos dados sobre a infância e adolescência coletados pelo Município, através do articulador municipal, e avaliá-los.

Art. 2º Designar como Membros da Comissão:

I- 01 (um) representante do Conselho Tutelar – Erlon Slomp;
II- 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Pyerre Castellano Pereira;
III- 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação – Agnes Margarete Muller;
IV- 01 (um) representante do Conselho de Alimentação Escolar – Adriana Correa;
V- 01 (um) representante do Conselho Municipal de Assistência Social – Arlete Tabaca Cardoso;
VI- 01 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde – Manoel Alvir da Mota;
VII- 01 (um) representante da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Porto União – Maria Singerski;
VIII- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação – Silmara Talamini;
IX- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde – Márcia Maria Baggio Caus;
X- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade – Sofia Sydol;
XI- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Luciana Cristina Kauva;
XII- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura – Livia Vieira Martins;
XIII- 01 (um) representante dos Núcleos de Educação Infantil – Cecília Clarete Kopko Tidre;
XIV- 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal – Aldair Wengerkiewcs Muncinelli.

Art. 3º A comissão terá o mandato vigente até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 223/09

DECRETO Nº 223, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 5º da Lei Municipal nº 3.593, de 13 de maio de 2009,

DECRETA:

Art. 1º PRORROGA até a data de 30 de outubro de 2009 o prazo para o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, nas condições constantes dos incisos IV, V, VI e VII, do artigo 3º da Lei nº 3.593, de 13 de maio de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 28 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 226/09

DECRETO Nº 226, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR CHUVAS INTENSAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso XVII, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal no 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a ocorrência de chuvas excessivas nos dias 27 e 28 de setembro, e previsão para mais chuvas nos próximos dias, atingindo todo o município e região, conforme Mapa das Áreas Afetadas anexo a este Decreto;
- como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, em virtude de alagamentos, queda de barreiras, interdição de estradas rurais constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo ao presente Decreto;
- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;
- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população local afetada, agravado pela deficiência de estrutura da Defesa Civil local frente ao desastre, considerado de padrão súbito e de difícil previsibilidade.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I- penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II- usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Mantem-se também em vigência o Decreto de Situação de Emergência Nº 212, de 08 de setembro de 2009, em consequência do vendaval ocorrido.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, devendo vigorar pelo prazo de 90 dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Porto União (SC), 30 de setembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal
Presidente da Comissão Municipal de Defesa Civil

Homologação e Adjudicação - Processo Licitatório 095/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO 095/2009
CONCORRÊNCIA 005/2009 – REGISTRO DE PREÇOS

Expirado o prazo recursal torna publica a homologação do processo licitatorio em epigrafe e adjudicação das empresas A Mendes Terrap. Const. e Ext de Minerais Ltda e FGT Construtora Ltda.

Porto União SC, 30 de setembro de 2009
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Homologação e Adjudicação - Processo Licitatório 123/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO 123/2009

PREGÃO ELETRÔNICO 005/2009

Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa CBB Industria e Com de Asfalto e Eng Ltda.

Porto União SC, 29 de setembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Homologação e Adjudicação - Processo Licitatório 124/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO 124/2009
PREGÃO PRESENCIAL 050/2009

Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa News Comercio de Materiais e Serviços de Demarcação Viária Ltda.

Porto União SC, 24 de setembro de 2009
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 211/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO 211/2009
Partes: News Comercio de Materiais e Serviços de Demarcação Viária
Objeto: aquisição de tachas, tachoes e cola
Valor total: R\$ 49.290,20 (quarenta e nove mil, duzentos e noventa reais e vinte centavos)
Base legal: Pregão presencial 050/2009 e lei 10.520/02
Vigência: 08 de novembro de 2009 ou a retirada total do material licitado

Porto União SC, 24 de setembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

News Comercio de Materiais e Serviços de Demarcação Viária Ltda
Contratada

Extrato de Contrato Nº 212/2009 -PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO 212/2009
Partes: CBB Industria e Comercio de Asfaltos e Engenharia Ltda
Objeto: fornecimento de Emulsão asfáltica RR1 C e RM1C
Valor total: R\$ 102.575,00 (cento e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais)
Base legal: Pregão eletrônico 005/2009 e lei 10.520/02
Vigência: 12 meses ou a retirada total do material licitado

Porto União SC, 22 de setembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

CBB Industria e Comercio de Asfaltos e Engenharia Ltda
Contratada

Ata de Registro de Preços Nº 003/2009 Processo Licitatório Nº 095/2009

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/ 2009

CONCORRÊNCIA Nº 005/2009

PROCESSO LICITATORIO Nº 095/2009

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de 2009, na cidade de PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, o Município de PORTO UNIÃO, devidamente representado e assistido, e a empresa A. Mendes Terraplanagem, Construção e Extração de Minerais Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Concorrência em epígrafe, ao Registro de Preços de fornecimento com aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), a serem utilizados nas vias públicas no Município de PORTO UNIÃO., conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE 1	
Fornecedor: A. Mendes Terraplanagem, Construção e Extração de Minerais Ltda.	
Preço cotado para o Grupo: R\$ 176,00 (cento e setenta e seis reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Fornecimento, transporte e aplicação de CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente – Faixa C – para aplicação em diversas vias não pavimentadas e na recuperação da camada asfáltica de vias do município.	R\$ 176,00 (cento e setenta e seis reais) a tonelada

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Porto União, 30 de setembro de 2009

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

A. Mendes Terraplanagem, Const. e Extração de Materiais Ltda Contratada

Ata de Registro de Preços Nº 004/2009 Processo Licitatório Nº 095/2009

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/ 2009

CONCORRÊNCIA Nº 005/2009

PROCESSO LICITATORIO Nº 095/2009

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de 2009, na cidade de PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, o Município de PORTO UNIÃO, devidamente representado e assistido, e a empresa FGT Construtora Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Concorrência em epígrafe, ao Registro de Preços de fornecimento com aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), a serem utilizados nas vias públicas no Município de PORTO UNIÃO., conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE 2	
Fornecedor: FGT Construtora Ltda	
Preço cotado para o Grupo: R\$ 29,55	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Transporte e aplicação de CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente para aplicação em diversas vias do município	R\$ 29,55 (vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos) a tonelada

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Porto União, 30 de setembro de 2009

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

FGT Construtora Ltda

Detentora da Ata de Registro de Preços

Rio do Sul

Prefeitura Municipal

Pregão Presencial 094/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2009

OBJETO: Aquisição de emulsão asfáltica para reposição em diversas ruas do município.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006..

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 15/10/2009, às 08:30h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 15/10/2009.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 02 de outubro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Extrato de Edital 58/2009 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/EXAMES/PROCEDIMENTOS Nº 58/2009 – FMS

OBJETO: O objeto do presente credenciamento é o chamamento de pessoas físicas interessadas em firmar com a Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, contrato de prestação de serviços visando a prestação de serviços de saúde aos usuários do SUS na especialidade:

INFECTOLOGISTA – 1 (UM) PROFISSIONAL

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993; Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: à partir das 07:30 horas do dia 02/10/2009.

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: às 13:30 horas do dia 19/10/2009.

INFORMAÇÕES: A íntegra do edital de credenciamento e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: rua Tuiuti, 154, bairro Centro, Rio do Sul/SC, CEP: 89.160-000, Controle Avaliação e Auditoria, Sala 108, das 7:30 às 13:30 horas, telefone: (47) 3531 1461.

Rio do Sul (SC), 01 de outubro de 2009.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Edital de Pregão Presencial 007/2009/FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2009/FMAS

OBJETO: Aquisição de cestas básicas destinadas a atender o Fundo Municipal de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 23 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 16/10/2009, às 11:00h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:30h do dia 16/10/2009.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 02 de outubro de 2009.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Salto Veloso

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 043/2009

DECRETO Nº 043/2009 DE 01 DE OUTUBRO DE 2009.
APROVA PARCELAMENTO DE SOLO URBANO.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 23, alínea h, da Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o parcelamento de imóvel de propriedade de Alfredo Falchetti portador do CPF nº 032.663.709-53, pessoas Físicas, conforme Termo de Verificação nº. 08/2009 e Autorização de Desmembramento nº. 09/2009, constantes do Processo Administrativo nº. 052/2009.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, em 01 de Outubro de 2009.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

EDIVAR ANTÔNIO DONADEL
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº DP0115/2009

PORTARIA Nº. DP0115/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 30 de Setembro de 2009 a 29 de Outubro de 2009, ao Servidor (a) JOSÉ ROBERTO TREVISOL BITTENCOURT, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/08/2006 a 31/07/2007.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 30 de Setembro de 2.009.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Portaria Nº DP0116/2009

PORTARIA Nº. DP0116/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de Outubro de 2009 a 30 de Outubro de 2009, ao Servidor (a) ARCELINO ANTONIO DA LUZ, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/07/2008 a 30/06/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Outubro de 2.009.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

Prefeitura Municipal

Decreto N° 3.927

DECRETO N° 3.927, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no art. 9º da Lei Municipal nº 1.778, de 19/12/2008, alterada pela Lei Municipal nº 1.788, de 20/03/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso III,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar – anulação de dotação, no montante de recursos de R\$ 85.154,00 (oitenta e cinco mil, cento e cinquenta e quatro reais), na seguinte modalidade de aplicação:

I – Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Funcional Programática: 07.01.12.361.4503.2.011 - Man. Da Sec. Desenvolvimento. Interior e Agricultura

Acrescenta: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0001 - 73 - Aplicação R\$ 15.000,00

Subtrai: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.000 - 69 - Aplicação R\$ 15.000,00

II – Órgão: 10 – SEC. MUN. DESENVOLVIMENTO URBANO

Unidade: 01 – SEC. MUN. DESENVOLVIMENTO URBANO

Funcional Programática: 10.01.26.782.4510.2.023 – Man. Da Sec. Desenvolvimento. Interior e Agricultura

Acrescenta: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 30 - Aplicação R\$ 70.154,00

Subtrai: 3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 29 - Aplicação R\$ 60.000,00

Subtrai: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000 – 31 - Aplicação R\$ 10.154,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de setembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Edital de Convocação Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Governo Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, CONVOCA a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será apresentado a Etapa II – Diagnostico, do PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, que será realizada no dia 14 de outubro de 2009, as 19:00 horas, tendo como local o Centro de Convivência dos Idosos, localizado na Rua Rui Barbosa, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste – SC.

São Lourenço do Oeste SC, 30 de setembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito

São Pedro de Alcântara

Prefeitura Municipal

Decreto N° 401/09

DECRETO N°401/09

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 513/08:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizando a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 3.567,32 (três mil quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos) por conta do Superávit Financeiro nas dotações abaixo identificadas:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.-2006 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 3.567,32

3.1.91.00.00.00.00.00.0150.0 – Aplicações Diretas R\$ 1.600,14

3.1.90.00.00.00.00.00.0150.0 – Aplicações Diretas R\$ 1.967,18

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 30 de setembro de 2009

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder

Prefeitura Municipal

Declaração de Dispensa de Licitação

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC, torna público aos interessados que o Exmo. Senhor Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, I, da Lei nº. 8.666/93, conforme consta no processo de Dispensa de Licitação nº. 39/2009-PMS, declarou a Dispensa de licitação, para a contratação da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba, nº. 1878, Bairro Vila Lalau, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-500, com o valor total de R\$ 3.864,00 (Três mil oitocentos e sessenta e quatro reais), conforme orçamento constante no processo, cujo objeto é o seguinte: contratação de empresa especializada para completar os trabalhos de sinalização viária não realizados com a obra, por não terem sido previstos na sua totalidade, na pavimentação asfáltica das ruas Mal. Castelo Branco, 03 de Outubro, Barão do Rio Branco no município de Schroeder/SC.

A presente declaração encontra-se plenamente justificada

conforme parecer da Assessoria Jurídica e os valores se apresentam compatíveis com o mercado, conforme anexo ao processo.

Nos termos do Artigo 26 e 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para a apresentação de recurso ou representação.

Schroeder (SC), 01 de outubro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Tunápolis

Prefeitura Municipal

Lei Nº 0948/2009

LEI Nº. 0948/2009 DE 02 DE OUTUBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2010/2013, DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2010/2013 serão financiados com os recursos previstos no Anexo I desta Lei.

Art. 2º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina para o quadriênio 2010/2013, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nas planilhas dos ANEXOS II desta Lei.

Art. 3º As metas da Administração para o quadriênio 2010/2013, consolidadas por programas, são aquelas constantes do Anexo III desta Lei.

Art. 4º As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no Anexo II desta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º As metas físicas e fiscais por ações em cada programa, serão demonstradas na forma do Anexo IV desta Lei.

§ 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III – Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V – Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VI – Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º Para que haja equilíbrio das contas públicas em cada exercício financeiro, os valores constantes das planilhas do Plano Plurianual, que estão orçados a preços de agosto de 2009,

poderão ser atualizados mediante proposta apresentada pelo Chefe do Poder Executivo em cada exercício de vigência, mediante aprovação do Poder Legislativo, antes da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 7º O levantamento das necessidades foi feito em audiência pública com a participação popular dando sugestões para a elaboração das ações do Plano Plurianual, em atendimento ao parágrafo único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e as prioridades da administração municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na Lei Orçamentária anual, extraídas dos anexos desta lei.

Art. 8º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 9º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor em primeiro de janeiro de dois mil e dez.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, em 02 de outubro de 2009.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em controladoria Interna.

Videira

Prefeitura Municipal

Lei Nº 2.208/09

LEI Nº 2.208/09, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 1.889/07, QUE DÁ DENOMINAÇÃO DE RUAS.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Videira - SC, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 1.889/07, de 30 de julho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam denominadas as ruas conforme memorial descritivo abaixo:

Nome do Logradouro	Loteamento	Nome da Rua
Rua nº 01 e Rua nº 06	Domingos Locatelli	Geroni Posanske
Rua nº 02	Domingos Locatelli	João Machienavie
Rua nº 03 e Rua nº 07	Domingos Locatelli	Theodoro Turkot
Rua nº 04	Domingos Locatelli	Ema Schmidt Machienavie
Rua nº 05	Domingos Locatelli	Anselmo Alumo Paese (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de setembro de 2009.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2009.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Lei Nº 2.209/09

LEI Nº 2.209/09, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.310.000,00 (Um milhão, trezentos e dez mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Gabinete do Prefeito	
01 – Assessoria de Gabinete	
2.002 – Manutenção da Chefia de Gabinete	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	270.000,00
02 – Gabinete do Prefeito	
02 – Assessoria Jurídica	
2.004 – Manutenção da Assessoria Jurídica	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	17.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	1.500,00
02 – Gabinete do Prefeito	
04 – Procon	
2.006 – Manutenção do Procon	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	10.000,00
03 – Secretaria de Administração	
01 – Departamento de Pessoal	
2.007 – Manutenção do Departamento de Pessoal	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	3.000,00
03 – Secretaria de Administração	
02 – Departamento de Expediente	
2.008 – Manutenção do Departamento de Expediente	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	2.500,00
03 – Secretaria de Administração	
04 – Departamento Administrativo	
2.010 – Manutenção da Secretaria de Administração	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	116.000,00
03 – Secretaria de Administração	

05 – Encargos Especiais	
2.012 – Inativos	
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	500,00
03 – Secretaria de Administração	
05 – Encargos Especiais	
2.013 – Pensionistas	
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	500,00
03 – Secretaria de Administração	
05 – Encargos Especiais	
2.109 – Previdência Geral	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	11.500,00
03 – Secretaria de Administração	
05 – Encargos Especiais	
2.017 – Amortização e Encargos da Dívida	
3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	300.000,00
04 – Secretaria de Finanças	
01 – Departamento Financeiro e Tributário	
2.023 – Manutenção da Secretaria de Finanças	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	36.000,00
05 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
02 – Turismo	
2.027 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	12.000,00
05 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
03 – Imprensa	
2.030 – Manutenção da Assessoria de Imprensa	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	1.000,00
06 – Secretaria de Planejamento	
01 – Departamento de Planejamento	
2.032 – Manutenção da Secretaria de Planejamento	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	79.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	2.000,00
20 – Secretaria de Turismo e Cultura	
02 – Departamento de Cultura	
2.043 – Manutenção do Departamento de Cultura	
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	1.500,00
08 – Secretaria de Saúde e Ação Social	
02 – Departamento de Ação Social	
2.049 – Manutenção do Departamento de Ação Social	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	30.000,00
09 – Secretaria de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	

2.050 – Manutenção de Desenvolvimento e Serviços Urbanos	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	4.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	6.000,00
09 – Secretaria de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.057 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	151.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	9.000,00
10 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
01 – Departamento Rural e Meio Ambiente	
2.058 – Manutenção do Departamento de Agricultura	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	212.500,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	3.500,00
20 – Secretaria de Turismo e Cultura	
01 – Departamento de Turismo	
2.028 – Manutenção do Departamento de Turismo	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	30.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	1.310.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2009.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2009.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Lei Nº 2.210/09

LEI Nº 2.210/09, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2010, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de Videira, para o exercício de 2010, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades da Administração Municipal extraídas do Plano Plurianual 2010/2013;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;
- V - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As metas fiscais das receitas e despesas, para o exercício de 2010 e os dois exercícios seguintes, de que trata os arts. 4º e 12 da Lei Complementar nº 101/2000, estão identificadas no Anexo I e Anexo III desta lei.

Parágrafo único – Integram, ainda, a presente lei o Anexo II - Demonstrativo das Prioridades Previstas Para o Exercício de 2010 e Anexo IV - Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º As prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2010, são aquelas definidas e demonstradas no Anexo II desta Lei.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º O orçamento para o exercício financeiro de 2010 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2010 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

§1º O Orçamento para o exercício de 2010 conterá os anexos constantes na Lei nº 4.320/64.

§2º Os orçamentos das Autarquias, Fundações e Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§3º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 6º Os Orçamentos para o exercício de 2010 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos.

Art. 7º Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2010 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único - Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, conforme art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 8º Se a receita estimada para 2010, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 9º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo:

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos das Secretarias de Obras, Serviços Urbanos, Agricultura e Meio Ambiente, e outras Secretarias que não executam serviços de caráter relevante.

Art. 10 Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IV desta Lei.

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2009.

§2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados no orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 11 Os orçamentos para o exercício de 2010 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, até 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício.

§1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados à obtenção do resultado primário positivo, para atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos fiscais imprevistos e, também, para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no art. 5º da Portaria MPO nº 42/99, art. 8º da Portaria 163/01, e no art. 5º, III, "b" da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

§2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de dezembro de 2010, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações insuficientes.

Art. 12 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 13 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma da execução mensal para suas Unidades Gestoras (art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 14 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2010 com dotações vinculadas a recursos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, parágrafo único e art. 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Parágrafo único - Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2010, consta no Anexo III-F desta lei. (art. 4º, § 2º, V, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 16 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento de associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade (art. 70, parágrafo único da CF).

Art. 17 Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício financeiro não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no art. 24, I, da Lei 8.666/93.

Art. 18 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 19 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, previstos os recursos na lei orçamentária (art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 20 As receitas e as despesas orçadas para 2010 serão a valores correntes.

Art. 21 A lei orçamentária para 2010 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza que compõem (art. 167, VI da CF).

Art. 22 Durante a execução orçamentária o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2010 (art. 167, I da CF).

Art. 23 Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2010 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 24 A Lei Orçamentária de 2010 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 16% das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato (artigos 30, 31 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 25 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, I da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 26 Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 27 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através de limitação de empenho, movimentação financeira e nas dotações definidas no art. 9º desta Lei (art. 31, § 1º, II da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 27 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei

autorizativa, poderão em 2010, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF (art. 169, §1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2010.

§ 2º Respeitados os limites fixados na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, poderá o Poder Executivo Municipal disponibilizar servidores públicos efetivos ao Poder Judiciário, desde que seja comprovado o interesse público pelo requisitante.

Art. 28 Para os fins do disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, a repartição dos limites de gastos com pessoal, fica fixado sobre a receita corrente líquida o percentual de 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Art. 29 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF (art. 22, parágrafo único, V, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 30 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 31 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores que trata o art. 18, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Videira, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária e incentivos econômicos com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudo do seu impacto orçamentário e financeiro do exercício que iniciar sua vigência e nos subsequentes (art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 33 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao

crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, §3º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 34 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, §2º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que apreciará e devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2010.

§1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2010, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do exercício de 2009, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 36 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Poder Executivo.

Art. 37 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 38 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria Nº 0977/09

PORTARIA Nº 0977/09

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido na Comunicação Interna da Secretaria de Planejamento,

RESOLVE

Art. 1º Designar MIGUEL ALBERTO VIECELI, MARCELO RODRIGO VELOSO LIMA e ARNALDO POSANSKE, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, para fins de doação, no prazo

de 10 (dez) dias, o Lote nº 08, da Quadra "B", do Loteamento Industrial do Cinquentenário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria Nº 0978/09

PORTARIA Nº 0978/09

EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Exonerar, JUVELSI IVO ARALDI, do cargo comissionado de Assessor Administrativo, símbolo DAS-6, nomeado pela Portaria nº 0652/09.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2009.

Videira, 25 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria Nº 0979/09

PORTARIA Nº 0979/09

NOMEIA ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09, resolve;

NOMEAR

JUVELCI IVO ARALDI, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Departamento de Patrimônio, símbolo DAS-6, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2009.

Videira, 25 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria Nº 0980/09

PORTARIA Nº 0980/09

DESIGNA DANIEL FERREIRA TIDRE PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar DANIEL FERREIRA TIDRE, Auxiliar Operacional, nível E-PE-OPE-I-A, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2009.

Videira, 28 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria Nº 0981/09

PORTARIA Nº 0981/09

DESIGNA LEANDRO TAVARES DA SILVA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar LEANDRO TAVARES DA SILVA, Agente de Serviços Gerais I, CE02F, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2009.

Videira, 28 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria Nº 0982/09

PORTARIA Nº 0982/09

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 3.174/2009,

Considerando os procedimentos adotados pelo INSS no que se refere à Licença Gestação;

Considerando que o direito à Licença Gestação está amparado pela Constituição Federal,

Considerando, ainda, que a licença gestação da servidora abaixo mencionada não acarretará ônus para os cofres públicos municipais,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora TEREZINHA LOURDES CERON, admitida para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, nível E-PE-SGE-I-A, a partir de 3 de julho de 2009 até 30 de outubro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 3 de julho de 2009.

Videira, 28 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria N° 0983/09

PORTARIA N° 0983/09

AUMENTA, EM CARÁTER PRECÁRIO E TEMPORÁRIO, A CARGA HORÁRIA SEMANAL DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido na Comunicação Interna da Secretaria de Educação,

RESOLVE

Aumentar, em caráter precário e temporário, de 30 horas para 40 horas semanais, a jornada de JANETE FÁTIMA DE SOUZA GEMELLI, para exercer as funções de Professora, nível MG04D, pelo período de 8 de setembro de 2009 a 18 de dezembro de 2009, para atender a necessidade imediata e urgente na Escola de Educação Básica Municipal Waldemar Kleinubing, em substituição a servidora LOURDES BERNADETE NUNES DA SILVA, que está exercendo Função Gratificada.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 8 de setembro de 2009.

Videira, 29 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria N° 0984/09

PORTARIA N° 0984/09

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4.092/09,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MATEUS DE OLIVEIRA, Agente de Serviços Gerais I, nível CE02C, a partir de 1º de novembro de 2009 até 31 de dezembro de 2009, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2009.

Videira, 29 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria N° 0985/09

PORTARIA N° 0985/09

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00017/09-6, nos assentos funcionais do servidor JOÃO DA MOTTA, detentor da matrícula funcional nº 1700 e do cargo de provimento efetivo de Vigia, Grupo Agente de Serviços Gerais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4.454/2009,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor JOÃO DA MOTTA, detentor da matrícula nº 1700 e do cargo de provimento efetivo de Vigia, Grupo Agente de Serviços Gerais, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00017/09-6, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 30 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria N° 0986/09

PORTARIA N° 0986/09

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00036/09-0 e a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Estado de Santa Catarina sob o nº SEAP 10279/946, nos assentos funcionais da servidora MARIA HELENA SZYGALSKI, detentora da matrícula funcional nº 2006 e do cargo de provimento efetivo de Professora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4.453/2009,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora MARIA HELENA SZYGALSKI, detentora da matrícula nº 2006 e do cargo de provimento efetivo de Professora, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00036/09-0 e a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Estado sob o nº SEAP 10279/946, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 30 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria Nº 0987/09

PORTARIA Nº 0987/09

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00001/07-6, nos assentos funcionais da servidora ROSALINA FELCHILCHER DEMENECHI, detentora da matrícula funcional nº 9056 e do cargo de provimento efetivo de Professora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4.452/2009,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora ROSALINA FELCHILCHER DEMENECHI, detentora da matrícula nº 9056 e do cargo de provimento efetivo de Professora, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00001/07-6, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 30 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

PR 125/2009 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2009

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 125/2009.

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 19 de Outubro de 2009, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.

4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia.

5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.

6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 01 de Outubro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Homologação Convite Nº 10/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

CONVITE Nº 10/09

HOMOLOGAÇÃO: 10/09/09

CONTRATADO: FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE PARTE DA ESCADARIA AUGUSTO BOHRER, LOCALIZADA ENTRE AS RUAS 10 DE SETEMBRO E LUIZ ARGENTA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, O QUAL É PARTE INTEGRANTE DESTES PROCESSO LICITATÓRIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.022,74 (doze mil e vinte e dois reais e setenta e quatro centavos)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Homologação Convite Nº 11/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

CONVITE Nº 11/09

HOMOLOGAÇÃO: 21/09/09

CONTRATADO: KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE DE CONCRETO PRÉ FABRICADO, NA COMUNIDADE RURAL PASSO DA FELICIDADE, DIVISA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE VIDEIRA E TANGARÁ, COM EXTENSÃO DE 19,30 M., INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, O QUAL É PARTE INTEGRANTE DESTES PROCESSO LICITATÓRIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 68.370,49 (sessenta e oito mil trezentos e setenta reais e quarenta e nove centavos)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Homologação Convite Nº 12/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

CONVITE Nº 12/09

HOMOLOGAÇÃO: 08/09/09

CONTRATADO: EDITORA ÊXITO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA PUBLICITÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA DE CARÁTER INSTITUCIONAL, EDUCATIVO, INFORMATIVO OU DE ORIENTAÇÃO SOCIAL, DE TODAS AS SECRETARIAS, FUNDAÇÃO E DEPARTAMENTOS DA MUNICIPALIDADE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.160,00 (vinte mil cento e sessenta reais)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Homologação Convite Nº 13/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

CONVITE Nº 13/09

HOMOLOGAÇÃO: 10/09/09

CONTRATADO: ÁGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 01(UM) POÇO ARTESIANO EM TERRENO DE

PROPRIEDADE DA EMPRESA FISCHER SUCOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, NA RODOVIA SC 453, KM 50, NO DISTRITO INDUSTRIAL DO RIO DAS PEDRAS, DE ACORDO COM A LEI DE INCENTIVOS ECONÔMICOS Nº 1.811/2007, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA(EMPREITADA GLOBAL), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, O QUAL É PARTE INTEGRANTE DESTES PROCESSO LICITATÓRIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.900,00 (dezessete mil novecentos reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Convite Nº 16/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

CONVITE Nº 16/09
HOMOLOGAÇÃO: 24/09/09

CONTRATADO: DETZEL ASS. CONS. E DESENV. SOFT. LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO PATRIMONIAL NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 84/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/09

HOMOLOGAÇÃO: 21/09/09

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA SUBSTITUIÇÃO NA RETRO-ESCAVADEIRA CASE 580L, ANO 2002, FROTA 108, DE USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: MAPEL COM DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 164,38 (cento e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos)

CONTRATADO: LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 548,04 (quinhentos e quarenta e oito reais e quatro centavos)

CONTRATADO: BR TRATORES COM. DE PEÇAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 868,00 (oitocentos e sessenta e oito reais)

CONTRATADO: CATIPEÇAS PEÇAS PARA TRATORES LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 294,20 (duzentos e noventa e quatro reais e vinte centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 92/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/09

HOMOLOGAÇÃO: 15/09/09

CONTRATADO: FLORKAR MAQUINAS EQUIPAMENTOS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02(DOIS) SOPRADORES/ASPIRADORES PORTÁTEIS PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 98/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/09

HOMOLOGAÇÃO: 08/09/09

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PEDRAS BRITA, PULMÃO, PEDRISCO E PÓ DE PEDRA A SEREM UTILIZADAS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: BRITAGEM BONALDO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)

CONTRATADO: BRITAGEM VANZ LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 71.800,00 (setenta e um mil e oitocentos reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 99/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/09

HOMOLOGAÇÃO: 10/09/09

CONTRATADO: RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA SUBSTITUIÇÃO NO ROLO COMPACTADOR VAP 55, FROTA 73, DE USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 646,60 (seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 100/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/09

HOMOLOGAÇÃO: 10/09/09

CONTRATADO: BR TRATORES COM. DE PEÇAS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.064,30 (seis mil e sessenta e quatro reais e trinta centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 101/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/09

HOMOLOGAÇÃO: 11/09/09

CONTRATADO: FLAVIO CELIO STEIN - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DESTINADOS A SECRETARIA DE TURISMO E POLÍCIA MILITAR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cin-

quenta reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 102/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 102/09

HOMOLOGAÇÃO: 11/09/09

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA SUBSTITUIÇÃO NO TRATOR DE ESTEIRA FIAT ALLIS FD9, ANO 1983, FROTA 87, DE USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: MIRANDA & MIRANDA COM. DE PEÇAS E SERV. EM MAQ PES

VALOR DA DESPESA: R\$ 524,42 (quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos)

CONTRATADO: BR TRATORES COM. DE PEÇAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 17,45 (dezessete reais e quarenta e cinco centavos)

CONTRATADO: RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.018,79 (dois mil e dezoito reais e setenta e nove centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 103/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 103/09

HOMOLOGAÇÃO: 15/09/09

CONTRATADO: COPA FERRAGENS MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS PARA PINTURA DAS VIAS DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.960,05 (seis mil novecentos e sessenta reais e cinco centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 104/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 104/09

HOMOLOGAÇÃO: 15/09/09

CONTRATADO: TX TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ REALIZAR REFORMA NO SISTEMA DE CABEAMENTO E PARTE ELÉTRICA NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÃO DE NOVOS RAMAIS TELEFÔNICOS NA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA E DE PONTOS PARA TELEFONE E INTERNET NO MU-SEU DO VINHO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.380,00 (quatro mil trezentos e oitenta reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 105/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 105/09

HOMOLOGAÇÃO: 16/09/09

CONTRATADO: SILMÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) SOQUETE VIBRATÓRIO NOVO PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.190,00 (seis mil cento e noventa reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 106/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 106/09

HOMOLOGAÇÃO: 21/09/09

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE: ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA E POLÍCIA MILITAR.

CONTRATADO: COPA FERRAGENS MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 46.414,83 (quarenta e seis mil quatrocentos e quatorze reais e oitenta e três centavos)

CONTRATADO: CASA FAISCA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 100.430,48 (cem mil quatrocentos e trinta reais e quarenta e oito centavos)

CONTRATADO: CITECAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 114.904,89 (cento e quatorze mil novecentos e quatro reais e oitenta e nove centavos)

CONTRATADO: LINK TELE INFORMÁTICA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.842,40 (sete mil oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.430,00 (vinte mil quatrocentos e trinta reais)

CONTRATADO: PARANÁ BUSINESS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 47.602,67 (quarenta e sete mil seiscentos e dois reais e sessenta e sete centavos)

CONTRATADO: P.V. COMÉRCIO DE MAT. HIDRÁULICOS E FERRAGENS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.909,70 (dois mil novecentos e nove reais e setenta centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Tomada de Preços N° 07/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 09/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO N° 07/09

HOMOLOGAÇÃO: 04/09/09

CONTRATADO: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONSERTOS DE CALÇAMENTOS COM PEDRAS IRREGULARES, EM 38(trinta e oito) RUAS DO MUNICÍPIO, TOTALIZANDO 3.000 m² (três mil metros quadrados), INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, O QUAL É PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 178.570,00 (cento e setenta e oito mil quinhentos e setenta reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 54/2009 - FMS

O Município de Videira no mês 09/2009, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/09
HOMOLOGAÇÃO: 02/09/09

CONTRATADO: JOFERMA IND.COM.DE PECAS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TORPEDOS DE OXIGÊNIO MEDICINAL QUE SERÃO UTILIZADOS DURANTE O TRANSPORTE DE PACIENTES COM DIFICULDADES RESPIRATÓRIAS PARA OS CENTROS DE REFERÊNCIA MÉDICA E PARA OS PACIENTES QUE FICAM EM OBSERVAÇÃO NO PAME 24 HORAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.666,40 (dois mil seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 56/2009 - FMS

O Município de Videira no mês 09/2009, através do Fundo Municipal de Saúde comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/09
HOMOLOGAÇÃO: 14/09/09

CONTRATADO: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.726,10 (oito mil setecentos e vinte e seis reais e dez centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 57/2009 - FMS

O Município de Videira no mês 09/2009, através do Fundo Municipal de Saúde comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/09
HOMOLOGAÇÃO: 16/09/09

CONTRATADO: GENESIO A MENDES & CIA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ANTICONCEPCIONAIS DESTINADOS À PACIENTES INSCRITAS NO PROGRAMA DE PLANEJAMENTO FAMILIAR - PROJETO MULHER CIDADÃ.

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.533,00 (vinte e nove mil quinhentos e trinta e três reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 58/2009 - FMS

O Município de Videira no mês 09/2009, através do Fundo Municipal de Saúde comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/09
HOMOLOGAÇÃO: 21/09/09

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: COPA FERRAGENS E MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.677,42 (um mil seiscentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos)

CONTRATADO: CASA FAISCA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.762,10 (seis mil setecentos e sessenta e dois reais e dez centavos)

CONTRATADO: CITECAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.726,50 (três mil setecentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: LINK TELE INFORMÁTICA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 95,00 (noventa e cinco reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 59/2009 - FMS

O Município de Videira no mês 09/2009, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/09
HOMOLOGAÇÃO: 23/09/09

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: GENESIO A MENDES & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 230.792,48 (duzentos e trinta mil setecentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos)

CONTRATADO: SULMEDI COM.PROD.HOSPIT.LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.557,60 (dezoito mil quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.940,88 (vinte e quatro mil novecentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos)

CONTRATADO: DIMACI MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 66.807,80 (sessenta e seis mil oitocentos e sete reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: MAURO MARCIANO G.DE FREITAS-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.638,18 (vinte e oito mil seiscentos e trinta e oito reais e dezoito centavos)

CONTRATADO: DIMASTER COM.PROD.HOSPITALARES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 198.071,20 (cento e noventa e oito mil e setenta e um reais e vinte centavos)

CONTRATADO: CENTERMEDI-COM. DE PROD. HOSP. LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 52.475,46 (cinquenta e dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta e seis centavos)

CONTRATADO: CIRÚRGICA JAW COM. DE MATERIAIS MÉD. HOSP. LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.318,40 (quatro mil trezentos e dezoito reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: A.G KIENEN & CIA LTDA - PROMEDIC

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.771,08 (trinta e três mil setecentos e setenta e um reais e oito centavos)

CONTRATADO: ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD.-HOSP. LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.638,00 (quatorze mil seiscentos e trinta e oito reais)

CONTRATADO: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 57.709,56 (cinquenta e sete mil setecentos e nove reais e cinquenta e seis centavos)

CONTRATADO: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 46.381,80 (quarenta e seis mil trezentos e oitenta e um reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.640,00 (vinte e dois mil seiscentos e quarenta reais)

CONTRATADO: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 46.452,08 (quarenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e oito centavos)

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 553,15 (quinhentos e cinquenta e três reais e quinze centavos)

CONTRATADO: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.944,00 (um mil novecentos e quarenta e quatro reais)

CONTRATADO: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.238,16 (onze mil duzentos e trinta e oito reais e dezesseis centavos)

CONTRATADO: HOSPFAR IND E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.088,00 (doze mil e oitenta e oito reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 24/2009 - FMAS

O Município de Videira no mês 09/2009, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/09

HOMOLOGAÇÃO: 01/09/09

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CEBEM - CENTRO DE BEM ESTAR DO MENOR, CASA LAR, NÚCLEOS DO PETI DO BAIRRO AMARANTE E DE CARLI, PROGRAMA SENTINELA E PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

CONTRATADO: MERCADO RZ LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.953,89 (vinte e um mil novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e nove centavos)

CONTRATADO: COMÉRCIO DE CARNES E PEIXES SPOLTI LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.907,70 (quinze mil novecentos e sete reais e setenta centavos)

CONTRATADO: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA - MATRIZ
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.807,71 (quatorze mil oitocentos e sete reais e setenta e um centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS MIOZZO LTDA.-ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 31.382,30 (trinta e um mil trezentos e oitenta e dois reais e trinta centavos)

CONTRATADO: LUIZ CARLOS DALLE CORT ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.626,24 (quatro mil seiscentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 25/2009 - FMAS

O Município de Videira no mês 09/2009, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/09

HOMOLOGAÇÃO: 04/09/09

CONTRATADO: MAQ SISTEM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E NÚCLEOS DO PETI DO BAIRRO AMARANTE, DE CARLI E CEBEM.

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.000,00 (onze mil reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 26/2009 - FMAS

O Município de Videira no mês 09/2009, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/09

HOMOLOGAÇÃO: 15/09/09

CONTRATADO: MERCADO RZ LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NO PETI - NÚCLEO DOS BAIRROS DE CARLI E AMARANTE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.018,21 (dois mil e dezoito reais e vinte e um centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 27/2009 - FMAS

O Município de Videira no mês 09/2009, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/09

HOMOLOGAÇÃO: 21/09/09

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TINTA E TONERS PARA IMPRESSORAS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

CONTRATADO: LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 244,80 (duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 548,00 (quinhentos e quarenta e oito reais)

CONTRATADO: GRAFICA AMÉRICA LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.195,80 (um mil cento e noventa e cinco reais e oitenta centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 10/2009 - FME

O Município de Videira no mês 09/2009, através da Fundação Municipal de Esportes, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/09

HOMOLOGAÇÃO: 08/09/09

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TINTAS PARA PINTURA DAS INSTALAÇÕES ESPORTIVAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: GAZZI & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.784,40 (quatro mil setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: CITECAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 153,00 (cento e cinquenta e três reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 11/2009 - FME

O Município de Videira no mês 09/2009, através da Fundação Municipal de Esportes, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/09

HOMOLOGAÇÃO: 15/09/09

CONTRATADO: TX TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA PARA REALIZAR REFORMA NAS INSTALAÇÕES DE TELEFONE, INTERNET E REDE ELÉTRICA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Convite N° 01/2009 - FIA

O Município de Videira no mês 09/2009, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, comunica a homologação dos seguintes atos:

CONVITE N° 01/09

HOMOLOGAÇÃO: 21/09/09

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DA CASA LAR (GARAGEM E ÁREA DE LAZER) NA RUA ERNESTO LAZZAROTO, BAIRRO CAMPO EXPERIMENTAL, COM ÁREA DE 51,54M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.

CONTRATADO: ADEMIR LUIZ BOGONI FI

VALOR DA DESPESA: R\$ 32.558,89 (trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 06/2009 - FIA

O Município de Videira no mês 09/2009, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 06/09

HOMOLOGAÇÃO: 21/09/09

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TINTAS E TONERS PARA IMPRESSORAS DO CONSELHO TUTELAR.

CONTRATADO: GRÁFICA AMÉRICA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.284,00 (um mil, duzentos e oitenta e quatro reais)

CONTRATADO: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 222,00 (duzentos e vinte e dois reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal